

Universidade Federal do Paraná
Curso de Pós-Graduação em História
Linha de Pesquisa: Cultura e Poder
Departamento de História

A Legitimidade da
Restauração Portuguesa a
partir do discurso do Padre
Antonio Vieira
(1641-1661)

Leandro Henrique Magalhães

CURITIBA - PR
2000

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
LINHA DE PESQUISA: CULTURA E PODER
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

A Legitimidade da Restauração Portuguesa a partir do Discurso do
Padre Antonio Vieira
(1641-1661)

Leandro Henrique Magalhães

Curitiba/PR
2000

Leandro Henrique Magalhães

A Legitimidade da Restauração Portuguesa a partir do Discurso do
Padre Antonio Vieira
(1641-1661)

Dissertação apresentada
ao curso de Pós Graduação
em História da
Universidade Federal do
Paraná, Linha de Pesquisa
Cultura e Poder, sob
orientação do Professor Dr.
Renan Frighetto, como
requisito parcial para
obtenção do título de
Mestre em História.

Curitiba/PR
2000

LEANDRO HENRIQUE MAGALHÃES

A legitimidade da restauração Portuguesa a partir do Discurso do
Padre Antonio Vieira
(1641-1661)

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Renan Frighetto
Universidade Federal do Paraná - Orientador

Professor Dr. Brás de Aquino Brancato
Pontifica Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Professora Dra. Fátima Regina Fernandes
Universidade Federal do Paraná

Curitiba/PR
2000

"Quem me dera, ao menos uma vez,
Explicar o que ninguém consegue entender:
Que o que aconteceu ainda está por vir,
E o futuro não é mais como era antigamente."

Índios
Legião Urbana

Dedico este trabalho à Maria José de Melo Prado,
minha adorável esposa, e ao Professor José
Miguel Arias Neto, pela confiança que me tem
dedicado.

AGRADECIMENTOS

Várias foram as contribuições para o desenvolvimento desta dissertação. Destacarei aquelas que mais diretamente auxiliaram na sua elaboração, buscando não cometer injustiças e nem tornar a leitura cansativa.

Agradeço, em primeiro lugar, aos professores Jairo Queiroz Pacheco, Sylvia Lenz e Enezila de Lima, pela leitura do projeto de pesquisa. Aos Professores Claudiomar Reis Gonçalves e José Miguel Arias Neto, pela leitura de textos produzidos, e nem sempre aproveitados. Suas contribuições foram de grande valia para este trabalho. À Professora Maria de Fátima da Cunha que, há alguns anos, trouxe-me textos do Professor Alcir Pécora da UNICAMP, que ainda hoje são de grande valia. Agradeço especialmente ao Professor Rafael Chambouleyron, da Universidade Federal do Pará, pela leitura e envio de textos fundamentais para a confecção da presente dissertação.

Pela leitura e discussão do projeto em sala de aula, assim como da dissertação em banca de qualificação, ao Professor Euclides Marchi. Aos Professores Fátima Regina Fernandes e Brás de Aquino Brancato, por se disporem à leitura deste trabalho, e se prontificarem a contribuírem com o mesmo na Banca Examinadora.

A Maria José de Melo Prado, minha esposa, pela paciência em ouvir-me falar incessantemente sobre este trabalho, e pelas milhares de leituras realizadas. Com certeza esta dissertação tem também a sua cara.

Aos amigos Róbi Jair Schmidt, Antonio Paulo Benatti, Claércio Ivan Schneider, Cleusa Gomes da Silva e Rafael Hagemeyer Rosa e Marcos Luís Ehrhardt pelo apoio nas horas difíceis, sem o qual dificilmente

conseguiria concretizar este trabalho. Aos meus pais, Moisés Moreira Magalhães e Suely de Fátima Magalhães, que em nenhum momento duvidaram da seriedade deste.

Ao apoio financeiro concedido pelo CNPq, que me possibilitou efetuar uma pesquisa com qualidade.

Agradeço especialmente ao Prof. Renan Frighetto, que além de orientador revelou-se um grande amigo.

ÍNDICE

Lista de Quadros e Genealogias	10
Nota Explicativa	11
Resumo	13
Abstract	14
Introdução	15
Capítulo Primeiro - Da União Ibérica à Restauração: O processo político	33
1.1. A Historiografia e a Restauração	36
1.2. Da União Ibérica à Restauração: O Processo Político	50
Capítulo Segundo - Padre Antonio Vieira: Vida e Obra	74
2.1. Padre Antonio Vieira e seus Biógrafos	74
2.2. Padre Antonio Vieira: Vida e Obra	96
2.2.1 Antes de sua Partida para Portugal (1608-1640)	96
2.2.2 Orador e Diplomata da Restauração (1641-1652)	108
2.2.3 O Missionário (1653-1661)	130
2.2.4 O Desprestígio na Corte e seu Retorno à Bahia (1662-1697).	142

Capítulo Terceiro - Influências na Obra do Padre Antonio Vieira	157
3.1. O Milenarismo Joaquitita	158
3.2. O messianismo Judaico	166
3.3. Messianismo Português: Bandarrismo e Sebastianismo	171

Capítulo Quarto - Padre Antonio Vieira e a Legitimidade da Restauração

Portuguesa	179
4.1. Portugal e a Restauração	184
4.2. Portugal: o Povo de Deus	193
4.3. Portugal como Império Universal: o Quinto Império	203
4.4. O Sebastianismo e o Mito do Encoberto como Legitimadores de D. João IV	214

Conclusões Gerais	234
--------------------------------	------------

Fontes e Bibliografia	241
------------------------------------	------------

1. Fontes	241
1.1. Sermões	241
1.2. Cartas	242
1.3. Demais documentos	243
2. Bibliografia	243

ANEXO - Fontes	269
-----------------------------	------------

Lista de Quadros e Genealogia

Quadro 1 - Genealogia 31

Quadro 2 - Cronologia do Padre Antonio Vieira 71

NOTA EXPLICATIVA

Devido à grande quantidade de fontes utilizadas, e para facilitar a compreensão e visualização do leitor, optamos por citá-las, em notas de rodapé, do seguinte modo:

- 1) No caso dos sermões, citar apenas seu título, tendo em vista que sua seleção foi feita a partir da edição de 1951 publicada pela Lello & Irmãos. Por exemplo:

Sermão da Primeira Dominga da Quaresma.

Sermão da Epifania.

- 2) Em relação às cartas, utilizaremos o mesmo sistema, citando o destinatário da correspondência de Antonio Vieira. Por exemplo:

Carta ao Príncipe D. Teodósio.

Carta ao Padre André Fernandes.

- 3) Para os demais documentos, optamos pela seguinte forma de citação:

a) Hist. Fut. (História do Futuro).

b) Esp. Port. (Esperanças de Portugal).

c) Papel Forte (Papel que fez o Padre Antonio Vieira a favor da entrega de Pernambuco aos Holandeses - Papel Forte).

- d) Proposta... (Proposta feita a El-rei D. João IV em que se lhe representa o miserável estado do reino e a necessidade que tinha de admitir os judeus mercadores que andavam por diversas partes da Europa).
 - e) Razões... (Razões apontadas a El-rei D. João IV a favor dos cristãos novos, para se lhe haver de perdoar a confiscação dos seus bens, que entrassem no comércio deste Reino).
- 4) Para facilitar o acompanhamento e o reconhecimento das fontes, ver anexo, onde as apresentamos, assim como suas características.

RESUMO

A restauração portuguesa, ocorrida após 60 anos de domínio da coroa castelhana sobre Portugal (1580 – 1640), impôs ao monarca recém-entronado, D. João IV, a necessidade de comprovar sua legitimidade. Com esse objetivo, seus defensores utilizaram-se de elementos jurídicos e proféticos para elaborar um discurso legitimador da nova dinastia. Este é o caso do Padre Antonio Vieira que, a partir das trovas de Bandarra e da teoria do Quinto Império do Mundo, identificaria o novo monarca como predestinado a tornar o reino um Império Universal Cristão. A História de Portugal estaria assim envolta num caráter sagrado, sendo entendida como hagiográfica pelo jesuíta. O objetivo do presente estudo é, a partir dos escritos proféticos de Vieira, que tratam do futuro glorioso de Portugal, demonstrar como foi elaborado um discurso cujo objetivo seria demonstrar a legitimidade do novo monarca, a partir de suas expectativas messiânicas e de regras sucessórias tradicionais ou elaboradas a partir de seu messianismo. O recorte temporal para essa análise foi estabelecido a partir do envolvimento de Vieira com a corte lusitana, ou seja, de 1641, data de sua chegada a Lisboa, a 1661, quando retorna do Maranhão, expulso pelos colonos, marcando o início de seu desprestígio na corte lusitana.

ABSTRACT

The Portuguese restoration, happened after 60 years of domain of the Castillian crown on Portugal (1580-1640), imposed to the newly enthroned monarch, D. João IV, the necessity to confirm his legitimacy. With this aim, his defenders used juridical and prophetic elements to elaborate a legitimized speech of the new dynasty. This is Priest Antonio Vieira's case which, starting from the lays of Bandarra and from the theory of the Fifth Empire of the World, would identify the new monarch with the one who was predestinated to turn the Kingdom into a Universal Christian Empire. The History of Portugal would be thus wrapped up in a sacred character, understood as hagiographic by the Jesuit. The aim of the present study is, starting from Vieira's prophetic writings - which treat of the glorious future of Portugal - to demonstrate how a speech was elaborated in order to demonstrate the new monarch's legitimacy, starting from his messianic expectations and from traditional successory rules or elaborated from his messianism. The temporal outline for this analysis was established starting from Vieira's involvement with the lusitanian court, that is to say, of 1641 when he arrives at Lisbon, to 1661 with his return from Maranhão, expelled by the colonists, marking the beginning of his discredit in lusitanian court.

INTRODUÇÃO

Após o fim da União Ibérica (1580-1640), Portugal teria, segundo Evaldo Cabral de Melo, três problemas fundamentais a serem resolvidos: o reconhecimento internacional do reino como independente de Castela; a defesa das fronteiras contra os inevitáveis ataques de Filipe IV e a reintegração das colônias do além-mar, que haviam sido perdidas no decorrer da guerra entre os Países Baixos e Castela¹. É possível identificar, porém, uma outra questão a ser tratada: a legitimidade da nova dinastia pois, mesmo após D. João IV subir ao trono, manteve-se o Conselho de Portugal, órgão que regulava os negócios lusitanos na corte madrilena, considerando o duque de Bragança como traidor e o movimento como rebelião². Era assim necessária a elaboração de teorias que, além de legitimar D. João IV como rei de Portugal, demonstrassem a impossibilidade de Filipe IV retomar a coroa lusitana³.

Tais elaborações partiriam de concepções tanto jurídicas quanto proféticas, tendo em vista a dificuldade de dissociá-las⁴, estando o direito divino incorporado ao secular⁵. Um dos grandes defensores da legitimidade do novo monarca fora o Padre Antonio Vieira, confessor e conselheiro de D. João IV que, partindo das esperanças messiânicas elaboradas a partir das

¹ CABRAL DE MELLO, Evaldo. **O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669)**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998, p. 21.

² SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal: A Restauração e a Monarquia Absoluta**. Lisboa: Verbo, 1982, p. 22.

³ HESPANHA, Antonio Manuel. A restauração portuguesa nos capítulos das cortes de Lisboa de 1641. In: HESPANHA, Antonio Manuel (Dir.). **Portugal na época da Restauração**. Lisboa: Cosmos, 1993.

⁴ BUESCU, Ana Isabel. Sentimento e Esperanças de Portugal. HESPANHA, Antonio Manuel (Dir.). **Portugal na época da Restauração**. Lisboa: Cosmos, 1993.

trovas de Bandarra⁶ e da teoria do Quinto Império⁷, teria por objetivo garantir o trono lusitano ao duque de Bragança e a Portugal seu lugar como Império Cristão. Desta forma, a atuação política de Vieira estaria intrinsecamente vinculada à sua atividade religiosa, que, partindo do pragmatismo da Companhia de Jesus, só justificar-se-ia a partir de sua atuação temporal⁸. O jesuíta acreditava que a ação política deveria se espelhar na espiritual, sendo necessário estar sempre atento às palavras do evangelho que, por serem escritas de uma forma além da compreensão humana, trariam sempre as respostas para o bom andamento das coisas terrenas⁹.

⁵ HESPANHA, Antonio Manuel. Prefácio. In: HESPANHA, Antonio Manuel (Coord.). **História de Portugal: O Antigo Regime**. Lisboa: Estampa, 1998.

⁶ Sapateiro de Trancoso, Gonçalo Eanes Bandarra granjeou fama em sua cidade devido as suas interpretações das Escrituras Sagradas, sendo considerado como uma espécie de Rabi para os cristãos novos da região. Escreveu suas trovas nas primeiras décadas dos quinhentos, sendo que já em 1531 eram lidas em Lisboa, tendo como característica um forte apelo profético e messiânico, esperando para o século XVI a vinda do messias. Seus escritos tiveram boa aceitação em Portugal, devido principalmente ao fato de existir uma boa convivência entre cristãos novos e velhos, pois Bandarra elaborara um discurso onde se afirmava que todos os povos caminhariam em direção à uma única fé, liderado por um rei português. Nas palavras de Eduardo Hoornaert: "... sapateiro de Trancoso que lia muito a Bíblia e foi consultado por cristãos novos acerca do significado da história de Portugal. As 'trovas' de Bandarra profetizaram acerca de um rei que dominaria o mundo inteiro e sob cujo império e único Deus verdadeiro seria adorado (p. 64)". Um dos grandes difusores de tais promessas foram os jesuítas que, segundo João Lucio de Azevedo, utilizaram-se destas trovas para exaltar o ânimo popular contra Castela. Bandarra é, desse modo, tido como um profeta, mandado por Deus para alertar os portugueses a respeito de seu futuro glorioso. Suas profecias ganharam força com o desaparecimento de D. Sebastião na batalha de Alcácer - Quibir, em 1578, e que resultaria na anexação de Portugal pela Coroa Espanhola (1580 - 1640). Partindo de interpretações das trovas, muitos passam a esperar a volta do rei, vendo-o como redentor de Portugal, que devolveria sua grandeza e sua glória e, com o tempo, passa-se a esperar o rei salvador não mais em D. Sebastião, mas em sua linhagem, o que faz que muitos encontrem no ducado de Bragança o seu substituto. HOORNAERT, Eduardo. Teologia e ação pastoral em Antonio Vieira (1552-1661). In: **História da Teologia na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1981.

⁷ Baseando-se nas profecias bíblicas de Daniel acerca dos cinco impérios cristãos sucessivos, têm-se em Portugal o último destes, sendo que os anteriores foram: o assírio, o persa, o grego e o romano. Na alegoria da estátua de Nabucodonosor, Portugal seria representada pela pedra que derrubaria todos os outros elementos representados na estátua (ouro, prata, ferro e barro), tomando seus lugares. TELMO, Antonio. **História Sagrada de Portugal**. Lisboa: Vega, 1977.

⁸ SEBE, José Carlos. **Os jesuítas**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

⁹ Daí ser importante a atenção de seus intérpretes, os pregadores, para as questões que preocupavam o homem de seu tempo. PÉCORA, Alcir. Política do céu (anti-Maquiavel). In: NOVAES, Adauto (Org.). **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras, (S/D).

O objetivo do presente estudo é identificar, a partir da obra do Padre Antonio Vieira, um discurso legitimador da nova dinastia, partindo de suas expectativa messiânica em relação à Portugal e de regras sucessórias, tradicionais ou elaboradas a partir de seu messianismo. Trata-se de uma abordagem político-social, onde me utilizo de fontes de caráter profético, pois o providencialismo estaria intimamente vinculado às resoluções políticas do reino. O recorte temporal para a presente análise é de 1641, ano da chegada de Vieira a Lisboa, a 1661, quando retorna ao reino, após ser expulso do Maranhão.

Ao nos propormos analisar a obra de Vieira a partir de uma perspectiva discursiva, faz-se necessário uma breve apresentação do que entendemos por análise de discurso. De acordo com as considerações de Dominique Maingueneau, o discurso deve ser compreendido como produzido no interior de instituições, que ao mesmo tempo restringe sua elaboração, devido a existência de convenções que regulam as relações institucionais, e lhe dá legitimidade e sentido. O discurso apresenta-se assim relacionado com o quadro institucional ao qual pertence, onde o documento iria além do sujeito que o produz¹⁰.

A força do discurso estaria na força do grupo que ele representa, de seu reconhecimento, pois toda linguagem estaria associada as suas condições sociais de produção. Toda atribuição de sentido estaria vinculado ao lugar social ocupado tanto por aquele que o produz como por quem o

¹⁰ MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes, 1989. p. 13-20.

interpreta¹¹. No caso de Vieira, tais condições se configurariam no interior da corte e na necessidade de garantir a legitimidade do rei, utilizando-se da temática da restauração portuguesa e do perigo de perda da soberania para garantir o apoio de todos. A fala de Vieira possuiria assim um capital simbólico que adviria do grupo que representa¹².

O discurso político seria ainda, segundo Pierre Bourdier, limitado pelo seu próprio universo, ou seja, do que seria pensável politicamente, sendo este pensar próprio de profissionais, entendidos como monopolizadores dos instrumentos de produção de interesses políticos. Para se ter sucesso neste campo de atuação, denominado pelo autor de campo político, seria necessário a obtenção de competências específicas, como a aquisição de saberes e capacidades gerais e o domínio de uma dada linguagem, que permitiria um diálogo com os demais profissionais.

No caso do Padre Antonio Vieira, temos que o jesuíta estaria vinculado a um grupo político próximo ao rei, que teria por objetivo garantir sua permanência no trono e garantir a fidelidade de seus súditos, sendo necessário a elaboração de um discurso que tratasse de sua legitimidade. Além disso, devemos levar em consideração o fato de que havia um conflito interno pelo poder, opondo, a princípio, os que defendiam uma política de negociação com os reinos inimigos e os que prefeririam a guerra ao invés de se curvar aos interesses estrangeiros¹³. Vieira falaria em nome dos primeiros, que se configurava como uma nobiliarquia que teria por objetivo garantir a

¹¹ REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1999, p. 10.

¹² BOURDIER, Pierre. **A Economia das Trocas Lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 1991. p. 89.

¹³ CABRAL DE MELLO, Evaldo. *Op. Cit.*

soberania do reino e a paz com os inimigos. Devido ao seu prestígio adquirido na Companhia de Jesus e como conselheiro do rei, Vieira fora instituído para falar em nome desta nobreza, sendo reconhecido no e pelo grupo, adquirindo autoridade e legitimidade para proclamar o seu discurso¹⁴.

Para um discurso ser eficiente é necessário que, além de ser compreendido, seja reconhecido pelo seu destinatário¹⁵. Parte-se do princípio de que há um outro com competência para tal¹⁶, o enunciatário, que se relacionaria com o enunciador, sendo que os procedimentos argumentativos utilizados por este seriam parte integrante desta relação. Percebe-se assim a necessidade de referências entre enunciador e enunciatário, onde aquele selecionaria, no interior das possibilidades discursivas, formas e seqüências, mantendo-se no campo do que poderia ser dito¹⁷. A finalidade última do discurso seria a persuasão, onde caberia ao destinatário o papel de interprete do discurso¹⁸, que a partir daí o teria ou não como verdadeiro¹⁹. No entanto, para que o discurso tenha sucesso, faz-se necessário uma identidade entre enunciador e enunciatário, que no caso do discurso é definido por Pierre

¹⁴ BOURDIER, Pierre. A Economia das Trocas Lingüísticas. **Op. Cit.** p. 99.

¹⁵ **Idem.** p. 89.

¹⁶ MAINGUENRAU, Dominique. **Op. Cit.** p. 30.

¹⁷ PÉCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Unicamp, 1988, p. 173.

¹⁸ FIORIN, José Luiz. **Elementos de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 40.

¹⁹ Segundo Diana Luz Pessoa de Barros, o enunciador não constrói uma verdade a partir de um discurso, mas sim efeitos de veracidade ou falsidade, onde o dizer verdadeiro só é tido como tal quando assim interpretado pelo enunciatário. Tal conceito se aproxima da apresentada por José Carlos Reis, onde trata a verdade histórica através da idéia de interpretação (atribuição de sentido a um contexto ou uma época) e compreensão (a partir deste sentido, autolocalizar-se no tempo, retendo, articulando e integrando dimensões temporais), que implicariam em reconstruções parciais, múltiplas e relativas, mas ao mesmo tempo racionais e não relativas. A verdade deixaria assim de ser parcial, acumulando-se e sobrepondo-se, sem deixar, no entanto, de ser entendida como verdade. BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria Semiótica do Texto**. São Paulo: Ática, 1999, p. 63; REIS, José Carlos. **Op. Cit.**; GUARINELLO, Norberto Luiz. Memória coletiva e história científica.

Bourdier de campo político que, segundo o autor, limitaria o universo do discurso político, ou seja, do que seria pensável politicamente²⁰.

Outro fator importante a ser considerado é o aspecto formal que o discurso adquire, onde o contexto de sua enunciação, denominado de contexto semiótico, daria também credibilidade ao enunciado²¹. A formalidade nas práticas discursivas colocariam em prática convenções que regulariam as relações sociais, onde cada um teria um estatuto, um lugar²². O aspecto formal do discurso teria, segundo Dominique Mainguenrau, dois aspectos básicos: o comunicacional, que se refere ao lugar da enunciação e ao ritual apropriado, e o estatutário, que se refere a autoridade e a eficácia do discurso²³. É o caso, por exemplo, dos sermões, que necessitaria de um lugar específico para ser proclamada, o púlpito, e somente uma pessoa autorizada poderia fazê-lo. Podemos retomar aqui a idéia de monopólio dos profissionais, pois a legitimidade para se efetuar um discurso político através de uma mensagem religiosa só se daria se realizada pelo padre, competente e autorizado para tal, como é o caso de Vieira.

Segundo George Duby, esta seria uma forma legítima de compreensão das relações sociais e de poder, tendo em vista que a história das sociedades deve basear-se nas estruturas materiais, entendidas aqui a partir das organizações, relações e hierarquias no interior de um grupo²⁴. No entanto, entende ser necessária a atenção aos fenômenos mentais de uma

Revista Brasileira de História: espaço plural. São Paulo: ANPUH: Marco Zero, 1994, vol. 14, nº. 28, p. 180-193.

²⁰ BOURDIER, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: DIFEL, 1989, p. 165.

²¹ MAINGUENRAU, Dominique. **Op. Cit.** p. 31.

²² **Idem.** p. 20.

²³ **Idem.** p. 40.

época, ajustando-os às estruturas materiais. Ainda segundo o autor, os sistemas de valores funcionariam como articuladores das relações sociais, e assim, seriam determinantes para as definições de princípios de ação. Também segundo Eric Hobsbawn, o historiador deve partir das estruturas da sociedade e buscar compreender seu movimento histórico, atentando-se, no entanto, para os fenômenos que se encontram no interior dela, como os movimentos sociais, as mudanças intelectuais e culturais, a religiosidade e a política²⁵.

No período de sessenta anos em que Portugal esteve sob domínio da Coroa Castelhana, o desejo de restauração de uma corte portuguesa tornou-se cada vez mais premente frente aos constantes ferimentos ao Estatuto de Tomar²⁶, que, em tese, garantiria a soberania do reino lusitano²⁷. Diante de tal situação, são retomados mitos e crenças messiânicas que estavam sendo divulgados desde o fim da Idade Média, glorificando Portugal e identificando-o como um reino protegido por Cristo²⁸. Ao chegar em Lisboa em 1641, como integrante de uma comitiva vinda do Brasil para recepcionar o novo rei, Vieira ampliaria seu contato com este

²⁴ DUBY, George. História Social e Ideologias das sociedades. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 130.

²⁵ HOBBSAWN, Eric. Da História Social à História da Sociedade. In: **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 94.

²⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal: Governo dos Reis Espanhóis**. Lisboa: Verbo, 1979.

²⁷ A Restauração Portuguesa apresenta-se como o reflexo de uma crise institucional na nobreza lusitana, onde os privilégios garantidos pelo Estatuto de Tomar lhes eram paulatinamente retirados. Assim, ao se ferir tal Estatuto estaria-se ferindo os privilégios da nobreza, e não a independência ou identidade do reino, como querem autores como Oliveira Marques e Serrão. MARQUES, A. H. de Oliveira. **Breve História de Portugal**. Lisboa: Presença, 1996; MARQUES, A. H. de Oliveira. **História de Portugal: Do Renascimento às Revoluções Liberais**. Lisboa: Palas, 1983; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. A Restauração e a Monarquia Absoluta. **Op. Cit.**; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **Governo dos Reis Espanhóis. Op. Cit.**

²⁸ HOORNAERT, Eduardo. **Op. Cit.**

messianismo²⁹. Este momento seria, segundo Anita Novinsky, representativo para o desenvolvimento do messianismo português, de influência judaica, pois³⁰:

“Cada um desses momentos [união ibérica e restauração portuguesa] corresponde a uma crise material e espiritual, e o sonho messiânico português está inserido em cada um desses contextos (p.66)³¹.”

Um sentimento de desengano vinha adquirindo força desde o desaparecimento de D. Sebastião e a perda da soberania lusitana. Para Antonio Rosa Mendes, tal sentimento teria vazão a partir de um apelo profético que ganharia espaço no reino³². Este momento seria propício para as formulações das expectativas messiânicas de retorno do rei, denominada sebastianismo, e do Quinto Império do Mundo. Tais teorias estariam fundamentadas principalmente nas trovas de Bandarra, que adquiririam caráter de profecias, anunciando uma nova era para o reino, de riquezas e glórias, sendo retomadas quando da restauração portuguesa. Estas adquirem aqui importância crucial pois, como demonstrado por João Lúcio de Azevedo³³, tanto o messianismo sebastico como o bragantino³⁴ seriam herdeiros de sua pluralidade de versões³⁵.

²⁹ **Idem.**

³⁰ Sobre o messianismo português, ver capítulo terceiro.

³¹ NOVINSKY, Anita. Sebastianismo, Vieira e o messianismo judaico. In: IANNONE, Carlos Alberto; GOBI, Márcia V. Zamboni & JUNQUEIRA, Renata Soares (Org.). **Sobre as naus da iniciação: estudos portugueses de Literatura e História**. São Paulo: UNESP, 1998.

³² MENDES, Antonio Rosa. A vida cultural. In: MAGALHÃES Joaquim Romero de (Coord.). **História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade**. Lisboa: Estampa, 1997.

³³ AZEVEDO, João Lúcio de. **A evolução do sebastianismo**. Lisboa: Presença, 1958.

³⁴ Referência a leitura de Bandarra que possibilitou identificar D. João IV como rei das profecias, e não D. Sebastião como queriam as sebastianistas, inaugurando-se assim a

As profecias de Bandarra, no entanto, não seriam as únicas a tratar da história de Portugal como história sagrada³⁶, configurando-se, entretanto, durante o século XVI, como a mais popular e respeitada de todas³⁷. Desde a fundação de Portugal, quando Deus revelara ao rei D. Afonso Henriques os desígnios divinos do reino, tais profecias não cessariam de serem proclamadas, pois ao ter um fundação divina, o reino teria uma finalidade religiosa: expandir o cristianismo e levar a verdadeira fé cristã para todos os povos³⁸. Desta forma, uma profecia não negava as anteriores mas, ao contrário, as complementava. Este é, por exemplo, o caso da “lenda de Ourique” onde, com o juramento de D. Afonso Henriques a Cristo, ficara prometido que na décima sexta geração de reis portugueses sua dinastia se atenuaria e, após um determinado tempo, Portugal retomaria sua glória. Tal profecia, possibilitou que se identificasse o rei que devolveria a soberania a Portugal primeiro com D. Sebastião, e depois com D. João IV. Também para Vieira a história seria o local privilegiado para manifestações do divino, e explicar a história de Portugal pelas profecias seria como explicar o plano providencial se manifestando na terra³⁹.

Dinastia de Bragança. OLIVEIRA FRANÇA, Eduardo D'. **Portugal na Época da Restauração**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

³⁵ Não se trata neste trabalho de uma análise das referidas trovas, mas de uma leitura específica feita por Vieira. Ou seja, minhas fontes é a obra do Padre Antonio Vieira, onde se encontra uma leitura das trovas de Bandarra, e não as próprias.

³⁶ PELOSO, Silvano. O paradigma bíblico como modelo universalista da leitura em Antonio Vieira. **Brotéria: Cultura e Informação**. Lisboa: Fundação Oriente, 1997. v. 145. HOORNAERT, Eduardo. **Formação do catolicismo brasileiro: 1550 - 1800**. Petrópolis: Vozes, 1991.

³⁷ A idéia de história hagiográfica é tratada no decorrer da obra de Vieira, que entende a história de Portugal como proclamada por Deus e por ela dirigida, sendo finalidade última do reino realizar os desígnios a ele destinados. Daí a semelhança como as histórias de santos, aos moldes das hagiografias medievais.

³⁸ PALACIN, Luís. **Vieira e a visão trágica do barroco**. São Paulo: Hucitec, 1986.

³⁹ COSTA, Dalila L. Pereira da. **Místicos Portugueses no século XVI**. Porto: Lello e Irmão, 1986.

Vieira utiliza de elementos proféticos para formular seu discurso acerca da restauração portuguesa, o que pode nos levar a pensá-lo como utópico. Segundo Maria Leonor Carvalhão Buescu, a utopia deve ser entendida como algo que projeta uma realidade pulverizada para uma totalidade, futura e fictícia, porém não situável no tempo e no espaço⁴⁰. Já Hilário Franco Júnior entende utopia como o sonho em uma sociedade perfeita, que se opõe à realidade presente, onde pode ter características evasivas ou propostas de mudança⁴¹. Ainda segundo este autor, as utopias de fins da Idade Média seriam sobrecarregadas de componentes míticos, de relatos cuja essência estaria na esfera do sagrado, objetivando no entanto os fenômenos naturais ou sociais importantes para uma dada sociedade⁴². Ou seja, seriam as preocupações com o presente que dariam força ao mito. Devemos levar em conta aqui o alerta de Raoul Girardet, ao lembrar que o mito faria parte de uma esfera da realidade distinta da racional, e que:

“(...) o mito não pode ser abarcado, definido, encerrado em contornos precisos senão em consequência de uma operação conceitualizante, obrigatoriamente redutora, que se sempre se arrisca a traí-lo ou a ele dar apenas uma versão empobrecida, mutilada, destituída de sua riqueza e sua complexidade (p.14)⁴³.”

No caso de Vieira, parte-se das esperanças messiânicas e da idéia de império de Deus na terra, de origem judaica, opondo-se à concepção

⁴⁰ BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. Introdução. In: VIEIRA, Padre Antonio. **História do Futuro**. BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (Org.). Lisboa: Casa da Moeda, 1992. p. 29.

⁴¹ FRANCO JR. Hilário. **As utopias medievais**. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 11

⁴² *Idem*. p. 12.

⁴³ GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

de juízo final, defendida pela igreja institucional⁴⁴. O conceito de messianismo teria se firmado, segundo Maria Izaura Pereira de Queiroz, a partir das interpretações históricas feita pelos israelitas e encontradas no Antigo Testamento, sendo o messias entendido como um guia divino, que teria por objetivo acompanhar o povo eleito no desenlace natural da história, humilhando os inimigos e restabelecendo um reino glorioso na terra⁴⁵. Seria, no entanto, no século XV que o messianismo português adquiriria contornos pragmáticos. Segundo Anita Novinsky⁴⁶, os judeus conversos, ou cristãos novos, passariam a considerar a possibilidade de abreviar a redenção, o que tornaria possível a idéia de um messias como integrante do processo histórico⁴⁷. Tais expectativas messiânicas teriam sido elaboradas no decorrer da Idade Média, principalmente a partir das formulações milenaristas de Joaquim di Fiore, que se oporia à teoria apresentada por Santo Agostinho de que a igreja seria o reino terreno de Cristo e duraria mil anos⁴⁸.

Tais questões estariam presentes nos discursos formulados a respeito de D. Sebastião e D. João IV, de que estes seriam os reis indicados pelas profecias para realizar as promessas de Deus para Portugal, instituindo o Quinto Império do Mundo, um império terrestre e não celestial, como queria

⁴⁴ DELUMEAU, Jean. A espera de Deus. IN: **A História do Medo no Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁴⁵ QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. **O messianismo no Brasil e no mundo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 26.

⁴⁶ NOVINSKY, Anita. Sebastianismo, Vieira e o messianismo judaico. **Op. Cit.**

⁴⁷ Norman Cohn, em seu livro intitulado "Na senda do milênio", demonstra que, em outros momentos históricos, o messianismo serviu como inspiração para movimentos de questionamento da ordem, prevendo-se, para tanto, um abreviar da redenção do homem. COHN, Norman. **Na senda do milênio: milenarismo revolucionários e anarquistas místicos da Idade Média**. Lisboa: Presença, 1970.

⁴⁸ Podemos assim considerar as expectativas messiânicas e milenaristas como inserida no campo de uma longa duração, que sobreporia até mesmo o Império Romano e a "fundação" do cristianismo. DELUMEAU, Jean. **Mil anos de felicidade: uma história do paraíso**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; COHN, Norman. **Op. Cit.**

o cristianismo oficial. Com D. Sebastião, um clima de euforia instaurou-se no reino, pois se comemorava o nascimento de um líder que levaria a fé para o continente asiático e africano. Este, no entanto, desaparece em batalha, no ano de 1578, em Alcácer-Quibir, no Marrocos, com 24 anos de idade. Sua morte é desacreditada, o que faz com que o povo português passe a ansiar por sua volta e o identifique como o rei encoberto que deveria retornar e liderar Portugal em sua missão de conversão dos povos⁴⁹.

No caso de D. João IV, as esperanças messiânicas são formuladas com o intuito de legitimar sua subida ao trono e depor Filipe IV (III de Portugal). Para tanto, parte-se das profecias para afirmar que o duque de Bragança seria o rei escolhido para devolver a soberania ao reino e liderar Portugal em seu futuro glorioso. Nas palavras do Padre Antonio Vieira:

“O que Deus buscou era um príncipe que pudesse ser rei e restaurador de Portugal: buscou-o entre os príncipes pretensores do reino, e achou-o na Casa de Bragança: buscou-o entre os príncipes da Casa de Bragança, e achou-o na pessoa de El rei D. João (p.308)⁵⁰.”

Partindo das considerações de Hilário Franco Jr.⁵¹, tais interpretações proféticas estariam carregadas de um forte teor ideológico, entendidas como um sistema de representação possuidoras de uma existência e um papel histórico em uma dada sociedade, onde, segundo Geoge Duby, apresenta como características: visão de mundo onde se integram passado e futuro; ocultação de relações e funções sociais; sistemas

⁴⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira. Breve História de Portugal. **Op. Cit.**

⁵⁰ Sermão das Exéquias de D. João IV.

⁵¹ FRANCO JR., Hilário. **Op. Cit.** p. 12.

de representações concorrentes entre si, refletindo a existência de vários níveis culturais, o que não exclui as aproximações, pois seriam edificadas sobre um mesmo conjunto e expressas através da mesma língua; são estabilizadoras, principalmente no que se refere ao perigo de perda de posições em uma dada hierarquia social; e por fim, os sistemas ideológicos seriam fundamentados em uma visão de história onde estariam presentes uma memória do passado e um projeto para o futuro⁵², ou seja, toda ideologia seria portadora de esperanças e, assim, animaria o processo histórico⁵³.

A ideologia se apresenta, segundo Michel Pêcheux, como um dos elementos de transformação e reprodução das relações de produção de uma dada formação social, sendo assim feita de práticas⁵⁴. Também Michel Vovelle, partindo da definição de Althusser, entende ideologia como um conjunto de representações e de práticas de comportamento⁵⁵. Nos dois casos, os autores entendem as manifestações discursivas como elementos de formulação e transmissão das práticas ideológicas.

As manifestações ideológicas ocorreriam no interior das formações discursivas, ou seja, na concretização dos valores semânticos e não nos níveis menos abstratos de elaboração textual⁵⁶. O sentido seria

⁵² Alfredo Bosi, em seu livro intitulado "Dialética da Colonização", parte do princípio de que haveria, na cristianização promovida pelos jesuítas, uma construção de uma memória e a projeção de um futuro, identificando um projeto colonizador totalizante. BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁵³ DUBY, George. **Op. Cit.** p. 132-134.

⁵⁴ PÊCHEUX, Michel. **Op. Cit.** p. 143-145.

⁵⁵ VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 11.

⁵⁶ Segundo as teorias lingüísticas de análise de texto, o percurso para sua realização, denominado de percurso gerativo, teria três etapas, partindo das oposições semânticas mínimas, denominada de nível fundamental, passando pelo nível narrativo e alcançando, por fim, o nível discursivo, que seria o mais específico, complexo e enriquecido semanticamente, e assim, mais abstrato que os níveis anteriores. O nível discursivo seria assim o mais próximo das manifestações ideológicas que envolvem a produção textual. FIORIN, José Luis. **Op. Cit.** p. 75; BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Op. Cit.** p. 09.

assim determinado pelas posições ideológicas em jogo, pelo o que pode e deve ser dito em cada conjuntura, ou seja, o sentido de um discurso não existe por si só, sendo determinado pelas condições ideológicas que o permeia⁵⁷. Ou seja, todo texto teria, ao fundo, outros discursos que o permeariam e lhe dariam sentido⁵⁸. No caso do discurso político, há uma disputa entre os profissionais aptos a elaborá-los, ou seja, daqueles que mantêm o monopólio dos instrumentos de produção de idéias políticas que, segundo Bourdier, teria por objetivo a conservação ou transformação de sistemas de classificação, definidos pelo autor como de di-visão, e das instituições que lhes legitimam⁵⁹.

Tais considerações colocam as elaborações de Vieira mais próximas de um discurso ideológico que utópico. Segundo Hilário Franco Jr., a oposição entre utopia e ideologia estaria no fato de que a primeira buscaria uma transformação além da história, na busca de um passado grandioso ou de um futuro desejado⁶⁰, e a ideologia na própria história, no presente, o que nos leva a entender as leituras proféticas como uma apropriação ideológica pois, como demonstrado acima, esperava-se mudanças e conquistas políticas através das profecias, tanto no caso de D. Sebastião como no de D. João IV, pois ambas se apresentavam como foco de oposição e resistência ao domínio castelhano sobre Portugal.

Gostaríamos de chamar atenção ainda para as considerações apresentadas por José Carlos Reis no livro intitulado "As identidades do

⁵⁷ PÊCHEUX, Michel. **Op. Cit.** p. 151.

⁵⁸ SCHIAVINATO, Iara Lins. Falar de um incômodo não é falar mal. In: LOPES DA SILVA, Zélia. **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995.

⁵⁹ BOURDIER, Pierre. O Poder Simbólico. **Op. Cit.** p. 174.

Brasil". Segundo ele, para compreendermos com maior clareza o processo histórico em um dado momento, devemos nos voltar para a forma que os indivíduos entendem o tempo, ou seja, como as dimensões temporais do passado e do presente são postas em relação. Em outras palavras, como se daria o entendimento entre o campo de experiência e o horizonte de espera⁶¹. No caso aqui abordado, o futuro, para Vieira, existiria em função do passado, pois toda a história de Portugal já havia sido traçada e vinha sendo revelada através das profecias. O tempo teria assim um caráter providencial e escatológico pois a constituição de um Império Universal Cristão, liderado por Portugal, seria sucedido pelo Juízo Final⁶². Seria linear, progressista e finalista, mas ao mesmo tempo messiânico, profético e cíclico, pois se utilizava das mesmas profecias que foram, em um primeiro momento, direcionadas aos judeus que, por não aceitarem Cristo, perderam a graça divina, sendo então Portugal entendida como seu herdeiro⁶³.

A presente dissertação, que tem por objetivo apreender o discurso do Padre Antonio Vieira e entendê-lo como legitimatário da dinastia de Bragança, divide-se em quatro capítulos. No primeiro pretende-se, a partir de um conjunto de autores que se dedicam ao estudo de Portugal nos séculos XVI e XVII, apresentar uma contextualização histórica da união ibérica e da restauração portuguesa. Cotejando suas observações, atentaremos-nos à

⁶⁰ Este futuro desejado teria como base o presente, o que não significa que as transformações se dariam de imediato. DUBY, George. **Op. Cit.**

⁶¹ REIS, José Carlos. **Op. Cit.** p. 08.

⁶² Daí ser possível a confecção de uma História do Futuro, onde o jesuíta propõe-se a apresentar, a partir das interpretações proféticas, o futuro de Portugal. Nas palavras de Vieira: "(...) e porque havemos de distinguir tempos e anos, sinalar províncias e cidades, nomear nações e ainda pessoas (quando o sofrer a matéria), por isso, sem ambição nem injúria de ambos os nomes, chamaremos a esta narração história e *História do Futuro* (p.53)". História do Futuro.

questões como o desejo de união das coroas ibéricas por parte da nobreza lisboeta e a existência de uma identidade lusitana.

No segundo capítulo, analisa-se a forma como o Padre Antonio Vieira foi entendido pelos seus mais expressivos biógrafos, destacando a abordagem feita acerca de seu messianismo e sua relação com a restauração portuguesa. É traçado ainda seu perfil biográfico, para que assim possamos entender com mais clareza suas posturas em relação à coroa lusitana.

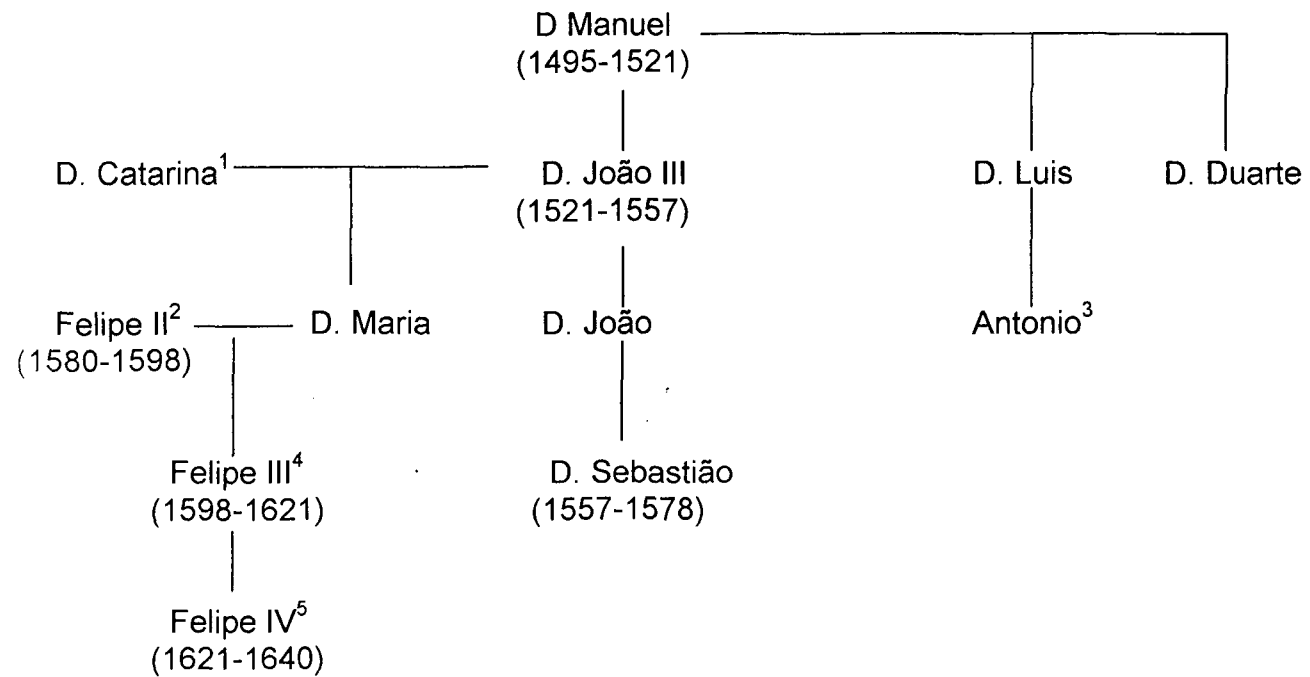
Já no terceiro capítulo, apresenta-se um quadro das correntes messiânicas que teriam influenciado Vieira em seu discurso profético, destacando a tradição milenarista marcada por Joaquim di Fiori, o messianismo judeu, que teria tido grande importância na elaboração de sua obra, e a tradição profética lusitana, que teria seu grande expoente nas trovas de Bandarra.

Finalmente, no quarto capítulo, busca-se, partindo da análise de seus escritos proféticos, com destaque para a "História do Futuro" e a carta "Esperanças de Portugal", apresentar o modo como Vieira empreendeu seu discurso, tendo por objetivo legitimar o duque de Bragança na coroa lusitana e garantir o futuro glorioso que estaria reservado para Portugal.

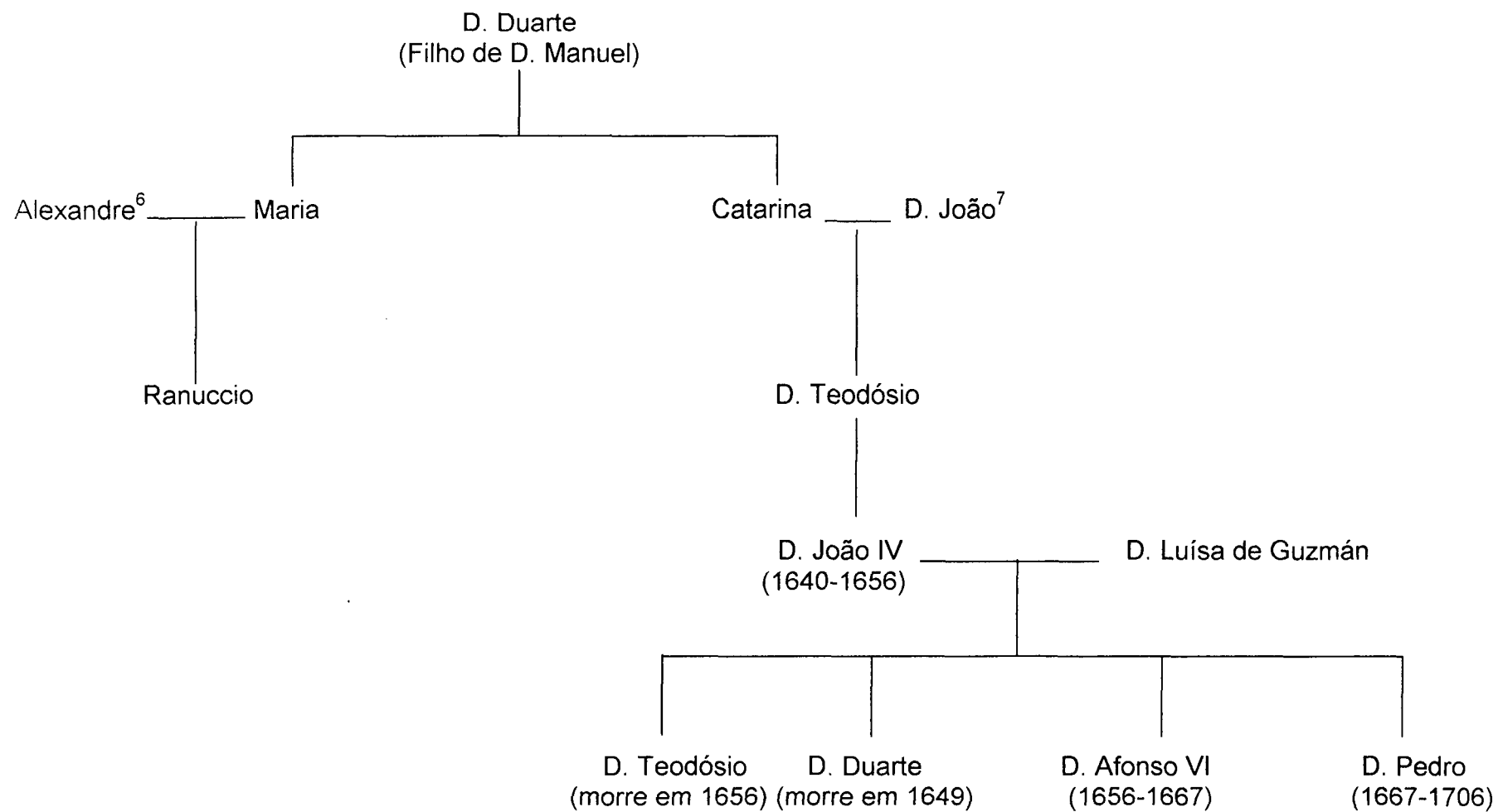
⁶³ SARAIVA, Antonio José. Antonio Vieira, Menasseh Bem Israel e o Quinto Império. In: **História e Utopia: estudos sobre Vieira**. Lisboa: Ministério da Educação, 1992.

QUADRO I

GENEALOGIA DOS REIS PORTUGUESES



-
- ¹ Irmã de Carlos V.
² Filipe I de Portugal.
³ Prior de Crato. Filho ilegítimo.
⁴ Filipe II de Portugal.
⁵ Filipe III de Portugal.



⁶ Duque de Parma e Governador dos Países Baixos.

⁷ Duque de Bragança.

CAPÍTULO PRIMEIRO

DA UNIÃO IBÉRICA À RESTAURAÇÃO:

O PROCESSO POLÍTICO

“O tempo, como o mundo, têm dois hemisférios: um superior e visível, que é o passado, outro inferior e invisível, que é o futuro. No meio de um e outro hemisfério ficam os horizontes do tempo, que são estes instantes do presente que imos vivendo, onde o passado se termina e o futuro começa”.

Padre Antonio Vieira
História do Futuro

O final do século XVI e início do XVII em Portugal (1580-1640) apresentou como questão central do debate político o dilema acerca da sucessão ao trono lusitano. Mesmo após a aclamação de Filipe II (I de Portugal), realizada nas Cortes de Tomar no ano de 1581, o problema sucessório não se resolvera, possibilitando a retomada da questão em 1640 pois, segundo Mafalda Soares da Cunha:

“A inexistência de regras sucessórias explícitas dificultava a avaliação dos fundamentos legais invocados pelos candidatos ao trono português (p.465)¹.”

Tal indefinição gerara controvérsias jurídicas que só foram se resolver com a invenção das Cortes de Lamego, elevada à lei fundamental do

¹ CUNHA, Mafalda Soares da. A questão jurídica na crise dinástica. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero. **História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade**. Lisboa: Estampa, 1997.

reino após a subida ao trono do duque de Bragança². Para compreendermos com maior clareza este momento, faz-se necessário uma reconstituição, mesmo que breve, do período em que as coroas ibéricas se centralizaram nas mãos da realeza filipina e, a partir daí, problematizar duas questões que até hoje estão presentes na historiografia sobre o período: como era colocada, e se era colocada, a questão de uma identidade portuguesa, e como a questão sucessória fora entendida em 1580³. O termo identidade é aqui entendido como um conjunto de fatores que possibilita o reconhecimento de si e, ao mesmo tempo, marcar a diferença, o estranhamento. Ele não estaria assim, necessariamente, vinculada ao espaço territorial e nem presa a idéia de nação, apesar da tendência de se confundir identidade com nacionalismo. No caso do termo nacionalismo, ele é pensado a partir da concepção de nação, noção de comunidade política oposta a de reino, pois aquela estaria vinculada a idéia de Estado, e esta às possessões do senhor, sendo que, o termo nacionalismo, só adquirira sentido próximo ao que lhe damos hoje no século XVIII, com a consolidação dos estados nacionais⁴.

Parte-se aqui do princípio de que a sucessão fora entendida e debatida de formas distintas tanto no momento da união ibérica como da

² *Idem*, p. 471/472; MARQUES, A. H. de Oliveira. **História de Portugal: Do Renascimento às Revoluções Liberais**. Lisboa: Palas, 1983. p. 175.

³ A problemática sucessória sobre a restauração, ou seja, após 1640, será tratada no Quarto Capítulo.

⁴ TZVETAN, Todorov. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 3-13; CHAUNU, Pierre. **A Civilização da Europa Clássica**. Lisboa: Estampa, 1993; HESPANHA, Antonio Manuel (Coord.). **História de Portugal: O Antigo Regime**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 11-16; HESPANHA, Antonio Manuel. As faces de uma Revolução. HESPANHA, Antonio Manuel (Dir.). **A Restauração e sua época**. Lisboa: Cosmos, 1993; NOGUEIRA DA SILVA, Ana Cristina e HESPANHA, Antonio Manuel. A identidade Portuguesa. In: HESPANHA, Antonio Manuel (Coord.). **História de Portugal: O Antigo Regime**. Lisboa: Estampa, 1998.

restauração portuguesa e, partindo de tal constatação, de que a identidade deve ser compreendida aliada ao debate acerca da sucessão.

Antes, no entanto, será apresentado o modo como a historiografia entendeu o período, partindo das análises de: Eduardo D' Oliveira França, em seu livro "Portugal na Época da Restauração"⁵, A. H. de Oliveira Marques em "História de Portugal: do Renascimento às Revoluções Liberais" e "Da União Ibérica à Restauração In: Breve História de Portugal"⁶, Joaquim Veríssimo Serrão em "História de Portugal: Governo dos Reis Espanhóis" e "A Restauração e a Monarquia Absoluta"⁷, Joaquim Romero de Magalhães em "História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade"⁸ e Antonio Manuel Hespanha em "História de Portugal: O Antigo Regime" e "A Restauração e sua Época"⁹. Além destes, cito dois autores que serão utilizados no decorrer deste capítulo, Jacqueline Hermann¹⁰, por tratar especificamente do reinado de D. Sebastião, e Pierre Chaunu¹¹, que faz um estudo da Europa no século XVII, e não especificamente de Portugal.

⁵ OLIVEIRA FRANÇA, Eduardo D'. **Portugal na Época da Restauração**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira. **Breve História de Portugal**. Lisboa: Presença, 1996; MARQUES, A. H. de Oliveira. **História de Portugal: Do Renascimento às Revoluções Liberais**. **Op. Cit.**

⁷ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal: A Restauração e a Monarquia Absoluta**. Lisboa: Verbo, 1982; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal: Governo dos Reis Espanhóis**. Lisboa: Verbo, 1979.

⁸ MAGALHÃES Joaquim Romero de (Coord.). **História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade**. Lisboa: Estampa, 1997.

⁹ HESPANHA, Antonio Manuel (Coord.). **História de Portugal: O Antigo Regime**. **Op. Cit.**; HESPANHA, Antonio Manuel (Dir.). **A Restauração e sua época**. **Op. Cit.**

¹⁰ HERMANN, jacqueline. **No Reino do Desejado**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹¹ CHAUNU, Pierre. **Op. Cit.**

1.1 - A Historiografia e a Restauração

Pelo menos três questões são colocadas pelos autores aqui apresentados, não significando que foram tratadas da mesma forma e nem na mesma ordem, ou seja: havia um desejo de União das Coroaas Ibéricas? Que motivações levaram à restauração portuguesa? Existia uma identidade lusitana no período¹²?

Eduardo D' Oliveira França, ao tentar responder estas questões, parte do princípio de que devemos entender os séculos XVI e XVII como um século ibérico, onde as instituições castelhanas se consolidariam em grande parte do ocidente europeu, sobretudo em Portugal¹³. Segundo o autor, Portugal compartilhava de um mundo barroco ibérico, que se opunha ao classicismo francês, havendo uma proximidade tanto cultural como institucional entre os dois reinos, o que facilitara, em certa medida, a anexação da coroa lusitana por Filipe II (I de Portugal). Este mundo ibérico apresentado por Oliveira França estaria presente, principalmente, entre a nobreza peninsular, denominada aqui pelo termo hidalgo, sendo este o melhor exemplo do homem barroco. Este é um ponto fundamental na análise proposta pelo autor pois, para ele, o que motivara a restauração fora uma cisão de hidalgos, ou seja, de nobres.

¹² A questão da existência de uma identidade lusitana não será tratada no presente trabalho. Tal debate insere-se neste capítulo por estar presente nas obras aqui apresentadas, sendo então necessária sua colocação.

¹³ Tal predomínio se daria, segundo Pierre Chaunu, até pelo menos 1640 sendo que, após a metade do século XVII, o mediterrâneo perdera o preponderância para o norte da Europa, ou seja, para a França, a nível intelectual e político, e para os Países Baixos, a nível econômico. *Idem*. p. 32.

A grande questão levantada por Oliveira França seria a perda da vida cortesã pelo fidalgo português, que se vira cada vez mais restrita à cortes de aldeias. O afastamento gradual da coroa implicava na desmobilização da nobreza lusitana pois o que caracterizaria sua nobreza seria, além do nascimento, suas ações¹⁴. A honra era adquirida pelos serviços prestados ao reino, e sem corte, os nobres ficariam impossibilitados de adquiri-la. Neste caso, o problema não seria a submissão ao rei, mas sim a falta de corte e as dificuldades de ascensão junto ao monarca. O autor apresenta assim a nobreza lusitana como o agente da restauração, devido ao descontentamento com sua situação no reino. Não se era contra a união das coroas ibéricas, desde que não perdessem seus privilégios e suas posições junto a corte.

A exigência de tais privilégios só seria possível após a reestruturação das casas senhoriais lusitanas, que haviam perdido parte de seus membros na Batalha de Alcácer Quibir¹⁵. Com o intuito de garantir os direitos estabelecidos pelo estatuto de Tomar¹⁶, toma-se uma postura de oposição frente à política filipina de centralização de poder, principalmente após a ascensão do conde duque de Olivares, no reinado de Filipe IV (III de Portugal)¹⁷. Tornava-se assim problemático tratar de uma identidade

¹⁴ Sobre esta questão, ver segundo capítulo, tópico 2.2.2 - Orador e Diplomata da Restauração, onde trato da necessidade de ação por parte da nobreza como um modo de garantir o apoio da fidalguia ao novo rei. Ver ainda: MAGALHÃES, Leandro Henrique. *Vieira e a Economia da Restauração. III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas*. Curitiba: UFPR, 1999; BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.27; AZEVEDO, João Lucio de. *História de Antonio Vieira*. 3ª. edição. Vol 1. Lisboa: Clássico, 1992, p.39; CIDADE, Hernâni. *Padre Antonio Vieira*. Coleção A obra e o homem. Lisboa: Arcádia, 1947, p. 59.

¹⁵ Sobre o tema, vide segunda parte do presente capítulo.

¹⁶ Idem.

¹⁷ CHAUNU, Pierre. *Op. Cit.* p. 95.

portuguesa neste período, sendo no entanto possível pensar em uma identidade cortesã que ultrapassaria as fronteiras, sendo então a restauração entendida mais como uma ruptura de hidalgos receosos de perder seu lugar do que um movimento nacionalista de recuperação da independência.

Oliveira França demonstra tal questão com clareza quando trata das expectativas da população de um modo em geral em relação à restauração, onde identifica uma falta de unidade de interesses não só grupal, mas também regional¹⁸. No entanto afirma que, após 1640, Portugal afastara-se definitivamente de Castela e, desta forma, iniciara a construção de uma identidade lusitana modelada pelo liberalismo inglês.

Já Joaquim Veríssimo Serrão vê a União Ibérica como um acontecimento accidental na história de Portugal, pois em 1640 seria restabelecida a antiga linha sucessória do reino. Para ele, os Filipes jamais constituíram uma realza lusitana, chamada aqui de nacional, pois nunca habitaram o reino e nem estabeleceram laços de sangue. Nas palavras de Serrão:

¹⁸ Em textos intitulados "A Restauração Portuguesa nos Capítulos das Cortes de Lisboa de 1641", de Antonio Manuel Hespanha, e "Cortes e Procuradores do Reinado de D. João IV", de Pedro Almeida Cardim, os autores demonstram como o discurso legitimador em torno de D. João IV, de que a restauração respondia a um desejo generalizado da população, se distanciava da prática da época. Segundo Hespanha, no século XVI têm-se um centro pouco ativo e uma periferia independente, o que levaria os representantes dos concelhos a darem preferência, nas cortes, à questões particulares que globais, buscando resolver os problemas mais de sua região que do reino, revelando-se, muitas vezes, interesses contraditórios entre os membros das cortes. Segundo Pierre Chaunu, a oposição entre o poder real e o local seria uma característica das monarquias do período, sendo que se teria, a partir de pelo menos a metade do século XVII, um crescimento significativo do poder central. CARDIM, Pedro Almeida. Cortes e Procuradores do Reinado de D. João IV. In: In: HESPANHA, Antonio Manuel (Dir.). **A Restauração e sua época**. Lisboa: Cosmos, 1993; HESPANHA, Antonio Manuel. A restauração portuguesa nos capítulos das cortes de Lisboa de 1641. In: HESPANHA, Antonio Manuel (Dir.). **A Restauração e sua época**. Lisboa: Cosmos, 1993; CHAUNU, Pierre. **Op. Cit.**. Sobre a questão, ver ainda: MONTEIRO, Nuno Gonçalves. Poder Senhorial, Estatuto Nobiliárquico e Aristocracia. In: HESPANHA, Antonio Manuel (Coord.). **História de Portugal: O Antigo Regime**. Lisboa: Estampa, 1998.

“Mesmo que para Filipe II e Filipe III, na observância das normas jurídicas tradicionais, tivesse havido aclamação e juramento em cortes, foram todos reis estranhos do foro nacional, como o demonstra a História deste período (p.11)¹⁹.”

Não entende, assim, a União Ibérica como algo desejado pelos lusitanos, ao contrário de Oliveira França. Esta perspectiva possibilita que o autor identifique tensões entre portugueses e castelhanos, ou seja, enquanto Oliveira França vê uma nobreza apática e sem forças para enfrentar o poderio espanhol, Serrão apresenta, a partir desta mesma nobreza, uma situação de constante contestação, marcando o período de conflitos. O autor vê aí mais do que diferenças de interesses, mas sim reações patrióticas contra o governo espanhol. Desta forma, a narração do período filipino é recheada de protestos e tensões que exaltariam, segundo Serrão, o patriotismo do povo português²⁰. Faz-se necessário ressaltar aqui que o autor elabora sua narrativa opondo o período de intranquilidade e desconfiança política dos Filipes com o período de união e tranquilidade que esse estabeleceria após a restauração.

Esta oposição é perceptível quando Veríssimo Serrão trata da figura de D. João IV. Ao contrário dos demais autores, apresenta-o como herói, um líder político, administrativo e militar que encarnaria a unidade do

¹⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Governo dos Reis Espanhóis. **Op. Cit.**

²⁰ Partindo do texto do autor, podemos citar como exemplo: motim contra tributo instaurado em 1581, que teria por objetivo defender o litoral lusitano; revolta da fidalguia contra a nomeação de um espanhol para o cargo de general de terra e mar de Portugal, em 22 de julho de 1596; revolta de religiosos frente a um acordo entre a coroa e os cristãos novos, com o intuito de se garantir recursos para ofensivas contra a Inglaterra e a França, em 1601, insatisfação frente a nomeação de espanhóis para o Conselho da Fazenda, dentre outros.

reino²¹. Identifica-o assim como um símbolo de autonomia que os Filipes não conseguiram apagar, entendendo os nobres que não apoiaram o movimento como fracassados e invejosos. A aclamação unânime de D. João IV serviria de contraponto para a aclamação de Filipe II (I de Portugal) que, segundo o autor, só ocorrera após resistência dos portugueses e por força das circunstâncias.

Joaquim Veríssimo Serrão entende assim a restauração como um movimento de todo o reino, que havia se unido em torno da figura de D. João IV, contrariando a versão de Oliveira França, além de não se atentar para os conflitos de interesses que tiveram lugar na corte lisboeta após a restauração da coroa²². Ele a apresenta como um novo modo de ser português, o ponto de chegada de uma consciência nacional que havia sido recobrada a partir da união das coroas ibéricas²³.

Apesar de exaltar esta aparente unidade em torno do novo monarca, apresenta a restauração como um movimento realizado por uma segunda linha de nobreza lusitana, que se recuperara do choque de Alcácer Quibir, motivada pela política de centralização promovida principalmente pelo conde duque de Olivares. Neste sentido, Serrão compartilha do mesmo raciocínio de Oliveira França, diferenciando-se apenas no sentido de entender

Segundo Joaquim Veríssimo Serrão, todas estas manifestações teriam um caráter patriótico e de oposição a dominação castelhana sobre Portugal. **Idem**.

²¹ Segundo Serrão, a historiografia liberal teria denegrido a figura de D. João IV. **Idem**.

²² Tal união é questionada também por outros autores. A. H. de Oliveira Marques demonstra que grande parte da nobreza não se alinhara a D. João IV, preferindo manter-se fiel a Filipe IV, posição seguida por diversos mercadores lisboetas. Além disso, apresenta a corte como formada por conselhos e tribunais que, como demonstrado por Pedro Cardim, possuía uma diversidade de sensibilidades e clãs que levariam a rupturas entre a elite cortesã. Segundo Pierre Chaunu, tais características impediam a formação de estados absolutos. MARQUES, A. H. de Oliveira. Do Renascimento às Revoluções Liberais. **Op. Cit.**; CARDIM, Pedro. D. João IV. In: HESPANHA, Antonio Manuel (Coord.). **História de Portugal: O Antigo Regime**. Lisboa: Estampa, 1998; CHAUNU, Pierre. **Op. Cit.**

que o que motivara estes nobres seria a tradição de independência dos portugueses. Estes acabaram aproveitando-se de um momento de desgaste espanhol frente sua política externa e de vitalidade nacional portuguesa, promovida, segundo o autor, pela própria política espanhola que jamais teria abandonado o reino lusitano e, ao contrário, teria até mesmo promovido seu crescimento e sustentação. Nas palavras do autor:

“A má administração dos Filipes, sobretudo após o governo do conde-duque de Olivares, nunca se traduziu em decadência para o País. Ao longo dos primeiros quarenta anos do século XVII, o reino desenvolveu sua riqueza material e as suas energias mentais. Haja em vista o surto marítimo, que Jaime Cortesão e Frédéric Mauro puseram em relevo; o aumento da população, que orçava por 1.400.000 habitantes ao redor de 1640; e a valorização regional, que se acentuou neste período (p.142)²⁴.”

A. H. de Oliveira Marques, assim como Oliveira França, vê a união ibérica como algo que se tornara viável tanto do ponto de vista econômico como cultural e social, tendo em vista que a cultura portuguesa sofria uma constante castelhanização e, além disso, a prata advinda da América chamava a atenção dos mercadores portugueses. Para ele, tanto Portugal quanto Castela desejavam a unificação, pois:

“(…) se consideravam ainda partes integrantes da Hispânia, a Hispânia pagã dos Romanos, a Hispânia Cristã do Baixo Império ou do Reino Visigodo, unificada pela derradeira vez pelo Islam (p.280)²⁵.”

²³ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Governo dos Reis Espanhóis. **Op. Cit.** p. 11.

²⁴ **Idem.**

²⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira. Breve História de Portugal. **Op. Cit.**

Para o autor, no entanto, a união das coroas ibéricas não significaria perda de autonomia, o que fora garantida através das cortes de Tomar de 1581, onde permanecera a cargo dos portugueses a administração de todos os negócios lusitanos, garantindo assim uma certa soberania portuguesa²⁶.

O movimento que resultara na restauração portuguesa se consolidaria ao mesmo tempo em que o Império Espanhol começara a ruir pois, como demonstra Oliveira Marques, Portugal dependia do comércio ultramarino, mais do que da produção metropolitana, sendo que, devido aos conflitos internacionais com os Países Baixos e com a Inglaterra, muitas possessões portuguesas se viram ameaçadas, além da perda de inúmeras embarcações. Desta forma, a política externa espanhola afetara decisivamente a economia lusitana, que se vira obrigada a financiar uma guerra que não era sua, ao mesmo tempo que enfrentava uma crescente crise econômica dentro do reino. A ameaça ao império português seria, no entanto, uma das facetas que levaram à restauração pois, como demonstrado pelo autor, o que realmente motivara o movimento de 1640 fora uma crise no seio da nobreza, devido a falta de corte em Lisboa e as dificuldades de acesso à realeza madrilhenha, aliadas à uma inflação de títulos, promovida como meio de garantir adeptos aos reis espanhóis, e a uma tentativa de centralização do poder filipino promovido no governo de Filipe IV (III de Portugal). Desta forma, seguindo o caminho indicado por Oliveira França,

²⁶ Segundo Oliveira Marques, as Cortes de Tomar garantiriam para os portugueses a administração, o governo e o Império Ultramarino, além de se manter a língua portuguesa como a oficial do reino, e as receitas e despesas separadas. *Idem*.

Oliveira Marques apresenta a restauração como um movimento de nobres, porém não de todos, pois muitos continuariam fiéis a Filipe IV e jamais retornariam à Portugal.

Apesar de apresentar a restauração como um movimento nobiliárquico, Oliveira Marques identifica na restauração uma idéia de nacionalidade, apresentada como uma vontade de não ser confundido com Castela²⁷. Nas palavras do autor:

“Cinco séculos de governo próprio haviam evidentemente forjado uma nação, fortalecendo-a até ao ponto de rejeitar qualquer espécie de união com o país vizinho (p.168)²⁸.”

O autor chama a atenção, no entanto, para o fato de que nacionalidade não significa necessariamente independência, pois este sentimento estaria presente no povo lusitano já no momento da união ibérica, justificando assim o fato de que, com exceção do povo, todos os demais extratos da sociedade viram-se divididos e receosos em relação à restauração da coroa de Portugal.

Joaquim Romero de Magalhães²⁹ entende a união das coroas ibéricas como algo previsível e desejado pelos nobres portugueses, haja visto

²⁷ Em texto intitulado “D. Afonso Henriques: Rei Portucalense ou Rei Português”, Oliveira Marques demonstra que a formação de Portugal se dera não somente por oposições religiosas sendo que, em muitos casos, houve a necessidade não só de acordos com os mouros ao sul, mas de conflitos contra cristãos espanhóis ao norte, dependendo dos interesses da coroa e da ameaça ao território. Seria assim, neste período de formação do reino de Portugal que se originara as oposições entre castelhanos e portugueses. MARQUES, A. H. de Oliveira. D. Afonso Henriques: Rei Portucalense ou Rei Português. In: TENGARRINHA, José. **A Historiografia Portuguesa, Hoje**. São Paulo: Hucitec, 1999.

²⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira. Do Renascimento às Revoluções Liberais. **Op. Cit.**

²⁹ Estou tratando aqui não só do historiador Joaquim Romero de Magalhães, mas do grupo de pesquisadores, sob sua coordenação, que elaboraram o volume sobre o primeiro período da União Ibérica, ou seja, até 1620. Desta forma, estes autores não tratam especificamente

a política de alianças matrimoniais entre os reinos³⁰. Esta aliança, que se constrói entre a nobreza lusitana e castelhana, não era, no entanto, acompanhada pelo povo, que via em D. Sebastião o único meio de se evitar o que era já previsível, ou seja, o trono português ser ocupado por um rei estrangeiro. Daí o fato de D. Sebastião ter nascido com o estigma de desejado³¹.

Após o desastre de Alcácer Quibir, a nobreza lusitana se enfraquece pois, como afirma Francisco Bethencourt, tal investida contou com quadros de quase todas famílias nobres de Portugal que, se não morreram, foram presos pelos marroquinos. Filipe II aproveitaria tal situação, auxiliando no resgate de muitos filhos de nobres reféns da batalha, garantindo assim o apoio de grande parte da nobreza lusitana quando da disputa sucessória³². É apresentado assim um quadro de desconfiguração nobiliárquica, formada em sua maioria por viúvas e filhos segundos, o que facilitaria a cooptação destes pelo monarca espanhol, fosse através de dinheiro e regalias, fosse através da promessa de distribuição de títulos. É importante realçar que, como nos alerta Nuno Gonçalo Monteiro, no período aqui tratado a coroa cria diversos privilégios que ultrapassariam a divisão tripartida da sociedade, onde a aristocracia de corte se distinguia das demais categorias nobiliárquicas. Há,

da restauração portuguesa, mas apresentam indícios para que possamos pensá-la e refletir as questões aqui apontadas.

³⁰ Em texto intitulado "Os espaços administrativos na construção do Estado Moderno em Portugal", Joaquim Romero de Magalhães afirma que a ambição de Castela seria "(...) instalar o seu domínio sobre toda a península, no espaço que fora o da Hispânia Romana e Visigótica (p.118)", sendo que a independência de Portugal era tida como perturbadora para uma unidade castelhana. MAGALHÃES, Joaquim Romero. Os espaços administrativos na construção do Estado Moderno em Portugal. In: TENGARRINHA, José. **A Historiografia Portuguesa, Hoje**. São Paulo: Hucitec, 1999; CUNHA, Mafalda Soares. **Op. Cit.** p. 465.

³¹ HERMANN, Jacqueline. **Op. Cit.**

³² BETHENCOURT, Francisco. D. Henrique. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero. **História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade**. Lisboa: Estampa, 1997. p. 162

assim, uma banalização dos títulos de nobreza, criando-se um estatuto intermediário entre o nobre de sangue e o povo, ou seja, uma nobreza civil ou política, adquirida pela riqueza, ou pela indústria (trabalho). Esta classe intermediária da nobreza lusitana não era considerada como nobres pela nobreza de sangue, e nem denominados de fidalgos, onde o alargamento da definição jurídica de nobreza não fora acompanhada de um alargamento de sua representação, que continuaria presa as antigas imagens e identidades³³.

Tais questões, aliada à perspectiva apresentada por Oliveira Marques de inflação de títulos, pode explicar a restauração a partir de uma reestruturação e reação da nobreza contra a centralização crescente promovida pela corte madrilhenha, tese esta defendida por Oliveira França. É necessário, no entanto, aliar tal reação com a necessidade, expressa já no tempo de Filipe II (I de Portugal), de um rei natural, tanto que este procurara se apresentar como descendente de reis portugueses, o que o livraria do estigma de ser estranho ao reino³⁴. Seria neste período de crise dinástica que se colocaria pela primeira vez a noção, mesmo que difusa, de comunidade histórica com identidade própria. Ou seja:

“Numa palavra, pela primeira vez aparece o termo ‘nação’ com o sentido de comunidade política, em concorrência com o termo ‘reino’ (dominante até o século XVIII), que remete, necessariamente, para a noção de senhorio (p.464)³⁵.”

Francisco Bethencourt nos alerta, no entanto, que tratar as reações ao domínio dos Filipes sobre Portugal e o ideal de um rei natural

³³ MONTEIRO, Nuno Gonçalves. **Op. Cit.** p. 297 - 314.

como nacionalismo seria uma visão anacrônica, pois os personagens históricos deste período seriam ainda incapaz de formularem tal conceito, como seriam apresentados no século XVIII. A questão de uma identidade lusitana é assim relativizada, mas não negada por estes historiadores, que vêem neste período a primeira problematização acerca do tema, ou seja, da noção de comunidade histórica independente do soberano. Distanciam-se assim de Joaquim Veríssimo Serrão e Oliveira Marques, que vêem na restauração um movimento de aspirações nacionalistas, aproximando-se das perspectivas de Oliveira França, que entende este momento como o de um despertar de uma identidade lusitana.

Antonio Manuel Hespanha, ao tratar da restauração portuguesa, têm na questão da identidade lusitana o seu grande debate, sendo este o ponto de partida para entendermos tanto a união ibérica como a restauração³⁶. Em primeiro lugar, deve-se levar em consideração o fato de que havia uma tendência para a União das Coroas Ibéricas, como demonstrado por Joaquim Romero Magalhães, o que seria facilitado por uma identidade ibérica presente entre os portugueses. Nas palavras de Ana Cristina Nogueira da Silva:

“O sentimento da identidade hispânica mostrara a sua eficácia política na preparação e na sustentação da monarquia dual; no plano cultural explica o bilinguismo e a atração castelhanizante de muitos escritores portugueses; no plano jurídico,

³⁴ CUNHA, Mafalda Soares da. **Op. Cit.** p. 471.

³⁵ BETHENCOURT, Francisco. **Op. Cit.**

³⁶ Ao citar aqui a Antonio Manuel Hespanha, esta-se tratando de um grupo de pesquisadores que sob sua coordenação elaboraram dois importantes volumes sobre a restauração portuguesa: “História de Portugal: O Antigo Regime” e “A Restauração e a sua época”.

justificava a aplicação em Portugal do direito castelhano (p.23)³⁷.”

Não havia assim um estranhamento, pelo menos por parte da nobreza, entre portugueses e espanhóis, tendo em vista que seus laços ultrapassariam fronteiras, havendo uma maior identidade entre os nobres dos dois reinos que entre nobres e povo³⁸. Desta forma, os blocos políticos que se constituíam neste período não tinham um caráter nacional, mas diziam respeito à fidelidades grupais, jurídicas, ideológicas e a interesses particulares, onde as questões locais teriam mais importância que as mudanças dinásticas³⁹. Estas, por sua vez, ganhariam força nas disputas de poderes entre nobres, que viam na corte a manutenção de seu poder e de sua nobreza, como apresentado por Oliveira França.

Era assim difícil falar de uma identidade lusitana, tendo em vista que a sociedade se constituía de forma politicamente plural, ou seja, não se era português de forma nítida e unidimensional, existindo identidades que ultrapassariam a ideia de nação. O exemplo mais claro de tal perspectiva era o fato de serem mais católicos que portugueses, o que por si só dificultava uma identidade pois, ao mesmo tempo que servia de fator de união entre os católicos, excluía os não católicos, como o caso dos judeus e dos índios

³⁷ NOGUEIRA DA SILVA, Ana Cristina. **Op. Cit.**

³⁸ **Idem.**

³⁹ Em texto intitulado “O debate acerca do ‘Estado Moderno’”, Antonio Manuel Hespanha demonstra a impossibilidade de utilização do termo Estado Moderno para caracterizar o estatuto político do reino, até pelo mesmo o século XVIII. Para tanto, demonstra que o poder exercido pela coroa era limitado tanto pelos poderes locais ou regionais dos concelhos e nobres, pela debilidade do aparelho administrativo e, principalmente, pelo fato de que o poder estaria repartido entre diversas esferas da sociedade onde temos que, se o rei possuía prerrogativas como a cunhagem de moedas, “(...) o certo é que os restantes poderes também tinham atribuições de que o rei não dispunha (p.142)”. Dentre estes poderes, cita a igreja, as universidades, a nobreza, os tribunais e a família. HESPANHA,

não convertidos⁴⁰. No entanto, desenvolve-se um fator de união, principalmente após o desaparecimento de D. Sebastião e posterior anexação da coroa lusitana ao monarca espanhol, baseado em um providencialismo que identificava o povo português como o escolhido por Deus, sendo este um discurso retomado após a restauração para se distinguir do espanhol.

Desta forma, o ideal de nacionalismo não explica a restauração pois, como nos alerta Antonio Manuel Hespanha⁴¹, não havia, mesmo em 1640, um interesse nacional que movesse os diversos grupos numa expectativa comum em relação à separação das coroas, mas sim interesses diversos que se unem na idéia de tirania e de mau governo para deporem o rei espanhol. Ou seja, não havia ainda, em 1640, um estado propriamente dito, pois as relações de poder ainda não estavam claras, não havendo uma idéia segura sobre quais seriam os interesses nacionais.

A restauração portuguesa se configura assim como um movimento de nobres, como já apontado pelos demais autores aqui apresentados, que se rebelaram contra a tendência centralizadora que, ferindo o estatuto de Tomar, comprometia os privilégios da nobreza lusitana, que vinha sendo gradualmente marginalizados pela política de Olivares. O movimento se caracterizaria assim contra o “segundo Portugal” dos Filipes,

Antonio Manuel. O Debate Acerca do “Estado Moderno”. TENGARRINHA, José. **A Historiografia Portuguesa, Hoje**. São Paulo: Hucitec, 1999.

⁴⁰ Tal questão pode ser identificada também na obra de Vieira, no que se refere a sua postura em defesa aos cristãos novos e aos nativos americanos. No primeiro caso, o jesuíta propõe o fim das distinções entre cristãos novos e velhos, tendo em vista que ela dificultaria a integração dos cristãos-novos no reino. No segundo, entenderia a conversão do nativo como fundamental para a expansão do reino lusitano pois, quando convertidos, tornar-se-iam súdito do rei. Sobre a questão da conversão, ver: MAGALHÃES, Leandro Henrique. **Olhares sobre a Colônia: Vieira e os Índios**. Londrina: EDUEL, 1999. As fontes de Vieira por mim trabalhadas e que tratam deste tema são: **Papel Forte; Proposta ...; Razões ...; Sermão da Epifania; Sermão da Primeira Dominga da Quaresma; Sermão do Espírito Santo**.

promovido a partir da ascensão de Filipe IV (III de Portugal) e, neste caso, os nobres que se mantiveram fiéis à Castela estariam fiéis ao Portugal do estatuto de Tomar.

Após a apresentação dos referidos autores, podemos fazer algumas afirmações. Primeiramente, com exceção de Joaquim Veríssimo Serrão, todos os demais apresentam a união ibérica como algo que, se não desejado, era pelo menos propício de se realizar, sendo que Joaquim Romero de Magalhães identifica tal fator a partir das alianças matrimoniais realizadas entre as famílias reais de ambas as coroas, e Oliviera França e Manuel Hespanha partem da idéia de uma identidade ibérica, que o primeiro denomina de mundo barroco ibérico. Uma questão apresentada como consenso é a desmobilização cortesã após a batalha de Alcácer Quibir, sendo que cada autor teria uma forma particular de tratar a questão.

A problemática da identidade lusitana fora geralmente associada à idéia de nacionalidade, fosse para confirmar ambas, fosse para negar a segunda. Neste sentido, tanto Oliveira Marques como Serrão entendem haver uma nacionalidade lusitana, tida pelo primeiro como uma vontade de não ser confundido com Castela. A perspectiva dos autores se distanciam quando se trata da unidade do reino em torno de D. João IV, pois Serrão afirma sua existência, enquanto Oliveira Marques afirma que tal não era apresentada, o que não tiraria o caráter nacional dos portugueses pois, para o autor, nacionalismo não deveria ser confundido com independência.

Os demais autores, apesar de não aceitarem o termo nacionalismo, não negam que a restauração portuguesa levou a uma reflexão

⁴¹ HESPANHA, Antonio Manuel. As faces de uma revolução. **Op. Cit.**

sobre a noção de uma comunidade história, como nos indica Mafalda Soares da Cunha. Prevaleceria, no entanto, uma identidade difusa, que seria mais forte entre os nobres que no resto da população.

Por fim, podemos afirmar que todos os autores aqui tratados viram a restauração portuguesa a partir de uma perspectiva política dinástica, privilegiando-se assim a visão do nobre português. Tal opção se justificaria pelo fato de que, segundo estes autores, a restauração deve ser entendida como movimento de nobres, motivados sejam por uma tradição de independência que não se apagara com a união ibérica, segundo Serrão, seja como forma de reação contra uma centralização de poder que retirara, gradualmente, as funções da nobreza lusitana, que vivia um momento de crescente marginalização em relação à corte madrilhenha. Neste sentido, pouco foi analisado o impacto que a restauração promoveu entre os demais grupos lusitanos, ou ainda as expectativas regionais em relação a ela.

1.2 - Da União Ibérica à Restauração: O Processo Político

Ao propormos uma análise política da restauração portuguesa, faz-se necessário retornarmos ao reinado de D. Sebastião tendo em vista que, após o seu desaparecimento, torna-se viável a anexação da coroa lusitana por Filipe II (I de Portugal). Tal anexação era quase que inevitável devido a política de casamentos entre os monarcas de ambos os reinos⁴². Nas palavras de Joaquim Romero de Magalhães:

⁴² Como exemplo, podemos citar as seguintes uniões: Carlos V com D. Isabel, filha de D. Manuel, D. Manuel com D. Leonor, filha de Carlos V, Filipe II com D. Maria, filha de D. João

"A união dos tronos peninsulares ia finalmente realizar-se. D. Sebastião, na sua infelicidade pessoal, não era mais do que o acidente dinástico que a família conscientemente fora preparando. Esta junção das coroas peninsulares poderia ter acontecido antes. Veio a ser desencadeado de um modo dramático, pela imprudência de um jovem que ninguém soubera deter (p.460)⁴³".

Segundo Jacqueline Hermann,⁴⁴ as narrativas acerca do reinado de D. Sebastião se comporiam por duas vertentes principais: ou seriam poucos lisonjeiras, culpando o rei pelo fracasso da batalha de Alcácer Quibir, ou versões laudatórias, sendo que, em sua maioria, tais relatos procurariam explicar as causas de tal fracasso⁴⁵.

D. Sebastião nascera em 20 de janeiro de 1554, sendo que seu pai, D. João, morrera no dia 02 do mesmo mês. Diante de tal fato, o jovem herdeiro do trono era o único que poderia evitar uma possível união das coroas ibéricas, pois era o último herdeiro direto da Dinastia de Avis⁴⁶. A situação se agravava quando da morte de D. João III, em 11 de junho de 1557, pois a nobreza se apresentava dividida em relação aos nomes dos possíveis tutores de D. Sebastião, representados nas figuras de D. Henrique,

III e D. João com D. Joana, irmã de Filipe II. HERMANN, Jacqueline. **Op. Cit.**; MAGALHÃES Joaquim Romero de. **No Alvorecer da Modernidade. Op. Cit.**

⁴³ MAGALHÃES Joaquim Romero de. **No Alvorecer da Modernidade. Op. Cit.**

⁴⁴ HERMANN, Jacqueline. **Op. Cit.** p. 74.

⁴⁵ Dentre tais narrativas, Jacqueline Hermann destaca as seguintes: PEREIRA, Miguel. **Crônica de El-rey don Sebastian**. Lisboa, 1584; ROMAN, Antônio de San. **Jornada y muerte del rey Don Sebastian de Portugal**. Valladolid, 1603; CASTRO, D. João de. **Discurso da vida do rey D. Sebastian**. Paris, 1603; CRUZ, Bernardes. **Chronica de el-rei D. Sebastião**, 1837; ALVARES, Eduardo. **Memória acerca da batalha de Alcácer Quibir**, 1892.

⁴⁶ MAGALHÃES, Joaquim Romero. D. Sebastião. In: MAGALHÃES Joaquim Romero de (Coord.). **História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade**. Lisboa: Estampa, 1997, p. 456.

tio avô do futuro monarca, e D. Catarina, sua avó⁴⁷. É neste sentido que Pero de Alcáçova Carneiro, antigo secretário de D. João III, forja um documento onde se apresentava o desejo do rei morto para que D. Catarina assumisse a regência e a tutoria de D. Sebastião⁴⁸. Devemos entender tal querela como uma disputa entre duas facções da nobreza, ou seja, daqueles que desejavam uma política de aproximação com Filipe II, como era o caso de D. Catarina, e aqueles que buscavam um alinhamento com Castela, porém não a entrega da coroa, posição defendida por D. Henrique⁴⁹.

D. Catarina convocaria cortes para o ano de 1562, onde renunciaria em favor de D. Henrique, que se comprometia a entregar a coroa a D. Sebastião quando este completasse quatorze anos. Tal renúncia seria ainda hoje, segundo Jacqueline Hermann, alvo de especulações, pois a justificativa oficial para tal ato seriam as pressões que a rainha sofrera após a hesitação em enviar socorro a Mazagão⁵⁰, que teria sido atacado por marroquinos. No entanto, a rainha estaria renunciando a regência, e não a tutoria do futuro rei, o que torna possível uma pretensão de se aproximar de D. Sebastião, e assim, prepará-lo para uma política que estivesse de acordo com os castelhanos. Nas palavras de Jacqueline Hermann:

"O fato é que sua renúncia parece fazer pouco sentido, ou ainda estar mal explicada pela historiografia portuguesa. Difícil entender por que, depois de demonstrar tamanha habilidade política para manter-se à frente do governo, não

⁴⁷ Foi no mês de junho do mesmo ano que D. Sebastião foi aclamado rei pelas cortes.

⁴⁸ HERMANN, Jacqueline. *Op. Cit.* p. 78.

⁴⁹ MAGALHÃES, Joaquim Romero. D. Sebastião. *Op. Cit.* p.457.

⁵⁰ Domínio português no norte da África que fora cercada por mouros. A batalha duraria cerca de 65 dias, com vitória portuguesa e morte de mais de vinte e cinco mil mouros. HERMANN, Jacqueline. *Op. Cit.* p. 318..

capitalizaria a seu favor a vitória sobre os mouros em Mazagão (p.81)⁵¹.”

D. Sebastião assumiria o trono português em janeiro de 1568, tendo como principal objetivo de seu governo a reconquista das possessões perdidas no norte da África. Autores como Joaquim Romero de Magalhães e Oliveira Marques vêem em tal atitude uma postura pouco cautelosa, sendo influenciado por grupos de jovens que apoiavam tal investida⁵². Jacqueline Hermann, no entanto, prefere cautela em relação a tais conclusões pois, segundo a autora, projetos de reconquista do norte da África faziam parte das expectativas portuguesas do século XVI, e devem ser entendidos como uma resposta ao estilo defensivo do governo de D. João III. Além disso, a autora nos lembra que os educadores de D. Sebastião viam com maus olhos o abandono das praças marroquinas. Dentre eles, podemos citar D. Aleixo de Meneses, o jesuíta Padre Luís Gonçalves de Câmara e Diogo de Teive, humanista português que dedica uma obra sobre educação dos príncipes à D. Sebastião⁵³.

Jacqueline Hermann nos propõe ainda que entendamos tal desejo de conquista da África no conjunto da História de Portugal, e não como fato isolado do reinado de D. Sebastião, normalmente aliada a sua derrota no Marrocos. A autora nos lembra que a conquista de tal região era tida como uma espécie de prolongamento da Reconquista, tendo em vista que este território pertencera aos Visigodos, de quem os reis peninsulares eram

⁵¹ Segundo Jacqueline Hermann, tal batalha inflamara o desejo de conquista do Norte da África e influenciaria a política externa de D. Sebastião. HERMANN, Jacqueline. **Op. Cit.**

⁵² MAGALHÃES, Joaquim Romero. D. Sebastião. **Op. Cit.** p. 458; MARQUES, A. H. de Oliveira. Breve História de Portugal. **Op. Cit.**

⁵³ HERMANN, Jacqueline. **Op. Cit.**

herdeiros. Desta forma, a conquista de Ceuta deve ser entendida como um marco inicial neste sentido, ampliando a perspectiva estritamente econômica para a conquista da região. A autora identifica, assim, um ressentimento lusitano pela perda das possessões africanas, expresso na obra de Camões, que:

“(...) escreveu sua epopéia num momento de dificuldades para a continuação do alargamento do império português, pregando a urgente e necessária recuperação desse projeto, sobretudo quanto ao que este significava em termos de expansão da fé cristã (p.96)⁵⁴”.

Este não se configurava, no entanto, no maior problema do governo de D. Sebastião, mas sim a questão sucessória. A dificuldade de acertar casamentos preocupavam aqueles que esperavam a continuidade da dinastia lusitana⁵⁵. Duas propostas lhe haviam sido apresentadas. A mais propícia de se concretizar seria com a Infanta Isabel Clara Eugênia, filha de Filipe II. Este, no entanto, adiara ao máximo tal enlace, prometendo que após a batalha no Marrocos, acertariam tal questão. De outro lado, estaria a Princesa Marguerite de Valois, de Paris. Tal proposta teria sido dificultada pelos embaixadores do soberano castelhano, que não viam com bons olhos a união de Portugal com a França. Além disso, deve-se ressaltar o fato de que o papa não aprovara tal união, tendo em vista que a França, em 1562, dera

⁵⁴ **Idem.**

⁵⁵ Uma das causas de D. Sebastião ter dificuldades de acertar casamentos seria uma doença misteriosa, que o teria acometido quando tinha onze anos, pois havia a suspeita dela ser venérea. Nas palavras de Jacqueline Hermann: “A divulgação da insistente doença do rei, os murmúrios em torno do tipo de enfermidade que o acometera e o próprio desinteresse do rei pela matéria devem ter desestimulado as casas reais européias a

liberdade de culto aos protestantes⁵⁶. Não podemos ignorar também o fato de que o próprio monarca não se preocupava com a questão, estando, segundo Joaquim Romero de Magalhães, mais preocupado com a arte bélica que com as mulheres⁵⁷. Já Jacqueline Hermann vê este possível afastamento em relação às mulheres como parte de sua educação, tendo em vista que fora preparado tanto por especialistas em arte bélica como por padres jesuítas⁵⁸.

Seria esta preocupação que o levaria às suas jornadas à África. A primeira deu-se em 1574, onde o rei visitara as possessões lusitanas, retornando logo em seguida ao reino⁵⁹. Em 1576, chegara à Lisboa a notícia de que o reino de Marrocos fora conquistado por Mulei Abd Ali-Malik, que depusera seu irmão, Mulei Muhammad Mutawakkil. Prevendo uma investida do novo soberano marroquino contra as possessões lusitanas na África, D. Sebastião decide apoiar o antigo soberano. Para tanto, solicita auxílio de seu tio, Filipe II, que prevendo as dificuldades da batalha, aconselha-o a desistir da empreitada⁶⁰. Apesar do conselho, promete-lhe auxílio, porém bem menor que o esperado⁶¹.

O monarca lusitano embarcaria na galé real em 14 de junho de 1578, sendo que a frota só partiria no dia 24 do mesmo mês, devido ao mau tempo. Segundo Joaquim Romero de Magalhães, tal expedição,

conceder suas filhas para o enlace matrimonial, demonstrando, ainda, um certo desprestígio de Portugal no cenário internacional (p.83)". **Idem**.

⁵⁶ **Idem**, p. 83.

⁵⁷ MAGALHÃES, Joaquim Romero. D. Sebastião. **Op. Cit.**

⁵⁸ HERMANN, Jacqueline. **Op. Cit.**

⁵⁹ Segundo Jacqueline Hermann tal empreitada fora mal explicada e mal documentada sendo que, quando analisada, é vista sempre em função da batalha de Alcacer Quibir. HERMANN, Jacqueline. **Op. Cit.** p. 103.

⁶⁰ MAGALHÃES, Joaquim Romero. D. Sebastião. **Op. Cit.** p. 458.

⁶¹ D. Sebastião pede um auxílio de 15.000 homens, sendo que Filipe II prometera 5.000, enviando, no entanto, apenas 3.000.

exageradamente luxuosa, estaria pouco preparada para a batalha que viria⁶². Esta ocorrera no dia 04 de agosto de 1578, em Alcácer Quibir, sendo o exército lusitano massacrado pelas forças marroquinas. Além do desaparecimento de D. Sebastião, em batalha, morreram também Mulei Abd Ali-Malik, que se encontrava enfermo, e Mulei Muhammad Mutawakkil, afogado. Assim, a batalha ficaria conhecida, no Marrocos, como a batalha dos três reis⁶³.

Em 28 de agosto de 1578 o Cardeal D. Henrique fora aclamado rei. Assumia o trono em uma conjuntura desfavorável para Portugal, pois:

“(...) a coroa tinha se endividado para financiar a expedição de D. Sebastião ao Norte da África; uma boa parte da nobreza tinha morrido em Alcácer Quibir ou ficara cativa; todo o reino fora atingido pela derrota, contando-se em muitos milhares os mortos e os prisioneiros (p.460)⁶⁴.”

Configurava-se assim um momento de crise financeira, política e moral. Os principais problemas do novo rei seriam, no entanto, o resgate dos cativos e a questão sucessória. O primeiro fora resolvido com envio de embaixadores para a África e o auxílio financeiro de Filipe II. Porém o segundo ganharia proporções que limitariam a atuação de D. Henrique na contenda. Com o intuito de trazer o debate para si, o rei, que era cardeal, pede dispensa papal para que assim pudesse casar, o que fora bloqueado pelos embaixadores de Filipe II⁶⁵.

⁶² MAGALHÃES, Joaquim Romero. D. Sebastião. **Op. Cit.** p. 459.

⁶³ MAGALHÃES, Joaquim Romero. D. Sebastião. **Op. Cit.** p. 459; HERMANN, Jacqueline. **Op. Cit.** p.114..

⁶⁴ BETHENCOURT, Francisco. **Op. Cit.**

⁶⁵ **Idem.** p. 462.

Com dificuldades de se administrar o problema dinástico, tendo em vista que as forças políticas do reino se alinhavam com os principais pretendentes a coroa, ou seja, D. Catarina de Bragança, D. Filipe II e D. Antonio, Prior de Crato, D. Henrique adotaria uma linha legislativa, convocando os pretendentes ao trono a apresentarem suas justificativas jurídicas e convocando cortes⁶⁶. Não havia, no entanto, uma clareza acerca das regras sucessórias o que, segundo Mafalda Soares da Cunha, dificultava a análise dos fundamentos legais apresentados pelos candidatos ao trono⁶⁷.

Era consenso, no entanto, que extinta a linha primogênita de D. Manuel, a sucessão teria que ser decidida entre seus descendentes, sendo eles: Filipe II, ligado a D. Manuel por D. Isabel, D. Catarina de Bragança, única sobrevivente da prole de D. Duarte; Ranúcio, duque de Sabóia, ligado a D. Duarte por D. Beatriz e D. Antonio, filho bastardo de D. Luis⁶⁸. No entanto, os únicos que mobilizaram de forma consistente o direito, produzindo provas e argumentos, seriam D. Filipe II e D. Catarina⁶⁹. Apresentar-se-á aqui, de forma sucinta, tais argumentos, baseando-se no texto “A questão jurídica na crise dinástica”, de Mafalda Soares Cunha.

⁶⁶ D. Henrique convocaria cortes por duas vezes: na primeira, para obter o cumprimento das sentenças dos juizes encarregados na causa sucessória, de abril a junho de 1579, e na segunda, para apreciar a possibilidade de Filipe II assumir o trono, em janeiro de 1580. **Idem.** p. 462.

⁶⁷ CUNHA, Mafalda Soares da. **Op. Cit.** p. 465.

⁶⁸ **Idem.** p. 467. MARQUES, A. H. de Oliveira. Do Renascimento às Revoluções Liberais. **Op. Cit.** p. Ver também genealogia em anexo.

⁶⁹ A questão sucessória será retomada no Quarto Capítulo, onde trato da legitimidade de D. João IV através da obra do Padre Antonio Vieira. Se faz necessário, no entanto, apresentar o modo como tal debate foi entendido no momento da crise dinástica, pois os argumentos e motivações seriam distintos daqueles produzidos em 1640 pois, com a restauração, apela-se para o discurso acerca da tirania e para as cortes de Lamego, documento forjado que se tornaria a base do direito sucessório português. Tais questões não se resolveram com a ascensão ao trono de Filipe II, e só por isso foi possível a retomada do debate quando da restauração portuguesa. CUNHA, Mafalda Soares da. **Op. Cit.**

Segunda a autora, a principal peça jurídica de D. Catarina seria a transmissão da coroa via herança. Assim, teria direito a ela por ser neta de D. Manuel via D. Duarte, ou seja, era herdeira direta do trono, pois Filipe II só adquirira tal condição ao se casar com D. Maria, filha de D. João III. Ao se utilizar de tal argumento, os defensores de D. Catarina procurariam aliar a “*iure hereditarie*” com a “*iure sanguinis*”, o que restringiria o regime sucessório por herança, ou seja, não seria permitido a divisão do território pelos descendentes do rei. Tal argumentação se fazia necessária na medida em que os defensores de Filipe II acusavam que a sucessão transmitida por herança feria os princípios de indivisibilidade e inalienabilidade do reino⁷⁰. Partia-se assim da idéia de representação, ou seja:

“(...) se candidatavam à herança não em seu próprio nome, mas investidos dos direitos e qualidades dos pais. D. Catarina representava, assim, seu pai D. Duarte que, se fosse vivo, deveria preceder na sucessão suas irmãs D. Isabel e D. Beatriz, neste caso representados por Filipe II e por Manuel Felisberto de Sabóia (p.468)⁷¹.”

A aplicabilidade do direito de representação também era questionada pelos filipistas, argumentando que este se baseara no direito das gentes e não no direito civil⁷². Por sua vez, defendiam que a sucessão deveria partir do primeiro instituidor, e não por heranças comuns, sendo a transmissão sucessória regulada pelo direito vincular, garantindo a proximidade, a primogenitura e a varonia como elementos sucessórios. Desta

⁷⁰ CUNHA, Mafalda Soares da. Op. Cit. p. 468.

⁷¹ *Idem*.

⁷² *Idem*.

forma, o que daria vantagem a Filipe II seria a varonia e o fato de ser mais velho, pois tinha proximidade idêntica à D. Catarina e ao duque de Sabóia⁷³. Alegava-se ainda que D. Duarte não possuía direitos sucessórios, pois este seria transmitido apenas para os primogênitos.

Filipe II, no entanto, ultrapassaria o debate jurídico, construindo uma rede de alianças com grande parte da nobreza lusitana, graças ao esforço de seu embaixador, Cristóvão de Moura, que se utilizara tanto da persuasão como da venalidade⁷⁴. Nas palavras de Joaquim Romero Magalhães, acerca da nobreza lusitana:

“(...) em grande parte dirigidas por aflitas viúvas ou mães de mortos ou cativos em África, seria presa fácil, se não de convencer, pelo menos de comprar (p.477)⁷⁵.”

Apesar do debate jurídico em torno da sucessão, a grande ameaça de Filipe II era D. Antonio, principalmente após ter sido aclamado rei em 19 de junho de 1580, chegando inclusive a convocar cortes para Santarém. Havia ainda o perigo do mesmo provar a legalidade do casamento de seus progenitores, o que o colocaria em posição de vantagem na disputa sucessória pois, caso contrário, sua candidatura estaria desprovida de natureza jurídica⁷⁶. A possibilidade do Papa reconhecer o casamento de D.

⁷³ Em relação a tal afirmação, D. Catarina defender-se-ia alegando que o direito das representações dizia respeito não só ao direito, mas também as qualidades daquele a quem se representava, inclusive a varonia. *Idem*. p. 469.

⁷⁴ BETHENCOURT, Francisco. *Op. Cit.* p. 463.

⁷⁵ MAGALHÃES, Joaquim Romero. D. Antonio. MAGALHÃES Joaquim Romero de (Coord.). **História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade**. Lisboa: Estampa, 1997. p. 472

⁷⁶ Segundo Oliveira Marques D. Antonio seria o legítimo herdeiro da coroa portuguesa, não levando em consideração aqui sua bastardia. MARQUES, A. H. de Oliveira. *Breve História de Portugal*. *Op. Cit.*

Luis com Violante Gomes fora evitada graças a interferências de mandantes de Filipe II em Roma⁷⁷.

Após garantir o apoio de grande parte da nobreza lusitana, Filipe II decide entrar em Portugal, estabelecendo-se em Badajoz de 22 de maio de 1580 até 05 de dezembro do mesmo ano, aguardando que o duque de Alba, encarregado de abrir militarmente o caminho para sua entrada em Portugal⁷⁸, lhe garantisse a segurança necessária. A vitória de Filipe II dar-se-ia em 17 de junho, com a assinatura de três dos cinco governadores que sucederam D. Henrique no governo lusitano. Este documento reconhecia Filipe II como o rei de Portugal, garantindo que sua entrada em Lisboa se daria como rei legítimo, e não como usurpador.

Haveria ainda conflitos entre o duque de Alba e as tropas de D. Antonio. O mais importante deles ocorreria em 25 de agosto, no vale de Alcântara, junto a Lisboa onde D. Antonio, prevendo a derrota, fugira para o norte de Portugal, dirigindo-se para a Inglaterra e França. Estabelece-se ainda na Ilha Terceira, no Açores, de onde seria novamente derrotado pelas forças filipinas. Tentaria um regresso a Portugal, com a ajuda da armada inglesa comandada por Francis Drake, sendo novamente derrotado. D. Antonio morreria em 26 de agosto de 1595, ainda esperançoso de retornar à Portugal como seu soberano⁷⁹.

⁷⁷ Segundo Joaquim Romero de Magalhães, D. Antonio tornou-se sério candidato ao trono quando da sua aclamação em 19 de junho de 1580. Ainda segundo o autor, D. Antonio dificultara um possível acordo entre D. Catarina e Filipe II, que vinha sendo mediado por D. Henrique. MAGALHÃES, Joaquim Romero. D. Antonio. **Op. Cit.** p. 472

⁷⁸ MAGALHÃES, Joaquim Romero. Filipe II (I de Portugal). In: MAGALHÃES Joaquim Romero de (Coord.). **História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade**. Lisboa: Estampa, 1997, p.477.

⁷⁹ MAGALHÃES, Joaquim Romero. D. Antonio. **Op. Cit.**

Em 16 de abril de 1581 Filipe II é reconhecido rei em Tomar, sob o título de Filipe I, ocorrendo sua entrada solene em Lisboa em julho do mesmo ano, onde permaneceria até fevereiro de 1583, marcando o início do governo filipino em Portugal.

Apesar da anexação da coroa lusitana, Filipe II (I de Portugal) buscou garantir uma distinção entre o governo castelhano e o português, o que se fez através dos capítulos das cortes de Tomar, denominado estatuto de Tomar. Neste garantia-se que tanto os cargos de administração como o Império Ultramarino continuariam a cargo dos lusitanos e seria mantido seus regulamentos, as receitas e despesas dos dois reinos separadas e, além disso, a língua oficial do reino continuava a ser o português. Segundo Joaquim Veríssimo Serrão:

“Desta forma, as cortes de 1581 fixaram o princípio da monarquia dualista: um rei com duas coroas, cada um com o seu governo próprio e conservando o pleno exercício dos direitos que lhe eram inerentes (p.16)⁸⁰.”

Criava-se ainda o conselho de Portugal, para tratar exclusivamente dos assuntos referentes ao reino. Ainda nas citadas cortes, o príncipe D. Diogo foi aclamado legítimo sucessor da coroa lusitana. Sua morte, em 21 de novembro de 1582, exigira que se realizasse novas cortes,

⁸⁰ Segundo Oliveira Marques, tais medidas garantiriam a manutenção de uma identidade portuguesa. Já Joaquim Romero Magalhães, apesar de entender que a independência política do reino não fora afetada, lembra a dificuldade de se distinguir o reino de seu soberano e que, na prática, Portugal deixara de contar no quadro político europeu. MARQUES, A. H. de Oliveira. *Breve História de Portugal*. Op. Cit. p. 289; MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Filipe II (I de Portugal)*. Op. Cit. p. 479; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Governo dos reis espanhóis*. Op. Cit.

dessa vez em Lisboa, em 1583, para o juramento de D. Filipe, futuro Filipe III (II de Portugal).

A política externa dos Filipes afetaria diretamente o reino de Portugal pois, como demonstrado por Oliveira Marques, os portugueses dependiam mais dos mercadores do ultramar que da produção metropolitana sendo que, no período filipino, importava-se as mesmas coisas, só que em maior quantidade⁸¹. Já no reinado de Filipe II (I de Portugal) têm-se o início dos conflitos com os Países Baixos e com a Inglaterra, onde os castelhanos tomaram uma postura de defesa do catolicismo frente ao avanço do protestantismo na Europa⁸². Além disso, havia o desejo de Filipe II de dominar a Inglaterra, tendo em vista que os ingleses colocavam em perigo os domínios filipinos e atacavam embarcações espanholas e portuguesas⁸³. Portugal via-se assim em uma situação de guerra com a Inglaterra e com os Países Baixos, reinos antes aliados e dos quais o comércio português necessitava⁸⁴.

É a partir daí que devemos entender a formação da chamada “Invencível Armada”, que teria o intuito de atacar e invadir a Inglaterra. A Armada consistia de 130 navios de Portugal, da Biscaia, de Castela, da Andaluzia, de Guipuzcoa e do Levante (do Mediterrâneo), com 18.937 soldados e 8.000 marinheiros. Apesar de todo o aparato militar, a força da esquadra estaria nas tropas, e não nos navios. Assim, após os ingleses

⁸¹ MARQUES, A. H. de Oliveira. Breve História de Portugal. **Op. Cit.** p. 251.

⁸² Segundo Pierre Chaunu, a Espanha revelara-se frágil para liderar uma defesa simultânea da cristandade e do catolicismo. CHAUNU, Pierre. **Op. Cit.** p. 62.

⁸³ Segundo Joaquim Veríssimo Serrão, a morte da esposa de Filipe II, D. Maria de Inglaterra, impedira a junção da coroa inglesa a Castela. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Governo dos reis espanhóis. **Op. Cit.** p. 35.

⁸⁴ MAGALHÃES, Joaquim Romero. D. Antonio. **Op. Cit.** p. 480.

vencerem a formação castelhana, os ingleses atacaram e venceram⁸⁵, demonstrando assim a fragilidade do Império Espanhol. Em Portugal, tais conflitos refletiam em aumento de impostos e perda de navios e territórios no além mar. Dentre os elementos de descontentamento com o rei, podemos citar o recrutamento forçado para as batalhas promovidas pelo rei, o aumento, e criação, constante de impostos, com a justificativa de defender a costa e as possessões lusitanas e os ataques dos neerlandeses e ingleses a estas, identificado por Oliveira Marques como uma das causas da crise econômica que afetaria Portugal a partir da década de vinte do século dezessete⁸⁶. Assim, apesar das tentativas de Filipe II de garantir uma certa autonomia para o reino, Portugal sofreria ainda com a política externa castelhana.

Filipe II morre em 13 de setembro de 1598, assumindo o trono Filipe III (II de Portugal). Seu governo se caracterizaria pela instituição da figura do valido⁸⁷, representado por D. Francisco Sandoval Y Rojas, duque de Lerma, e pelo revigoramento dos conselhos, que no governo anterior teriam

⁸⁵ MAGALHÃES, Joaquim Romero. Filipe II (I de Portugal). **Op. Cit.**

⁸⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Governo dos reis espanhóis. **Op. Cit.** p. 47; MARQUES, A. H. de Oliveira. Breve História de Portugal. **Op. Cit.** p. 297.

⁸⁷ Segundo Joaquim Romero Magalhães, o governo com auxílio de favoritos fora uma marca dos monarcas portugueses com D. João II, D. Manuel e D. João III. O abandono de tal prática, segundo o autor, por D. Sebastião lhe teria sido fatal, pois não houvera quem o aconselhasse de modo eficaz a não realizar a ofensiva contra os mouros naquele momento. O favoritismo seria retomado no governo de Filipe III (II de Portugal), quando este entrega o governo para o duque de Lerma. Segundo o autor, na prática ocorria que, enquanto Filipe III reinava, o duque de Lerma mandava. Segundo Diogo Ramada Curto, a figura do valido não deve ser entendida como algo possível devido a existência de reis fracos ou incompetentes pois, segundo o autor, tal personagem, juntamente com os conselhos, seria fundamental para se evitar um absolutismo. O autor, ao tratar do duque de Lerma, o vê como um personagem preocupado com o reino, e que por isso não buscou a centralização das decisões, configurando-se como um restituidor do conselho na corte de Madrid. Neste caso, temos que o reinado de Filipe III pode ser entendido como um período de coexistência do valimento e do conselho. CURTO, Diogo Ramada. Filipe III (II de Portugal). In: p. 481. Explicar o que seria um Valido. MAGALHÃES, Joaquim Romero. As Estruturas Políticas de Unificação. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero. **História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade**. Lisboa: Estampa, 1997, p. 67.

perdido sua força quase que por completo⁸⁸. Dar-se-ia início também, de forma mais sistemática, a política de centralização que alcançaria seu auge no governo de Filipe IV (III de Portugal). Tal política pode ser demonstrada na nomeação de castelhanos para ocupar cargos na administração portuguesa, principalmente junto ao conselho de Portugal. Filipe III, através do duque de Lerma, seria adepto de uma absolutismo que poria em risco a autonomia lusitana, sendo que, segundo Joaquim Veríssimo Serrão:

“(...) a integração política dos dois reinos começou, de fato, com o governo madrilhenho do duque de Lerma (p.50)⁸⁹”.

No governo de Filipe III a política externa castelhana continuaria a afetar Portugal, gerando conflitos internos entre o monarca castelhano e os portugueses. Um exemplo seria o acordo que Filipe III fizera com os cristãos novos, com o objetivo de garantir fundos para a manutenção da guerra contra a França e a Inglaterra. No acordo, ficaria estabelecido um perdão dos crimes de judaísmo e apostasia em troca de subsídios de 1.700.000 cruzados, mais o perdão da dívida de 225.000 que tinham com D. Sebastião. Opuseram-se a tal proposta não só o Santo Ofício, mas as demais autoridades religiosas e o povo, de um modo geral. Apesar de ser anunciado o perdão em 16 de janeiro de 1605, o acordo não chegou a ser efetuado, tendo em vista que os cristãos

⁸⁸ Segundo Oliveira Marques, o governo através de conselhos se configuraria como uma marca do século XVII, onde pequenos grupos recrutados junto a burocracia, o clero e a nobreza tinham a missão de auxiliar o monarca no governo. Tais conselhos, de acordo com o autor, limitariam o poder real, principalmente após a restauração portuguesa. MARQUES, A. H. de Oliveira. Breve História de Portugal. **Op. Cit.** p. 260.

⁸⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Governo dos reis espanhóis. **Op. Cit.**

novos desejavam dilatar o pagamento e ocupar cargos na administração portuguesa, enquanto a coroa necessitava imediatamente de dinheiro⁹⁰.

Outra questão que afetara diretamente os portugueses fora a expulsão de todos os holandeses residentes em Portugal, além da revogação do alvará de 17 de fevereiro de 1603 que permitia o comércio com os Países Baixos⁹¹. Tal proibição não fora bem recebida, pois seriam grandes os prejuízos para a navegação portuguesa e para o Império Ultramarino, constantemente ameaçado pela ofensiva neerlandesa. A preocupação era tanta que D. Cristóvão de Moura, em seu segundo vice-reinado em Portugal (1608-1612), defenderia junto à coroa a necessidade de um acordo entre Castela e os Países Baixos como meio de salvar Portugal. Nas palavras de Joaquim Veríssimo Serrão:

“Deve-se em grande parte a Cristóvão de Moura a trégua de 10 anos que assinou com a Holanda e que abriu um período de calma ao comércio marítimo português (p.70)⁹².”

O distanciamento do rei também incomodava a alta nobreza lusitana, que passaria a exigir uma visita formal ao reino. Após adiar por várias vezes, Filipe III (II de Portugal) visitaria Portugal em 1619, onde convoca cortes para jurar o príncipe herdeiro. Retornaria à Madri no mesmo ano, onde morreria em 31 de março de 1621, deixando o trono para Filipe IV (III de Portugal), que assumiria a coroa com apenas dezesseis anos de idade.

⁹⁰ **Idem.** p. 58.

⁹¹ Tal questão deve ser entendida em um contexto europeu, onde a paz entre Castela e Inglaterra assinada em 18 de agosto de 1604 possibilitou que Castela se dedicasse exclusivamente contra uma ameaça tanto religiosa como comercial, ou seja, os Países Baixos. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Governo dos reis espanhóis. **Op. Cit.** p. 65.

A postura assumida por Filipe IV (III de Portugal) e por seu valido, Gaspar Felipe de Guzmán, conde (depois duque) de Olivares seria a de centralização administrativa, dando continuidade à política de redução gradual da autonomia das unidades políticas que formavam a monarquia, iniciada pelo duque de Lerma⁹³. Buscava-se uma alteração na situação do reino lusitano no conjunto das possessões castelhanas, suprimindo a situação política conquistada no estatuto de Tomar. Segundo Pedro Cardim:

“É certo que tais planos nunca chegaram a ser implantados de uma forma sistemática, mas a sua simples enunciação não deixou de gerar tensões e mal estar entre alguns setores da elite portuguesa, que a pouco e pouco foram rompendo a sua solidariedade com as autoridades de Madri (p.402)⁹⁴.”

Além disso, deve-se levar em conta que o conde duque de Olivares perdia gradualmente o apoio da nobiliarquia lusitana graças à política de marginalização promovida pelo clã Vasconcelos-Soares, que dominava a política portuguesa, através de Olivares, nas figuras de Miguel de Vasconcelos, em Lisboa, e Diogo Soares, cunhado de Vasconcelos, em Madri, através do conselho de Portugal. Tal política gerou um descontentamento de parte da nobreza, ou seja, daqueles que ficaram de fora da política de graças régias promovida por Olivares. Tal política de marginalização e de enfraquecimento da nobreza lusitana pode ser demonstrada pela postura tomada pela duquesa de Mântua, última vice-rei de

⁹² **Idem.**

⁹³ MARQUES, A. H. de Oliveira. Breve História de Portugal. **Op. Cit.** p. 297.

⁹⁴ CARDIM, Pedro. D. Filipe III (de Portugal). In: HESPAÑA, Antonio Manuel (Coord.). **História de Portugal: O Antigo Regime**. Lisboa: Estampa, 1998.

Portugal, que além de optar por criados castelhanos, altera o modo de tratamento em relação a nobreza lusitana. Tal mudança gerou conflitos entre a duquesa e a nobiliarquia, sendo que o próprio duque de Bragança não aceitara ser tratado por senhoria, exigindo que fosse chamado de excelência⁹⁵. Devido a tais tratamentos, muitos nobres deixariam de freqüentar o paço, retirando-se para suas terras⁹⁶.

A política externa castelhana vinha trazendo cada vez mais danos para Portugal, tanto pelo pedido constante de recursos às câmaras portuguesas, como pela perda de territórios. Tal situação seria agravada após o rompimento da paz com a Holanda pois, como nos alerta Joaquim Veríssimo Serrão, a situação não era a mesma que a de antes da trégua, não se tratando de enfrentar corsários, mas sim o poderio de uma grande companhia naval com ambições ultramarinas e a declaração de guerra a Inglaterra, em 24 de maio de 1626.

“O perigo no Atlântico era maior do que nunca para a costa portuguesa e para as armadas vindas da Índia e do Brasil, pois o inimigo não fazia distinção entre as duas coroas (p.108)⁹⁷.”

Um dos resultados desta política seria a perda de Olinda para os Países Baixos, em 1630, o que afetara fortemente o reino pois esta era a capitania mais rica do Brasil e com maior número de brancos, havendo assim fortes interesses comerciais aí envolvidos. Após a perda de Olinda, novos tributos foram lançados com o intuito de recuperar a região. Tal situação, no

⁹⁵ CARDIM, Pedro. D. Filipe III (de Portugal). **Op. Cit.** p. 402-403; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Governo dos reis espanhóis. **Op. Cit.**

⁹⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Governo dos reis espanhóis. **Op. Cit.** p. 125.

entanto, manter-se-ia sem resolução até após a restauração portuguesa, configurando-se assim como um problema herdado por D. João IV da política externa castelhana⁹⁸.

Diante de tal situação, diversas manifestações fizeram-se ouvir em Portugal, o que levaria o conde duque de Olivares a intensificar seu projeto de centralização, objetivando fazer de Portugal uma província castelhana. Para tanto, utiliza-se do aumento de impostos como o meio mais eficaz de enfraquecer o reino lusitano. Tal política pode ser apresentada na exigência de pagamento do real d'água, ou seja, um real por cada arrátel de carne e outro por canada de vinho⁹⁹. A novidade seria que a aplicação do imposto beneficiaria integralmente a coroa, sem respeito pelos privilégios da nobreza e do clero¹⁰⁰.

As exigências de Castela em relação a Portugal aumentariam ainda nos próximos anos. Além de impostos, passaram a exigir soldados e que a principal nobreza do reino fosse residir junto à corte. É nesta época que se nomeia o duque de Bragança como general do mar e da terra de Portugal, em 25 de abril de 1639, com o intuito de tornar sua figura impopular frente aqueles que viam nele a liderança natural para um movimento contra Castela¹⁰¹. Segundo Pierre Chaunu, o duque de Bragança seria a última, e

⁹⁷ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Governo dos reis espanhóis. **Op. Cit.** p. 93-108.

⁹⁸ Sobre o assunto, ver: CABRAL DE MELLO, Evaldo. **O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669)**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

⁹⁹ Um arrátel equivale a cerca de 459 gramas, e uma canada a 1 litro e 4 decilitros.

¹⁰⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Governo dos reis espanhóis. **Op. Cit.** p. 126. MARQUES, A. H. de Oliveira. Breve História de Portugal. **Op. Cit.** p. 298.

¹⁰¹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Governo dos reis espanhóis. **Op. Cit.** p. 136;

única esperança de garantir a fidelidade portuguesa, tendo em vista sua vasta rede de influências em todo o reino¹⁰².

Em 07 de junho de 1640 a Catalunha, inspirada pelos franceses, levanta-se contra o poderio filipino. Filipe IV (III de Portugal) requisita soldados e nobres portugueses para lutarem junto às tropas castelhanas, sob a ameaça de perderem seus bens e serem identificados como traidores. Muitos nobres, dentre eles o duque de Bragança, negaram-se a embarcar. Ao mesmo tempo, fora lançado um novo imposto sobre os bens do clero e da nobreza, o que ampliara o clima de insatisfação. Segundo Joaquim Veríssimo Serrão:

“A guerra da Catalunha tornou-se, assim, o motor da conspiração que parte da nobreza, desde os meados de 1639, vinha cautelosamente a preparar (p.138)¹⁰³.”

Desse modo, tanto a política interna de centralização de poder e exclusão de parte da nobreza lusitana, como a externa, de postura bélica em relação às grandes potências europeias da época, levou ao movimento insurrecional que teria seu ápice em 01 de dezembro de 1640, protagonizada, como indicado por Pedro Cardim, não por “fidalgos inflamados por sentimentos patrióticos (p.404)¹⁰⁴”, mas por descontentes com a política adotada pelo conde duque de Olivares. O duque de Bragança entraria em Lisboa em 06 de dezembro de 1640, sendo que a quinze do mesmo seria realizado seu levantamento no terreiro do paço. A notícia chegaria à Madri em

¹⁰² CHAUNU, Pierre. **Op. Cit.** p. 96.

¹⁰³ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Governo dos reis espanhóis. **Op. Cit.**

¹⁰⁴ CARDIM, Pedro. D. Filipe III (de Portugal). **Op. Cit.**

07 de dezembro de 1640, onde o movimento fora considerado rebelião por Filipe IV, e o duque de Bragança traidor¹⁰⁵. A grande missão da nova monarquia seria então a manutenção e justificação da restauração portuguesa, tarefa que se apresentaria árdua, como veremos logo a seguir.

¹⁰⁵ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. A Restauração e a Monarquia Absoluta. **Op. Cit.** p. 22.

QUADRO II
CRONOLOGIA DO PADRE ANTONIO VIEIRA

De 1601 à 1625		De 1626 à 1640	De 1641 à 1650	
06 de fevereiro de 1608 - Nasce Antonio Vieira, filho de Cristóvão Vieira Rovasco e de Maria de Azevedo, na Rua dos Cônegos, em Lisboa.	11 de março de 1623 - Primeiro movimento do espírito de Vieira em direção a Companhia de Jesus, ao ouvir o Auto de São Lourenço, pregado pelo Padre Manuel de Conto ² .	1626 - Começa a lecionar retórica no Colégio de Olinda.	27 de fevereiro de 1641 ⁸ - Vieira embarca para Portugal, junto a uma comitiva brasileira que levaria a adesão da colônia à Restauração Portuguesa e ao Rei D. João IV, chegando em Lisboa em 30 de abril de 1641.	30 de agosto de 1647 ⁹ - Parte para a França em missão diplomática, onde levava proposta de casamento do Filho do Rei de Portugal (D. Teodósio) com a filha do Duque de Orleans (Melle de Montpensier). Se aceito fosse, D. João IV abdicaria ao trono de Portugal a favor de seu filho, retornando-se para o Brasil, que se tornaria uma monarquia ¹⁰ . Chega em Paris em 11 de outubro de 1647, partindo depois para Haia com o objetivo de auxiliar nas questões diplomáticas com a Holanda.
15 de fevereiro de 1608 - Antonio Vieira é batizado na Freguesia da Sé.	05 de Maio de 1623 ³ - Antonio Vieira foge de casa com o objetivo de pedir permissão para os padres da Companhia de Jesus para que o aceite na Companhia ⁴ , sendo recebido ao noviciado no dia seguinte.	30 de julho de 1626 ⁵ - Dada da Carta Ânua, composta por Antonio Vieira e dirigida ao Geral da Companhia.	01 de janeiro de 1642 - Prega pela primeira vez no púlpito da capela real.	
1609 - Cristóvão Vieira Rovasco embarca para Bahia, para ocupar o ofício de escrivão dos agravos e apelações da relação da Bahia.		1633 - Sobe ao púlpito pela primeira vez, em Salvador ⁶ .	26 de maio de 1644 - realiza seus últimos votos na Companhia, alcançando o grau de professo.	
1612 - Cristóvão Vieira Rovasco retorna para Lisboa com o intuito de buscar a mulher e o filho.	1625 - Vieira teria realizado um voto de dedicação aos índios.	1634 - Prega o sermão de São Sebastião, contra o domínio dos espanhóis sobre Portugal.	1644 - É nomeado pregador régio.	08 de janeiro de 1650 ¹¹ - Parte para Roma, em missão diplomática, com o intuito de promover uma revolta de Nápoles contra a Espanha, além de propor casamento do príncipe D. Teodósio com a herdeira do trono espanhol, D. Maria Teresa, chegando a Roma em 16 de fevereiro de 1650.
1614 - Cristóvão Vieira Rovasco volta para a Bahia com a família ¹ .		10 de dezembro de 1634 ⁷ - É ordenado presbítero.	01 de fevereiro de 1646 - Parte para Haia em primeira missão diplomática em nome do Rei. Passa pela França, em busca de apoio. Chega em Haia no dia 18 de abril de 1646, partindo de volta a Lisboa em julho.	
		1638 - É nomeado Prof. de Teologia em Salvador.		
		1640 - Prega o Sermão do bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda, na Bahia.		

CRONOLOGIA DO PADRE ANTONIO VIEIRA

De 1651 à 1661		De 1662 e 1665	De 1666 à 1700	
<p>22 de novembro de 1652 - Embarca para o Maranhão, desembarcando em São Luís a 16 de janeiro de 1653.</p> <p>02 de fevereiro de 1653 - Prega pela primeira vez no Maranhão: Sermão da Primeira Domingo da Quaresma (o das tentações).</p> <p>1654 - Parte em excursão missionária ao Rio dos Tocantis, onde tem desavenças com o sertanejo Gaspar Cardoso, que ignora a presença dos padres na excursão.</p> <p>16 de junho de 1654 - Parte para Portugal, buscando as garantias necessárias para a atuação missionária no Maranhão, chegando no mês de novembro em Lisboa.</p> <p>16 de abril de 1655 - Parte vitorioso de volta ao Brasil, chegando ao Maranhão em 16 de maio de 1655.</p>	<p>1656 - Morte de D. João IV e início da decadência de Vieira na corte.</p> <p>13 de abril de 1660 - É pedido, pela Inquisição, a carta de Vieira enviada ao Padre Andre de Barros e intitulada "Esperanças de Portugal".</p> <p>10 de janeiro de 1661¹² - Carta da câmara de São Luís ao Padre Antonio Vieira, onde se coloca a necessidade da utilização da mão de obra indígena.</p> <p>17 de julho de 1661 - Colégio dos jesuitas é assaltado e os padres da Companhia de Jesus são todos presos. Logo em seguida Vieira é preso em Belém do Pará. É deportado para Portugal juntamente com os demais padres da Companhia.</p>	<p>06 de janeiro de 1662 - Já em Portugal, prega o Sermão da Epifania na capela real, em defesa dos jesuítas.</p> <p>1662 - Vieira é proibido de retornar às missões. É mandado para o Porto, em desterro.</p> <p>21 de junho de 1662 - É chamado para comparecer junto ao tribunal inquisitorial, em Coimbra.</p> <p>05 de abril de 1664 - É dado o libelo inquisitorial à Vieira: culpado. É permitido a Vieira responder suas acusações por escrito.</p> <p>Fevereiro de 1665 - Recebe os livros do Abade Joaquim e de Santo isidoro de Sevilha.</p> <p>01 de outubro de 1665 - É encarcerado pela inquisição de Coimbra.</p>	<p>1666 - Ano em que Vieira esperava que fosse se estabelecer o Quinto Império.</p> <p>21 de junho de 1666¹³ - Entrega sua representação ao Santo Ofício.</p> <p>23 de dezembro de 1667¹⁴ - Sentença de Vieira pela Inquisição: reclusão no antigo Mosteiro de Pedroso e proibição de pregar ou escrever.</p> <p>12 de Junho de 1668 - Vieira é absolvido da pena, por influência da Corte Portuguesa.</p> <p>21 de agosto de 1669 - parte para Roma, onde chega à 21 de novembro de 1669.</p> <p>17 de abril de 1675 - Adquire um breve Papal que o isenta de qualquer jurisdição dos inquisidores portugueses. Logo em seguida retorna à Portugal, chegando à Lisboa em 23 de agosto de 1675.</p>	<p>27 de janeiro de 1681 - Parte para a Bahia¹⁵.</p> <p>1685 - Na Espanha, espalha-se que Vieira teria sido queimado em um auto de fé.</p> <p>1688 - É nomeado Visitador da província do Brasil, exercendo o cargo por três anos.</p> <p>15 de dezembro de 1688 - Prega, na Bahia, sermão em comemoração ao nascimento, em Lisboa, da nova esperança do Quinto Império, o infante D. João, filho de D. Pedro II, que morre depois de um mês.</p> <p>06 de fevereiro de 1694 - Vieira solicita, em circular para seus amigos, que não se comuniquem mais com ele.</p> <p>18 de junho de 1697 - Morre na Bahia</p>

¹ João Francisco Lisboa data de 1615 a partida dos Ravasco para a Bahia.

² Segundo Serafim Leite, este fato estaria relatado no diário de Vieira, do qual teria conhecimento a partir da biografia escrita por André de Barros. Tal auto seria, segundo João Lucio de Azevedo, sobre a História do Inferno.

³ João Francisco Lisboa afirma que Vieira foge para o Colégio dos Jesuítas em 1625. Já Serafim Leite diz que este episódio nunca acontecera, tendo em vista que o Colégio só aceitava o ingresso na ordem com a autorização dos pais.

⁴ Segundo Hernâni Cidade, após ouvir uma prédica a respeito dos tormentos do Inferno.

⁵ Primeiro documento redigido por Vieira, dando especial atenção para o conflito com os Holandeses.

⁶ Seu primeiro sermão seria destinado aos cultos da gramática militar.

⁷ João Francisco Lisboa data de 1635, e João Lucio de Azevedo de 19 de dezembro de 1634.

⁸ Hernâni Cidade data a partida de Vieira para Portugal no ano de 1640.

⁹ Data João Lucio de Azevedo de 13 de agosto de 1647.

¹⁰ "Portugal sem Brasil era trono que não merecia aventura (p.71)". Embaixador português na França, Marquês de Niza, se posicionou contra tal proposta. CIDADE, Hernani. Padre Antonio Vieira. **Op. Cit.**

¹¹ João Francisco Lisboa data de 10 de janeiro de 1650.

¹² Hernâni Cidade data de 15 de janeiro de 1661 a entrega desta carta.

¹³ João Lucio de Azevedo data de 23 de julho de 1666 a entrega de tal documento.

¹⁴ João Lucio de Azevedo data de 18 de outubro de 1667 a data em que fora dada a sentença a Vieira. É importante lembrar aqui que, em 23 de novembro deste ano ocorreria a renúncia de D. Afonso.

¹⁵ "Mais se arrancou do que saiu da pátria (p.244)". Palavras do Bispo de Viseu, citado por João Francisco Lisboa.

CAPÍTULO SEGUNDO

PADRE ANTONIO VIEIRA:

VIDA E OBRA

“A vida dos oradores está principalmente nos seus discursos; e um grande triunfo oratório é para eles, como para um general, o ganho de uma batalha.”

João Francisco Lisboa

Vida do Padre Antonio Vieira

2.1 - Padre Antonio Vieira e seus biógrafos

A obra de Vieira, vasta e complexa, possui elementos que possibilitam as mais variadas interpretações. Muito se falou a seu respeito, procurando o sentido de seu discurso e de sua vida. No Brasil, privilegia-se sua postura como missionário, principalmente no período em que esteve na província do Maranhão (1651-1661). Porém, outras caracterizações acerca do jesuíta já foram apresentadas. Como nos indica Eduardo Hoornaert:

“Sua figura histórica sempre foi bastante controvertida: seu primeiro biógrafo, André de Barros SJ (1746), o descreve como o jesuíta modelo, dedicado e santo, enquanto o bispo de Viseu, Francisco Alexandre Lobo (1826), apresenta-o como homem vaidoso e ambicioso, seguido nisso pelo historiador maranhense João Francisco Lisboa (1865). No final do século XIX, dois autores, Carel (1889) e Cabral (1900), realçaram sua vida sacerdotal e religiosa, enquanto o português João Lúcio de Azevedo (1918-1921) pôs em evidência sua personalidade política e Serafim Leite SJ, na sua monumental ‘História da Companhia de Jesus no Brasil’ (HCJB, 1938-1950,

10 vols.) fez dele retrato predominantemente apologético.

Vieira foi descrito como político (Hernâni Cidade: 1955) e missionário (Maxime Haubert: 1964), pregador (Luiz Gonzaga Cabral: 1901) e teólogo (Raymond Cantel: 1960). Qual a imagem verdadeira? Como foi Antonio Vieira 'objetivamente?' (p. 63)"¹

Para melhor compreendermos os seus escritos faz-se necessário uma especial atenção ao contexto em que sua obra é produzida, pois se negligenciarmos tal aspecto, teremos um entendimento fragmentário dela. Ao traçarmos seu perfil biográfico, devemos levar em conta a eleição de um elemento norteador, para que não nos percamos na infinidade de questões tratadas pelo jesuíta. Utiliza-se aqui da legitimação da nova dinastia por parte do jesuíta e sua teoria acerca do Quinto Império, elementos indissociáveis, como veremos abaixo. Tais questões aparecem em sua obra mesmo antes de sua ida à Portugal em 1640, demonstrando suas preocupações em relação ao futuro do reino². Assim, estaremos aqui privilegiando tais aspectos, negligenciando propositadamente outros caminhos possíveis de análise³.

Para tanto, utilizaremos, além dos escritos de Vieira, de quatro de seus mais respeitados biógrafos, João Francisco Lisboa⁴, João Lucio de

¹ HOORNAERT, Eduardo. Teologia e ação pastoral em Antonio Vieira (1552-1661). In: **História da Teologia na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1981.

² A respeito de tais obras, podemos citar: **Sermão de São Sebastião; Sermão pelo Bom Sucesso das Armas de Portugal contra as de Holanda; Sermão de Dia de Reis**.

³ Em livro intitulado "Olhares sobre a Colônia: Vieira e os Índios", o jesuíta é apresentado a partir de outras preocupações, ou seja, a de sua atuação evangelizadora, o que nos levou ao encontro de seu discurso acerca da legitimidade do rei e do estabelecimento do Quinto Império. Desta forma, este parece ser o caminho mais viável para uma análise da obra de Vieira. MAGALHÃES, Leandro Henrique. **Olhares sobre a colônia: Vieira e os Índios**. Monografia de especialização apresentada junto ao Curso de Especialização em História Social da Universidade Estadual de Londrina, 1997.

⁴ LISBOA, João Francisco. **Vida do Padre Antônio Vieira**. São Paulo: W.M. Jackson, 1964.

Azevedo⁵, Hernâni Cidade⁶ e Serafim Leite⁷, apresentando a forma como entenderam o jesuíta e o apresentaram em seus respectivos trabalhos.

A biografia intitulada “Vida do Padre Antonio Vieira”, de João Francisco Lisboa⁸, não deve ser entendida como uma única obra, mas sim como duas, confeccionadas em momentos e com objetivos distintos. A primeira parte, “Vida do Padre Antonio Vieira (na Europa)”, é uma obra inacabada e sem revisão, publicada pela primeira vez após a morte de seu autor, em 1901, juntamente com suas obras completas. Possui uma narrativa linear, dando destaque para as atividades políticas e diplomáticas do jesuíta. Privilegia, como indica o título, o período europeu de Vieira, apesar de tratar rapidamente de suas passagens pela Bahia, ou seja, dos antecedentes a sua partida para a Europa e após sua decadência na corte. Já a segunda parte, “Vida do Padre Antonio Vieira (Jornal do Timon) no Brasil”, foi publicada pela primeira vez em 1852 como parte integrante do Jornal do Timon, sendo assim uma obra acabada. Apesar do título, trata apenas da atuação do jesuíta no Maranhão, não se atendo aos demais períodos de sua vida, deixando de apresentar referências até mesmo ao pequeno espaço de tempo em que Vieira esteve em Lisboa para tratar da questão indígena junto à coroa. Estas

⁵ AZEVEDO, João Lucio. **História de Antonio Vieira**. 2. vol. Lisboa: Clássica, 1992.

⁶ CIDADE, Hernâni. **Padre Antônio Vieira**. Lisboa: Arcádia, 1947.

⁷ LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

⁸ Filho e neto de fazendeiros, nasceu no Maranhão em 22 de março de 1822. Autodidata, freqüentou a escola até os onze anos, quando interrompeu seus estudos por problemas de saúde. Tornou-se jornalista, fundando seu primeiro jornal em 1831, intitulado “*O brasileiro*”. Em 1834 foi eleito deputado na primeira assembléia provincial pelo Partido Liberal. Foi acusado de ser mentor intelectual do movimento da Balaiada, o que prontamente foi negado pelo próprio. Sem sucesso na política, diz que “homem de grande talento não serve para governar”. Em 20 de julho de 1852 publicou o primeiro fascículo de sua mais importante obra, o Jornal do Timon. Deixa o Maranhão pela primeira vez em 1855, com destino a Corte Real no Rio de Janeiro. Daí, parte para Portugal com o intuito de recolher documentos

duas partes foram publicadas juntas pela primeira vez em 1891, pela Livraria Granier, com o título acima mencionado.

Apesar desta distinção em sua obra, há pontos em comum que podemos aqui destacar. Uma questão que transcorre todo discurso de Lisboa é a ambição do jesuíta, que apresentara tais sentimentos já quando entrara para a Companhia de Jesus pois, segundo o biógrafo, Vieira vira no instituto o caminho mais curto para se alcançar a grandeza humana, sendo este um sinal de ambição precoce. Em relação ao pedido de seus pais para que não seguisse tal caminho, afirma Lisboa que,

“Vieira perseverou, despontando nele por este modo em ocasião tão solene, e desde a aurora da vida, aquele ferrenho desprezo dos sentimentos mais ternos e suaves, e aquela ambição aspérrima e insaciável que o dominaram depois em todo o curso dela (p.07)⁹.”

Tal ambição estaria ainda mais presente quando o autor trata das questões políticas em que o jesuíta atuara onde, segundo ele, abandonara em muitos casos sua vocação apostólica em favor de seus projetos para o reino, sempre em defesa da dinastia de Bragança, propondo até mesmo a entrega do reino em favor da manutenção dinástica¹⁰.

importantes para a história do Brasil. Viajou por toda a Europa e morreu, em Portugal, no dia 26 de abril de 1863.

⁹ LISBOA, João Francisco. **Op. Cit.**

¹⁰ É o caso da proposta de casamento de D. Teodósio com a filha do duque de Orleans (Melle de Montpensier) e o de casamento com a infanta espanhola. Se qualquer dos dois casos fosse aceito, D. João IV abdicaria ao trono de Portugal a favor de seu filho, retirando-se para o Brasil, que se tornaria uma monarquia independente. Tal fato, no entanto, só seria aceito com a manutenção de um Bragança no poder. LISBOA, João Francisco **Op. Cit.**, p. 109.

Ao analisarmos a biografia de Vieira escrita por João Francisco Lisboa temos que levar em consideração duas questões importantes: o fato de o biógrafo ser maranhense, sendo que seus pais e avós foram donos de terra neste estado, trazendo consigo a marca dos conflitos ocorridos no século XVII, e de ter vivido nos princípios do Império brasileiro. No primeiro caso devemos considerar a oposição que a população do Maranhão tinha em relação aos jesuítas, o que resultara na expulsão dos últimos em 1661 e na Revolta de Beckman, em 1684. No segundo, devemos levar em consideração a oposição que havia entre os brasileiros e portugueses no início do Império¹¹, sendo que, neste caso, Vieira encarnaria o português explorador que não se preocupava com o Brasil, daí o destaque dado à questão da entrega de Pernambuco, na primeira parte da obra, e sua atuação missionária, na segunda.

Devemos levar em consideração que Lisboa confecciona sua obra em um momento de afirmação nacional, onde havia a necessidade de estabelecer uma continuidade entre a ex-colônia e o reino recém independente. O biógrafo fazia parte de um grupo de intelectuais que tinham como objetivo compor uma história do Brasil que possibilitasse a constituição de uma nação branca e européia, tendo no Estado seu elemento

¹¹ Existiam, no Primeiro Reinado, uma grande variedade de grupos e raças que dividiam o mesmo espaço no território. Este fato possibilitara a propagação de conflitos, onde o entre estrangeiros e brasileiros era apenas um deles. No caso específico deste tipo de conflito, devemos levar em consideração a dificuldade de se identificar o estrangeiro, sendo que, na maioria das vezes, era tido como o português. Este apresentava ainda, segundo Gladys Sabina Ribeiro, duas representações, uma que o tinha como inimigo da nação e que a qualquer momento poderia tentar recolonizar o Brasil, e outra que o via como o mais capacitado para permanecer ao lado da corte, gerando assim invejas por parte de muitos ditos brasileiros. RIBEIRO, Gladys Sabina. "Pés-de-chumbo" e "Garrafeiros": conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no Primeiro Reinado (1822-1831). **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH: Marco Zero, v. 12, n. 23/24, Set.91/Ago.92, 141-165;

constituente¹². Era este, por exemplo, o trabalho desenvolvido pelos membros do Instituto Histórica e Geográfico Brasileiro, que, segundo Lucia Maria Paschoal Guimarães:

“Significou dotar o país, carente de unidade e recém-saído da condição de colônia, de um passado comum (p.474)¹³.”

O projeto político dos membros do referido Instituto era marcado pela fidelidade ao Imperador. Tal característica estaria presente também na obra de João Francisco Lisboa, que chegaria a ser enviado a Lisboa, pelo Imperador, com o objetivo de catalogar e copiar documentos considerados importantes para a História do Brasil¹⁴.

Buscava-se, assim, legitimar uma estrutura política herdada do período anterior, havendo a necessidade de manter um relacionamento entre as três raças que compunham a sociedade brasileira, sem alterar a dominação expressa pela colonização branca¹⁵. Tal projeto possibilitou o entendimento de um estado forte e centralizador representado pela figura da Dinastia de Bragança¹⁶, marcando uma continuidade entre os reis portugueses e o imperador brasileiro¹⁷.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. Tensões e Conflitos no I Reinado: A Relação do Eu com o Outro. **Boletim do CCH**. Londrina: UEL, 1997, n° 32.

¹² ODÁLIA, Nilo (Org.). **Varnhagen**. São Paulo: Ática, 1974, p. 15-21.

¹³ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. A percepção dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: MARTINS, Ismênia de Lima, MOTTA, Rodrigo Patto Sá & IOKOI, Zilda Gricoli (Orgs.). **História e Cidadania**: coletânea do XIX Simpósio Nacional de História - ANPUH. São Paulo: Humanitas, 1998. Tomo II.

¹⁴ LISBOA, João Francisco. **Op. Cit.**

¹⁵ REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1999.

¹⁶ ODÁLIA, Nilo (Org.). **Op. Cit.**, p. 17.

¹⁷ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Op. Cit.**, p. 475.

Desta forma, ao apresentar uma leitura da obra de Vieira, João Francisco Lisboa o vê como um elemento de cisão deste Estado centralizador, entendendo as posições de Vieira como perigosas à soberania de Portugal e, conseqüentemente, do Brasil. Lisboa apresenta-se como um defensor da restauração portuguesa, apontando com grandeza a superação das dificuldades para sua consolidação. Não é de se estranhar, assim, a indignação de Lisboa com a proposta de unir novamente as duas coroas ibéricas a partir do casamento¹⁸ pois, para ele, estaria Vieira esquecendo-se “da velha nacionalidade de cinco séculos”, a revolução de 1640, o sangue e o tesouro sacrificado na guerra contra Castela, as antipatias nacionais, o ódio estrangeiro, o amor, a liberdade e a independência. O que ocorreria seria uma simples negociação entre senhores, onde a dinastia menor e mais fraca cederia o trono para a maior e mais sólida. Ainda segundo Lisboa:

“O príncipe era exaltado ao trono, em proveito exclusivamente seu, e do inimigo, que assim dum golpe esquivava todas as dificuldades de uma aliança matrimonial, e recuperava sem trabalho um reino perdido. Além de que, circundado de uma corte, onde predominaria em enorme desproporção o elemento espanhol, seria o príncipe, o primeiro absorvido e transformado (p.137/138)¹⁹.”

Como visto anteriormente, o modo como os intelectuais do Império entendiam a história do Brasil era essencialmente por um viés político. Seria este também o aspecto que João Francisco Lisboa privilegiaria

¹⁸ Em 08 de janeiro de 1650 Vieira parte para Roma, em missão diplomática, com o intuito de promover uma revolta de Nápoles contra a Espanha e propor casamento do príncipe D. Teodósio com a herdeira do trono espanhol, D. Maria Teresa, sendo que, se a proposta de casamento fosse aceita, D. João IV abdicaria o trono em favor de seu filho, partindo para o Brasil.

em sua obra, dando atenção aos aspectos políticos da obra de Vieira, principalmente no que se refere à diplomacia e as relações internacionais na primeira parte, e às missões e conflitos com os maranhenses na segunda, pouco destacando o messianismo do jesuíta e a sua teoria acerca do Quinto Império, relegando a segundo plano o discurso apologético do jesuíta na confecção de sua biografia.

Já Serafim Leite²⁰, padre membro da Companhia de Jesus, trata o Padre Antonio Vieira a partir de sua “História da Companhia de Jesus no Brasil”, dando assim destaque para sua atuação como missionário no Maranhão, entendendo-o como o nome mais importante do instituto no norte do Brasil, ultrapassando Nóbrega e Anchieta no que se refere à literatura²¹. A parte em que trabalha a obra de Vieira está inserida no tomo IV, livros I e II, sendo o capítulo I do livro I, intitulado “Antonio Vieira antes de embarcar para o Norte do Brasil (1608-1652)” e o capítulo II “A Liberdade dos Índios”. Trata ainda do jesuíta no capítulo III, “Do Perdão de 1662 ao Motim de 1684”, quando narra as revoltas do Maranhão contra a Companhia de Jesus, e no IV, “O Regimento das Missões”, onde apresenta o regimento elaborado por Vieira e que nortearia todo o trabalho jesuítico a partir de então. No livro II, Serafim Leite ocupa-se especificamente do trabalho missionário de Vieira, sendo os

¹⁹ LISBOA, João Francisco **Op. Cit.**

²⁰ Nasceu no dia 06 de abril de 1890, na cidade de São João da Madeira, Portugal. A partir do quinze anos inicia suas viagens pelo mundo, estando no Brasil por oito anos, estabelecendo-se nas margens do Rio Amazonas e do Rio Negro. Em meados de 1914 entra para a Companhia de Jesus, na Bélgica. Se viu na condição de fugitivo quando, em 1915, o país é invadido pela Alemanha. Em 1926 foi ordenado sacerdote pela Universidade de Comillas, na Espanha. Iniciou seu estudo sobre a história da Companhia de Jesus em 1932, consultando arquivos públicos portugueses, espanhóis, franceses, belgas e italianos, além de arquivos particulares da Companhia de Jesus. Ao concluir sua obra intitulada “*História da Companhia de Jesus no Brasil*” recebeu, em 1939, do governo brasileiro, a ordem nacional do Cruzeiro do Sul.

²¹ LEITE, Serafim. **Op. Cit.**

capítulos intitulados: I, “As Aldeias”, II, “Regulamento das Aldeias ou a ‘Visita’ do Padre Antonio Vieira”, III, “Governo das Aldeias”, IV “Antonio Vieira, Visitador Geral (1688-1691)” e V, “Os Cargos de Governo e os Missionários Estrangeiros”.

O autor entende o jesuíta como grande político e diplomata, intitulando-o orador da restauração portuguesa. Ao destacar tal habilidade como a mais importante em suas passagens por Lisboa, o identifica como um dos grandes defensores do rei D. João IV nos momentos mais difíceis de seu reinado. Apesar da atenção dada ao discurso apologético de Vieira, o vê como alegórico e complementar as suas preocupações políticas.

Serafim Leite faz uma apologia do jesuíta, destacando seu trabalho para o engrandecimento da Companhia de Jesus. Como o objetivo central do autor é traçar a história dos jesuítas em terreno brasileiro, e pelo fato de ser ele mesmo um membro do instituto, acaba por proporcionar uma interpretação que parte da própria Companhia, apresentando uma versão da ordem sobre um de seus mais ilustres membros.

Um autor contemporâneo de Serafim Leite foi Hernâni Cidade²², grande conhecedor da obra de Vieira, colaborou com a reedição, no nosso século, de muitas de suas obras. Português de Lisboa, procurou entender a vida do missionário como uma trajetória, daí a linearidade de sua obra, que se divide em: “Na Bahia”, onde destaca o período de formação do jesuíta e sua atuação frente as guerras contra os holandeses, “Na Europa”, onde chama atenção para a atuação de Vieira como político e diplomata, sendo

²² Crítico literário português, foi responsável, em nosso século, pela reedição das obras do Padre Antonio Vieira.

considerado aqui um dos maiores defensores da nova dinastia. Hernâni Cidade apresenta seus projetos políticos vinculados as suas esperanças messiânicas, entendendo a restauração portuguesa como parte de um processo que levaria Portugal a se consolidar como um Império Universal Cristão. Seguindo na divisão da biografia, temos o capítulo intitulado “Regresso ao Brasil”, onde trata da atuação missionária de Vieira, “A Utopia do Quinto Império e a Inquisição”, destacando o debate entre o jesuíta e o Tribunal do Santo Ofício, “Longe das Graças da Corte”, período final da vida de Vieira, onde inclui sua ida a Roma e seu retorno definitivo para o Brasil. Inclui ainda um capítulo intitulado “A Obra Literária de Vieira”, onde trata do estilo e do discurso do jesuíta, incluindo trechos de sermões e demais obras.

Cidade, desde o princípio de sua obra, elogia o talento de Vieira e sua precoce intervenção nas coisas públicas²³, destacando seu profetismo, sempre aliado ao realismo histórico e as suas resoluções políticas. Desta forma, seu discurso apologético aproxima a história de Portugal com a do povo Hebreu, contida no Antigo Testamento, sendo que, segundo o autor, seria tal discurso que o levaria ao duelo teológico com a Inquisição. Hernâni Cidade observa assim que não seria possível desvincular, na análise do discurso de Vieira, as preocupações espirituais das temporais, uma vez que, para o jesuíta, a história se adaptaria aos fatos bíblicos. Há aqui uma atenção para o discurso profético de Vieira que, segundo Cidade, permearia toda sua obra, sendo então um ponto fundamental para entendê-la, além de sua atuação frente aos problemas do reino português.

²³ CIDADE, Hernâni, *Op. Cit.* P. 29.

Uma questão fundamental para o jesuíta seria seu trabalho missionário, sendo que dele dependeria a conversão mundial e o estabelecimento do Quinto Império pois, para ele, Portugal seria a nação escolhida para levar a cristandade para todos os outros povos, impossibilitando assim uma desvinculação da Igreja em relação ao Estado. Desta forma, a expansão da fé deveria ser seguida da expansão do Estado Português. Neste sentido, a proposta de cristianização contida nas obras analisadas não excluía a diversidade dos povos mas, pelo contrário, a aceitava, desde que inserida nos quadros do cristianismo português²⁴.

Temos aqui que Hernâni Cidade apresenta sua versão da vida do Padre Antonio Vieira identificando-o com as preocupações do reino como um todo, sendo sua atuação fundamental para a consolidação do reino e do rei. Ao contrário da análise feita por João Francisco Lisboa, não o vê como opressor aos colonos brasileiros mas, ao contrário, defende tais regiões como parte integrante de Portugal e, desta forma, preocupa-se com o reino como um todo, incluindo-se aí a América portuguesa.

Uma das biografias mais detalhadas e com maior número de fontes citadas é a de João Lucio de Azevedo²⁵. Um dos maiores estudiosos sobre a história de Portugal de seu tempo, consegue, de maneira brilhante, apontar as questões que preocupavam Vieira no momento da confecção de sua obra, levando o leitor ao contexto da restauração portuguesa, com suas

²⁴ Sobre a questão da alteridade em Vieira ver: MAGALHÃES, Leandro Henrique. Olhares sobre a colônia. **Op. Cit.**

²⁵ Nasceu em Sintra, no ano de 1855, emigrando muito novo para o Brasil. Trabalhou em livrarias e, posteriormente, como livreiro proprietário. Retornou rico para a Europa onde, em Paris, e depois em Portugal, deu execução a diversos projetos historiográficos. Falava e escrevia em sete idiomas. Suas obras eram redigidas em Português de perfil clássico,

intrigas e contradições, destacando o espírito profético do jesuíta que, segundo o biógrafo, não o abandonara até o fim de sua vida.

A obra, que possui dois volumes, é apresentada de uma forma linear e temática, estando dividida em: “1º. Período: O Religioso”, onde trata em especial da formação do jesuíta, “2º. Período: O Político”, com destaque para sua atuação diplomática e defesa dos cristãos novos, “3º. Período: O Missionário”, “4º. Período: O Vidente”, onde apresenta suas teorias messiânicas e o conflito com a Inquisição, “5º. Período: O Revoltado”, onde, sentindo-se desprezado pelo rei, parte para Roma com o intuito de receber o perdão do Papa em relação as penas recebidas pela Inquisição de Portugal. É neste período também que se estabelece um dos grandes debates acerca dos cristãos-novos, onde Vieira teria uma atuação marcante na defesa destes e que, por algum motivo, é desprezado pelos demais biógrafos. E, finalmente, o “6º. Período: O Vencido”, onde se apresenta o fim da vida de Vieira, na Bahia, ainda com significativa atuação política, mesmo que se restringindo a uma esfera local.

João Lucio de Azevedo destaca em sua biografia a atuação política de Vieira, principalmente no que se refere a defesa dos cristãos-novos e da nova dinastia. Apesar de tratar especificamente do Vieira profético somente no quarto capítulo, o autor identifica seu messianismo em quase todos momentos de sua vida, tendo-o como um elemento norteador de todo seu discurso, principalmente no que se refere a restauração, por entender

Portugal como um futuro Império Cristão, e desta forma, toda sua história estaria marcada por intervenções divinas.

Assim como Hernâni Cidade, João Lucio de Azevedo apresenta Vieira a partir de uma perspectiva portuguesa, sendo que toda sua atuação política e missionária deve ser entendida a partir de sua ligação com a coroa, além de suas perspectivas messiânicas para o reino.

Após apresentarmos, de modo sucinto, o modo com tais autores entenderam e analisaram a obra do Padre Antonio Vieira, podemos concluir que todos eles, apesar de perspectivas distintas, dão destaque a sua postura política frente a restauração, mesmo que, como no caso de Serafim Leite, trate de sua atuação missionária na América, pois não a desvincula de uma preocupação do jesuíta com o reino. A questão messiânica, no entanto, só é tida como fundamental para a compreensão da obra de Vieira por Hernâni Cidade e João Lucio de Azevedo. Já sua atuação missionária, apesar de apontada por todos, é analisada com maior atenção por Serafim Leite, devido ao caráter de sua obra, e na segunda parte da obra de João Francisco Lisboa. Apesar disto, há uma oposição entre os dois biógrafos pois, como visto acima, Serafim Leite vê a atuação de Vieira como engrandecedora pois, além de estar levando a verdadeira fé aos nativos estaria auxiliando no engrandecimento da coroa portuguesa, enquanto que para João Francisco Lisboa, a atuação de Vieira como missionário fora marcada pela ambição, estando mais preocupado em angariar poder político sobre as missões que com a fé indígena, além de prejudicar os colonos que dependiam dos nativos para sobreviver.

As posições de tais biógrafos influenciaram as análises feitas por estudiosos brasileiros da obra de Vieira. Estes, no entanto, destacam geralmente sua atuação missionária, por estar mais próximo a realidade brasileira. Apontarei aqui alguns dos mais importantes estudiosos do jesuíta da atualidade e que, de alguma forma, terão suas reflexões debatidas neste capítulo, sendo eles: Sezinandro Luis Menezes, Alfredo Bosi, Alcir Pécora, Eduardo Hoornaert e Luís Palacin. Há, no entanto, outros autores que tratam da obra de Vieira e que não serão destacados aqui, seja por apresentarem trabalhos isolados, seja devido ao fato de que suas preocupações centrais não sejam a vida e obra de Vieira, onde cito como exemplo: Janice Theodoro, Anita Novinsky, Ronald Raminelli e Evaldo Cabral de Melo, além de destacar duas grandes ausências, Ivan Lins e Luis Felipe Baêta Neves²⁶.

²⁶ Não incluir estes autores na presente análise, não significa que não os utilizarei no decorrer da dissertação, por entender como trabalhos essenciais para a compreensão tanto da obra como do contexto vivenciado por Vieira. Como tratarei aqui do modo como o jesuíta fora entendido pela historiografia brasileira recente, creio ser necessário justificar tais ausências. No caso do trabalho de Janice Theodoro, intitulado "A retórica do cativo: Padre Antonio Vieira e a Inquisição", não o incluo seja pela sua amplitude, seja pela sua limitação pois, ao mesmo tempo que o texto faz parte de um estudo maior sobre o barroco, trata de uma questão específica, ou seja, do discurso de Vieira frente o Tribunal do Santo Ofício. Já a obra de Anita Novinsky, onde podemos destacar o livro "Cristãos Novos na Bahia: a Inquisição" e o texto "Sebastianismo, Vieira e o messianismo judaico", trata de modo específico da questão judaica, dando tal enfoque quando analisa a obra do jesuíta. Ronald Raminelli, em seu livro "Imagens da Colonização", trata da forma como os nativos brasileiros foram entendidos pelo Europeu. Desta forma, utiliza-se da obra de Vieira como um dos elementos de análise, o que nos impede de utilizar tal obra. Por fim, temos a obra de Evaldo Cabral de Melo, onde destacamos os livros "O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669)" e "Olinda Restaurada: guerra e açúcar no nordeste (1630-1654)", onde se utiliza da obra de Vieira como fonte de análise para compreender a política de Portugal referente a ocupação neerlandesa no nordeste brasileiro. CABRAL DE MELLO, Evaldo. **O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669)**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998; CABRAL DE MELLO, Evaldo. **Olinda Restaurada: guerra e açúcar no nordeste (1630-1654)**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. NOVINSKY, Anita. **Cristãos Novos na Bahia: A Inquisição**. São Paulo: Perspectiva, 1992; NOVINSKY, Anita. Sebastianismo, Vieira e o messianismo judaico. In: IANNONE, Carlos Alberto; GOBI, Márcia V. Zamboni & JUNQUEIRA, Renata Soares (Org.). **Sobre as naus da iniciação: estudos portugueses de Literatura e História**. São Paulo: UNESP, 1998; RAMINELLI, Ronald. **Imagens da Colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira**. São Paulo/Rio de Janeiro: FAPESP/Zahar, 1996; THEODORO, Janice. *A retórica do cativo: Padre Antonio*

Uma das mais recentes biografias, apresentada em forma de dissertação de mestrado, é a redigida por Sezinandro Luiz Menezes²⁷ intitulada "Padre Antonio Vieira, a cruz e a espada"²⁸. Neste trabalho, o autor tem por objetivo encontrar o conteúdo social da obra de Vieira. Apresenta-o, no entanto, com preocupações estritamente econômicas, entendendo os seus conflitos com os diversos setores da sociedade portuguesa como oposição entre a nova sociedade mercantil, representada por ele, e a velha sociedade feudal, representada pelos nobres e pela Inquisição. Acentua assim que, no século XVII, aqueles que se opunham ao dinheiro seriam conservadores, impedindo o avanço da sociedade portuguesa. Argumenta ainda que a vitória da antiga sociedade seria a causa da derrota de Portugal e da decadência do reino.

Sezinandro Menezes classifica como burguesas algumas posições de Vieira, como, por exemplo, o fato de propor a extensão da cobrança de tributos para a nobreza, o que confirmaria um questionamento dos privilégios da aristocracia portuguesa e o classificaria como um homem moderno, afastando-se da escolástica para se aproximar do espírito de Francis Bacon. A partir daí o autor busca compreender a política portuguesa em relação à América, entendendo que as colônias só se justificariam enquanto portadoras de um valor mercantil, podendo assim ser abandonadas quando o perdessem. Também os escravos estariam inseridos nesta

Vieira e a Inquisição. In: **América Barroca: Tema e Variação**. São Paulo/Rio de Janeiro: EDUSP/ Nova Fronteira, 1992;

²⁷ Mestre em história pela Universidade de São Paulo. Leciona atualmente na Universidade Estadual de Maringá.

²⁸ MENEZES, Sezinandro Luiz. **Padre Antônio Vieira, a cruz e a espada**. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em 1992.

interpretação, estando sua liberdade espiritual condicionada ao trabalho e ao lucro. Desconsiderando a posição de Vieira frente às questões políticas da restauração portuguesa, apresenta os naturais não como súditos do rei, mas como mão-de-obra jesuítica, endossando a tese de que os padres da companhia não permitiam a escravização destes para se utilizarem dos mesmos em proveito próprio. Ao privilegiar o aspecto econômico em detrimento do político, acaba por apresentar uma visão fragmentária da obra de Vieira, e, ao percebê-la como voltada para os interesses econômicos de Portugal, acaba por endossar a tese de João Francisco Lisboa, de que o Padre objetivava a exploração dos colonos brasileiros, legitimando assim a revolta destes contra os membros da Companhia de Jesus.

A posição de Sezinandro Menezes à respeito do Padre Antonio Vieira ao mesmo tempo se aproxima e se distancia da apresentada por Alfredo Bosi²⁹ no texto intitulado "Dialética da Colonização"³⁰. Neste trabalho, o autor apresenta como principal dificuldade da atuação de Vieira a tentativa de ajustar características feudais presentes na sociedade portuguesa com os valores mercantis emergentes. Sua obra buscava não a eliminação de conceitos medievais como a honra, a fidalguia e a nobreza, mas sim reordená-los dentro de uma realidade que estava ainda em construção, a da centralização dos estados nacionais e da expansão econômica européia, ou

²⁹ Nasceu em 1936, filho de Teresa e Alfredo Bosi. Formou-se em letras neolatinas pela USP, onde atualmente leciona Literatura Brasileira. Estudou filosofia da Renascença e estética na Universidade de Florença. É autor de "História Concisa da Literatura Brasileira".

³⁰ Utilizo-me aqui do texto intitulado "Vieira e a cruz da desigualdade", inclusa no livro "Dialética da Colonização". Apesar de ter publicado outros textos acerca do tema, este seria o de maior importância por ter marcado de maneira mais consistente a historiografia que trata tanto da colonização portuguesa como especificamente do jesuíta, sendo assim leitura obrigatória para todos os especialistas do tema. BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

seja, o mercantilismo. Alfredo Bosi apresenta assim o Padre Antonio Vieira como um homem de seu tempo, identificando em sua obra as dificuldades de se entender um período de profundas transformações como o foi o século XVII³¹.

Alfredo Bosi, ao compreender Vieira como um homem integrado às mudanças que vinham ocorrendo na sociedade, principalmente no que se refere as práticas mercantilistas, enfatiza suas preocupações políticas com o reino de Portugal pois, como nos mostra o autor, em nenhum momento foi proposto a passagem do poder político para as mãos da burguesia em ascensão mas, pelo contrário, reafirmava-se a importância da atuação dos nobres na restauração portuguesa. O fundamento político da obra de Vieira seria, segundo Alfredo Bosi, as contradições existentes entre o discurso universalista, onde se objetivava a consolidação de Portugal como reino cristão, e o particularismo das ações necessárias para se alcançar tal objetivo. Os interesses coloniais seriam parte de um projeto maior, onde muitas vezes havia a necessidade de se fazerem concessões para garantir seu sucesso. Como Serafim Leite, Alfredo Bosi apresenta o Padre Antonio Vieira como elemento de engrandecimento da Companhia de Jesus, traçando uma imagem apologética do jesuíta.

Já Alcir Pécora³², ao destacar a atuação do Padre Antonio Vieira como missionário, entende os interesses espirituais da evangelização

³¹ Para Bosi, Vieira viveria em um momento de transição, onde suas concepções escolásticas estariam em conflito com o mundo moderno, o que causaria as contradições de seu discurso. Seu paradoxo seria Antonil, um homem do século XVIII que entenderia a colonização e os nativos como condicionados ao trabalho e ao lucro. BOSI, Alfredo. **Op. Cit.**

³² Dentre as obras de Alcir Pécora acerca do Padre Antonio Vieira, destaco: PÉCORA, Alcir. Vieira, o Índio e o corpo místico. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; PÉCORA, Alcir. O demônio mudo. In: NOVAES, Adauto (Org.).

associados aos temporais, ou seja, à expansão do reino português. Atenta-se assim ao messianismo do jesuíta e ao seu discurso legitimador, pois o sucesso da empresa missionária dependeria da consolidação da coroa lusitana. Além disso, chama a atenção para o fato de Vieira ser um idealizador do Quinto Império, o que justificaria o pragmatismo do jesuíta na sua atuação na colônia pois, segundo ele, só o esforço missionário levaria a instituição do Império Universal Cristão.

“Se há idealização, em Vieira, não é diretamente em relação ao índio, mas ao projeto global que se insere: o do avanço decisivo do corpo do exército dos novos conversos, sob o comando da cabeça cristianíssima do Rei de Portugal, formado no espírito da igreja militante - vanguarda de instrumentos a afinar os aparentes desconcertos da história com o oculto da providência - , e prestes a gerar o sublime de um império, o quinto e último, que se estende, em mansidão e sossego, milenarmente até quando chegar o juízo final e o eterno bem após dele.” (p.44)³³

Alcir Pécora entende assim que, para Vieira, havia a necessidade de inserção do índio brasileiro no corpo místico da igreja, afirmando que a finalidade dos descobrimentos seria a conversão e a conseqüentemente expansão e solidificação da coroa portuguesa. O índio

O Olhar. São Paulo: Companhia das Letras, (S/D); PÉCORA, Alcir. Política do céu (anti-Maquível). In: NOVAES, Adauto (Org.). **Ética.** São Paulo: Companhia das Letras, (S/D); PÉCORA, Alcir. O desejo. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O Desejo.** São Paulo: Companhia das Letras, (S/D); PÉCORA, Alcir. Vieira: retórica e teologia (um projeto de estudo). **Estudos portugueses e africanos.** Campinas: UNICAMP, 1985, nº 5; PÉCORA, Alcir. Vieira segundo Bernardo Soares. **Remate de Males.** Campinas: UNICAMP, 1988, nº 8, p.69 - 83. PÉCORA, Alcir. O bom e o boçal ou o selvagem americano entre calvinistas franceses e católicos ibéricos. **Remate de Males.** Campinas, UNICAMP, 1992, nº 12, p. 35 - 44; PÉCORA, Alcir. O processo inquisitorial de Antonio Vieira. In: In: IANNONE, Carlos Alberto; GOBI, Márcia V. Zamboni & JUNQUEIRA, Renata Soares (Org.). **Sobre as naus da iniciação: estudos portugueses de Literatura e História.** São Paulo: UNESP, 1998; PÉCORA, Alcir. **Teatro do Sacramento.** São Paulo/Campinas: EDUSP/UNICAMP, 1994.

seria súdito do rei de Portugal, o que impossibilitaria sua escravidão. A liberdade indígena estaria assim vinculada à sua inserção na igreja e no reino. Ao apresentar Vieira como idealista em relação ao seu projeto de instauração de uma igreja universal cristã sob a égide da coroa portuguesa, e que tal idealismo justificaria seu pragmatismo, estaria compartilhando do discurso de Hernâni Cidade e João Lucio de Azevedo acerca da atuação de Vieira frente aos nativos americanos.

Eduardo Hoornaert³⁴ analisa a obra de Vieira a partir de uma perspectiva teológica, onde o messianismo português ocuparia lugar central. Vieira entenderia a história de Portugal como sagrada, que culminaria na formação de um Império Universal Cristão, sendo que, desta forma, "a separação entre igreja e estado não teria sentido, pois poderia enfraquecer a obra missionária (p.65)" ³⁵. O jesuíta teria assim uma perspectiva sagrada da história de Portugal, onde a coroa portuguesa assumiria o papel de estado evangelizador universal³⁶, entendendo a atuação dos jesuítas junto aos naturais brasileiros a partir da necessidade da expansão de Portugal e, conseqüentemente, do cristianismo, aproximando-se, assim como Alcir Pécora, das questões apontadas por Hernâni Cidade e João Francisco Lisboa.

Luis Palacin, ao tratar da obra de Vieira, parte da idéia de consciência possível, ou seja, de que o meio imporá limites na forma de se

³³ PÉCORA, Alcir. O bom e o boçal. **Op. Cit.**

³⁴ Nasceu na Bélgica em 1930. Estudou filosofia clássica e História Antiga em Lovaina e teologia em Bruges. É professor de história da Igreja no Instituto de Teologia e Pastoral de Fortaleza, Ceará.

³⁵ HOORNAERT, Eduardo. **Op. Cit.**

³⁶ Aproxima-se assim da visão apresentada por Serafim Leite, onde Vieira trabalharia para o engrandecimento da Companhia de Jesus aliada as preocupações temporais da Coroa.

pensar. A partir daí, o vê como representante do barroco português e do pensamento social jesuíta, que partiria de um estado de espírito nacional, ultrapassando os motivos de classes ou grupos.

“As contradições e impossibilidades do Portugal da Restauração são indispensáveis para a compreensão de Vieira, e em contrapartida a obra de Vieira torna-se, por sua vez, um dos testemunhos mais ricos para a interpretação desta época histórica (p.10)³⁷.”

Desta forma, Palacin estaria preocupado em analisar os limites que o período histórico imporia a Vieira, identificando sua crença milenarista como uma poluição mental da época da restauração, que se oporia a sua extraordinária inteligência. Uma questão para qual o autor chama atenção seria o fato de que, apesar de fazer críticas à política colonial portuguesa, Vieira não teria elementos para lhe negar, pois tal conceito lhe seria estranho, entendendo as possessões portuguesas como parte do reino, e não como colônia. Tal oposição teria suas raízes no conflito entre uma perspectiva escolástica jesuítica, onde as essências são tidas como imutáveis, e a época de profundas mudanças em que vivia.

Luis Palacin, ao mesmo tempo que se aproxima de Alcir Pécora e Eduardo Hoornaert, por demonstrar que no discurso de Vieira estariam presentes duas motivações que se complementavam, ou seja, uma patriótica e outra religiosa, se distancia deles, pois considera que a idéia de uma intervenção divina na história de Portugal atrapalhara suas elaborações políticas e sua atuação tanto na Europa como na América. Apesar disto, não

tece uma crítica ao jesuíta por tal fato, entendendo-o como o modo de pensar de seu tempo e, desta forma, limitaria a visão de mundo do jesuíta.

Em relação ao trabalho aqui apresentado, há uma preocupação primordial com o aspecto político da obra do Padre Antonio Vieira, principalmente no que se refere a busca de uma legitimação para a nova dinastia, que estaria em processo de consolidação. Seu discurso legitimatório seria formulado a partir de suas expectativas messiânicas, elaborando para tanto padrões sucessórios que, partindo das profecias, iriam além das regras tradicionais.

O discurso do Padre Antonio Vieira seria parte de um esforço para garantir a soberania lusitana, estando inserido em um ambiente de disputas políticas no interior da corte. É neste sentido que devemos entender muitas de suas posições, como a proposta de criação de companhias comerciais com dinheiro judeu ou da entrega de Pernambuco aos Países Baixos, vendo nesta o único meio de garantir a paz com os neerlandeses.

O discurso profético de Vieira estaria assim fortemente marcado por suas preocupações em relação ao futuro da dinastia, aliando seu messianismo e a teoria do Quinto Império ao seu discurso legitimador. Além disso, trataremos das questões jurídicas referentes a restauração portuguesa, tendo em vista que o jesuíta tinha conhecimento delas. Porém ao inserir novos elementos que garantiriam a soberania do reino e a permanência do rei na corte, ultrapassava-as, o que dava um ar de originalidade aos seus escritos.

³⁷ PALACIN, Luis. *Vieira e a visão trágica do barroco*. São Paulo: HUCITEC, 1986.

Apesar de autores como João Lucio de Azevedo e Hernani Cidade privilegiarem o aspecto político da obra de Vieira, aliado ao seu messianismo, deixam de destacar seu discurso legitimador e sua importância no processo de consolidação da restauração portuguesa. Em relação aos autores brasileiros, poucos foram além da atuação de Vieira como missionário, relegando a segundo plano as demais facetas de seu discurso. Dentre os que ultrapassaram tal barreira estão Alcir Pécora e Alfredo Bosi, que entendem sua atuação missionária vinculada às suas preocupações com o reino. Não tratam, no entanto, da questão da legitimidade do rei e, no que se refere ao seu messianismo, o entende como fundamental para a conversão dos nativos, mas não como forma de garantir a soberania lusitana.

Entendemos, no entanto, que só se pode compreender a atuação de Vieira no Brasil a partir de suas preocupações com o futuro do reino, pois entendia o índio como possível súdito do rei, fortalecendo-o e garantindo a expansão do reino em direção à sua missão universal.

Ou seja, parte-se do princípio de que Vieira estaria integrado a um grupo de nobres lusitanos que teria por objetivo garantir a legitimidade da restauração e a permanência do rei no trono. Para tanto, faz uso das profecias e da teoria acerca do Quinto Império, elaborando regras sucessórias que iriam além das tradicionais, procurando demonstrar que D. João IV teria legitimidade não só através do direito dos homens, mas também do divino.

2.2 - Padre Antonio Vieira: Vida e Obra

2.2.1 - Antes de sua partida para Portugal (1608 - 1640)

Será apresentado aqui um perfil biográfico da vida do Padre Antonio Vieira, para que assim possamos ter uma idéia geral de sua trajetória e de sua postura em relação às coisas do reino nos diferentes momentos de sua vida. Procurar-se-á privilegiar sua postura frente a restauração portuguesa, o que não nos impede de traçar, mesmo que brevemente, outros aspectos que marcaram o jesuíta, como o questão indígena ou judaica. Daremos destaque, no entanto, para o período em que teve maior prestígio junto a corte, por ser este o recorte temporal da presente dissertação, que está, neste capítulo, denominado de “Orador e Diplomata da Restauração” e “O missionário”, representando o intervalo entre os anos de 1640 à 1661.

Antonio Vieira nasceu em 06 de fevereiro de 1608, na Rua dos Cônegos, cidade de Lisboa. Vinha de uma família modesta, tendo como pai Cristóvão Vieira Ravasco, de origem alentejana e neto de uma serviçal mulata, e como mãe Maria de Azevedo, filha de Brás Fernandes, armeiro da casa real³⁸. Com o casamento, seu pai recebeu como parte do dote um ofício de justiça ou fazenda, que fora obtido por Brás Fernandes como carta de lembrança a quem se casasse com sua filha. Cristóvão Vieira Ravasco parte então para a Bahia, em 1609, com o intuito de ocupar o cargo de ofício de escrivão de agravos e apelações da relação da Bahia, retornando para Lisboa em 1612, para buscar mulher e filho³⁹.

³⁸ LEITE, Serafim. **Op. Cit.** p. 04.

³⁹ retorna para a Bahia em 1614, sendo que João Lucio de Azevedo data de 1615. AZEVEDO, João Lucio. História de Antonio Vieira. **Op. Cit.**

Na Bahia, Vieira aprende a ler e escrever no Colégio dos Jesuítas, onde, segundo Hernâni Cidade, recebera os estímulos que lhe teriam inclinado o espírito⁴⁰. Aos quinze anos de idade, após ouvir o Auto de São Lourenço, pré-dica do inferno apresentado pelo Padre Manuel de Conto⁴¹, foge de casa e pede permissão para que fosse aceito junto a Companhia de Jesus⁴². Seus pais, em um primeiro momento, opuseram-se a decisão do filho, porém acabaram aceitando o destino que lhe fora reservado⁴³.

Inicia a seguir o seu noviciado, período de provação que exigia a abolição de quaisquer relações com o mundo exterior, privilegiando-se a educação da vontade, expressa nos votos de pobreza, castidade e obediência, sendo três os graus de obediência que os jesuítas deveriam alcançar: subordinar sua vontade ao do superior, identificar-se com ela e, em um momento mais avançado, o identificar não só da vontade, mas também do pensar⁴⁴. Havia também a necessidade de se sacrificar as curiosidades temporais em favor das espirituais, investindo-se no estudo da retórica, filosofia e teologia.

Em 1624, quando Vieira ainda cumpria suas obrigações como noviciado, foi recebida na Bahia a notícia de que navios da Companhia das

⁴⁰ CIDADE, Hernâni. Padre Antonio Vieira. **Op. Cit.** p. 12

⁴¹ AZEVEDO, João Lucio. História de Antonio Vieira. **Op. Cit.**

⁴² Em relação a sua educação, afirmam tanto João Lucio de Azevedo como João Francisco Lisboa que Vieira não fora um gênio precoce, pois decorava mal e tinha dificuldades no aprendizado. Sua sorte mudara com um pedido feito a virgem e que, após um estalo, se torna um gênio, vencendo todos os desafios que as disputas oratórias da companhia exigiam.

⁴³ Para João Francisco Lisboa, a partida de Vieira para o instituto simbolizava o desprezo de Vieira pelos sentimentos mais ternos e suaves, apresentando, já no início de sua vida, sua insaciável ambição. LISBOA, João Francisco. **Op. Cit.** p. 07.

⁴⁴ AZEVEDO, João Lucio. História de Antonio Vieira. **Op. Cit.** p. 21 - 22.

Índias Ocidentais⁴⁵ se dirigiam para a região. É importante ressaltarmos aqui que tal investida fora uma ação planejada pelos Países Baixos, com o intuito de conquistar o Brasil e apoderar-se principalmente de seu mercado açucareiro pois, desde o fim da trégua entre Castela e os Países Baixos em 1621, quando os neerlandeses perderam o controle que tinham sobre o comércio do açúcar brasileiro, desejavam obter este mercado⁴⁶.

Frente a tal ameaça, o governador Diogo de Mendonça Furtado convoca a população para defender a cidade, melhorando os fortes do porto e construindo outro⁴⁷. A demora do ataque, no entanto, fez a população

⁴⁵ Companhia de comércio fundada em 1621, mesmo ano do fim da trégua entre Castela e os Países Baixos, onde estes concederam o monopólio, por vinte e quatro anos do comércio, navegação e conquistas das terras da América e da África banhadas pelo Atlântico. Seu maior objetivo era, como indicado em sugestão de 12 de setembro de 1622, a conquista do reino do Brasil. MELLO, J. A. Gonsales de. O domínio holandês na Bahia e no Nordeste. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira: A Época Colonial**. Tomo I, vol. I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

⁴⁶ Sobre o domínio holandês no nordeste brasileiro, ver: MELLO, J. A. Gonsales de. O domínio holandês na Bahia e no Nordeste. **Op. Cit.**; MELLO, J. A. Gonsales de. **A rendição dos holandeses no Recife**. Recife, 1979; CABRAL DE MELLO, Evaldo. O negócio do Brasil. **Op. Cit.**; CABRAL DE MELLO, Evaldo. Olinda Restaurada. **Op. Cit.**; CABRAL DE MELLO, Evaldo. **Rubro veio: o imaginário da Restauração Pernambucana**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997; MARQUES, Oliveira. O Império Tridimensional. In: **Breve História de Portugal**. Lisboa: Presença, 1996; BOXER, C.R. **Os holandeses no Brasil (1624-1654)**. São Paulo: Nacional, 1961; BOXER, C.R. **A idade de ouro no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1969.

⁴⁷ Ao utilizarmos da obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, devemos ter em mente seu papel como historiador no século XIX. Este período foi marcado pela necessidade de se forjar uma memória nacional que fornecesse elementos de continuidade entre o período colonial e o imperial, dando assim uma idéia tanto de processo, onde se tem o colonizador como vitorioso na sua posição de conquista e reconquista do território brasileiro, como de pacificidade na transição entre os dois períodos, além de garantir uma legitimidade da elite imperial frente aos demais grupos do reino. Desta forma, Varnhagen apresenta a história do Brasil como a de uma nação branca e européia que, devido a sua superioridade étnica e cultural, teria conquistado o direito sobre a terra. Devemos entender tal obra em um momento de construção de uma identidade nacional que buscava legitimar um processo de dominação social e de centralização do poder ao mesmo tempo que se preocupava com a formação do homem brasileiro. Tais preocupações eram apresentadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual Varnhagen era membro, que viam no Estado Monárquico Brasileiro o legítimo herdeiro do Império Ultramarino Português. Segundo José Carlos Reis, a obra de Varnhagen teria como características: priorizar a continuidade em relação a mudança, dando preferência ao Brasil português, ao tradicional ao invés do moderno; entende a história como um progresso linear e gradual, ou seja, o presente seria o mesmo que se aperfeiçoa; os problemas do passado seriam resolvidos sem problemas, rupturas ou revoluções e via no futuro, no máximo, um passado resolvido. Há, no entanto,

acreditar que a atitude do governador fora precipitada e, com o apoio do Bispo D. Marcos Teixeira, abandonaram as armas e retornaram a seus afazeres⁴⁸. Em 08 de maio de 1624 as velas inimigas são avistadas, sendo que na madrugada seguinte trinta e três navios se fundam em frente à cidade, desviando-se dos fortes. Nesta ocasião, reúne o governador os soldados que eram possíveis e os redistribui, enquanto o Bispo apresenta uma Companhia de Eclesiásticos. Com o desembarque de mil homens, manda o governador toda a gente a cavalo que possuía, que, ao prever as dificuldades do combate, deserdam. A população, vendo-se desamparada, foge da cidade, acompanhadas pelo Bispo, dirigindo-se para o colégio da Companhia⁴⁹. No dia seguinte os neerlandeses, comandados por Jacob Willekens, tomaram a cidade sem resistência, prendendo o governador e o enviando imediatamente para a Europa.

Vieira, que fugira junto com os demais padres da companhia, permaneceria até a retomada da cidade, em 30 de abril de 1625, na aldeia do Espírito Santo, observando os fatos que seriam relatados na Carta Ânua, documento enviado ao Geral da Companhia de Jesus onde se narra os

algumas semelhanças entre as questões tratadas por Varnhagen e por Vieira onde podemos destacar a fidelidade ao Estado e a busca de uma nação unitária, onde a heterogeneidade seria limitada e somente aceita quando não colocasse em risco a lealdade ao rei. Além disso, há a idéia de superioridade européia pois, segundo o historiador, a vitória dos colonos sobre os nativos se deu pela superioridade das leis, da ordem, da religião e da autoridade portuguesa, enquanto o jesuíta afirma que a maior dificuldade para a evangelização seria a falta das letras F, R e L do vocabulário indígena, o que significaria a ausência de fé, rei e lei. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. 10ª. ed. São Paulo: Itatiaia, 1981, Vol 1, Tomo I e II, p. 187-188; ODÁLIA, Nilo. **Op. Cit.** p. 07-23; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Op. Cit.** p. 471-481; REIS, José Carlos. **Op. Cit.** p. 16.

⁴⁸ É válido lembrar aqui que havia uma disputa política na região entre o Bispo e o Governador.

⁴⁹ Nas palavras de Varnhagen: "Assim, a milícia do país, sem a necessária disciplina, abandonara os seus postos, à medida que o perigo deles se aproximava; e os moradores, vendo fugir os que deviam defendê-los, fugiam também, abandonando os seus lares, e

acontecimentos relativos ao instituto no Brasil. Neste documento, podemos encontrar uma descrição pormenorizada da invasão holandesa na Bahia e da resistência dos portugueses⁵⁰, onde destaca, devido ao caráter do documento, o papel dos jesuítas no referido confronto, principalmente no que se refere ao apoio espiritual aos soldados.

“Tanto que se assentou a arraial, nele assistiram sempre os nossos padres, dois e quatro às vezes, pregando, confessando, exortando e animando a gente, no que colheram grande fruto, não só do esforço dos soldados, mas também de muitas confissões, umas gerais, outras de muitos anos, outras de muita importância, desarraigando ódios, torpezas e outros muitos pecados (p.23)⁵¹”.

Vieira opta por uma descrição pormenorizada dos fatos, dando uma idéia do terror que se estabeleceu na cidade com a chegada da armada holandesa. Nas palavras do jesuíta:

“E foi tal a tempestade de fogo e de ferro, tal o estrondo e confusão, que a muitos, principalmente aos poucos experimentados, causou perturbação e espanto, porque, por uma parte os muitos relâmpagos fuzilando feriam os olhos, e com a nuvem espessa do fumo não havia quem se visse; por outra, o contínuo trovão da artilharia tolhia o uso das línguas e orelhas, e tudo junto, de mistura com as trombetas e mais instrumentos bélicos, era terror a muitos e confusão a todos (p.11)⁵²”.

procurando levar consigo quanto podiam (p.190).” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Op. Cit.**

⁵⁰ Ao apresentar o modo como os habitantes organizaram a resistência e posterior retomada da cidade demonstra, sem no entanto denominar, o que J. A. Gonsales de Mello chama de “estilo de guerra brasílica”, que teria como característica o ataque de surpresa, a dispersão, a mobilidade dos combatentes e a iniciativa individual. MELLO, J. A. Gonsales de. O domínio holandês na Bahia e no Nordeste. **Op. Cit.** p. 239.

⁵¹ **Carta Ânua.**

⁵² **Idem.**

Com o retiro da população para o interior e o aprisionamento do governador, o Bispo é nomeado Capitão-mor, estabelecendo arraial fortificado junto ao Rio Vermelho⁵³. A atuação deste é glorificada por Vieira, que caracteriza a ocupação do cargo como uma necessidade de defesa da fé católica e da lealdade ao rei⁵⁴. Após longo sítio feito à cidade, onde se sucederam mais dois capitães-mores, é mandada da Europa uma armada com 52 navios de guerra que, em menos de um mês, auxilia na retomada da cidade⁵⁵. Em relação a tal fato, Vieira afirma que os jesuítas, ao saberem da notícia acerca da armada, realizaram procissões com ladainhas, pedindo a Deus misericórdia, sendo que:

“(...) no dia da redenção do mundo, nos quis [Deus] mostrar a nossa, antecipando-nos as aléluias com a primeira vista da nossa armada, a qual, dia de Páscoa da Ressurreição, primeiro de abril de 1625, amanheceu toda dentro da Bahia, posta em ala, para que as velas inimigas, que no porto estavam, não pudessem sair nem escapar (p.31)⁵⁶.”

Três semanas após a assinatura da capitulação de rendição, que tinha como termos a entrega da cidade com toda artilharia, armas, munições e todos os demais pertences, além dos navios que estivessem no porto; que na entrega se incluiria dinheiro, pedras preciosas, mercancias, escravos e tudo o mais que houvesse na cidade e nos navios; que se

⁵³ Em um primeiro momento, fora eleito para o cargo o desembargador Antão de Mesquita de Oliveira. Eleição, no entanto, não agradara o bispo, que consegue a deposição do desembargador e, logo em seguida, sua nomeação. VARNHAGEN. Francisco Adolfo de. **Op. Cit.** p. 191.

⁵⁴ **Carta Ânua**, p.19.

⁵⁵ BOXER, C.R. Os Holandeses no Brasil. **Op. Cit.** p. 36.

restituiriam todos os prisioneiros; que não tomariam armas contra a Espanha até chegarem nos Países Baixos; que retornariam impunemente, com todas suas roupas; que lhes seriam dadas embarcações com mantimentos e tudo o mais para permanecerem no mar por três meses e que entregariam uma das portas da cidade, recebendo em troca reféns a contento⁵⁷, chegam ao porto da Bahia 34 naus que vinham em socorro aos invasores, trazendo consigo um édito de proclamação aos povos do Brasil, onde prometia tolerância religiosa, liberdade de comércio e segurança à propriedade, dentre outras garantias àqueles que os aceitassem como senhores. Vieira afirma aqui que fora graças a intervenção divina que a armada católica chegara primeiro e garantira a segurança da cidade.

“Demos graças a Deus pelas desviar e deter, de maneira que, se chegassem antes de nossa armada, então custara muito mais sangue a restauração da cidade (p.36)⁵⁸.”

Com a paz, de certa forma, restabelecida, pois o perigo neerlandês não deixara de rondar as fronteiras baianas, Vieira é nomeado, em 1626, professor de retórica no Colégio de Olinda⁵⁹, e ao concluir o curso, é levado à aldeia do Espírito Santo, próxima a Salvador, onde tem sua primeira experiência como missionário. Admirado com a atuação dos padres da companhia na missão, vê no trabalho apostólico o meio privilegiado de atuação para um jesuíta, passando assim a dar maior atenção ao estudo da

⁵⁶ **Idem.**

⁵⁷ VARNHAGEN. Francisco Adolfo de. **Op. Cit.** p. 197-198.

⁵⁸ **Carta Ânua.**

língua e dos costumes indígenas, estando disposto a abandonar tudo o que aprendera. Teria sido neste momento que Vieira realizara seus votos de dedicação à doutrina e conversão dos gentios, votos estes que iriam ser relembrados quando de sua partida de volta ao Brasil, porém desta vez ao Maranhão, em 1652. A Companhia de Jesus, prevendo o perigo de perder o talento de Vieira⁶⁰, o obriga a retornar a Salvador, onde inicia seus estudos sobre teologia.

Apesar desta tendência ao trabalho missionário, Vieira, desde o início de sua carreira oratória⁶¹, com o sermão, pregado em 1633 em Salvador, demonstra interesse em intervir na vida pública, preocupando-se principalmente com os perigos que o Brasil corria devido à ameaça constante dos holandeses que, mesmo após serem derrotados pelos portugueses da Bahia, não deixavam de aspirar pela conquista do território⁶².

Em 1634 apresenta sua tendência messiânica ao compor uma sátira ao Sebastianismo, no Sermão de São Sebastião, onde compara a vida do santo com a vida do rei desaparecido em Alcácer Quibir⁶³. Tais aproximações eram instigadas pelos padres da Companhia de Jesus, que se utilizavam de tal discurso como forma de se oporem ao governo espanhol. Vieira faz uso aqui de argumentos que seriam retomados após a restauração portuguesa, referindo-se então a D. João IV, como, por exemplo, o

⁵⁹ Segundo João Lucio de Azevedo, o ensino era tido como parte das obrigações do jesuíta, sendo que quando estivesse aptos a lecionar, deveriam fazê-lo, como fora o caso de Vieira. AZEVEDO, João Lucio. *História de Antonio Vieira*. **Op. Cit.** p. 29.

⁶⁰ CIDADE, Hernâni. **Op. Cit.** p.

⁶¹ Segundo João Francisco Lisboa, seus triunfos oratórios cresceriam na mesma proporção que sua inata ambição. LISBOA, João Francisco. **Op. Cit.** p. 18.

⁶² CABRAL DE MELLO, Evaldo. *O negócio do Brasil*. **Op. Cit.**

⁶³ Segundo João Lucio de Azevedo, apesar de os jesuítas serem os maiores propagadores do sebastianismo de seu tempo, tal sermão seria apenas um exercício de retórica, pois não

questionamento de que como poderia alguém estar morto com tantas profecias para realizar. Ou seja, se as profecias estariam para se realizar, a morte não poderia impedi-las.

“E assim, no mesmo teatro onde Sebastião despido, chagado, envolto em seu sangue, parecia que estava morto, aí mesmo perseverava, aí mesmo se conservava, e aí mesmo triunfava vivo. Porque, como milagroso encoberto na vida e na morte, debaixo da aparência da morte encobria a realidade da vida (p.348)⁶⁴.”

Vieira não deixa claro, no entanto, que D. Sebastião retornaria para retomar seu trono e livrar Portugal da opressão estrangeira, como queriam os jesuítas pois, como veremos adiante, esperava a volta de D. Sebastião não em si, mas reencarnado em seu sangue, teoria já difundida no período⁶⁵.

No entanto, seu maior triunfo oratório ainda estava por vir, tendo por inspiração a tentativa do Conde Maurício de Nassau de invadir e conquistar a Bahia, depois de seus sucessos em Pernambuco⁶⁶. Em 14 de abril de 1638 foram avistadas velas da armada do conde, ancorando a uma légua da cidade, na praia de Tapagipe. O capitão-mor de Salvador, Conde de Bagnuolo, a quem o governador dera todos os poderes de decisão para o

havia ainda despertado em seu espírito a oposição ao reino de Castela. AZEVEDO, João Lucio. *História de Antonio Vieira. Op. Cit.* p. 29.

⁶⁴ **Sermão de São Sebastião.**

⁶⁵ SARAIVA, Antonio José. Antonio Vieira, Menasseh Bem Israel e o Quinto Império. In: **História e Utopia: estudos sobre Vieira.** Lisboa: Ministério da Educação, 1992.

⁶⁶ Após conquistar Pernambuco, em 1630, a Companhia das Índias Ocidentais tinha como objetivo a tomada da Capital do Brasil, Salvador da Bahia. Em 1637, após expulsar os últimos resistentes ao governo neerlandês, Maurício de Nassau, chefe político dos domínios neerlandeses no Brasil, tenta um ataque à Bahia, saindo no entanto derrotado. Apesar deste infortúnio, teria novos sucessos no Maranhão e em Sergipe, em 1641. Após realizar

combate⁶⁷, entrincheira-se junto à Igreja de Santo Antônio, impedindo que o inimigo avançasse pela cidade. Ao perceber que não poderia resistir ao sítio imposto pelos portugueses, retira-se sem deixar notícia no dia vinte e cinco, sendo que os soldados, sem aperceberem do ocorrido, permaneceram atirando no campo vazio⁶⁸. No decorrer da batalha, foram convocados os jesuítas para pregarem ao povo, ao mesmo tempo que pediam auxílio à Deus para que os portugueses vencessem a contenda. Vieira, grande orador que era, apresentou-se para tal, ficando reservado para o último de uma série de pregadores. Nas palavras de Hernâni Cidade:

“Mais profundamente impressionante é o Sermão pela vitória de nossas armas contra os Holandeses. Com o invasor às portas da Bahia, ocupado na devastação do seu Recôncavo, em todos os templos se erguem ao céu preces angustiosas. No sermão celeberrimo, Vieira leva sua audácia ao ponto de tentar convencer Deus do excesso - e do perigo para Ele próprio - para a provação que a nós aflige (p.38)⁶⁹.”

Vieira alia, neste sermão, a necessidade de resoluções políticas por parte do governo civil ao apelo à proteção divina, apresentando o reino de Portugal como reino divino, sendo então Deus responsável pela segurança de

tais atos, dedica-se ao trabalho de administrador das terras conquistadas. MELLO, J. A. Gonsales de. O domínio holandês na Bahia e no Nordeste. **Op. Cit.** p. 237.

⁶⁷ Governador cede todo o poder que lhe fora confiado pelo rei a Bagnuolo, seja por patriotismo, seja por querer se livrar de toda responsabilidade. VARNHAGEN. Francisco Adolfo de. **Op. Cit.** p. 298.

⁶⁸ A respeito da derrota de Nassau, afirma Varnhagen: “Na Bahia, perdeu não só prestígio, mas muito boa parte de seu exército, que veio a lhe fazer falta; pois ao regressar ao Recife, em vez de reforços, recebeu ordens de entregar ao almirante Cornelis Corneliszoon Jol as forças que pudesse, para uma expedição (que se malogrou) às Antilhas; e teve que privar-se da melhor parte de sua esquadra e de seiscentos soldados (p.299).” **Idem**.

⁶⁹ CIDADE, Hernâni. Padre Antonio Vieira. **Op. Cit.**

seus súditos⁷⁰. Daí não ser considerado abusivo cobrar de Deus a sua responsabilidade frente à possibilidade de perda do território, pois se estaria entregando não só o seu povo para os hereges⁷¹, mas também os inocentes que não saberiam discernir entre a verdadeira e a falsa doutrina cristã.

“Mude a vitória as insígnias, desafrontem-se as cruzes católicas, triunfem as vossas chagas nas nossas bandeiras, e conheça humilhada e desenganada a perfídia, que só a fé romana, que professamos, é fé, e só ela a verdadeira e vossa (p.310)⁷².”

Este sermão traria ainda em seu bojo uma importante questão de caráter político, ou seja, ao clamar pela ajuda de seu rei, clama por Deus, e não por Filipe IV (III de Portugal). Afirma ainda que as afrontas que os portugueses vinham recebendo de seus inimigos era castigo de Deus e não devido a perda de seus monarcas.

“Ocorre aqui ao pensamento o que não é lícito sair a língua; e não falta quem discorra tacitamente, que a causa desta diferença tão notável foi a mudança da monarquia. Não havia de ser assim (dizem) se vivera um D. Manuel, um D. João o terceiro, ou a fatalidade de um Sebastião não sepultará com ele os reis portugueses (p.304)⁷³.”

⁷⁰ João Francisco Lisboa chama atenção para o fato de que, com este sermão, Vieira alcançaria um grau de eloquência poucas vezes alcançados posteriormente, deixando transparecer todo seu patriotismo e seu sentimento de português e de católico. Observamos que, neste ponto, João Lucio de Azevedo discorda da posição de Lisboa, pois este afirma que neste período ainda não havia despertado em Vieira seu sentimento patriótico. LISBOA, João Francisco. **Op. Cit.** p. 09.

⁷¹ **Sermão pelo Bom Sucesso das Armas de Portugal contra as de Holanda.**

⁷² **Idem.**

⁷³ **Idem.**

Ainda não seria aqui que Vieira aclamaria D. Filipe IV como rei de Portugal, o que aconteceria no “Sermão de Dia de Reis”, em tributo à D. Sebastião e em oferta ao vice rei, Marquês de Montalvão⁷⁴, em nome de Filipe IV, indentificando-o como herdeiro de D. Sebastião no trono português:

“(…) que com o sangue e com a coroa, herdou juntamente daquele piedosíssimo rei o afeto e particular devoção à nossa companhia (p.68)⁷⁵.”

É valido ressaltar aqui que o ano de 1640 já havia chegado e as novas acerca da restauração portuguesa não⁷⁶, fazendo com que Vieira identificasse Filipe IV como sendo o rei indicado pelas trovas de Bandarra. Assim, apesar de não citar as referidas trovas, as utiliza, o que se percebe claramente quando, antes de proclamar o monarca espanhol como rei de Portugal, destaca primeiro que o ano de quarenta já havia passado⁷⁷. Estaria aqui afastando-se, de forma definitiva, dos sebastianistas pois, ao afirmar que Filipe IV seria herdeiro de D. Sebastião, partia do pressuposto que este não poderia mais retornar, pois herança, como afirma o próprio Vieira, significa que a morte de seu antecessor fora verdadeira⁷⁸.

⁷⁴ Após a vitória dos portugueses sobre Maurício de Nassau, Castela envia uma armada para o Brasil com o intuito de restaurar Pernambuco, tendo por general D. Fernando de Mascarenhas. Este, no entanto, prefere não atacar de imediato, partindo para a Bahia, onde tomaria posse como governador e capitão-mor. Em 1640, lhe sucede D. Jorge de Mascarenhas, Marquês de Montalvão, com o título de primeiro vice rei do Brasil. VARNHAGEN, Francisco Adolfo. História Geral do Brasil. **Op. Cit.**

⁷⁵ **Sermão de dia de reis.**

⁷⁶ A notícia sobre a restauração portuguesa só fora recebida na Bahia em 15 de fevereiro de 1641, com grande surpresa para o vice rei e seus conterrâneos. VARNHAGEN, Francisco Adolfo. História Geral do Brasil. **Op. Cit.**

⁷⁷ “Viva pois o santo e piedoso rei (que já é passado o ano de 40), viva e reine eternamente com Deus, e sustente-nos desde o céu com suas orações, o reino que com seu demasiado valor nos perdeu na terra (p.68)”. **Sermão de dia de Reis.**

⁷⁸ “Herdou, disse, e conforme teologia de São Paulo, quem diz herança supõe verdadeira morte, que como fim de uma vida tão suspirada, não é muito que não seja bem crida (p.68)”.
107

Com a notícia da restauração portuguesa, o vice rei Marquês de Montalvão, demonstrando lealdade absoluta a D. João IV, envia comitiva de adesão onde estariam presentes o seu filho, D. Fernando de Mascarenhas e os jesuítas Simão de Vasconcelos e Padre Antonio Vieira⁷⁹. Após uma viagem tumultuada, chegam em Peniche a 18 de abril de 1641, onde são tidos como traidores e ameaçados de morte, pois o irmão de D. Fernando e filho do vice-rei do Brasil havia se posicionado a favor de Castela. Assim que desembarcam em Lisboa, a 30 de abril de 1641, apresentam-se ao rei, tendo a comitiva boa acolhida na corte. A partir de então, a figura de Vieira estaria presente em quase todas reuniões do palácio, manifestando-se com tratados e pareceres, além do púlpito, nos assuntos mais relevantes⁸⁰.

2.2.2 - Orador e Diplomata da Restauração (1641-1652)

Vieira adquiriu fama de grande orador em Lisboa desde que pregou pela primeira vez na Capela Real, em 1642. Neste sermão, intitulado "Sermão dos Bons Anos", trata de questões estritamente políticas, como a necessidade de medidas urgentes para a manutenção da independência de Portugal e a consolidação de D. João IV no trono, utilizando-se de um

Sermão de dia de reis. Acerca de tal questão, ver João Lucio de Azevedo. AZEVEDO, João Lucio. História de Antonio Vieira. **Op. Cit.** p.46, AZEVEDO, João Lucio de. **A evolução do Sebastianismo.** Lisboa: Presença, 1958.

⁷⁹ Segundo João Francisco Lisboa, Vieira deve ter se insinuado para compor tal comissão, tendo o apoio da Companhia, pois era de seu interesse que Vieira tivesse sucesso na capital e trouxesse glórias para o instituto. LISBOA, João Francisco. **Op. Cit.** p. 19.

⁸⁰ Segundo João Francisco Lisboa, Vieira não soube utilizar de sua glória com moderação, atraindo para si ódios e ingratidão de seus rivais. LISBOA, João Francisco. **Op. Cit.** p. 25.

discurso apologético, a partir das trovas de Bandarra⁸¹. Seu discurso era direcionado para os opositores da nova monarquia, sabendo que a posição do duque de Bragança como rei de Portugal não estava consolidada, pois muitos esperavam ainda a volta de D. Sebastião para assumir o trono lusitano. Desta forma, ao utilizar-se das trovas de Bandarra, estaria utilizando dos mesmos elementos que os sebastianistas para demonstrar que D. João IV era o rei indicado pelas profecias⁸².

“Que seria remido Portugal não esperadamente por um rei não esperado. Segue-se logo evidentemente, que não podia el-rei D. Sebastião ser o libertador de Portugal, porque o libertador prometido deveria ser um rei não esperado; e el-rei D. Sebastião era tão esperado vulgarmente, como sabemos todos (p.323)⁸³.”

A partir de tal sermão, Vieira ganharia total confiança do monarca, configurando-se como um de seus principais conselheiros, chegando a receber o título de pregador régio, em 1644. Porém, a pressão dos adversários do rei ainda era grande e Vieira, que se posicionara como defensor da nova dinastia, voltaria a tratar da legitimidade de D. João IV em sermão pregado no dia de seu aniversário, em 19 de março de 1642⁸⁴. Para tanto, compara D. João IV com S. José, pois ao mesmo tempo que este fora

⁸¹ Vieira não cita o sapateiro neste sermão, mas pelas questões tratadas fica claro o conhecimento de suas trovas.

⁸² AZEVEDO, João Lucio. História de Antonio Vieira. **Op. Cit.** p. 56.

⁸³ **Sermão dos Bons Anos.**

⁸⁴ Dia em que se festeja São José.

escolhido para proteger o restaurador do mundo, também o fora para proteger o homem que iria restaurar Portugal⁸⁵.

“Sendo pois estes dois reis nascidos ambos reis, ambos redentores, e ambos encobertos; o primeiro como diz a profecia de Isaías, o segundo prometido pela profecia, e tradição de Santo Isidoro a Espanha, não com outro nome, ou antonomásia, senão a do encoberto (p.446)⁸⁶.”

Neste sermão, Vieira procuraria manter no povo a esperança de redenção portuguesa. Esta era, afinal, a maior preocupação da corte no período: convocar o povo a volta do trono e incitá-los aos sacrifícios necessários para a segurança da pátria⁸⁷. Devemos entender que, neste momento, Vieira pregava em um contexto de instabilidade política, onde a questão que mais o preocupava seria como garantir a soberania de Portugal contra um inimigo tão grande e poderoso quanto Castela, ou seja, como reconquistar o papel que tivera outrora, o de senhor dos mares e do comércio colonial? Nas palavras de Antonio Vieira:

“Como se há de sustentar um poderoso exército para resistir às forças de Castela e com que se há de refazer este, no caso que se rompa, ou diminua (P.287)⁸⁸?”

⁸⁵ Vieira dá a entender aqui que S. José patrocinaria D. João IV a restaurar o mundo, como exemplo do primeiro restaurador, Cristo. Assim, D. João IV seria rei de um Império Universal.

⁸⁶ **Sermão de São José.**

⁸⁷ AZEVEDO, João Lucio. História de Antonio Vieira. **Op. Cit.** p. 63.

⁸⁸ **Proposta ...**

A falta de recursos consistia no maior problema para Portugal, pois eram grandes os gastos com a guerra⁸⁹, considerando-se que, após a restauração, o exército e a marinha portuguesa estavam desorganizados, as finanças exaustas, o comércio e a indústria⁹⁰ quase arruinados e parte das possessões perdidas⁹¹. Tal situação seria, segundo Vieira, desastrosa, pois poria em dúvida a própria manutenção da Coroa portuguesa⁹², dúvida já sentida pelas demais nações europeias, que temiam uma aliança com Portugal devido à sua instabilidade. Desta forma, deixavam de enviar embaixadores para Lisboa, apesar dos esforços dos diplomatas portugueses em garantir apoio internacional ao novo rei.

É neste sentido que prega o Sermão de Santo Antonio, em 14 de setembro de 1642, às vésperas da realização da reunião das cortes que decidiriam sobre aumentos de impostos sob a alegação de insuficiência de recursos para manter a guerra contra Castela e a segurança do reino e das conquistas⁹³. A proposta feita por Vieira seria a de distribuição de impostos para todos os estados, ou seja, a nobreza, o clero e o povo. A solidificação dos estratos sociais dificultava a aceitação de seu discurso, pois entendiam

⁸⁹ CIDADE, Hernâni. Padre Antonio Vieira. **Op. Cit.** p. 62

⁹⁰ Entende-se aqui o termo indústria como os produtos manufaturados produzidos por Portugal. A produção industrial portuguesa permaneceu em segundo plano nas preocupações econômicas do reino, apesar de seu crescimento e diversificação nos séculos XVII e XVIII, sendo que no século XX a perspectiva em relação à indústria nacional era animadora. Tal crescimento, no entanto, não acompanhara aos demais setores da economia, sendo que o avanço promovido por Duarte Ribeiro de Macedo após 1640 sofre um recuo considerado com a descoberta das minas de ouro no Brasil no final deste século SERRÃO, José Vicente. O Quadro Econômico. In: HESPANHA, Antonio Manuel (Coord.). **História de Portugal: O Antigo Regime**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 83.

⁹¹ LISBOA, João Francisco. **Op. Cit.** p. 26.

⁹² **Proposta ...**

⁹³ BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. **Op. Cit.** p. 127.

que a posição social de cada indivíduo era determinada por Deus e, desta forma, não poderia ser modificada pelo homem⁹⁴.

Vieira inicia o sermão identificando qual seria o grande problema português no que se refere ao sistema tributário, tendo-o no particularismo das cobranças. A solução deveria ser a universalização dos impostos, suavizando assim a carga estabelecida sobre o povo. Desta forma, todos estariam contribuindo para o bem maior de Portugal, ou seja, sua conservação. Nas palavras de Vieira:

“Bom era que nos igualássemos a todos; mas, como pode-se igualar extremos que têm a essência na mesma desigualdade? Quem compõe os três estados do reino é a desigualdade das pessoas. Pois, como se hão de igualar os três estados, se são estados porque são desiguais (p.17)⁹⁵?”

Para resolver tal questão, Vieira utiliza-se da alegoria “sal da terra” para denominar os portugueses, pois a grande propriedade do sal seria conservar, unindo os três elementos: fogo (eclesiástico), ar (nobreza) e água (povo) para conservar o quarto, a terra⁹⁶, sendo que somente desta maneira e por este motivo poder-se-ia compreender a união de algo tão desigual, como eram os três estados que compunham a sociedade lusitana. Tal questão levou autores como Alfredo Bosi a considerar o seu discurso como avançado, ao defender o concurso de todos para aliviar os únicos sacrificados. Faz-se necessário lembrar aqui que, apesar do autor fazer tal afirmação, não deixa de demonstrar que Vieira não excluía o nobre de suas obrigações. Assim, apesar de avançar no discurso, na prática o jesuíta mantinha as relações de

⁹⁴ CIDADE, Hernâni. Padre Antonio Vieira. *Op. Cit.* p. 59

poder inauteradas, não deixando de distinguir os três estados, demonstrando a responsabilidade de cada um e o porquê da necessidade de contribuições para o fisco, reafirmando que o único que teria tais obrigações seria o terceiro estado⁹⁷. Os nobres não estariam mais que reafirmando sua função no reino, a de proteger o povo e defendê-lo de todas as ameaças⁹⁸, pois, como afirma o próprio jesuíta, só poder-se-ia vencer uma batalha quem tivesse sangue nobre pois o valor não estaria no braços, mas sim nas veias⁹⁹. Vieira não estaria aqui fazendo um discurso para além de sua época, mas, ao contrário, estaria mais próximo das máximas medievais de divisão de funções de acordo com sua posição social¹⁰⁰.

Uma das questões que mais o preocupou, não só neste período como em toda sua vida, fora a condição dos cristãos-novos portugueses¹⁰¹.

⁹⁵ **Sermão de Santo Antonio.**

⁹⁶ **Idem.**

⁹⁷ MAGALHÃES, Leandro Henrique. Vieira e a Economia da Restauração. III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas. Curitiba: UFPR, 1999.

⁹⁸ Em sermão pregado na Capela Real no ano de 1650, Vieira lembra que uma omissão da nobreza poderia resultar na perda do reino, sendo considerado um dos maiores pecados que se poderia cometer, pois estariam abandonando sua função de proteção do Estado. **Sermão da Primeira Domingo do Advento.**

⁹⁹ AZEVEDO, João Lucio. História de Antonio Vieira. **Op. Cit.** p. 39.

¹⁰⁰ Sobre esta questão, ver: MATTOSO, José, (dir.). **História de Portugal.** A Monarquia Feudal: (1096-1480). Lisboa: Estampa, 1993. V. 2; DUBY, Georges. **As três Ordens ou O Imaginário do Feudalismo.** Lisboa: Estampa, 1982; LE GOFF, Jacques. **Para um Novo Conceito de Idade Média:** Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente. Lisboa: Estampa, 1979; LE GOFF, Jacques. **A Civilização do Ocidente Medieval.** Lisboa: Editorial Estampa, 1984. V. 1-2.

¹⁰¹ Para Hernâni Cidade, a defesa que Vieira fazia dos cristãos novos parecia indiscreta até mesmo para os membros da Companhia de Jesus. CIDADE, Hernâni. Padre Antonio Vieira. **Op. Cit.** p. 62. Sobre a situação dos cristãos novos em Portugal, podemos citar como a mais importante estudiosa a Profa. Anita Novinsky, com vários trabalhos publicados sobre o assunto, onde podemos destacar: NOVINSKY, Anita. **Cristãos-novos na Bahia: A Inquisição.** São Paulo: Perspectiva, 1992; NOVINSKY, Anita. **Inquisição: Rol dos Culpados.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1992; NOVINSKY, Anita. O papel dos judeus nos grandes descobrimentos. **Revista Brasileira de História: América, Américas.** Vol. 11, no. 21. São Paulo: Marco Zero: set/90-fev/91; NOVINSKY, Anita. Sebastianismo, Vieira e o messianismo judaico. **Op. Cit.** Sobre o assunto, podemos citar ainda: SARAIVA, Antonio José. **Inquisição e cristãos-novos.** Lisboa: Estampa, 1985; SIQUEIRA, Sonia A. **A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial.** São Paulo: Ática, 1978; AZEVEDO, João

Segundo João Lucio de Azevedo, tal questão ganhara força após um conflito entre a Inquisição e a Companhia de Jesus, em Évora, que abalaria a relação entre os dois institutos e que teria seu auge na regência de D. Pedro II, afetando diretamente Vieira, pois fora neste período que sofrera seu processo inquisitorial¹⁰². Sua posição frente a tal problemática se mostrava arriscada, pois Portugal vivia um momento de reestruturação do reino, e:

“Uma das queixas, e não das menores, alegadas contra os Filipes era a de favorecerem os hebreus. As cortes de 1641, em vários capítulos, se tinha manifestado contra eles, pedindo fossem excluídos de honras e cargos, e igualmente os cristãos novos que contraíssem casamentos em famílias com mácula de judaísmo. Por seu turno, os espanhóis acusavam perante o Papa a D. João IV de chamar ao reino os portugueses judaizantes que andavam no estrangeiro, imputação com empenho repelida de seus delegados em Roma. Tudo isto mostra quanto era a proposta arriscada e temerário o autor dela, e faz crível que a maioria dos sócios o não acompanhassem no excesso (p.72)¹⁰³.”

A questão do cristão novo não era pensada isoladamente, sendo acompanhada de uma proposta de obtenção de recursos para a manutenção da guerra contra a Espanha que, devido a possibilidade de um acordo de paz com os Países Baixos, poderia voltar toda sua força contra Portugal. Tal acordo favoreceria ambas as partes, pois possibilitaria que ao mesmo tempo navios castelhanos freqüentassem os portos da América sob domínio neerlandês e que se normalizassem as relações comerciais entre os Países

Lucio de. **História dos Cristãos Novos Portugueses**. Lisboa: Clássica, 1975; HERMANN, Jacqueline. **No reino do desejado**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹⁰² Favorecimento dos judeus seria, assim, uma forma de ataque à Inquisição. AZEVEDO, João Lucio. **História de Antonio Vieira**. **Op. Cit.** p. 69.

¹⁰³ **Idem**.

Baixos e a América Espanhola. Era dificultado, no entanto, pelo fato de que havia um contrato firmado entre os Países Baixos e a França de que nenhum dos dois reinos poderiam negociar com Castela separadamente¹⁰⁴. Assim, caso a união entre os dois reinos fosse firmada, a instabilidade financeira lusitana poderia, segundo Vieira, arruinar as pretensões do rei de consolidar uma nova dinastia, havendo sempre o perigo de reanexação por parte de Castela, onde, o único meio possível de alcançar uma estabilidade seria através do fortalecimento do comércio¹⁰⁵, que serviria de elemento estimulante e unificador das atividades econômicas do reino. Para tanto, deveria o rei convocar os portugueses de cabedais espalhados pelo mundo, ou seja, os judeus que viviam fora do reino por temerem as investidas do Santo Ofício contra sua pessoa e seus bens¹⁰⁶.

Esta não era, no entanto, a única proposta de reestruturação da economia lusitana, onde podemos destacar a posição de Duarte Ribeiro de Macedo, que propõe como solução o desenvolvimento da indústria metropolitana, configurando-se como antagonista daqueles que viam no comércio a saída para os problemas portugueses, como é o caso do Padre Antonio Vieira. No entanto, os dois teriam um objetivo comum, ou seja, garantir a soberania do reino frente à ameaça espanhola¹⁰⁷.

¹⁰⁴ CABRAL DE MELLO, Evaldo. O negócio do Brasil. *Op. Cit.* p. 103.

¹⁰⁵ Desta forma, temos que a restauração política dependeria da restauração do comércio lusitano. CARDOSO, José Luis. O Pensamento Econômico na Época da Restauração. In: HESPANHA, Antonio Manuel (Coord.). **A Restauração e sua época**. Lisboa: Cosmos, 1993, p. 139.

¹⁰⁶ Havia então a necessidade de se rever os procedimentos inquisitoriais, o que possibilitaria o retorno destes para o reino.

¹⁰⁷ Para maiores informações, ver termo Mercantilismo In: SERRÃO, J. (Org). **Dicionário de História de Portugal**. Porto: Figueirinhas, 1990.

A principal proposta de Vieira, neste sentido, seria a criação de duas Companhias de Comércio, aos moldes daquelas existentes nos Países Baixos, que seriam financiadas principalmente por dinheiro dos cristãos-novos¹⁰⁸. Para tanto, seria necessário tomar as seguintes medidas¹⁰⁹: limitação do direito de fisco pela inquisição, pois causava embaraço nos investidores, que se ausentavam de Portugal e investiam seu dinheiro no estrangeiro, fortalecendo os inimigos; criação de um banco, como o de Amsterdã; proibição de navegação de navios pequenos e mal artilhados, propondo o mínimo de 400 toneladas e 20 peças de artilharia; facilitar a comunicação e o comércio com as nações inimigas de Castela, nobilitar a profissão do comércio¹¹⁰; abolir a distinção entre cristão velho e cristão novo e, finalmente, moderar e reformar os estilos da inquisição. Desta forma, afirma Vieira que:

“Enfim, Senhor, Portugal não poderá continuar a guerra presente e muito menos a que infalivelmente havemos de ter, sem muito dinheiro; para este dinheiro não há meio mais efetivo, nem Portugal tem outro senão o comércio; e comércio considerável não o pode haver sem a liberdade e segurança das fazendas dos mercadores (p.69/70)¹¹¹.”

¹⁰⁸ Sobre as propostas acerca da criação de Companhias de Comércio, e a efetiva criação da Companhia do Comércio do Brasil, em 1649, ver: BOXER, C. R. Os Holandeses no Brasil. **Op. Cit.**; CABRAL DE MELLO, Evaldo. O negócio do Brasil. **Op. Cit.**; CARDOSO, José Luis. **Op. Cit.**; FERREIRA REIS, Arthur Cesar. O Comércio Colonial e as Companhias Privilegiadas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: A Época Colonial**. Tomo I. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1993; FREITAS, Gustavo de. **A Companhia Geral do Comércio do Brasil (1649 - 1720)**. Coleção da Revista de História. São Paulo, 1951; SERRÃO, J. (Org). Companhias Privilegiadas. In: Dicionário de História de Portugal. **Op. Cit.**; SERRÃO, José Vicente. O Quadro Econômico. **Op. Cit.**

¹⁰⁹ LISBOA, João Francisco. **Op. Cit.** p. 44 - 47.

¹¹⁰ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Poder Senhorial, Estatuto Nobiliárquico e Aristocracia. In: HESPANHA, Antonio Manuel (Coord.). **História de Portugal: O Antigo Regime**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 297 - 314.

¹¹¹ Guerra futura que Vieira afirma ser infalível a Portugal seria as guerras para estabelecimento do Império de Cristo na Terra. **Proposta ...**

A instituição das companhias de comércio serviriam como oposição ao predomínio comercial dos Países Baixos, além de incrementarem as possibilidades de relações de trocas do reino português, sendo, para Vieira, o único meio que possibilitaria o engrandecimento de Portugal frente as demais cortes européias. A questão das companhias de comércio é apresentada como solução aos problemas de Portugal pela primeira vez através da “Proposta feita a El-rei D. João IV, em que lhe representava o miserável estado do Reino e a necessidade que tinha de admitir os judeus mercadores que andavam por diversas partes da Europa”, e é proclamado no púlpito em 1644, no Sermão de São Roque, ao mesmo tempo em que era publicada sua proposta acerca dos cristãos novos, escrito polêmico, onde trata da utilização do dinheiro dos homens de nação como forma de possibilitar tal empreendimento¹¹².

Na prática, o que Vieira propunha era a liberdade de toda a renda aplicada no comércio, de qualquer pessoa, fosse ela natural ou estrangeira, ou seja, que os bens ficassem seguros, sem possibilidades de confisco ou embargo, sendo que tais privilégios ficariam restritos àqueles mercadores que investissem nas companhias comerciais¹¹³. Além disso, não seria todo tipo de bens que estariam livres do confisco, mas somente os bens móveis, continuando os imóveis sujeito ao fisco. Não se estava assim buscando garantir exclusivamente uma imunidade pessoal, mas uma proteção aos investimentos, essenciais para o crescimento do comércio lusitano¹¹⁴.

¹¹² SERRÃO, José Vicente. O Quadro Económico. *Op. Cit.* p. 67 - 109. **Proposta ... , Segundo Sermão de São Roque.**

¹¹³ **Razões ...**, p.64-65.

¹¹⁴ Ver termo Companhias Comerciais. In: SERRÃO, J. Dicionário ... *Op. Cit.*

Além da oposição da Inquisição a tal proposta¹¹⁵, outro fator ainda dificultaria a utilização do capital judeu junto às Companhias Comerciais: a alegação de que o uso de dinheiro “infel” poderia contaminar o dinheiro “fiel” dos portugueses. Vieira argumentaria que, para sua defesa e conservação, poderia um reino utilizar-se de todo tipo de recurso, inclusive do infel¹¹⁶ e, além disso, utilizava-se o dinheiro judeu contra o herege sendo que, ao negá-lo, engrossaria as fileiras da heresia, pois possibilitaria a união dos dois tipos de infiéis¹¹⁷. Os fins justificariam os meios, pois para o jesuíta a bondade das obras estaria no fim, nas obras de Deus, que seriam sempre boas, e não nos instrumentos, que poderiam ser bons ou maus.

“(...) a bondade das obras está nos fins, e não nos instrumentos; as obras de Deus, todas são boas; os instrumentos de que se serve, esses sim, podem ser bons e maus (p.84)¹¹⁸.”

Atentando-se às dificuldades do comércio colonial e enfrentando a severa oposição inquisitorial, decide o rei pela constituição de uma Companhia de Comércio, a Companhia Geral do Comércio do Brasil, instituída em 1649, devendo equipar-se com uma frota de trinta e seis navios de guerra, formando duas esquadras que defenderiam os navios mercantes que fossem para a América, recebendo para tanto o exclusivo no fornecimento de vinhos, farinha, azeite e bacalhau, além da extração e

¹¹⁵ O Santo Ofício que, prevendo uma grande diminuição de seus fundos, alegava que se fossem atendidas as intenções do jesuíta, logo toda a cristandade estaria ameaçada. Vieira, no entanto, vai sustentar o contrário, ou seja, que a admissão dos mercadores seria de grande serviço a Deus e a Portugal pois, de um lado, impediria o avanço dos hereges dos Países Baixos nas conquistas, e de outro, aumentar-se-ia a fé dos mesmos homens de nação por conviverem juntos a verdadeiros cristãos **Proposta ...**

¹¹⁶ **Idem.**

¹¹⁷ BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. **Op. Cit.** p. 122.

transporte do pau brasil¹¹⁹. A Companhia fora incorporada ao Estado em 19 de agosto de 1664, sendo extinta em 01 de fevereiro de 1720. Apesar das duras críticas que recebe a Companhia, pode-se considerar que sua instituição fora importante para a manutenção e defesa das conquistas contra os Países Baixos, sendo um dos elementos que possibilitou a vitória dos portugueses em Pernambuco¹²⁰. Segundo Evaldo Cabral de Melo, sem a Companhia, havia o risco de se perder o Brasil ou até mesmo a independência de Portugal¹²¹. Nas Palavras de Gustavo de Freitas:

“(...) podemos dizer que a Companhia Geral do Comércio do Brasil foi num grave momento de nossa história um fator importante da manutenção da independência [portuguesa] (p.61)¹²².”

Outro ponto que não deve deixar de ser abordado quando tratamos deste período da vida de Vieira é a sua atuação diplomática junto as diversas cortes européias pois, como nos alerta Evaldo Cabral de Mello, este período da história de Portugal deve ser entendida como a história de sua reinserção como nação soberana nas relações internacionais, buscando apoio de reinos como a França, para se defender de Castela, e da Inglaterra, para preservar seu Império Colonial¹²³. Entre as questões mais controversas tratadas pelos diplomatas portugueses no período está a da cessão de Pernambuco aos Países Baixos, defendida por Vieira no documento intitulado “Papel que fez o Padre Antonio Vieira a favor da entrega de Pernambuco aos

¹¹⁸ **Proposta ...**

¹¹⁹ FREITAS, Gustavo de. **Op. Cit.** p. 29-32.

¹²⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. História Geral do Brasil. **Op. Cit.** p. 14.

¹²¹ CABRAL DE MELLO, Evaldo. O negócio do Brasil. **Op. Cit.** p.15.

¹²² FREITAS, Gustavo de. **Op. Cit.**

Holandeses”, e chamado pelo rei de “Papel Forte”. Tal episódio ganha importância ao analisarmos como ponto central dos conflitos entre Portugal e os Países Baixos pelo controle do comércio atlântico e do tráfico negreiro¹²⁴.

Devemos entender este documento em um contexto onde Portugal, em guerra contra Castela, não poderia correr o risco de entrar em conflitos com outra grande potência europeia, como era o caso dos Países Baixos. Assim, a paz com os neerlandeses era tida como fundamental para a manutenção da soberania portuguesa¹²⁵. Além disso, havia a necessidade de Portugal resolver uma questão herdada do período da União Ibérica, ou seja, a restituição das possessões tomadas pelos Países Baixos no período em que o reino lusitano estava sob domínio estrangeiro sendo que, caso tal questão não fosse resolvida com rapidez, a segurança do reino estaria ameaçada, pois como nos alerta Evaldo Cabral de Melo:

“Produto do conflito com a Espanha, a expansão colonial dos Países Baixos pusera em xeque o controle português ao açúcar, ao tráfico de mão de obra africana e do comércio das especiarias, base do império ultramarino e da riqueza do reino (p.71)¹²⁶.”

Para entendermos melhor a posição de Vieira frente a tal questão, faz-se necessário uma contextualização do período e dos conflitos entre portugueses e neerlandeses, tanto na América como na Europa. No ano de 1645, após a restauração do Maranhão por André Vidal, exalta-se os ânimos brasileiros com a possibilidade de se realizar o mesmo em

¹²³ CABRAL DE MELLO, Evaldo. *O negócio do Brasil. Op. Cit.* p. 14.

¹²⁴ *Idem*, p. 13.

¹²⁵ **Papel Forte**

¹²⁶ CABRAL DE MELLO, Evaldo. *O negócio do Brasil. Op. Cit.*

Pernambuco¹²⁷. Segundo J. A. Gonsalves de Melo, alguns fatores favoreceram a realização da sublevação de Pernambuco, como por exemplo: discrepância de interesses entre os senhores de engenho luso-brasileiros e os comerciantes, neerlandeses e judeus, sendo que estes eram favorecidos pela política da Companhia das Índias Ocidentais; inconciliação e divergências entre os grupos religiosos dominantes, ou seja, os católicos e os protestantes, principalmente após o retorno do Conde Nassau para os Países Baixos sendo este, aliás, outro fator de descontentamento tendo em vista que os futuros insurretos reclamariam sobre a saída deste da administração local; e, finalmente, a restauração portuguesa, que segundo o autor reavivara o sentimento luso de se verem livres do domínio estrangeiro, tanto que os mesmos líderes que reclamaram da saída do Conde de Nassau, escreveram ao rei dando glória ao sucesso da investida¹²⁸.

Tais notícias chegam rapidamente em Haia, onde o embaixador Francisco de Souza Coutinho negociava um tratado de paz com os neerlandeses em troca da compra do nordeste brasileiro¹²⁹. Tais notícias desagradam o embaixador que, assim como Vieira, era contrário à uma ofensiva militar, sendo favorável a um acordo diplomático entre as partes. Nas palavras de Evaldo Cabral de Mello:

“Do ponto de vista da coroa, o levante luso-brasileiro podia ser descrito como um meio sucesso ou um meio fracasso, o que diplomaticamente era simplesmente desastroso (p.61)¹³⁰.”

¹²⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Op. Cit.** p. 13.

¹²⁸ MELO, J. A. Gonsales. **Op. Cit.** p.250-251.

¹²⁹ BOXER, C.R. Os holandeses no Brasil. **Op. Cit.** p. 283,

¹³⁰ CABRAL DE MELLO, Evaldo. O negócio do Brasil. **Op. Cit.**

Para evitar a interrupção das negociações, afirma Souza Coutinho que o rei não tivera participação em tal evento¹³¹. Porém, os neerlandeses mostravam-se intransigentes, exigindo a devolução dos territórios e a punição dos culpados.

A questão complica-se quando, em 1646, parecia próximo um acordo entre os Países Baixos e Castela, o que colocaria em risco todo o domínio português na América pois, como parte deste, Castela estava disposta a ceder toda a América portuguesa¹³². Tal perspectiva faz com que a coroa portuguesa buscasse um acordo com os Países Baixos pois, como afirmava Vieira:

“Baste por único fundamento na suposição, e circunstâncias do tempo presente, que em todo passado, Castela e Portugal juntos, não puderam prevalecer, assim no mar, como na terra, contra Holanda; e como poderá agora Portugal só permanecer e conservar-se contra Holanda, e contra Castela (p.74)¹³³?”

Como parte das negociações, esperava-se a inclusão de Portugal no tratado de paz que se negociava com Castela. É neste sentido que devemos compreender a proposta de cessão de Pernambuco pois, naquele momento, seria o único meio de garantir a soberania lusitana e, caso contrário, Portugal não teria meios de defender sua capital e muito menos

¹³¹ A respeito da participação do rei na sublevação de Pernambuco, Varnhagen afirma que tal notícia fora recebida em Portugal com satisfação, e que teria feito o rei promulgar um decreto em 27 de outubro de 1645 onde fazia dos herdeiros do trono príncipe do Brasil. Além disso, fora descoberta junto a frota de Serrão de Paiva, capturadas às margens de Recife, documentos que apresentavam o envolvimento do governador da Bahia e do rei de Portugal. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Op. Cit.** p. 35.

suas possessões, o que poderia resultar numa perda fatal dos domínios portugueses no ultramar. Desta forma, seria conveniente para Portugal ceder uma pequena parte de suas possessões para garantir a segurança e conservação do reino¹³⁴.

Tais questões levantaram grandes debates em Lisboa, opondo os que preferiam negociar com os neerlandeses em troca da paz, como é o caso de Vieira, e os que se negavam a ceder a qualquer pressão, preferindo a guerra que a paz em troca de dinheiro ou territórios, tendo como seu mais ilustre representante Duarte Ribeiro de Macedo.

Enquanto isso, os conflitos no Brasil continuavam, sendo que em 1646 os neerlandeses ocupam a Ilha de Itaparica, colocando a Bahia em alerta. Ao tomar conhecimento de tal fato, D. João IV envia para o Brasil, como novo governador da Bahia, o conde de Vila Pouca de Aguiar, juntamente com forças tiradas do Alentejo e mais quatro companhias¹³⁵. Assim, a posição do embaixador português em Haia ficara comprometida, pois afirmara que Portugal estaria disposto a ceder Pernambuco, ao mesmo tempo que o rei enviava uma armada para o Brasil. Desta forma, as negociações são interrompidas, à espera do resultado de tal envio. A vitória portuguesa, no entanto, trouxe, de imediato, resultados negativos para a embaixada, pois os neerlandeses passam a aumentar ainda mais suas exigências. D. João IV, frente a tais acontecimentos, exige o retorno de Souza

¹³² Tal acordo não se concretizou graças a interferência da França, que tinha um acordo com os Estados Gerais de que só seria feita a paz com Castela se ambos os reinos fizessem parte do acordo. CABRAL DE MELLO, Evaldo. *Op. Cit.* p. 75-76.

¹³³ **Razões ...**

¹³⁴ **Papel ...**

Coutinho. Em seu lugar, no entanto, retorna o Padre Antonio Vieira, que o acompanhava, persuadindo o rei pela manutenção do embaixador, além de alegar a necessidade de negociações pois, com a Paz de Munster e o fim da Guerra dos Trinta Anos, aquela poderia utilizar de todo seu poderio contra Portugal¹³⁶.

É neste momento que D. João IV, tendendo pela cessão de Pernambuco, consulta os conselhos do reino, que se posicionam contra a entrega, sendo que o procurador da fazenda, Pedro Fernandes Monteiro elabora um parecer com tais posições. É contra tal parecer que Vieira redige seu Papel Forte, rebatendo ponto a ponto os argumentos do procurador. Neste, o jesuíta alegaria que: não se deveria sacrificar o reino por uma parte; havia de se negociar passagem livre de todos os habitantes de Pernambuco, acompanhados de seus bens; que a indenização proposta não chegaria nem perto dos custos que a Holanda havia tido após o levantamento de Pernambuco.

O sucesso da armada do conde de Vila Pouca faz com que o rei tenda para os primeiros, apelidados por Vieira de “valentões”, sendo este, segundo Evaldo Cabral de Mello, o primeiro sinal de decadência do jesuíta na corte, que seria chamado de “entreguista” pelos seus inimigos. Como defesa de tal acusação afirmaria, em Carta ao Conde de Ericeira de 1689, afirma que o Papel Forte fora redigido por ordem do rei e que não teria tido a intenção de entregar Pernambuco.

¹³⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Op. Cit.** p. 50. Tal fato é narrado por Vieira na carta escrita ao Conde de Ericeira, em 1689, onde afirma ter conseguido adquirir o dinheiro para o envio de tal frota. **Carta ao Conde de Ericeira.**

¹³⁶ CABRAL DE MELLO, Evaldo. O negócio do Brasil. **Op. Cit.** p. 108-118.

“Onde se deve advertir que nesta circunstância tão justa, e que se não podia negar, de tal modo dávamos Pernambuco aos holandeses, que juntamente lhe o ficávamos tirando; porque eles nunca tiveram indústria para tratar dos negros, nem lavouras ou engenhos de açúcar, e sem os lavradores portugueses nenhuma utilidade poderiam tirar daquela terra, antes fazer grandíssimos gastos, de sustentar tantas fortalezas, com que se resolveriam a no-las vender facilmente (p.340)¹³⁷.”

A vitória dos portugueses em Pernambuco, após as sucessivas derrotas neerlandesas em Guararapes, é tida por Vieira como milagre da providência, algo que não se poderia esperar, procurando também aqui justificar sua posição frente a proposta de entrega da região. Apesar da capitulação dos neerlandeses em Pernambuco ter sido realizada à 26 de janeiro de 1654, as negociações entre Portugal e os Países Baixos se estenderam até 06 de agosto de 1661, quando é assinado o tratado de paz entre os dois reinos, ficando Portugal com a obrigação de pagar uma indenização no valor de 5.000.000 cruzados em doze anos, sendo que o pagamento deveria ser realizado com o açúcar, fumo e o Sal de Setúbal. O não cumprimento do tratado por parte de Portugal, que não pagara a indenização exigida pelos Países Baixos, levou a assinatura de um novo, em 30 de julho de 1669, onde Portugal se comprometeria em pagar a referida indenização com as regiões de Cochim e Cavanor, além do Sal de Setúbal, o que demonstra uma clara opção da coroa portuguesa pelo Brasil¹³⁸.

¹³⁷ **Carta ao conde de Ericeira.**

¹³⁸ Sobre as negociações entre Portugal e Países Baixos, ver CABRAL DE MELLO, Evaldo. O negócio do Brasil. **Op. Cit.**

Vieira atuaria ainda como diplomata na missão em que levara proposta de casamento do infante D. Teodósio com a filha do duque de Orleans, Melle de Montpensier, o que garantiria uma aliança permanente com a França e uma possibilidade de inclusão em um possível acordo de paz com Castela. Se tal proposta fosse aceita, D. João IV estaria disposto a renunciar seu cargo e partir para o Brasil¹³⁹. Parte de Lisboa em 30 de agosto de 1647, chegando em Paris a 11 de outubro de 1647, tendo como opositor a tal proposta o embaixador português na França, Marquês de Niza, assim como a maioria dos portugueses. Apesar do esforço de Vieira em convencer o duque de Orleans, a proposta de casamento acabaria no esquecimento, pois as negociações não teriam continuidade.

Fato que revoltou muitos de seus conterrâneos fora sua ida a Roma, em janeiro de 1650, com o intuito de promover, simultaneamente, uma revolta contra Castela em Nápoles¹⁴⁰ e o casamento de D. Teodósio com a herdeira do trono espanhol, D. Maria Teresa. Segundo João Francisco Lisboa, tal proposta possuía as duas condições que Castela mais desejava no momento: a união das monarquias e a paz com seus vassalos.

“O casamento portanto devia fazer-se com as seguintes condições. Não tendo El-rei de Castela filho varão, como até agora não tinha, suceder-lhe-iam a infanta e o príncipe, reunidos sob o mesmo ceptro Portugal e Espanha; se porém sobreviesse, reinariam aqueles em Portugal, politicamente

¹³⁹ “Portugal sem Brasil era trono que não merecia aventura (p.71)”. CIDADE, Hernâni. Padre Antonio Vieira. **Op. Cit.**

¹⁴⁰ Não queria Portugal arrancar Nápoles da Espanha, mas sim inquietar Castela e tornar recomendável a proposta de casamento e a paz com Portugal. AZEVEDO, João Lucio. História de Antonio Vieira. **Op. Cit.** p. 143.

separado, mas com estreita aliança na paz, e na guerra (p.130)¹⁴¹.”

D. João IV estaria disposto, assim, a renunciar a Coroa a favor de seu filho, garantindo a paz com Castela. Única condição: que a capital da monarquia fosse Lisboa. Para João Francisco Lisboa, o que ocorria era uma simples negociação entre senhores, onde o menor acabaria cedendo o trono para a dinastia que fosse herdeira de um trono mais sólido. O monarca espanhol, desconfiado da proposta, a rejeita, sendo que seu embaixador em Roma ameaça Vieira de morte, que retorna fugido para Lisboa. Após estas duas tentativas malogradas de casamento do príncipe D. Teodósio, vê-se logo que a coroa portuguesa não possuía prestígio internacional pois, mesmo com condições claramente favoráveis para os possíveis aliados, no caso aqui expresso da França e de Castela, houve desconfianças em relação a sinceridade das propostas portuguesas.

“O reino fraco e ameaçado de inimigos poderosos; a nobreza titubeante ainda; se D. João IV, em oito anos de rei, não conseguira consolidar o trono, como havia de alcançar tal um príncipe estrangeiro, contra quem era de esperar a má vontade ciosa dos naturais? Além disso desconfiava, e com razão, que chegando o momento, o rei, que agora tudo sacrificava, desistiria do propósito de abdicar (p.105)¹⁴².”

Tais desastres diplomáticos foram acompanhados de uma súbita perda de prestígio, por parte do jesuíta, na corte. Ao mesmo tempo, temos uma pressão da Companhia de Jesus para que Vieira deixasse Lisboa e

¹⁴¹ LISBOA, João Francisco. **Op. Cit.**

atuasse como missionário. Os motivos para tal pressão seriam: o modo explícito com que Vieira defendia os cristãos-novos, o que trazia problemas de convivência entre o instituto e o Santo Ofício; o privilégio das questões temporais em detrimento das espirituais e, a considerada mais importante tanto para João Lucio de Azevedo como para João Francisco Lisboa, a defesa que Vieira fizera ao rei em relação a divisão da província de Portugal da Companhia de Jesus, sendo que , segundo tal proposta, uma seria sediada em Lisboa e outra no Alentejo, região de origem de D. João IV¹⁴³. Devido a tais conflitos, a Companhia de Jesus pedira a saída de Vieira do instituto, o que só não ocorrera devido a intervenção do rei¹⁴⁴.

Como meio de reconciliação com a Companhia de Jesus, Vieira vê-se obrigado a abrir mão da vida palaciana e retornar para a província do Brasil. Inicia assim, por ordem do Geral da Companhia, a partir de 1652, as preparações para as missões do Maranhão, recusando ofertas de novas atuações diplomáticas na Europa. Procura, no entanto, adiar ao máximo sua partida, esperando que o rei interferisse e não permitisse que tal ocorresse. No entanto, sem interromper suas preparações, solicita dispensa ao rei e a envia ao Geral da Companhia, para que este não tivesse dúvidas a respeito de suas intenções.

Em meados de 1652 , Vieira embarca sigilosamente com destino ao Maranhão. Ao chegar tal notícia ao palácio, D. João IV ordena que se

¹⁴² AZEVEDO, João Lucio. História de Antonio Vieira. **Op. Cit.**

¹⁴³ A província não fora dividida, mas sim sua administração, nomeando-se um Visitador para o Alentejo. No entanto, a antiga unidade é restabelecida em 1665. AZEVEDO, João Lucio. História de Antonio Vieira. **Op. Cit.** p. 170.

¹⁴⁴ Segundo João Francisco Lisboa, Vieira não aceitara se desvincular da Companhia de Jesus por dois motivos: primeiro, por ser uma ordem poderosa e de grande influência, e

encontre o jesuíta e o desembarque, o que é feito de imediato. Vieira insiste em sua partida, conseguindo uma licença real, datada de 21 de outubro de 1652. Este, no entanto, manifesta a Vieira sua vontade para que fique, prometendo uma revogação pública de sua licença. Tal documento, no entanto, não chega às mãos do jesuíta, que embarca a 22 de novembro de 1652 para o Maranhão¹⁴⁵.

No caminho, após ancorarem em Cabo Verde devido aos perigos de tempestades e corsários, Vieira escreve ao príncipe D. Teodósio¹⁴⁶, apresentando os fatos que ocorreram na noite anterior de sua partida, com o intuito de provar ao rei que tal se dera contra sua vontade¹⁴⁷, buscando demonstrar que os fatos é que o levaram para o embarque, e não os seus pés. Em relação a tais fatos, Vieira os coloca na seguinte ordem: S.

segundo, por prever que o ódio da companhia poderia lhe trazer inúmeros problemas, inclusive a perda total da amizade real. LISBOA, João Francisco. **Op. Cit.** p. 160.

¹⁴⁵ Em relação ao não envio de tal documento, João Francisco Lisboa afirma que a pressão dos inimigos do jesuíta, poderosos o bastante para mudar a vontade do monarca, não hesitaram em o fazer. Em relação a partida de Vieira para o Maranhão, Serafim Leite apresenta-nos uma restituição passo a passo de tal fato, desde a ordem de desembarque do rei até sua partida definitiva. LISBOA, João Francisco. **Op. Cit.** p. 173; LEITE, Serafim. **Op. Cit.** p. 34.

¹⁴⁶ Além desta carta, Vieira escreve outra ao Padre André Fernandes, Bispo do Japão, com o intuito de apresentar-lhe a situação das almas nativas daquela região, que segundo os jesuítas era um grande número de almas perdidas e desprezadas, rogando assim por providência. Afirma ainda Vieira, nesta carta, a facilidade de catequese devido ao fato de viverem todos sem idolatrias e ritos gentílicos, o que dificultaria a conversão. Nas palavras de Vieira: "São todos pretos, mas somente neste acidente se distinguem dos europeus. Têm grande juízo e habilidade, e toda a política que cabe em gente sem fé e sem muitas riquezas, que vem a ser o que ensina a natureza (p.79)". Vendo tal situação, afirma Vieira que houvera a necessidade de controlar o impulso para não permanecer na região. **Carta ao Padre André Fernandes.**

¹⁴⁷ Lisboa afirma que Vieira, ao escrever tal carta, teria uma atitude hipócrita pois, em um primeiro momento, afirmara desejar ir ao Maranhão, chegando a escrever ao Geral da Companhia sobre suas intenções. Já Serafim Leite tem posição distinta em relação a tal carta, afirmando que fora mera cortesia com o rei, pois seu intuito era mesmo partir para o Maranhão. Tal posição também seria a de André de Barros e José de Moraes, que colocam tal carta como sendo uma desculpa de Vieira para que o rei não encarasse como desobediência sua partida. Devemos no entanto levar em consideração que todos eles são membros da Companhia de Jesus, e assim, estavam a defender seu mais ilustre membro. MORAIS, P. José de. **História da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão e Pará.** Rio de Janeiro, 1860, Citado a partir de Francisco Lisboa.

M. o aconselhara a proceder como se fosse viajar, enquanto não mandava revogar a licença. Assim o fizera e, na véspera de sua partida, S. M. afirmou que esperasse recado de Pedro Vieira, recado que não veio, mas sim a notícias de embarque para a manhã seguinte. Ao ter tal notícia, mandara recado ao rei, via Bispo do Japão, do que ocorrera. Ao amanhecer, se dirigira ao navio, o mais devagar que podia. No caminho, recebera notícia que o rei havia escrito a Salvador Correia avisando da não partida do jesuíta, sendo que ao embarcar na caravela, não recebera notícias alguma¹⁴⁸. Nas palavras de Vieira:

“As velas se largaram, e eu fiquei dentro dela e fora de mim, como ainda agora estou e estarei, até saber que S. M. e V. A. têm conhecido a verdade e sinceridade do meu ânimo, e quem em toda a fatalidade deste sucesso não houve da minha parte anão, nem ainda pensamento ou desejo, contrário ao que S. M. ultimamente me tinha ordenado e eu prometido (p.146/147)¹⁴⁹.”

Após esta inesperada parada, Vieira continua viagem, desembarcando em São Luís no dia 16 de janeiro de 1653.

2.2.3 - O missionário (1653-1661)

A colonização americana deve ser pensada a partir da importância que o cristianismo adquirira na Península Ibérica, onde os descobrimentos ultramarinos são acompanhados de uma necessidade de

¹⁴⁸ Carta ao Príncipe D. Teodósio.

¹⁴⁹ Idem.

expansão da fé cristã. Desta forma, o avanço do reino de Portugal deve ser entendido como avanço do cristianismo, tendo em vista que a conversão deveria ser seguida pela submissão ao rei de Portugal¹⁵⁰. Assim, quando Vieira trata da questão do nativo, vê-os como possíveis súditos do rei, tendo na sua conversão um grande passo para a solidificação do domínio português sobre o mundo¹⁵¹. A partir daí, o outro adquiriria a condição de súdito, de

¹⁵⁰ HOORNAERT, Eduardo. Teologia e ação pastoral em Antonio Vieira. **Op. Cit.**

¹⁵¹ Sobre o papel da conversão para a manutenção da soberania portuguesa, ver: MAGALHÃES, Leandro Henrique. Olhares sobre a colônia **Op. Cit.** Acerca do modo como Vieira entendia a evangelização, ver: BOSI, A. Dialética da colonização. **Op. Cit.**; HOORNAERT, Eduardo. Teologia e ação pastoral em Antonio Vieira. **Op. Cit.**; LEITE, Serafim. **Op. Cit.**; LISBOA, João Francisco. Vida do Padre Antônio Vieira. **Op. Cit.**; MENEZES, Sezinandro Luiz. **Op. Cit.**; PÉCORA, Alcir. Vieira, o Índio e o corpo místico. **Op. Cit.**; PÉCORA, Alcir. O desejo. **Op. Cit.**; PÉCORA, Alcir. Vieira: retórica e teologia. **Op. Cit.**; PÉCORA, Alcir. O bom e o boçal. **Op. Cit.**; RAMINELLI, Ronald. **Op. Cit.**; THEODORO, Janice. **Op. Cit.** Sobre a evangelização de um modo em geral, ver: BRUIT, Héctor Hernán. Derrota e Simulação: Os índios e a conquista da América. **Resgate Revista de Cultura**. Campinas, nº2, 1991; BRUIT, Héctor Hernán. América Latina: Quinhentos anos entre a Resistência e a Revolução. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v 10, n 20, p. 147-171, 1994; CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP, 1992, v.35, p. 21-74; GALVÃO, Eduardo. **Encontro de sociedades, índios e brancos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; GOMES, Mércio P. **Os índios e o Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1988; GOMES, Plínio F. O ciclo dos meninos cantores (1550-1552) - Música e aculturação nos primórdios da colônia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Marco Zero set.90/fev.91, v11, n 21; HOORNAERT, Eduardo. **A igreja no Brasil Colônia (1550-1580)**. São Paulo: Brasiliense, 1994; HOORNAERT, Eduardo. **Formação do Catolicismo Brasileiro (1550-1580)**. Petrópolis: Vozes, 1991; KOK, Maria da Glória Porto. **Os vivos e os mortos no Brasil Colonial: da antropofagia à água do batismo**. Dissertação de mestrado apresentado ao Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; LANCIANI, Giulia. O Maravilhoso como critério de diferenciação entre sistemas culturais. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Marco Zero, set.90/fev.91, v. 11, n 21; MELLO E SOUZA, Laura de. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986; PIRES, D.J.M. 500 anos de resistência negra e indígena. **Extensão**. Belo Horizonte, v 2, n 3, p. 17-32, junho/1992; PRIORE, Mary del. **Religião e religiosidade no Brasil colonial**. São Paulo: Ática, 1997; SEBE, José Carlos. **Os jesuítas**. São Paulo: Brasiliense, 1982; SUBIRATS, E. A lógica da colonização. In: NOVAES, A. (org.). **Tempo e história**. São Paulo: SMC/ Companhia das Letras, 1992, p. 399-410; TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1988; VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; VAINFAS, Ronaldo. Colonialismo e Idolatria: Cultura e Resistência Indígenas no Mundo Colonial Ibérico. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Marco Zero, set.90/fev.91, v. 11, n 21; CARVALHO, Laerte Ramos de. Ação missionária e educação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. TOMO I, Vol. I. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 1989; LACOMBE, Américo

igualdade em relação ao português peninsular. A alteridade, neste caso, era aceita, desde que não ameaçasse a cristandade ou a coroa¹⁵². Assim, a colonização se justificaria não só pela expansão territorial, mas também pela necessidade de conversão dos nativos americanos¹⁵³.

“Saiba o mundo, saibam os hereges e os gentios, que não se enganou Deus quando fez aos portugueses conquistadores e pregadores de seu santo nome (p.20)¹⁵⁴.”

O outro adquiria importância na medida que houvesse possibilidade de inserção na cristandade, tornando-se assim igual sem perder seu caráter diferencial¹⁵⁵. Desta forma, temos que a questão da liberdade

Jacobina. A igreja no Brasil Colonial. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. TOMO I, Vol. II. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 1989; NOVAIS, Fernando A. & SOUZA, Laura de Mello e (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**. Vol. I. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

¹⁵² Como é o caso dos cristãos-novos que mesmo depois de convertidos são constantemente molestados devido a possibilidade de manutenção de costumes judaicos, o que incorreria em perigo para o cristianismo e para a unidade de Portugal.

¹⁵³ “Para Vieira, a incorporação e integração dos diferentes povos, sob a égide da dominação portuguesa, seria fundamental para a consolidação da independência e para a promoção e expansão do reino (p.49).” MAGALHÃES, Leandro Henrique. Olhares sobre a Colônia: Vieira e os Índios. **Op. Cit.**

¹⁵⁴ **Sermão da Primeira Dominga da Quaresma.**

¹⁵⁵ Como nos mostra o próprio Padre Antonio Vieira em Sermão pregado na Capela Real logo após os jesuítas serem expulsos do Maranhão (1662), o povo Português, ao contrário do que fizera Jesus Cristo em relação aos três Reis Magos, tiravam a soberania dos nativos, consentindo que perdessem a pátria, terras e a própria liberdade, não respeitando assim o diferente, como fizera Jesus: “ Como defendeu Cristo os Magos! Defendeu-os de tal maneira que não consentiu que perdessem a pátria, nem a soberania, nem a liberdade: e nós não só consentimos que os pobres gentios que convertemos, percam tudo isto, senão que os persuadimos a que o percam, e o capitulamos com eles, só para ver se se pode contentar a tirania dos cristãos: mas nada basta. Cristo não consentiu que os magos perdessem a pátria (...) e nós não só consentimos que percam a sua pátria aqueles gentios, mas somos os que à força de persuasões e promessas (que se lhes não guardam) os arrancamos das suas terras, trazendo as povoações inteiras a viver ou a morrer junto das nossas. Cristo não consentiu que os magos perdessem a soberania, porque reis vieram e reis voltaram: e nós não só consentimos que aqueles gentios percam a soberania natural com que nasceram e vivem isentos de toda a sujeição; mas somos os que sujeitando-os ao jugo espiritual da igreja, os obrigamos também, ao temporal da coroa, fazendo-os jurar vassalagem. Finalmente, Cristo não consentiu que os magos perdessem a liberdade, porque os livrou do poder e da tirania de Herodes, e nós não só não lhes defendemos a liberdade, mas pactuamos com eles e por eles, como seus curadores, que sejam meios cativos, obrigando-

indígena só poderia ser discutida no interior da igreja, pois a igualdade só teria lugar dentro de seu organismo coletivo.

“(...) todos são iguais por natureza, e mais iguais ainda por fé, se crêem e adoram a Cristo, como os Magos. (...) e entre cristãos e cristãos não há diferença de nobreza, porque todos são filhos de Deus, e não há diferença de cor porque todos são brancos (p.44)¹⁵⁶.”

O trabalho jesuítico na América, no entanto, não se deu de modo pacífico, tendo em vista que a atitude de inserir o índio no universo cristão ia contra os interesses dos colonos, que justificavam a escravidão indígena a partir da impossibilidade destes de se tornarem súditos do rei. Tal fato ocorreria principalmente em regiões onde a escravidão negra era dificultada, como é o caso do Maranhão no período analisado.

Ao chegar ao Maranhão, com o título de superior dos missionários jesuítas¹⁵⁷, Vieira estaria disposto a evitar conflitos com os colonos, apesar de enviar relatório a coroa pedindo a liberdade de todos os nativos escravizados. Tal pedido teria sido conclamado logo após sua chegada, por uma Ordem Régia, provocando um princípio de motim. Diante tal situação, a câmara de São Luis redige uma proposta, com o intuito de enviá-la para Lisboa, onde se afirmava ser impossível a sobrevivência na

se a servir alternadamente a metade do ano.” (p. 42/43). **Sermão da Epifania.** É necessário constatar também que nas missões jesuíticas se mantinha o poder local dos principais das tribos reduzidas, como apresentado no Regulamento das Aldeias ou a “Visita” da Padre Antonio Vieira, publicado por Serafim Leite, o que demonstra a necessidade, para Vieira, de manutenção de certas características tribais, desde que não se opunha à evangelização jesuítica: “... tudo que houvermos de fazer, se forem coisas de momento, convém que não o façamos imediatamente por nós, senão pelos Principais de sua nação, os quais com isto se satisfazem, e nos acrescentamos respeito e autoridade.” LEITE, Serafim. **Op. Cit.**

¹⁵⁶ **Sermão da Epifania.**

¹⁵⁷ CIDADE, Hernâni. Padre Antonio Vieira. **Op. Cit.** p. 95.

região sem cativos, além de alegarem a legalidade dos resgates. Assinaram tal documento o capitão-mor governador, em nome da nobreza, religiosos e povo da província do Maranhão, sendo os jesuítas os únicos que se negaram a assinar. Ao invés disto, prega Vieira o sermão das Tentações, onde deixa claro suas posições frente aos cativeiros¹⁵⁸, afirmando que todos que praticavam o cativeiro injusto o faziam por tentação do demônio, sendo seu destino o inferno.

“ No Maranhão, não é necessário ao demônio tanta bolsa para comprar todos: não é necessário oferecer mundos; não é necessário oferecer reinos; não é necessário oferecer cidades, nem vilas, nem aldeias. Basta acenar o Diabo com um Tujupar de Pindoba, e dous tapuias e logo está adorado com ambos os joelhos: Oh, que feira tão barata! Esse negro será seu escravo esses poucos dias que viver: e tua alma será minha escrava por toda a eternidade, enquanto Deus for Deus (p.08)¹⁵⁹.”

Ainda neste sermão, Vieira classificaria os índios do Maranhão em: os que servem como escravos; os que moram nas aldeias de El-rei como livres e os que vivem no sertão com sua natural liberdade. Ao realizar tal classificação, proporia que os que servissem como escravos, se quisessem permanecer com seus donos, assim o fariam, e os que não, iriam viver nas aldeias de El-rei; seriam realizadas entradas nos sertões para resgatar aqueles que estivessem para ser comidos em cordas, tornando-se cativos, assim como os escravos tomados em guerra justa. Além disso, propõe que os

¹⁵⁸ LEITE, Serafim. **Op. Cit.** p. 44-50.

¹⁵⁹ **Sermão da Primeira Dominga da Quaresma.**

índios que vivessem nas aldeias de El-rei trabalhassem seis meses por ano para os colonos, recebendo pelo serviço duas varas de pano de algodão¹⁶⁰.

Ao tratar de tais questões, estaria refletindo acerca do direito indígena, onde se colocava em primeiro lugar o direito dos portugueses, que constituía ao mesmo tempo em um doloroso dever, ou seja, o de promover a cristianização e expansão da fé. Desta forma, seria justificável os descimentos e a guerra justa contra os nativos, desde que estes se encontrassem em cordas, prestes a serem comidos, ou como escravos de seus inimigos. A escravização não poderia ocorrer em relação aos nativos convertidos, pois se tornariam, como demonstrado acima, igual ao português e, desta forma, deveriam viver nas aldeias de El-rei. O cativo, para Vieira, deveria ocorrer somente em casos extremos, ou seja, quando a salvação da alma necessitasse da salvação do corpo. Além disso o nativo, antes da conversão, não era cristão, o que possibilitaria uma relação de superioridade entre este e o colono¹⁶¹. Temos então que, quando Vieira critica o cativo ilícito, está criticando o cativo entre iguais, o que só seria aceito caso o nativo manifestasse tal vontade pois, após a conversão, adquiria razão e vontade própria¹⁶².

A atuação dos jesuítas junto aos nativos era constantemente dificultada pela intervenção do governo civil, o que pode ser demonstrado nas

¹⁶⁰ Tal proposta seria retomada no Sermão da Epifania, pregado na corte após expulsão dos jesuítas do Maranhão. **Idem, Sermão da Epifania.**

¹⁶¹ Serafim Leite ao mostrar quais seriam os três pontos principais “sem os quais não pode ter conversão”, coloca como primeiro ponto: “que não se faça guerra ofensiva sem ordem de Vossa Majestade, nem se lhes faça injúria, violência ou moléstia alguma, e somente se possam resgatar deles os escravos que forem legitimamente cativos, para que com este bom trato queiram receber a fé, e se afeiçoem a vassalagem de Vossa Majestade e a viver com os portugueses”. Os outros dois pontos seriam a não utilização da mão de obra indígena fora dos prazos estabelecidos pela lei e a não submissão das missões ao poder temporal colonial. LEITE, Serafim. **Op. Cit.**

duas tentativas de expedição a tribos indígenas, ambas programadas por Vieira e ambas frustradas. Na primeira delas, preparada para o Rio Itapirucú, fora malograda pelo fato de que os nativos que participariam da missão estavam sendo usados nas lavouras do governador. A segunda, para o Rio Tocantins, fora realizada, mas não trouxera proveito para os jesuítas, pois fora dirigida pelo capitão-mor Gaspar Cardoso, que impedira o trabalho missionário. Nas palavras de João Lucio de Azevedo:

"Pela segunda vez a experiência fazia ver ao missionário que da parte das autoridades nenhum auxílio podia esperar. (...) Era necessário mudar o sistema adotado, tornar as missões autônomas e a cargo dos religiosos, sem ingerência da administração civil (p.205) ¹⁶³."

A partir de tal constatação, decidem os jesuítas solicitar o poder temporal sobre as missões, além do exclusivo da prática missionária para os jesuítas. Para tanto, tinham como necessário a ida do superior das missões para Lisboa, com o intuito de realizar tal requerimento. Parte então Vieira para a capital portuguesa, chegando em novembro de 1654.

Em Lisboa, encontra D. João IV enfermo. Otimista em relação a saúde do monarca, não acredita em sua morte, contrariando a expectativa da maioria dos que estavam a volta do rei. Segundo Hernâni Cidade:

"D. João IV - brada do púlpito o visionário do *Quinto Império* - não podia morrer. E se morresse, ressuscitaria para cumprimento das profecias que a mística patriótica, salvo a dos sebastianistas mais

¹⁶² MAGALHÃES, Leandro Henrique. Olhares sobre a colônia. **Op. Cit.** p. 60-61.

¹⁶³ AZEVEDO, João Lucio. História de Antonio Vieira. **Op. Cit.**

ferrenhos, transferira do Desejado para o Restaurador (p.116)¹⁶⁴.”

A presença do jesuíta causara grande alvoroço na corte, sendo todas as atenções para ele dirigidas¹⁶⁵. Prega neste período dois sermões que lhe causariam problemas *a posteriori*, o primeiro com a ordem rival dos jesuítas, os dominicanos, e o segundo com a nobreza lisboeta, que se vira atingida pelo seu discurso. No Sermão da Sexagésima, pregado na Capela Real, critica o modo de pregar dos dominicanos e seu distanciamento do trabalho missionário, e no Sermão do Bom Ladrão, pregado no Templo da Misericórdia¹⁶⁶, critica simultânea o rei e seus subordinados, afirmando que da mesma forma que o rei não podia ir ao paraíso sem o ladrão, os ladrões não poderiam ir ao inferno sem os reis. Tal sermão seria uma alusão a Baltasar de Souza e Inácio do Rego que dificultaram as expedições no Maranhão por utilizarem do trabalho indígena para proveito próprio¹⁶⁷.

Com a melhora do rei, Vieira pode dar continuidade aos negócios que lhe trouxeram a Lisboa, reunindo-se em uma Junta onde estariam presentes o novo governador do Maranhão e do Pará, André Vidal de Negreiros, e procuradores da câmara do Estado, tendo como tema de discussão o novo regimento dos nativos livres, optando pela proibição dos resgates até a promulgação de nova lei. De acordo com a provisão de 09 de abril de 1655¹⁶⁸, levada ao Maranhão por Vieira, ficara decidido: pela

¹⁶⁴ CIDADE, Hernâni. Padre Antonio Vieira. **Op. Cit.**

¹⁶⁵ AZEVEDO, João Lucio. História de Antonio Vieira. **Op. Cit.** p. 220.

¹⁶⁶ Segundo João Lucio de Azevedo, Vieira não ousara pregar tal sermão na Capela Real, daí escolher o Templo da Misericórdia para tal fim. **Idem.** P. 226.

¹⁶⁷ **Idem.** P. 227.

¹⁶⁸ De acordo com Serafim Leite, tal legislação serviria de base para toda atividade posterior dos jesuítas no que se refere às missões. LEITE, Serafim. **Op. Cit.** p. 53.

suspensão dos resgates; proibição de guerras ofensivas contra os nativos; governo dos índios pelos seus principais, sob a superintendência dos párocos; em caso de entradas, os jesuítas indicariam o cabo que comandaria a missão; criação da Junta das Missões, presidida pelo Padre André Fernandes¹⁶⁹.

Com estas decisões tomadas, parte de volta para o Maranhão em 16 abril de 1655, chegando no Brasil um mês depois. Busca imediatamente por em prática as ordens régias, que foram recebidas com protestos e promessas de desobediência, sendo necessário a intervenção do governador para evitar motins contra o jesuíta¹⁷⁰. Apesar dos protestos, reinicia seu trabalho missionário, preparando novas missões e visitando as já instaladas, sendo então apelidado de “Payassu”, pai grande, pelos nativos. Além disso, participa de uma junta para analisar se os cativos efetuados pela população do Pará, no período em que esteve em Portugal, teria um caráter lícito ou ilícito¹⁷¹.

Com a morte de D. João IV, no início de 1657, a obra missionária de Vieira sofre grande golpe, pois o conselho de Estado, juntamente com a rainha regente, D. Luisa, assumiriam uma postura de favorecimento aos colonos. Ao ter notícias do falecimento, prega Vieira, em 19 de março de 1657, o Sermão das Exéquias de D. João IV onde, ao invés de fazer uma oração fúnebre, celebra um “hino triunfal panegírico”¹⁷², sendo também desta época a carta “Esperanças de Portugal”, escrita ao Bispo do

¹⁶⁹ CIDADE, Hernâni. Padre Antonio Vieira. **Op. Cit.** p. 120.

¹⁷⁰ LISBOA, João Francisco. **Op. Cit.** p. 318.

¹⁷¹ AZEVEDO, João Lucio. História de Antonio Vieira. **Op. Cit.** p. 231-239.

¹⁷² *Idem*. p. 253.

Japão, apresentando sua tese acerca da ressurreição do rei, baseada nas trovas de Bandarra¹⁷³.

Não interrompe, no entanto, sua atuação missionária, partindo no ano de 1658 para missão aos Nheengaíbas. Vale aqui lembrar que, como tais nativos haviam se aliado aos neerlandeses, havia um certo temor dos habitantes do Maranhão de que favorecessem uma nova investida dos Países Baixos na região. Baseando-se nestes argumentos, a câmara proporia guerra aos nativos. Vieira opõe-se a tal decisão e propõe uma negociação com os índios¹⁷⁴. Envia assim mensagem a eles, avisando que os cativeiros injustos tinham acabado. Ficaram os principais das aldeias comprometidos em construir igrejas para receberem os jesuítas, que partiram em direção a elas em 10 de agosto de 1659.

Lá chegando, são recebidos com festa pelos nativos. Em seguida, os chefes das tribos rezaram missas e juraram fidelidade ao rei de Portugal. Combinou-se então que no inverno todos os índios desceriam para as margens da Ilha do Marajó, local onde se encontravam as tribos, e que no verão retornariam os missionários com o intuito de doutriná-los. Tal promessa é cumprida no ano de 1660, com a ida de Vieira para verificar se as feitas pelos Nheengaíbas também haviam sido.

Enquanto Vieira trabalhava em sua obra missionário, os habitantes maranhenses formulavam meios de desobedecer as leis de proteção aos nativos, arrumando pretextos para a realização de entradas que, na maior parte das vezes, eram organizadas de modo ilegal. Os colonos

¹⁷³ Tal carta seria utilizada pela Inquisição para incriminar o Padre Antonio Vieira. **Esp. Port.**

¹⁷⁴ LISBOA, João Francisco. **Op. Cit.** p. 320-325.

reclamavam constantemente da falta de escravos e do acúmulo do poder espiritual e temporal dos jesuítas.

No mês de janeiro de 1661, a câmara, alegando a miséria pela qual passava o povo, exige à Companhia de Jesus que se realize com urgência resgates no sertão, o que é negado por Vieira, respondendo que a miséria era mais por circunstâncias próprias que por falta de escravos¹⁷⁵. Tal resposta gera protestos por parte da população, que envia suas queixas ao governador, além de um emissário ao reino com o intuito de apresentá-las diretamente a corte. Dois outros fatos ainda proporcionariam hostilidades entre o jesuítas e os habitantes do Maranhão. Um deles seria a prisão do principal da aldeia de Marecuá, Lopes de Souza Guarapaúba, que segundo se conta, fora atraído de forma amigável por Vieira, para depois ser preso, e a carta que enviara ao Bispo do Japão, e que fora interceptada, aberta e enviada de volta para o Maranhão. Nesta carta, apresentava os problemas identificados no Maranhão, constando nomes e irregularidades por ele identificadas.

Tendo tais fatos como ponto de partida, e aproveitando a ausência de Vieira, que se encontrava em Belém debatendo com a câmara municipal a questão dos cativeiros, a população assalta o colégio dos jesuítas, com o auxílio da guarda governamental. Informado da sedição por carta do governador, Vieira parte imediatamente para São Luís, detendo-se em Gurupi, posto entre as duas capitais. Temendo que a revolta se

¹⁷⁵ Dentre estas circunstâncias, João Lucio de Azevedo destaca a dificuldade de comércio devida as complicações de navegação para o reino, a escassez de mantimentos naturais, falta de açougues e mercados, guerra no reino, o que aumentava o preço dos produtos e, por fim, a vaidade dos colonos. AZEVEDO, João Lucio. História de Antonio Vieira. **Op. Cit.** p. 275.

estendesse até Belém, decide retornar para a cidade, onde o colégio dos jesuítas também seria tomado, os padres detidos e Vieira preso em separado, sendo então enviados para São Luís, onde dois navios os esperavam para os transportar de volta ao reino, para onde embarcam, chegando em Lisboa no início de janeiro de 1662.

No reino, Vieira teria sua primeira vitória, porém efêmera, pois a rainha se posicionara a favor dos jesuítas. Aproveitando tal favorecimento, prega na Capela Real em 06 de janeiro de 1662, dia de reis, o Sermão da Epifania, onde trata da situação do Maranhão. Neste sermão, compara os jesuítas com a estrela que guiara os reis magos, e os colonos com Heródes. Além disso, chama a atenção para a dificuldade do trabalho jesuíta devido a infinidade de línguas da região. Desta forma, o trabalho dos jesuítas era ainda maior que a efetuada pela estrela que guiara os reis magos, pois:

“(...) aqueles gentios que hoje começaram a ser homens, ontem eram feras, eram aqueles mesmos bárbaros, ou brutos, que sem uso da razão, nem sentido de humanidade, se fartavam de carne humana; que das caveiras faziam taças para lhe beber o sangue, e das canas dos ossos frautas para festejar os convites” ... “e assim nos tratam os gentios e tais gentios, quando assim nos tratam cristãos e cristãos da nossa nação e do nosso sangue: quem se assombra de uma tão grande diferença (p.18)¹⁷⁶?”

Além disso, segundo Vieira, a estrela convertera três homens em dois anos, e os jesuítas quatro nações em seis meses, sendo elas os Tupinambás, os Puxiguaras, os Nhembaíbas e os Memaianes. Identifica

assim a grande maldade das missões, ou seja, trazer os índios a Cristo e depois entregá-los a Heródes¹⁷⁷. Apresenta como única solução para a questão a entrega não só do poder espiritual para os jesuítas, mas também do temporal.

Com a subida ao trono de D. Afonso VI, Vieira perderia seu prestígio na corte, pois apoiara o Infante D. Pedro, adversário do rei recém entronado. Desta forma, a resolução da questão favoreceria os colonos, sendo retirada dos jesuítas não apenas as prerrogativas temporais sobre as missões, mas também a exclusividade missionária na região, e, apesar da possibilidade de retorno dos jesuítas, ficara o Padre Antonio Vieira proibido de o fazer, sendo, como muitos inimigos do rei, desterrado, primeiro para o Porto, e depois para Coimbra, onde sofreria seu inquérito inquisitorial.

2.2.4 - O desprestígio na corte e seu retorno à Bahia (1662 - 1697)

O desprestígio de Vieira na corte facilitou a abertura do processo inquisitorial contra sua pessoa. Apesar de tal ameaça, manteve seu apoio a D. Pedro, defendendo a destronação de D. Afonso VI. Segundo João Francisco Lisboa, a parte que Vieira tomaria na conspiração seria limitada a fé e a interpretações de profecias, atentando-se mais do que nunca aos cometas e prodígios.

¹⁷⁶ **Sermão da Epifania.**

¹⁷⁷ "Querem que tragamos os gentios a fé, e que os entreguemos a cobiça; querem que tragamos as ovelhas ao rebanho, e que as entregamos ao cutelo; querem que tragamos os magos a cristo e que os entreguemos a Heródes (p.32)". **Sermão da Epifania.**

“Certo é que nunca foram objeto de suas esperanças nem D. Sebastião, que lhe era indiferente, nem D. Afonso, a quem não amava, ou que ante o não amava; senão principalmente D. João IV, que imaginava ressuscitado, e com ele a sua privança; e também ora o príncipe D. Pedro, ora um seu filho, que morreu logo depois de nascido - notável e pronta advertência da temeridade de suas predições, porém não menos inútil para um homem tão aferrado às suas opiniões, e tão obstinado no sustentá-las (p.182)¹⁷⁸.”

Desde a morte de D. João IV, estabelece-se em Portugal tensões entre os vários grupos que disputam o poder, notadamente o conflito entre o chamado partido velho, liderado por D. Francisco de Faro, e o partido novo, liderado pelo Marquês de Marialva, D. Antonio Luis de Menezes. Tal situação tornava-se cada vez mais complexa à medida que os desentendimentos dentro do seio da família real, motivado pela crescente influência política alcançada pela casa do infantado, onde D. Pedro atraía para si a atenção de muitos cortesãos, agravava-se, tendo também o infante a preferência da Rainha, D. Luísa. É a partir daí que ganha destaque a figura do conde de Castelo Melhor, conselheiro de Estado de D. João IV, que alicia D. Afonso VI a assumir o poder do reino, que desde a morte do rei estava nas mãos de D. Luísa.

Efetivamente, porém, o poder de decisão estaria consolidado nas mãos do Conde, que inicia uma política de centralização às custas da capacidade política dos diversos campos da sociedade e da marginalização

¹⁷⁸ Segundo João Francisco Lisboa, as cartas de Vieira do período são as que mais contemplam sua credulidade. LISBOA, João Francisco. **Op. Cit.**

levar Portugal a se tornar um Império Universal Cristão e, como havia profecias à serem realizadas, havia a necessidade da ressurreição do rei.

Tal escrito teria recebido várias censuras em Coimbra, sendo então enviado para Roma, onde destacam os seguintes problemas: falsidades doutrinárias, abusos na interpretação de textos e suspeita de heresia. Segundo Hernâni Cidade, o que incriminara Vieira não fora sua interpretação hagiografica da história de Portugal, pois tal prática era comum desde que se admitira a intervenção divina na fundação do reino, mas sim sua inclinação à gente hebraica¹⁸². Tal constatação também é feita por Alcir Pécora, ao afirmar que:

“(...) a maior revelação a surgir com nitidez dos autos [de Vieira] é justamente a de que a Inquisição acerta o alvo, quando afirma que Vieira quer conciliar o judaísmo, ou a admissão de algumas de suas práticas, com lugares nas escrituras restritos à exegese católica, com o fim de agradar ou favorecer, sobretudo, a expectativa dos judeus batizados (p.59)¹⁸³.”

O processo inquisitorial teve início à 21 de junho de 1662, quando Vieira é convocado a comparecer junto ao Tribunal Inquisitorial de Coimbra. Sua primeira visita seria em outubro do mesmo ano, sendo que até o ano de 1664 seriam realizadas ainda mais sete visitas. Em outubro é dado o libelo inquisitorial à Vieira, considerando-o culpado. É permitido, no entanto, que se defendesse, o que não é atendido prontamente pelo jesuíta, que só se

¹⁸¹ LISBOA, João Francisco. **Op. Cit.** p. 208.

¹⁸² CIDADE, Hernâni. Padre Antonio Vieira. **Op. Cit.** p. 143.

¹⁸³ Desta forma, temos que para Alcir Pécora o ponto central do discurso profético de Vieira seria a atração dos cristãos-novos e a possibilidade de convivência com os católicos portugueses. PÉCORA, Alcir. O processo inquisitorial de Antonio Vieira. **Op. Cit.**

propõe a entregar após um ultimato do inquisidor¹⁸⁴. Em 14 de setembro de 1665, Vieira comparece ao Santo Ofício com o intuito de apresentar sua defesa, o que não fora permitido pois, devido a demora no comparecimento do jesuíta, seu processo já havia sido julgado e encaminhado para o conselho geral, em Roma. Seus papéis são então recolhidos ao Tribunal e, em primeiro de outubro é encarcerado pela Inquisição¹⁸⁵.

A partir daí temos um verdadeiro duelo teológico entre o Padre Antonio Vieira e o Inquisidor Alexandre da Silva. Segundo este, sua concepção acerca do Quinto Império seria judaica, pois mantinha a temporalidade que os judeus atribuíam a seu messias. A maior divergência entre eles seria o caráter temporal que Vieira dava ao Império de Cristo, o que iria contra as determinações da igreja, desde Santo Agostinho¹⁸⁶. O debate configurou-se como uma oposição teológico-jurídica entre duas concepções metafísicas de poder¹⁸⁷.

Vieira permaneceria intransigente no que se refere as suas posições, o que pode ser verificado na defesa por ele entregue, em 23 de julho de 1667¹⁸⁸, onde reafirma todas as proposições tratadas anteriormente.

¹⁸⁴ Hernâni Cidade enumera em três os motivos pela demora de Vieira entregar sua defesa: 1) por doença; 2) pela sua numerosa correspondência; 3) pela fé na realização das profecias para 1666. CIDADE, Hernâni. Padre Antonio Vieira. **Op. Cit.** p. 143.

¹⁸⁵ Sobre os passos do processo inquisitorial de Vieira, ver: PÉCORA, Alcir. O processo inquisitorial de Antonio Vieira. **Op. Cit.**; LISBOA, João Francisco. **Op. Cit.**; MUHANA, Adma (Org.). **Os autos do processo de Vieira na Inquisição**. São Paulo/BAHIA: UNESP, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1995.

¹⁸⁶ Sobre este tema, vide capítulo terceiro.

¹⁸⁷ Sobre tal debate, além da introdução aos Autos Inquisitoriais apresentado por Adma Muhana e o texto de Janice Theodoro, intitulada "Padre Antonio Vieira e a retórica do Cativo" podemos citar a obra de Hernâni Cidade, dentre os biógrafos aqui tratados, como o que mais trabalha tais questões. MUHANA, Adma. **Op. Cit.**; THEODORO, Janice. **Op. Cit.**; CIDADE, Hernâni. Padre Antonio Vieira. **Op. Cit.**

¹⁸⁸ Tal defesa fora publicada por Hernâni Cidade em 1957, em dois volumes, como fora entregue por Vieira ao Tribunal, sendo que no primeiro busca demonstrar que Bandarra era verdadeiro profeta, e no segundo que Portugal era o destinado a ser o Quinto Império do

Só aceita encerrar as discussões após ser noticiado de que o Papa censurara suas proposições, afirmando no entanto que estava cedendo por obediência, e não por argumentos. No dia 23 de novembro, ouviu Vieira as acusações e a pena a ele atribuída, ou seja, a proibição de pregar, a privação de voz ativa ou passiva e a reclusão, por tempo indeterminado, em uma casa da ordem. Na manhã seguinte, o ritual é repetido, porém no colégio da Companhia em Coimbra sendo que, quando Vieira se levanta para ouvir as penas, todos os jesuítas presentes fazem o mesmo, em sinal de protesto ao Tribunal e de apoio ao irmão jesuíta¹⁸⁹.

Ao retornar a Lisboa, após a condenação inquisitorial, Vieira esperava encontrar seu lugar na corte pois, em novembro de 1667, D. Pedro assumira o governo de Portugal, estabelecendo-se no palácio real e apresentando em seguida a renúncia de seu irmão, D. Afonso VI. D. Pedro ainda casar-se-ia com D. Francisca de Sabóia, ex mulher de seu irmão, após um tumultuado processo de anulação do casamento, alegando que a comunhão não teria sido realizada¹⁹⁰. O príncipe afastaria de seu convívio todos aqueles que outrora lhe prestaram serviço e que o auxiliaram em sua escalada ao trono¹⁹¹. Diante tal postura do monarca, a influência de Vieira no reino mantinha-se restrita. Novamente encontra no púlpito lugar privilegiado para intervir nos negócios da coroa¹⁹². Demonstrando todo seu ressentimento frente a atitude de D. Pedro, prega no ano de 1669, afirmando que o rei deveria herdar não só os decretos do pai, mas também seus conselheiros e

Mundo, liderado por D. João IV ressuscitado. VIEIRA, Padre Antonio. **Defesa Perante o Tribunal do Santo Ofício**. CIDADE, Hernâni (Org). Lisboa: Progresso, 1957.

¹⁸⁹ AZEVEDO, João Lucio. História de Antonio Vieira. **Op. Cit.** Tomo II, p. 67-68.

¹⁹⁰ CARDIM, Pedro. **Op. Cit.** p. 410.

¹⁹¹ AZEVEDO, João Lucio. História de Antonio Vieira. **Op. Cit.** Tomo II, p. 87.

amigos, pois os novos conselheiros, inexperientes ainda, poderiam lhe destruir. Vieira estaria aqui buscando convencer o rei a aceitá-lo novamente na corte, porém, o que prevalece é o descontentamento do príncipe que pouco a pouco ia afastando o jesuíta de seu convívio¹⁹³.

Frente a esta posição régia, resolve Vieira partir para Roma, com o intuito de garantir o perdão de suas penas inquisitoriais, tendo por missão oficial a canonização do Padre Inácio de Azevedo e mais trinta e nove padres que teriam sido trucidados por corsários calvinistas em 1570¹⁹⁴. Assim que chega à Itália, é recebido por duas carruagens ocupadas pelo assistente de Portugal em Roma, Gaspar Gouveia, e autoridades romanas amigas dos jesuítas, sendo encaminhado a presença do Geral da Companhia, que o recebera com lisonja¹⁹⁵. Não pode tratar de imediato com o Papa Clemente IX, pois este estava muito doente, chegando a falecer logo em seguida, sendo eleito para o cargo o Papa Clemente X, em 26 de abril de 1670.

Vieira encontrava-se no centro do mundo cristão¹⁹⁶, estando a par de todas questões políticas que nele ocorriam. Não deixara, desta forma, de entreter-se com as coisas de Portugal, principalmente no que se refere à questão dos cristãos-novos. Nas palavras de Hernâni Cidade:

¹⁹² A proibição de pregar fora revogada logo após a subida de D. Pedro ao poder.

¹⁹³ AZEVEDO, João Lucio. História de Antonio Vieira. **Op. Cit.** Tomo II, p. 87.

¹⁹⁴ Segundo João Lucio de Azevedo, tais canonizações nunca foram alcançadas. Porém, a respeito de seu objetivo principal, conseguiu um Breve Papal isentando-o de toda jurisdição ao Tribunal Português. Tal questão será tratada com mais detalhe adiante. LISBOA, João Francisco. **Op. Cit.** p. 232.

¹⁹⁵ AZEVEDO, João Lucio. História de Antonio Vieira. **Op. Cit.** Tomo II, p. 96.

¹⁹⁶ Segundo João Lucio de Azevedo: "Roma era naquele tempo uma cidade cosmopolita, como nenhuma das outras capitais da Europa. Metrôpole do mundo católico, ali repercutia a política de todas as nações da cristandade. Além dos interesses de ordem espiritual, que a religião representava, o estado pontifício tinha de zelar em cada país católico interesses materiais, que constituíam parte avultada de seu patrimônio; e assim príncipes e chefes da Igreja se achavam em recíproca dependência: a de autoridade, que pretendiam forrar-se os

“Continuando, porém, vigilante perante as coisas de Portugal, nenhuma lhe tomou mais o interesse e a atividade que a velha e revelha questão dos cristãos novos (p.182/183)¹⁹⁷.”

O debate acerca da situação dos cristãos-novos em Portugal ganharia novas proporções após a violação do sacrário da Igreja de Odivelas, em 11 de junho de 1671, quando são acusados de realizarem tal ato. Devido a pressões populares, é ordenado, em agosto do mesmo ano, a expulsão de todos os cristãos-novos penitenciados pela Inquisição, incluindo sua descendência. Tal decreto fora reprovado tanto por Roma como pelas demais cortes européias, exceto pelos castelhanos que, segundo João Lucio de Azevedo, esperavam para Portugal os mesmo danos que Castela tivera com a expulsão dos judeus de seus domínios¹⁹⁸. Mesmo após a descoberta do ladrão, em outubro, continuaram as perseguições em Portugal. Diante tais fatos, Vieira busca intervir no assunto, defendendo a liberdade religiosa e a tolerância como o melhor meio de levá-los à fé católica.

“Pensava o jesuíta que o único processo de evitar injúrias à Fé era não coagir ninguém a aceitá-la. Uma vez concedida a liberdade de cada um adorar a Deus a seu modo, já os que, entre os cristãos-novos, se resolvessem manter-se fiéis à Igreja, não podiam ser objeto de desconfiança e de leis de exceção (p.183)¹⁹⁹.”

primeiros, a pecuniária, de que não convinha ao último ver-se excluído (p.99).” AZEVEDO, João Lucio. História de Antonio Vieira. **Op. Cit.** Tomo II.

¹⁹⁷ CIDADE, Hernâni. Padre Antonio Vieira. **Op. Cit.**

¹⁹⁸ AZEVEDO, João Lucio. História de Antonio Vieira. **Op. Cit.** Tomo II. p. 106.

¹⁹⁹ CIDADE, Hernâni. Padre Antonio Vieira. **Op. Cit.**

A situação política em Portugal era, em um primeiro momento, favorável ao jesuíta, pois tendia D. Pedro a filiar-se a favor dos cristãos-novos, podendo inclusive em aceitar uma proposta, feita pelo Padre Baltasar da Costa, recém chegado da Índia, de criação de uma Companhia de Comércio com capital destes. Com o investimento na empresa, teriam isenção do fisco, negociação com Roma de um perdão geral e a substituição dos estilos da Inquisição portuguesa pela romana. Diante tal proposta, os cristãos novos estariam comprometidos a: mandar cinco mil homens para à Índia; doar vinte mil cruzados para sustento de guerra; mandarem missionários para as Índias; comprometerem-se com os gastos com o envio de Bispos e a organização da referida companhia²⁰⁰. A Inquisição colocara-se imediatamente contra tais propostas, tendo para tanto o apoio da população em geral que se revoltara contra a possibilidade de apoio do rei. Este, por sua vez, sentia-se ameaçado pelos partidários de D. Afonso VI, que se utilizavam da contenda para promover sua volta ao trono. Diante tal situação, D. Pedro toma uma postura de imparcialidade, pois temia tanto seus adversários afonsistas como a Inquisição. Com a demora da resolução, o Santo Ofício decide convocar as cortes, que seriam realizadas no ano de 1674. Nesta, os três Estados posicionaram-se contra os cristãos novos. Sem saída, D. Pedro ordena que, em Roma, impedisse-se qualquer alteração nos regulamentos do Santo Ofício, enquanto são enviados um representante do episcopado e um do Santo Ofício à Roma.

²⁰⁰ CIDADE, Hernâni. Padre Antonio Vieira. **Op. Cit.** p. 184-185.

Em Roma, Vieira era acusado de favorecer os cristãos novos, sendo-lhe atribuído a autoria de quase todos os escritos a favor destes²⁰¹. Temendo que o jesuíta manobrasse contra a Inquisição, D. Pedro ordena o regresso de Vieira à Portugal, o que é negado pelo mesmo. Aproveitando-se deste episódio, seus inimigos o acusam de estar tramando contra a coroa pois, para estes, Roma seria o lugar propício para entendimentos e traições²⁰². A questão dos cristãos novos seria dilatada até o ano de 1681, quando é aceito certas alterações nos procedimentos inquisitoriais o que, na prática, não alterara o modo de atuação do instituto em Portugal.

Em meio a tais debates, Vieira conseguiria mais um triunfo oratório, ao pregar em italiano em outubro de 1672, sendo que João Lucio de Azevedo chega a afirmar que o sucesso do jesuíta chegara a eclipsar o da rainha Cristina da Suécia, possuidora de uma corte onde estavam presentes os maiores artistas de seu tempo. Vieira não demoraria a ser convidado a ocupar o cargo de pregador régio da rainha. Nega o convite, temendo uma represaria por parte do príncipe D. Pedro, que poderia ter em tal atitude um ato de infidelidade, o que equivaleria a exclusão definitiva da pátria²⁰³. Apesar de seus sucessivos sucessos oratórios, Vieira não tinha ainda conseguido realizar o objetivo central de sua ida a Roma, ou seja, o perdão em relação ao seu processo inquisitorial. O Geral da Companhia, no entanto, aconselhara-o a não requerer a revisão de seu processo, mas somente sua imunidade em relação ao tribunal português, o que evitaria maiores conflitos entre a Companhia de Jesus e o Santo Ofício. Tal isenção seria adquirida a partir de

²⁰¹ **Idem.** P.188

²⁰² AZEVEDO, João Lucio. História de Antonio Vieira. **Op. Cit.** Tomo II. p. 151.

²⁰³ **Idem.** P. 134-136.

um Breve de 17 de abril de 1675, ficando o jesuíta sujeito à Congregação do Santo Ofício em Roma²⁰⁴. Após alcançar seu objetivo, e devido à pressões de Lisboa, retorna Vieira à Portugal, pretendendo recuperar a influência perdida no paço²⁰⁵. Na corte lusitana, no entanto, é acolhido friamente, pois criara uma esfera de desconfiança em torno de sua figura devido ao apoio que dera aos cristãos-novos, sendo ainda acusado de promover alianças com Castela e com os Países Baixos. Um fato que demonstra a pouca influência do jesuíta na corte seria a negação de seu epitáfio, redigido para o túmulo de D. João IV.

“Para os desalentos do patriotismo seu refrigério eram as profecias, segundo as quais estavam destinado à pátria um futuro magnífico; prognósticos avulsos ou estrofes do Bandarra, estas que fixavam prazos, de cada vez transferidos, ao soar da hora, para uma esperança nova. A ressurreição de D. João IV a que fora algum tempo infiel, tornara a cativar-lhe o pensamento (p.167)²⁰⁶.”

Devido a tais desgostos, resolve partir para o Brasil. Antes porém, recebe convite da rainha da Suécia para retornar a Roma como seu confessor, o que é prontamente negado pelo jesuíta, alegando idade avançada e enfermidades. Após autorização de D. Pedro e do Geral da Companhia parte para a Bahia, em 22 de janeiro de 1681, para jamais retornar a Lisboa.

Assim que Vieira chega ao Brasil, é acolhido na Quinta dos jesuítas denominada de “O Tanque”. Apesar de pretender cortar relações com

²⁰⁴ **Idem.** P. 154.

o mundo exterior, nem seu temperamento nem as ocorrências o permitem pois, em 1682, quando Antonio de Souza de Mendes assume o governo do Bahia, inicia-se um conflito entre este e o irmão de Vieira, Bernardo Ravasco. Ocorre que em 04 de junho de 1683, o alcaide-mor Francisco Teles de Menezes, aliado do governador, é assassinado, sendo que os criminosos se refugiam no colégio dos jesuítas. Dentre os acusados de cometer tal ato estaria o irmão de Vieira²⁰⁷.

“Eis o Padre Antonio Vieira obrigado a defender a honra ameaçada e a probalíssima inocência dos seus (algum tempo depois ilibados de culpa) e, no complicado e longo decorrer do processo, igualmente a desafrontar a sua própria inocência e honra, negadas por um dos sindicantes (p.204)²⁰⁸.”

Sabendo da prisão de Bernardo Ravasco, decide Vieira defendê-lo frente ao governador. Ocorre aí uma discussão entre as duas personalidades, o que leva o governador a reclamar da interferência do jesuíta em assuntos do estado junto ao rei²⁰⁹. As circunstâncias, no entanto, favoreceriam o jesuíta pois o governador seria substituído pelo Marquês de Minas e seu irmão absolvido em 1687²¹⁰.

É também deste período as mortes de D. Afonso, um alívio para D. Pedro, pois aquele poderia a qualquer momento ser utilizado por seus inimigos com o intuito de fazê-lo perder a coroa, e da rainha Maria Francisca

²⁰⁵ CIDADE, Hernâni. Padre Antonio Vieira. **Op. Cit.** p. 193.

²⁰⁶ AZEVEDO, João Lucio. História de Antonio Vieira. **Op. Cit.** Tomo II.

²⁰⁷ LISBOA, João Francisco. **Op. Cit.** p. 249.

²⁰⁸ CIDADE, Hernâni. Padre Antonio Vieira. **Op. Cit.** p. 193.

²⁰⁹ Vieira é então advertido pelo rei, o que demonstra mais uma vez o pouco prestígio de Vieira na corte. AZEVEDO, João Lucio. História de Antonio Vieira. **Op. Cit.** Tomo II. p. 199.

²¹⁰ LISBOA, João Francisco. **Op. Cit.** p. 253.

de Sabóia. Tais falecimentos enchem de júbilo o jesuíta pois, com a morte do primeiro, estava a coroa garantida, e com a segunda, possibilitaria ao rei adquirir novo matrimônio, e assim ter um filho varão e herdeiro do reino. O falecimento da Rainha teria assim um caráter providencial pois garantiria o futuro glorioso de Portugal, além de possibilitar uma nova interpretação para a Lenda de Ourique, ou seja, que a 16^a. geração seria alcançada em D. João IV, atenuada em D. Pedro e restabelecida daí para frente²¹¹. É a partir daí que podemos entender a satisfação de Vieira com o nascimento do filho varão, resultado do segundo casamento de D. Pedro, pois via neste nascimento a realização das promessas de Cristo para com Portugal. O príncipe, no entanto, morrera dezoito dias após nascer, desenganando novamente o jesuíta. Nas palavras de João Lucio de Azevedo:

“Era a segunda vez que a morte lhe anulava os prognósticos do quinto império próximo: na primeira em D. João IV, desta outra em uma criança em quem, por menos que o autor dos vaticínios nele cresse, dificilmente podia esperar em vida a contradita (p.215)²¹².”

Diante tal circunstância, Vieira escreve a rainha com o intuito de consolá-la, alegando que o próximo varão seria o herdeiro do Império Universal Cristão. Tal príncipe nasceria no ano de 1689, vindo a ser o sucessor de D. Pedro com o título de D. João V.

No ano de 1688 Vieira ocuparia o cargo de Visitador do Brasil e do Maranhão, o que daria ensejo para comunicar-se novamente tanto com

²¹¹ Vieira apresentaria tais idéias em Sermão pregado pelas exéquias da rainha.

²¹² AZEVEDO, João Lucio. História de Antonio Vieira. Op. Cit. Tomo II.

Lisboa como com o governo local. Tomou posse no dia 15 de maio de 1688 e, no período de três anos que ocupou o cargo, não se ausentou da Bahia, devido a sua idade avançada e sua saúde precária, o que não o impediu de intervir nos assuntos relacionados às missões jesuítas²¹³. Tanto que ao ser indagado sobre a possibilidade de mandar padres jesuítas para Palmares, Vieira negara, pois, para ele, os negros, por serem cativos e rebeldes, estavam e perseveravam em pecado, sendo que só poderiam ser absolvidos ao retornarem aos seus senhores²¹⁴.

Após o fim de suas atividades como Visitador, retorna para “O Tanque”, onde dá continuidade à compilação de seus sermões, trabalho iniciado desde a sua vinda para o Brasil, sem estabelecer uma ordem cronológica ou temática. Tais sermões, que teriam sido deixados com lacunas e rasuras no momento da pregação, eram atualizados no momento da compilação, contendo assim toda sua experiência ulterior.

“Assim, ao refazê-los, mais de uma vez os atualiza com referências e comentários a acontecimentos que lhes eram posteriores, como sucede no Sermão de São Roque (p.208)²¹⁵.”

Os sermões, que teriam um número de doze tomos, foi um dos trabalhos aos quais Vieira dedicaria os últimos anos de sua vida, tendo em

²¹³ Nas palavras de Serafim Leite: “Surpreendeu-o a nomeação; e logo no ano seguinte, ao ir a Roma o Padre Antonio Rangel, procurador do Brasil, o primeiro de seus postulados era da parte do Visitador que se lhe abreviasse o tempo do governo; e que apenas o Provincial visitasse as casas de Província e lhe desse conta: ele, Vieira, com parecer dos consultores, desse também por terminada a sua comissão sem esperar confirmação do geral, por achar que semelhante ofício era incompatível com a idade que tinha (p.72).” LEITE, Serafim **Op. Cit.** Tomo VII.

²¹⁴ Segundo João Lucio de Azevedo, neste momento, o governo tendia a um acordo com Palmares, voltando atrás após as observações de Vieira. **Idem.** p. 238.

²¹⁵ CIDADE, Hernâni. Padre Antonio Vieira. **Op. Cit.**

vista que o mesmo navio que levara a notícia de sua morte, em 1697, levara também o último tomo para publicação e algumas cartas²¹⁶. Antes de sua morte, porém, Vieira iria ainda defender os nativos contra a escravidão quando, em 1694, descobrem-se as primeiras minas de ouro no interior do país e seus descobridores propõe a extração do mineral através do trabalho indígena. Tais protestos, no entanto, não seriam suficientes para evitar que, com o apoio de padres da Bahia e de Lisboa, a metrópole aprovasse o uso da mão de obra nativa.

²¹⁶ Apesar de enviar carta circular, em 06 de fevereiro de 1694, pedindo para que ninguém mais se comunicasse com ele, não corta total relações com seus amigos em Lisboa, mantendo correspondências com estes, como vimos, até o fim da vida.

CAPÍTULO TERCEIRO

INFLUÊNCIAS NA OBRA DO

PADRE ANTONIO VIEIRA

Nem todos futuros são para desejar,
porque há muitos futuros para se temer”.
Padre Antonio Vieira
História do Futuro

A obra do Padre Antonio Vieira tem sido ultimamente, como visto acima, destacada pela sua concepção messiânica acerca de Portugal. Suas interpretações proféticas sobre o futuro do reino estariam fundamentadas em uma tradição que se estabelecera, pelo menos, por volta do século XVI e que sofrera diversas influências e interpretações. Fala-se de um messianismo português, que identifica a história de Portugal como sagrada. Neste sentido, ao longo da centúria de 1500 - 1600, a poesia épica messiânica fazia parte do cotidiano lusitano, além de uma historiografia ligada ao maravilhoso que, baseando-se na crença da verdade divina, proclamava sua interferência na vida humana¹. Nas palavras de Hernâni Cidade:

“(...) a dignidade, ou melhor, a quase santidade de uma pátria a que Deus concedia especial assistência, porque mais do que nenhuma se empenhava em dilatar pelo mundo a sua lei (p.357)².”

¹ CURTO, Diogo Ramada. Língua e Memória. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero. **História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade**. Lisboa: Estampa, 1997, p. 325 - 332.

² CIDADE, Hernâni. A cultura portuguesa no renascimento. In: **Lições de cultura e literatura portuguesa**. Lisboa: Coimbra, 1959, p. 335.

Tais crenças estariam apoiadas, basicamente, por três correntes messiânicas, sendo elas: as teorias milenaristas joaquimitas, o judaísmo e um messianismo português, este pautado principalmente na lenda da fundação de Portugal, conhecida como “lenda de Ourique”, e nas trovas de Bandarra.

Entendemos aqui o messianismo como um elemento de longa duração, que teria se firmado a partir das interpretações históricas feita pelos israelitas e encontradas no Antigo Testamento³. Sua manifestação, no entanto, dera-se de modo distinto, de acordo com os interesses e expectativas vigentes, estando geralmente à margem da igreja oficial, que condenava tais práticas.

Trataremos aqui de algumas destas manifestações que teriam influenciado a obra do Padre Antonio Vieira, entendidas como desdobramentos do messianismo judaico. Procuraremos identificar tais influências no discurso de Vieira, sendo que uma não pode ser compreendida sem a outra, entendendo qualquer divisão entre elas como método explicativo. Além disso, não estabeleceremos aqui, a forma como o jesuíta trata de tais questões no seu discurso legitimador, o que será contemplado no capítulo seguinte.

3.1 - O Milenarismo Joaquimita

Nos séculos XV e XVI europeu, grandes perturbações como guerras e pestes fizeram com que se acreditasse que o Juízo Final estaria

³ QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. **Op. Cit. messianismo no Brasil e no mundo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 26.

próximo. Além disso, os avanços renascentistas indicavam o fim dos tempos, pois as recentes teorias filosóficas e científicas estavam no limiar de um novo misticismo onde até mesmo a descoberta da América, com a conversão dos últimos pagãos, reafirmavam tal teoria⁴. Neste sentido, parte-se de duas interpretações distintas dos textos bíblicos apocalípticos⁵, sendo elas a idéia de mil anos de felicidade e a do juízo final⁶. A partir daí, podemos afirmar que Vieira compartilhava do ideário milenarista, ou seja, de que após a conversão de todos os povos ao cristianismo se formaria um Império Universal Cristão governado simultaneamente pelo Papa e pelo rei de Portugal⁷.

O milenarismo cristão deve ser entendido, como nos alerta Norman Cohn⁸, como herdeira do milenarismo judeu, formulada a partir do Antigo Testamento⁹, aliada a uma espera messiânica pelo salvador. Assim, nos primeiros anos do cristianismo, muitos esperavam a volta de Cristo e que, após derrotar seus inimigos, que na época eram os romanos, seria estabelecido um período de felicidade sobre a terra:

“Um messias sofredor e mortal, um reino puramente espiritual - tais idéias, que mais tarde viriam a ser consideradas como o próprio núcleo da

⁴ CHAUÍ, Marilena. Profecias e Tempo de Fim. In: NOVAES, Adauto (Org.) **Brasil 500 anos: a descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁵ As fontes bíblicas que possibilitam interpretações milenaristas são, segundo Marilena Chauí: no velho testamento - livro das revelações de Daniel, profecias de Ezequiel, Isaías e Joel; no novo testamento - epístola de Paulo aos romanos a aos tessalônicos; pequenos apocalípses ou as revelações finais de Marcos, Mateus, Lucas e o apocalipse de João. **Idem**.

⁶ DELUMEAU, Jean. A espera de Deus. IN: **A História do Medo no Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras,

⁷ **Hist. Fut.** p. 335 - 360.

⁸ COHN, Norman. **Na senda do milênio**: milenarismo revolucionários e anarquistas místicos da Idade Média. Lisboa: Presença, 1970.

⁹ Sobre este tema, vide o tópico seguinte, intitulado "O messianismo judaico".

doutrina cristã, estava longe de ser aceita por todos os primeiros cristãos (p.18)¹⁰.”

No entanto, as idéias milenaristas permaneceram marginais até por volta do século X¹¹, devido à proposta de Santo Agostinho de uma leitura simbólica do apocalipse, onde a igreja seria o reino de Cristo que perduraria por mil anos, sem período intermediário, até o advento do Juízo Final. A condenação do milenarismo por Santo Agostinho seria devido à ameaça que tais aspirações representavam à hierarquia da igreja, que começara a se consolidar no século IV¹², atingindo uma situação de supremacia no mundo mediterrâneo e tornando-se a igreja oficial do Império¹³.

Apesar da hierarquia clerical negar, tais inspirações permaneceram junto às crenças populares, sendo que em épocas de incertezas sempre eram retomadas pelo povo. Neste sentido surge uma literatura apocalíptica denominada “Sibilinas Cristãs”, inspiradas nas Sibilinas Judaicas, que teriam grande influência sobre a população, ficando atrás apenas da Bíblia e dos livros canônicos. As Sibilinas Judaicas seriam uma coleção de profecias e maldições de várias origens, de inspiração judaica, dirigidas principalmente às autoridades romanas, que traziam em seu conteúdo a esperança de um salvador guerreiro, encarnado posteriormente tanto na figura de Cristo como na de um rei messiânico, como é o caso do

¹⁰ COHN, Norman. **Op. Cit.**

¹¹ DELUMEAU, Jean. **Mil anos de felicidade: uma história do paraíso**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

¹² DELUMEAU, Jean. Uma Travessia no Milenarismo Ocidental. In: NOVAES, Adauto (Org.) **Brasil 500 anos: a descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹³ “Uma tal mudança de interesse adaptava-se admiravelmente ao que era agora uma igreja organizada, gozando de uma paz quase ininterrupta e de uma posição reconhecida no mundo (p.23)”. COHN, Norman. **Op. Cit.**

Imperador Constantino, identificado como tal pela primeira sibilina conhecida, do século IV. No século VII, uma Sibilina destinada aos cristãos sírios, que se viam em uma situação de minoria frente aos muçulmanos, trata, pela primeira vez, de um imperador poderoso, que se pensava morto e que se levantaria para derrotar o inimigo e inaugurar um Império de paz e alegria¹⁴.

Tais escritos teriam forte influência na obra de Joaquim di Fiori, abade italiano que vivera entre os anos de 1145 e 1202 e elaborara um sistema escatológico que se fundiria com as “Sibilinas Cristãs”. Para o abade, as alegorias bíblicas serviriam como um método de compreender e prever o desenrolar da história, ultrapassando assim seus fins morais e religiosos¹⁵. Joaquim di Fiori formulara uma teoria acerca das três idades da humanidade, ou seja: antes da lei ou tempo do pai, sob a lei ou tempo do filho e sob a graça ou tempo do espírito¹⁶, sendo que cada idade precederia um tempo de incubação, sendo que o primeiro período teria ido de Adão a Abraão, o segundo de Elias a Cristo, e o terceiro iniciara-se com São Bento e estaria chegando em seu termo¹⁷. Segundo Cohn, acerca das idades aqui apresentadas:

“Se a primeira fora uma idade de terror e servidão e a segunda uma idade de fé e submissão filial, a terceira seria uma idade de amor, de alegria e de liberdade, em que o conhecimento de Deus seria

¹⁴ COHN, Norman. **Op. Cit.**

¹⁵ Segundo Norman Cohn, tais teorias constituiriam o sistema escatológico mais influente na Europa até o Marxismo. COHN, Norman. **Op. Cit.**

¹⁶ Como bem nos lembra Alfredo Bosi, Vieira também divide a História da Salvação em três etapas, sendo elas: Reino de Cristo incoado (judaísmo antigo), Reino de Cristo incompleto (nascimento de Cristo até por volta de 1666) e Reino de Cristo consumado (a partir do advento do Quinto Império até o Juízo Final). BOSI, Alfredo. *Vieira e o reino deste mundo*. In: In: IANNONE, Carlos Alberto; GOBI, Márcia V. Zamboni & JUNQUEIRA, Renata Soares. **Sobre as naus da iniciação**. São Paulo: UNESP, 1998. Ver também: **Hist. Fut.**

¹⁷ CHAUÍ, Marilena. **Op. Cit.**

revelado diretamente nos corações de todos os homens (p.89)¹⁸.”

A idéia de terceira idade não permitia uma conciliação com a visão agostiniana de que o reino de Deus já havia sido instituído juntamente com a igreja. Di Fiori ansiava por uma renovação, tendo voltado seu olhar mais para o futuro que para o passado. Não fazia, no entanto, críticas severas à instituição e nem formulou diretamente teorias milenaristas, sendo que as leituras feitas posteriormente de sua obra deram origem a uma nova expressão do milenarismo na igreja, primeiro anticlerical, e depois secular. O joaquimismo (nome dado aos “seguidores” de Joaquim di Fiori) possuía, segundo Jean Delumeau¹⁹, três elementos que possibilitaram sua utilização pelos milenaristas radicais: o refortalecimento dos temas apocalípticos, a idéia de que a igreja dos clérigos seria substituída pela dos contemplativos e a de que os menos favorecidos reinariam no mundo.

O ideário joaquimita fora apropriado, no século XIII, pela ala rigorista da ordem franciscana, conhecida como a corrente espiritualista da ordem, adaptando, em muitos casos, as profecias de Joaquim di Fiori, e atribuindo-lhes outras, confeccionadas após a sua morte. Há aqui claros indícios de ameaça à instituição católica pois, ao se fundir com a corrente espiritualista franciscana, passa-se a esperar a superação de Roma a favor de uma igreja espiritual. Era o início da idade do espírito, onde a igreja perderia sua função de guia religioso. Foram os franciscanos os responsáveis pela difusão do joaquimismo na Idade Média, sendo que muitos esperavam a

¹⁸ COHN, Norman. **Op. Cit.**

¹⁹ DELUMEAU, Jean. *Mil anos de felicidade*. **Op. Cit.**

ressurreição de São Francisco como o prelúdio de uma nova era. É a partir deste momento que podemos identificar, com mais clareza, traços messiânicos junto aos ideais milenaristas.

A idéia de um rei salvador é incorporada ao joaquimismo e começa a ganhar força no século XIII, sendo que a tendência era o esperar em um rei da França ou em um imperador do Sacro Império Romano-Germânico, tendo como missão liderar a verdadeira igreja, convertendo todos os infiéis. Esperava-se assim um rei ressuscitado ou algum indivíduo identificado com um rei morto, ou seja, com um personagem do passado. No caso da França, as esperanças voltavam-se para Carlos Magno e seus descendentes, e no caso da Alemanha, a volta ou o nascimento de um novo Frederico II²⁰. Nota-se a semelhança da idéia de rei salvador aqui apresentado com a de messias, onde este se define como:

“(...) alguém enviado por uma divindade para trazer a vitória do bem sobre o mal, ou para corrigir a imperfeição do mundo, permitindo o advento do paraíso terrestre, tratando-se pois de um líder religioso e social. (p. 27)²¹”.

Nos séculos XVI e XVII as esperanças escatológicas intensificam-se, tendo na descoberta do novo mundo o sinal da última etapa

²⁰ Após a morte de Frederico I, rei da Alemanha morto em uma cruzada no ano de 1190, esperava-se sua volta para devolver ao reino sua glória e sua unidade, ameaçada pelo crescente poder das elites locais. Tais esperanças são “concretizadas” com a subida ao trono de Frederico II. Este, ao mesmo tempo que era visto como salvador para os alemães, era tido como a besta do apocalipse pelos espirituais franciscanos, que esperavam para o ano de 1260 o cumprimento das profecias apocalípticas. As expectativas de ambas as partes são frustradas com a morte do rei, em 1250. Muitos, no entanto, acreditavam que o rei estava adormecido, ou mesmo vivo, e que voltaria como salvador. Nos anos seguintes, surgem vários “candidatos” a Frederico II, aproveitando-se do clima de instabilidade e crescimento dos principados semi-independentes na Alemanha, sendo Frederico tido como um pólo de lealdade entre os germânicos. COHN, Norman. **Op. Cit.** p. 90 - 95.

do homem na terra. A fundação da Companhia de Jesus, por Inácio de Loyola, também era um sinal de que o final dos tempo estaria próximo pois, segundo Marilena Chauí, a chegada do terceiro período indicado por Joaquim di Fiori dependeria do surgimento de duas ordens, a dos contemplativos, que poderia ser representada pelos beneditinos, agostinianos ou franciscanos, e a dos homens de ação, encarnados agora pelos jesuítas²².

Em Portugal, o rei Manuel, o Venturoso (1495-1521), que compartilhava de uma tradição franciscana e assim, estaria próximo ao joaquimismo, sonhara com o advento de um Império Universal, o Quinto Império²³. Com a descoberta do caminho marítimo para as Índias, acreditava-se ser este um sinal de renovação da terra, sendo que Deus utilizaria o reino lusitano para tal fim. Desta forma, toda política econômica do reino estaria vinculada a uma estratégia religiosa. Assim sendo, D. Manuel, o Venturoso,

“(...) aparentemente, acreditava na vinda próxima de um tempo que haveria apenas ‘um só rebanho e um só pastor’ e no qual o Reino de Deus se estenderia a toda terra, graças a Portugal. (p. 181)”²⁴.

A idéia de Quinto Império confunde-se aqui com a de terceira era de Joaquim di Fiori, onde esta teria uma realização temporal, sob o ceptro de um único imperador e com o auxílio de um Papa Angélico, síntese do poder político e religioso da época.

²¹ QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. *Op. Cit.*

²² CHAUÍ, Marilena. *Op. Cit.*

²³ DELUMEAU, Jean. Mil anos de felicidade. *Op. Cit.*

²⁴ *Idem.*

“A espera de um rei salvador freqüentemente se associou à de ‘um papa angélico’, graças ao qual haveria apenas ‘um só rebanho’ e um só pastor’ (p.80).”²⁵

Nota-se aqui que o milenarismo do Padre Antonio Vieira teria tido fortes influências do joaquimismo e da idéia de rei salvador aqui apresentada, compartilhando de um gênero literário milenarista, que teria como características: a escatologia (tempo final), a soteriologia (rei salvador), conteúdo profético e esotérico, simbólico e teleológico²⁶. Assim, ao tratar de Portugal, o identifica como reino universal, sendo então objetivo central das preocupações do jesuíta a inserção de todos os povos ao corpo místico da igreja²⁷. Para tanto, esperava-se a ressurreição de um rei salvador²⁸, que lideraria Portugal rumo ao seu destino.

“ As ovelhas que S. Pedro havia de apascentar, eram as nações de todo o mundo, as quais Cristo queria trazer e ajuntar de todo ele, e fazer de todos um só rebanho, que é a Igreja, debaixo de um só pastor, que é São Pedro.” (p. 402/403)²⁹

²⁵ Vieira, ao afirmar a necessidade de pregar a todas as criaturas, reduz todos a “um” rebanho, por ser apenas “um” o povo de Deus, debaixo de “um” pastor. Seria então apenas “um” o reino que abraçaria todo o povo de Deus: Portugal. Estaria assim próximo da concepção acerca de “um” imperador universal e de “um” Papa angélico, apresentado por Joaquim di Fiori. Nas palavras de Vieira: “As ovelhas que S. Pedro havia de apascentar, eram as nações de todo o mundo, as quais Cristo queria trazer e ajuntar de todo ele, e fazer de todos um só rebanho, que é a Igreja, debaixo de um só pastor, que é São Pedro (p. 402/403)”. **Sermão do Espírito Santo**. DELUMEAU, Jean. Mil anos de felicidade. **Op. Cit.**

²⁶ MAGALHÃES, Leandro Henrique. O messianismo português na obra do Padre Antonio Vieira. **História: Questões e Debates**. Curitiba: UFPR, 1999, nº 28.

²⁷ PÉCORA, Alcir. Vieira, o Índio e o corpo místico. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

²⁸ Tal rei fora identificado, em um primeiro momento, em D. Sebastião, depois em D. João IV e sua linhagem. AZEVEDO, João Lúcio de. **História do Padre Antonio Vieira**. Lisboa: Clássica, 1992.

²⁹ **Sermão do Espírito Santo**.

O Milenarismo de Vieira, no entanto, sofreria influências não só do desdobramento das teorias de Joaquim di Fiori, mas também de um messianismo judeu, que teria forte expressão em Portugal dos séculos XVI e XVII.

3.2 - O Messianismo Judaico

As teorias messiânicas medievais teriam sua construção a partir de uma miscelânea de profecias herdadas do mundo antigo, principalmente dos judeus e dos cristãos primitivos. Tais profecias partiam da concepção de história formulada pelos judeus, onde estes se consideravam como o povo escolhido por Deus que teria uma missão divina, ou seja, iluminar e levar a salvação aos gentios³⁰.

O mais antigo apocalipse conhecido seria, segundo Norman Cohn, o Sonho de Daniel³¹, onde pela primeira vez se imaginara um reino glorioso que não se limitaria à Palestina, mas que englobaria toda a terra, ultrapassando os reinos anteriores em glória e, como seria o último, não deixaria descendentes³². Seria o início da elaboração das teorias acerca do Quinto Império que, ao contrário do desejo da igreja romana, era entendido como um império terrestre.

Tais concepções apocalípticas, no período da dominação romana, adquiriria um caráter militante, formulando-se a imagem de um

³⁰ COHN, Norman. **Op. Cit.** p. 15

³¹ Daniel 7, 13-27.

³² O apocalipse de Daniel havia sido elaborado em um período de submissão da Palestina hebraica às monarquias helenísticas dos seleucidas e dos ptolomeus. Sobre este tema vide:

salvador escatológico, o messias, que conforme a situação se agravava, tomava cada vez mais um caráter sobre humano. Tal concepção seria agregada ao cristianismo primitivo que, no auge da perseguição romana, esperavam a volta de Cristo para o estabelecimento de um reino messiânico na terra, que duraria mil anos³³. O messianismo seria um dos aspectos básicos da concepção judaica da história, possibilitando uma redenção tanto nacional e social como cósmica³⁴.

No século XV tem-se uma drástica mudança de atitude da população judaica em relação ao messianismo pois, ao contrário do que ocorria com o judaísmo antigo e devido às perseguições sofridas na Península Ibérica, passa-se a acreditar na possibilidade de interferência do homem no processo divino, abreviando-se assim a vinda do redentor. Desta forma, possibilita-se também a configuração de um messias histórico, que estaria presente, e não mais um sobre humano³⁵. Assim, a expectativa messiânica judaica ganha nova força, principalmente após o estabelecimento da Inquisição e da conversão forçada ao cristianismo, gerando o que Anita Novinsky chama de o “fenômeno do português encoberto”, ou seja, o cristão novo clandestino³⁶.

A figura do cristão novo iria trazer fortes influências do messianismo judaico aos portugueses, que passam a entender a si próprios como herdeiros dos hebreus do Antigo Testamento e como povo escolhido

LILLA, A. **El Mundo Helenístico**. Madrid: Sintesis, 1992, p. 100-106; COMAY, Joan. **Quem é Quem no Antigo Testamento**. Rio de Janeiro: Imago, 1998, p. 80-82.

³³ COHN, Norman. **Op. Cit.** p. 16

³⁴ NOVINSKY, Anita. Sebastianismo, Vieira e o messianismo judaico. In: IANNONE, Carlos Alberto; GOBI. Márcia V. Zamboni & JUNQUEIRA, Renata Soares. **Sobre as naus da iniciação**. São Paulo: UNESP, 1998.

³⁵ **Idem.**

por Deus, onde as profecias bíblicas se aplicariam tanto a Israel como a Portugal³⁷, sendo dois povos eleitos por Deus e com destinos supranacionais³⁸. Além disso, havia a crença que a expulsão dos judeus da Espanha fora providencial, pois a terra santa teria sido prometida ao povo resultante da mescla entre judeus e portugueses³⁹. O que devemos ter claro também é que o próprio joaquimismo aproximou os cristãos dos judeus, pois previa o regresso destes à igreja de Deus, o aparecimento das tribos perdidas de Israel e seu regresso à terra santa, liderados por um rei cristão. Daí Vieira insistir no fim das distinções entre cristãos novos e velhos, pois todos os cristãos-novos acabariam por abraçar definitivamente a fé católica e assim, realizar-se-iam as profecias que previam a conversão de todos os judeus ao cristianismo, por um rei encoberto, que para Vieira não seria outro senão D. João IV⁴⁰.

Para que entendamos melhor a posição de Vieira frente a tais questões apontaremos aqui, a partir das reflexões de Antonio José Saraiva⁴¹, as diferenças e semelhanças entre o messianismo cristão, o joaquimita e o judaico. Em primeiro lugar, analisaremos a questão do regresso das tribos perdidas de Israel. Para os judeus, seu retorno seria triunfal e precederia o apocalipse, assim como para os joaquimitas, pois para estes as tribos fariam parte da igreja universal cristã. Já os cristãos, que não esperavam um reino terrestre para Cristo, vêem o retorno das tribos como parte do juízo final. O

³⁶ **Idem.**

³⁷ SARAIVA, Antonio José. Antonio Vieira, Menasseh Bem Israel e o Quinto Império. In: **História e Utopia: estudos sobre Vieira**. Lisboa: Ministério da Educação, 1992.

³⁸ BOSI, Alfredo. **Op. Cit.**

³⁹ SARAIVA, Antonio José. **Op. Cit.**

⁴⁰ **Proposta ...** p. 302.

⁴¹ **Idem.**

Padre Antonio Vieira, ao tratar deste assunto, o vincula ao estabelecimento de um reino universal cristão, além de identificar Portugal como sendo a pátria deste povo, aproximando-se mais do judaísmo e do joaquimismo que do cristianismo oficial.

“O gigante Golias significa aqui o Anticristo, e diz Bandarra, como tão grande intérprete das Escrituras, que há muitos, que se têm por sábios, que receiam a vinda das dez tribos e a conversão dos Judeus, porque têm para si que, quando isto for, já é chegado o fim do Mundo, e que já estamos no tempo do Anticristo, sendo que entre uma e outra coisa se hão de passar muitos centos de anos, como consta nas mesmas Escrituras, nas quais diz Bandarra, e diz bem, que viu o sonho afigurado, e que achou muitas figuras ou pinturas dele. E verdadeiramente que é assim, que esta restituição do povo hebreu à sua Pátria, por meio do conhecimento de Cristo, é a coisa mais freqüente e mais repetida nos profetas de quantas eles escrevem (p.33)⁴²”.

“Eu só digo, por remate desta matéria das dez tribos, que também eles se hão-de sujeitar às invictas quinas de Portugal, e receber por seu rei ao nosso grande monarca (p.34)⁴³”.

Em relação ao messias, os cristãos, de um modo geral, o entendem como um redentor espiritual, enquanto que, para os judeus, teria um caráter temporal, ou seja, que restituiria sua pátria e derrotaria seus inimigos. Para Vieira, a redenção seria primeiramente temporal, liderada por

⁴² “Muitos estão desejando/ Serem os povos juntados,/ Mas outros mui avisados/ O estão arreceando:/ Arreceiam vir no bando,/ Esse gigante Golias,/ Mas por meio de Enoch e Elias/ De outra parte estão folgando”. Citação de Bandarra feita por Vieira na obra *Esperança de Portugal*. **Esp. Port.**

⁴³ *Idem*.

um rei eleito por Deus, e depois espiritual, com a vinda de Cristo, distinguindo assim o messias cristão do imperador do juízo final⁴⁴.

Outra distinção importante para que entendamos a concepção acerca do Quinto Império de Vieira seriam as diferentes interpretações dadas ao Sonho de Nabucodonosor⁴⁵. Para os judeus, a pedra que derrubaria a estátua seria o messias⁴⁶, para os cristãos seria a igreja que levaria a verdadeira palavra a todo mundo, sendo que, para ambos, o império de Deus não seria deste mundo. Já para os joaquimitas seria o sinal do advento de um Quinto Império universal e terrestre, idéia compartilhada por Vieira pois, segundo ele, somente impérios temporais poderiam destruir impérios terrestres e que, indo além, via nos portugueses os que expandiriam o império de Cristo até sua universalização.

⁴⁴ Ver História do Futuro, Livro Segundo, Capítulos Terceiro, "se este império de Cristo é temporal ou espiritual", Quarto, "examina-se se o reino ou Império de Cristo é também temporal. Refere-se a opinião negativa", Quinto, "Propõe-se e defende-se a opinião afirmativa" e Sexto, "Prossegue a mesma matéria, apontam-se os títulos e razões do Reino Temporal de Cristo". **Hist. Fut.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1992.

⁴⁵ Ao convocar Daniel para explicar seu sonho, Nabucodonosor ouvira a seguinte explicação: "Tu, ó rei, observavas; e eis uma grande estátua. Essa estátua era muito alta e seu esplendor extraordinário. Ela se erguia diante de ti e seu aspecto era aterrador. Essa estátua tinha a cabeça de fino ouro, o peito e os braços de prata, o ventre e as coxas de bronze, as pernas de ferro, os pés em parte de ferro, em parte de cerâmica. Tu observavas, quando uma pedra rolou da montanha sem intervenção de mão alguma; bateu nos pés de ferro e de cerâmica da estátua e os pulverizou. Então foram pulverizados juntos o ferro, a cerâmica, o bronze, a prata e o ouro; eles se tornaram como a palha que voa pelos ares no verão: o vento os levou e deles mais nenhum traço se descobriu. Quanto à pedra que havia atingido a estátua, tornou-se uma grande montanha e ocupou a terra inteira" (Daniel 2, 31-36). Cada elemento da estátua representaria um reino que, sucessivamente, seriam destruídos pela pedra. Eles dariam lugar a "um reino que jamais será destruído e cuja soberania não passará a outro povo". (Daniel 2, 42). Já Isaías, declara que haveria um tempo onde todas as nações viveriam em paz, sem levantar espadas umas contra as outras. "E venho para reunir todas as nações de todas as línguas, elas virão e verão minha glória. (...) Sim, como os céus novos e a terra nova que faço permanecem firmes diante de mim - oráculo do Senhor - , assim permanecerão firmes vossa descendência e vosso nome! E assim, de lua nova em lua nova e de sabá em sabá toda carne virá prostrar-se diante de mim, diz o Senhor. (Isaías 66, 18 - 23).

⁴⁶ Além de ser considerado como sinal do reino de Deus.

“Sendo, pois, certo que o Reino e Império de Cristo derrubou ou há de derrubar todos os Impérios do Mundo, que são impérios verdadeiramente temporais, e não espirituais, ocupando e enchendo toda a Terra, donde eles antes estiveram, como expressamente se colhe que o Império de Cristo não é só espiritual, senão temporal (p.304)⁴⁷!”

Vieira utiliza-se, em suas interpretações messiânicas, de elementos tanto joaquimitas quanto judaicos, o que daria um ar de originalidade aos seus escritos⁴⁸. Há ainda, no entanto, a necessidade de entendermos como tais concepções messiânicas confluíram para a formação de um messianismo português, tendo em Bandarra seu maior expoente, redundando tanto no sebastianismo do século XVI como no discurso legitimador de Vieira, no século XVII.

3.3 - Messianismo português: Bandarrismo e Sebastianismo

Eduardo de Oliveira França, em seu livro “Portugal na Época da Restauração”⁴⁹, divide as esperanças messiânicas portuguesas em quatro, sendo elas: o profetismo, ligada à crença no encoberto e no Quinto Império; o sebastianismo, que estaria de acordo com as aspirações de não ação da nobreza lusitana, tendo como principal característica a evasão do real e um estímulo para a inércia; o bandarrismo, que projetava a ação para o futuro; e um messianismo bragantino, elaborado pelos intelectuais da corte com o intuito de possibilitar a ascensão de D. João IV ao trono, resultando no

⁴⁷ Hist. Fut.

⁴⁸ MAGALHÃES, Leandro Henrique. *Op. Cit.*

⁴⁹ OLIVEIRA FRANÇA, Eduardo D'. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

movimento de restauração de 1640. Partiremos aqui, no entanto, da análise feita por João Lucio de Azevedo em seu livro intitulado “A Evolução do Sebastianismo”⁵⁰, que identifica tanto o messianismo sebástico, como o chamado por Oliveira França de bragantino, como herdeiro da pluralidade de versões que as trovas de Bandarra possibilitam, além de considerarmos a tese de Antonio Sérgio de que o que possibilitou uma efervecência messiânica nos séculos XVI e XVII fora uma semelhança das condições históricas entre os judeus convertidos à força ao cristianismo, ou seja, os cristãos novos, e a do cristão velho português⁵¹ pois, segundo este autor:

“O povo propriamente português (...) parece estranho até o momento já não distante em que desgraças (profundas) e inauditas, o perigo da perda da independência, o desaparecimento (trágico) de um monarca, vêm dar relevo especial aos vaticínios do sapateiro - quer dizer, no sentido do israelita e às profecias de sua bíblia (p.244)⁵².”

A história de Portugal, como visto acima, adquire um caráter sagrado em um momento de aparente grandeza do reino, ou seja, no período das navegações e conquistas ultramarinas, afirmando-se com a União Ibérica, na figura de D. Sebastião, e triunfando, mesmo que temporariamente, com a restauração portuguesa⁵³, sendo que Portugal se firma como escolhido por Deus para ser seu reino na terra⁵⁴. Uma das primeiras profecias que trata de

⁵⁰ AZEVEDO, João Lucio de. **A evolução do Sebastianismo**. Lisboa: Presença, 1958.

⁵¹ Devemos levar em conta aqui que, em um primeiro momento, as trovas foram destinadas aos cristãos novos, sendo eles os grandes difusores da obra de Bandarra.

⁵² SÉRGIO, Antonio. Interpretação não romântica do sebastianismo. **Obras Completas: Ensaios**. Tomo I. Lisboa: Sá da Costa, 1980.

⁵³ AZEVEDO, João Lucio. A evolução do sebastianismo. **Op. Cit.**

⁵⁴ HOORNAERT, Eduardo. Teologia e ação pastoral em Antonio Vieira (1552-1661). In: **História da Teologia na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1981.

um futuro glorioso para Portugal seria a que Deus havia feito à D. Afonso Henriques em Ourique, no momento da fundação de Portugal, sendo identificado como seu reino na terra. Após tal revelação, as profecias acerca do futuro glorioso de Portugal não cessariam de serem proclamadas, tendo seu auge nas chamadas trovas de Bandarra⁵⁵.

Gonçalo Eanes Bandarra nasceu em Trancoso, pequena cidade comercial da região da Beira, no início do século XVI, onde se tornou sapateiro de profissão⁵⁶. Sua biografia é pouco conhecida, destacando-se o fato de ser humilde e que, devido às leituras feitas das Escrituras Sagradas e de sua prodigiosa memória, granjeou fama em sua cidade, sendo considerado como uma espécie de Rabi local, interpretando a bíblia e suas profecias para os cristãos novos da região⁵⁷.

Escreveu suas trovas nas primeiras décadas dos quinhentos, sendo que já em 1531 eram lidas em Lisboa, tendo grande inserção junto aos cristãos-novos, principalmente pelo seu apelo profético e messiânico pois esperavam para o século XVI a vinda de seu messias⁵⁸. Perseguido e detido pela Inquisição em 1541, recebeu penas leves, por não conseguirem provar nenhuma ascendência judaica, apesar de sua intensa relação com os cristãos-novos⁵⁹. Seus escritos tiveram boa aceitação em Portugal, devido

⁵⁵ Como demonstrado anteriormente, o objetivo do presente trabalho não é trabalhar com as trovas de Bandarra, mas de uma leitura realizada pelo Padre Antonio Vieira das mesmas. Devido a importância que tais trovas adquirem nos escritos dos jesuítas, faz-se necessário apresentar suas características, assim como de seu autor.

⁵⁶ SERRÃO, Joel (Dir.). **Dicionário de História de Portugal**. Porto: Figueirinhas, S/D.

⁵⁷ AZEVEDO, João Lucio de. A evolução do Sebastianismo. **Op. Cit.**

⁵⁸ No início do século XVI apareceram alguns "candidatos" a messias dos judeus, onde Antonio Sérgio destaca: o aparecimento, em 1502, na Itália, de um aventureiro que se diz o prometido, criando alvoroço na comunidade judaica européia; Luis Dias, alfaiate de Setúbal, é tido como redentor por muitos cristãos-novos e em 1526 o judeu David Rubeni passara-se por messias. SÉRGIO, Antonio. Interpretação na romântica do sebastianismo. **Op. Cit.**

⁵⁹ SARAIVA, Antonio José. **Op. Cit.**

principalmente ao fato de existir uma boa convivência entre cristãos novos e velhos⁶⁰, pois Bandarra elaborara um discurso onde se afirmava que todos os povos caminhariam em direção à uma única fé, liderado por um rei português. Segundo João Lucio de Azevedo, ele teria sofrido influências de um messianismo espanhol, que esperava um rei que unificaria a península e que traria glórias para o reino⁶¹. Nas palavras de Eduardo Hoornaert:

“... sapateiro de Trancoso que lia muito a Bíblia e foi consultado por cristãos novos acerca do significado da história de Portugal. As ‘trovas’ de Bandarra profetizaram acerca de um rei que dominaria o mundo inteiro e sob cujo império e único Deus verdadeiro seria adorado (p. 64)”⁶².

Um dos grandes difusores de tais promessas foram os jesuítas que, segundo João Lucio de Azevedo, utilizaram-se destas trovas para exaltar o ânimo popular contra Castela⁶³. Bandarra é, desse modo, tido como um profeta, mandado por Deus para alertar os portugueses a respeito de seu futuro glorioso:

“Nenhuma ciência, nem humana, nem diabólica, nem angélica, podia conjeturar Bandarra a minha parte do que disse, quanto mais afirmá-lo com tanta certeza, escrevê-lo com tanta verdade e individuá-lo com tanta miudeza, que é o que se ele preza no prólogo de sua obra, quando diz – *Coso miúdo sem conto*. Foi logo lume sobrenatural, profético e divino, o que alumiou o entendimento deste homem idiota e humilde, para que as maravilhas de Deus, que nestes últimos tempos

⁶⁰ HERMAN, Jacqueline. **No reino do desejado**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁶¹ AZEVEDO, João Lucio de. A evolução do sebastianismo. **Op. Cit.**

⁶² HOORNAERT, Eduardo. Teologia e ação pastoral em Antonio Vieira (1552-1661). In: **História da Teologia na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1981.

⁶³ AZEVEDO, João Lucio de. A evolução do sebastianismo. **Op. Cit.**

havia de ver o mundo em Portugal, tivessem também aquela preeminência de todos os grandes mistérios divinos, que é serem muito de antes profetizados (p.17)”⁶⁴.

As trovas, escritas no início dos quinhentos, só foram compiladas em 1541, por Heitor Lopes, tosedor converso de Trancoso. Um dos manuscritos foi adquirido por Afonso de Medina, Desembargador da Mesa de Consciência do Santo Ofício. A partir do manuscrito, Bandarra foi preso em dezoito de setembro do ano de 1541, sendo condenado a abjurar seus erros e a não escrever, ler ou divulgar coisas relativas à fé⁶⁵, saindo em auto de fé em outubro de 1541⁶⁶. Apesar das trovas terem sido copiadas em boa letra e adquirida pelo Santo Ofício, é difícil saber se o texto preservado é o original⁶⁷.

Sua primeira edição impressa saiu no ano de 1602, publicada em Paris pelo fidalgo D. João de Castro, que era contra a dominação filipina sobre Portugal, estando portanto comprometido com as questões sucessórias e com o sonho de grandeza de Portugal. Identificou o rei apontado por Bandarra como sendo D. Sebastião, e em 1603 publicou, também em Paris, sua “Parafrases e concordâncias de algumas profecias de Bandarra, sapateiro de Trancoso”, onde reafirma suas esperanças no rei desaparecido⁶⁸. Em 1604 é publicada em Nantes a primeira edição completa, pelo fidalgo D. Vasco Luís da Gama, V Conde de Vidigueira e I Marquês de Niza. Identifica o D. João das trovas com o duque de Bragança e futuro rei de

⁶⁴ **Esp. Port.**

⁶⁵ Com exceção do Auto de fé, está foi a condenação aplicada ao Padre Antonio Vieira. AZEVEDO, João Lucio de. **História de Antonio Vieira**. 3ª. ed. Lisboa: Clássica, 1992.

⁶⁶ HERMAN, Jacqueline. **Op. Cit.**

⁶⁷ **Idem.**

Portugal, D. João IV. Nota-se aqui que, como nos alerta João Lucio de Azevedo⁶⁹, tais trovas eram utilizadas de acordo com a necessidade e com os interesses da época, sendo bastante explorada pelos opositores da Corte de Madri. No século XIX, é acrescida um segundo e terceiro corpo às trovas, o segundo extraído de uma cópia do Cardeal Nuno da Cunha, e o terceiro por coplas recolhidas na ocasião da desfeita das paredes da capela mor da igreja de Trancoso, em 1729. Fora editada em Barcelona no ano de 1809, e reeditada em 1866 e 1989⁷⁰. A obra está estruturada a partir de uma apresentação de dezesseis estrofes, seguida de três partes: o Sonho Primeiro com 76 estrofes, o Sonho Segundo, com 14 estrofes, e o Sonho Terceiro, com 46 estrofes.

Uma das grandes discussões acerca das trovas seria a identificação do D. João, citado por ele, a quem o Padre Antonio Vieira interpretará como sendo D. João IV⁷¹. Jacqueline Herman apresenta-nos quatro possibilidades⁷². Segundo a autora, não seria D. João III, por este ter renunciado à conquista da África e perseguido os cristãos novos, tendo em vista que Bandarra fala de expansão, e não de recuo do império português. Poderia ser D. João, pai de D. Sebastião, que morrera sem subir ao trono. Era mais provável que fosse D. João II, que desbravou a costa ocidental da África na segunda metade do século XV, ou D. João I, fundador da Dinastia

⁶⁸ SERRÃO, Joel. **Op. Cit.**

⁶⁹ AZEVEDO, João Lucio de. A evolução do Sebastianismo. **Op. Cit.**

⁷⁰ HERMAN, Jacqueline. **Op. Cit.**

⁷¹ "Saia, saia esse Infante/ Bem andante,/ O seu nome é D. João./ Tire e leve o pendão/ Glorioso e triunfante./ Vier-lhe-ão novas num instante/ Dasquelas terras prezadas,/ As quais então declaradas/ E afirmadas/ Pelo Rei de ali em diante (Bandarra, p. 07)". Nas palavras de Hernâni Cidade, em sua introdução à *Esperanças de Portugal*: "Em algumas cópias, em vez de D. João, ocorre D. Foão, ou seja, D. Fulano, que é a forma moderna de designação indeterminada (p. 07)". **Esp. Port.**

de Avis, imortalizado por Fernão Lopes como rei predestinado para a salvação de Portugal. O certo é que o que garantiu a sobrevivência das trovas de Bandarra fora justamente o mistério e a impossibilidade de se identificar com certeza o rei predestinado apontado pelo seu autor.

Tais trovas ganhariam força maior com o desaparecimento de D. Sebastião na batalha de Alcácer - Quibir, em 1578, e que resultaria na anexação de Portugal pela Coroa Espanhola (1580 - 1640). Partindo de interpretações das trovas, muitos passam a esperar a volta do rei morto na África, vendo-o como redentor de Portugal, que devolveria sua grandeza e sua glória⁷³. Com o tempo, passa-se a esperar o rei salvador não mais em D. Sebastião, mas em sua linhagem, o que faz que muitos encontrem no ducado de Bragança o seu substituto⁷⁴. Desta forma, as profecias de Bandarra passam a ser interpretadas como destinada ao novo rei, D. João IV e ao movimento que resultara na restauração portuguesa, sendo que até mesmo o Inquisidor Geral do Santo Ofício, Pantaleão Rodrigues Pacheco, chamou de proféticas as predições de Bandarra e, baseando-se nelas, procurou persuadir o Papa que reconhecesse D. João IV como rei legítimo de Portugal⁷⁵. Ao mesmo tempo, fora construído um suntuoso túmulo por D. Álvaro de Abranches, com a seguinte inscrição, feita por Saldanha de Souza: "Aqui jaz Gonçalo Eanes Bandarra, natural desta vila, que profetizou a

⁷² HERMAN, Jacqueline. **Op. Cit.**

⁷³ Neste caso, como nos alerta Jacqueline Herman, rei e messias se confundem, o que nos indica a influência de base judaicas contida nas referidas trovas. **Idem.**

⁷⁴ Consolidação desta personificação fora dada pelos jesuítas. AZEVEDO, João Lucio. A evolução do sebastianismo. **Op. Cit.**

⁷⁵ Este mesmo Inquisidor, no entanto, proibiu-as em 03 de novembro de 1665, utilizando-se do argumento de que elas teriam um caráter judaizante. CARVALHO, J. Vaz de. Antonio Vieira em conflito com a Inquisição. **Brotéria: Cultura e Informação**. Lisboa: Fundação Oriente, 1997. v. 145.

restauração deste reino, e que havia de ser no ano de 1640, por El rei nosso Senhor”⁷⁶.

Podemos então concluir que as interpretações bíblicas de Bandarra levariam às formulações messiânicas dos séculos XVI e XVII, sendo que só foram possíveis graças às condições históricas do período, e o desaparecimento do rei português reforçara tal messianismo, assim como a situação dos cristãos-novos em Portugal reforçara o messianismo judaico⁷⁷.

⁷⁶ SERRÃO, Joel. **Op. Cit.**

⁷⁷ SÉRGIO, Antonio. Interpretação não romântica do sebastianismo. **Op. Cit.**

CAPÍTULO QUARTO

PADRE ANTONIO VIEIRA E A LEGITIMIDADE DA RESTAURAÇÃO PORTUGUESA

“Os discursos de quem não viu são discursos. Os discursos de quem viu são profecias”.

Padre Antonio Vieira

Sermão da Terceira Domingo do Advento

Como apresentado anteriormente, entendemos o discurso como produzido no interior de instituições, onde sua força estaria no grupo que representa¹. O lugar social ocupado tanto por quem produz como por quem interpreta lhe atribuiria sentido e legitimidade². Desta forma, faz-se necessário identificar tanto o enunciador como o enunciatário, tendo em vista que a pessoa alvo do discurso deve reconhecê-lo na pessoa que o exerce³. Assim, antes de apresentarmos o discurso legitimador do Padre Antonio Vieira, procuraremos identificar o lugar de onde fala e qual seria a instituição que lhe daria sustentação.

Vieira estaria vinculado tanto à igreja, entendida aqui como a instância máximo do catolicismo, como à Companhia de Jesus e à corte. Seu discurso, no entanto, adquiria contornos específicos de acordo com o lugar de onde falaria. A questão seria: qual destas instituições daria legitimidade ao discurso de Vieira acerca da restauração portuguesa? Como visto acima, o

¹ MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 1989. p. 13-20.

² REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1999, p. 10.

messianismo desenvolvera-se marginalmente a igreja institucional, sendo várias vezes condenada pela mesma, a começar por Santo Agostinho⁴. Não poderia assim aceitar abertamente as proposições de Vieira, apesar da tolerância apresentada em relação a elas, possibilitando inclusive a ida de um embaixador lusitano a Roma, que se utilizaria dos mesmos argumentos para convencer o papa de que a subida ao trono de D. João IV era legítima⁵.

Além disso, há o fato do jesuíta ter sido perseguido pela inquisição, sendo acusado de heresia e judaísmo, chegando a ser condenado pelo Tribunal do Santo Ofício⁶. Assim, a igreja não poderia dar sustentação ao seu discurso, apesar do prestígio que o mesmo adquirira em seu interior. Um exemplo deste prestígio seria o modo como fora recebido em Roma, conseguindo o apoio do papado para que se realizasse a transferência de sua jurisdição inquisitorial para o tribunal romano.

No caso da Companhia de Jesus, a questão torna-se mais complexa, pois apesar da postura oposicionista dos jesuítas lusitanos em relação ao governo espanhol o instituto, devido ao seu caráter internacional, não poderia se definir claramente diante tal situação. Além disso, há o fato da companhia não aceitar o modo como Vieira trataria das questões temporais, relegando as espirituais, tão cara aos inicianos, a segundo plano. Tal fato seria um dos motivos que levaria ao desentendimento com o jesuíta, onde

³ BOURDIER, Pierre. **A Economia das Trocas Lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 1991. p. 99.

⁴ DELUMEAU, Jean. **Mil anos de felicidade: uma história do paraíso**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁵ BUESCU, Ana Isabel. Sentimento e Esperanças de Portugal. HESPANHA, Antonio Manuel (Dir.). **A Restauração e sua época**. Lisboa: Cosmos, 1993.

⁶ PÉCORA, Alcir. O processo inquisitorial de Antonio Vieira. In: IANNONE, Carlos Alberto, GOBI, Marcia V. Zamboni & JUNQUEIRA, Renata Soares. **Sobre as Naus da Iniciação: Estudos Portugueses de Literatura e História**. São Paulo: UNESP, 1988.

este se vira obrigado a partir para o Maranhão, não sendo expulso do instituto graças a intervenção real. Não seriam assim os jesuítas que dariam sustentação ao seu discurso.

Resta-nos assim a nobreza como aquela que daria legitimidade a Vieira, instituindo-o para falar em seu nome⁷. Apesar do desejo comum em garantir a soberania lusitana, esta nobreza não era uniforme, o que possibilitou rupturas no seio da mesma. Como demonstrado por Pedro Cardim, o grupo de nobres que conquistara o poder em 01 de dezembro de 1640 era formado por uma diversidade de sensibilidades e clãs, o que levaria a rompimentos e desentendimentos entre os mesmos. O resultado seria uma legitimidade precária do movimento, situação agravada pelo apoio incerto de largas faixas da população⁸. Destacava-se assim duas questões a serem resolvidas: por um lado, gerir as diversas sensibilidades aristocráticas do reino, e por outro, fazer frente a ofensiva castelhana, sendo que, nos dois casos, seria necessário garantir a legitimidade da nova dinastia.

O Padre Antonio Vieira, confessor e conselheiro do rei, possuía grande prestígio pessoal, o que lhe possibilitou formular um discurso que atendesse a esta necessidade imediata. No entanto, devido a intensificação das rupturas na corte, o jesuíta passaria a atacar aqueles que, para ele, colocaria em perigo a estabilidade do reino.

Duas questões podem exemplificar as divergências do grupo representado por Vieira com seus adversários. Um dos grandes problemas enfrentados pela nova dinastia seria a falta de recursos, devido

⁷ BOURDIER, Pierre. *Op. Cit.* p. 105.

⁸ CARDIM, Pedro. O Processo Político. In: HESPANHA, Antonio Manuel (Coord.). **História de Portugal: O Antigo Regime**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 404.

principalmente aos gastos com a guerra contra Castela⁹. O único meio de garantir a restauração seria a estabilidade financeira, o que só seria possível de ser alcançada, segundo Vieira, através do comércio, que deveria servir de elemento estimulante e unificador das atividades econômicas do reino¹⁰ sendo que, para Vieira, a restauração política dependeria da restauração do comércio. Outros, no entanto, entendiam que o meio privilegiado para uma reestruturação econômica lusitana seria o desenvolvimento industrial. Como representante desta linha de pensamento podemos citar Duarte Ribeiro de Macedo¹¹, configurando-se como antagonista daqueles que viam no comércio a saída para os problemas portugueses, como é o caso do Padre Antonio Vieira.

Outro caso a ser destacado seria a questão da entrega de Pernambuco, momento em que Vieira redigiria seu papel forte¹². Neste documento, o jesuíta estaria respondendo a pareceres dos conselhos de guerra, da fazenda e ultramarino¹³ que não aceitavam a idéia de negociar um acordo de paz com os Países Baixos em troca da cessão de Pernambuco. Tal negativa colocaria em risco as negociações diplomáticas que estariam em andamento em Haia, liderada por Francisco de Souza Coutinho.

Vieira alinhava-se a um grupo de nobres que entendiam que Portugal não poderia fazer frente aos seus inimigos, destacadamente Castela

⁹ CIDADE, Hernâni. **Padre Antonio Vieira**. Coleção A obra e o homem. Lisboa: Arcádia, 1947, p. 62.

¹⁰ CARDOSO, José Luis. O Pensamento Econômico na Época da Restauração. In: HESPANHA, Antonio Manuel (Coord.). **A Restauração e sua época**. Lisboa: Cosmos, 1993, p. 139.

¹¹ SERRÃO, J. (Org). **Dicionário de História de Portugal**. Porto: Figueirinhas, 1990, p. 271-175.

¹² **Papel Forte**.

¹³ PÉCORA, Alcir (Org). **Escritos Históricos e Políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

e os Países Baixos, defendendo uma política de paz a qualquer custo, buscando soluções diplomáticas para os problemas do reino. O grupo adversário de Vieira, apelidado pelo mesmo de valentões, era formado, em sua maioria, por nobres militares, que devido a situação de guerra que o reino atravessava, aliado aos fracasso da diplomacia lusitana¹⁴, acabou por angariar prestígio cada vez maior na corte, chegando a assumir definitivamente o poder com a subida ao trono de D. Afonso VI, após a morte de D. João IV, o que levaria o grupo adversário ao desterramento e a marginalidade política¹⁵.

Vieira pertencia assim ao grupo que iniciara a década de 1640 ao lado do rei, mas que pouco a pouco fora perdendo prestígio junto ao mesmo, dando lugar aos nobres militares, que assegurariam de fato a soberania lusitana. Seu discurso adquire assim dois contornos: o primeiro referente a necessidade de legitimar a dinastia de Bragança e garantir sua permanência no trono e a segunda a de oposição aos militares da corte. Sua preocupação central seria, no entanto, com a conservação do reino, sendo este o eixo de seu discurso, defendendo a legitimidade da dinastia e procurando conquistar o apoio daqueles que ainda duvidavam do sucesso da restauração portuguesa, tanto dentro como fora dos domínios lusitanos.

¹⁴ Entre tais fracassos podemos citar: as dificuldades de angariar fundos para o reino; fracasso nas negociações de paz em Haia; não conseguir que os bispos lusitanos fossem aceitos pelo papado; fracassos nas negociações de casamento para o Príncipe D. Teodósio.

¹⁵ CARDIM, Pedro. O Processo Político, p. 408.

4.1 - Portugal e a Restauração

A instabilidade de D. João IV no trono português deve ser entendida como uma marca da restauração portuguesa, tendo em vista que o movimento não ocorreu de modo uniforme e não teve total apoio da população. Desta forma, havia a necessidade de que o rei recém entronado conquistasse a fidelidade de seus súditos. A questão principal era em relação à legitimidade da revolta de 1640, tanto para os portugueses como para com as demais cortes européias, pois o Duque de Bragança fora considerado rebelde e os portugueses traidores por D. Filipe IV¹⁶. Neste contexto, ganham grande expressão os diplomatas portugueses que tinham como objetivo garantir um espaço para o reino dentro das relações internacionais. Segundo João Paulo Costa, estes buscavam primeiramente reestruturar o Império Português, para então o adaptar às novas relações com as potências européias emergentes. Constituíam-se em um grupo de profissionais que possuíam uma certa autonomia, defendendo idéias que muitas vezes não concordavam com as de seus governantes. Não propunham, no entanto, soluções isoladas, preocupando-se com o espaço português como um todo¹⁷. Entretanto, apesar de todo o esforço do reino, a Espanha não aceitara a separação de Portugal, mantendo ativos órgãos que regulamentavam a política portuguesa¹⁸, além de garantir o apoio de grande parte da nobreza

¹⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**: A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640 - 1750). Lisboa: Verbo, 1982, p. 60.

¹⁷ COSTA, João Paulo. O Império e os diplomatas da restauração. **STVDIA**. Lisboa: Instituto de investigação científica tropical. / Centro de estudos históricos e cartografia antiga, 1989. nº 48.

¹⁸ CARDIM, Pedro. O Processo Político. **Op. Cit.**

lusitana, que permanecera na Corte de Madri após a proclamação de D. João IV¹⁹.

Uma das dificuldades da nova dinastia para se estabelecer definitivamente era o grande número de grupos que compunham a sociedade lusitana no período, e as diferentes maneiras de se comportarem frente à recém entronada monarquia, além do fato de existirem interesses diversos e contraditórios no que diz respeito à restauração portuguesa²⁰.

Desta forma, segundo Eduardo D' Oliveira França²¹, o "povo", de modo geral, seria mais anti espanhol que a fidalguia, tendo em vista que a nobreza portuguesa tinha, em sua maioria, relações com o monarca, o que gerava desconfianças dos populares em relação a ela²². Além disso, a crise no fornecimento de trigo e o excesso fiscal provocado pelos crescentes conflitos espanhóis, devido sobretudo à Guerra dos Trinta Anos²³, gerara um sentimento de rebeldia entre a população. Já a burguesia, que nunca fora poderosa, devido sobretudo ao pequeno desenvolvimento urbano e ao *status* de Estado comerciante que possuía Portugal²⁴, tendera a aderir, porém à distância e sem ter grandes participações, a restauração portuguesa, à

¹⁹ HESPANHA, Antonio Manuel. Introdução. In: HESPANHA, Antonio Manuel (Coord.). **História de Portugal: O Antigo Regime**. Lisboa: Estampa, 1998.

²⁰ Segundo Antonio Manoel Hespanha, não havia em Portugal do século XVII uma unidade entre estes grupos, o que nos impediria de pensarmos tal movimento como sendo de tipo nacionalista. HESPANHA, Antonio Manuel. A restauração portuguesa nos capítulos das cortes de Lisboa de 1641. In: HESPANHA, Antonio Manuel (Dir.). **A Restauração e sua época**. Lisboa: Cosmos, 1993.

²¹ OLIVEIRA FRANÇA, Eduardo D'. **Portugal na Época da Restauração**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

²² Devemos levar em consideração aqui o fato de que, a fim de obter apoio da nobreza lusitana, Filipe III (II de Portugal) intensifica uma política de doação de territórios, em especial ao Duque de Bragança, por ser a mais importante casa Ducal de Portugal. MARQUES, A. H. de Oliveira. **Breve História de Portugal**. Lisboa: Presença, 1995.

²³ MARQUES, A. H. de Oliveira. **História de Portugal: do Renascimento às Revoluções Liberais**. 9ª. ed. Lisboa, Palas, 1983. P.170 - 173.

²⁴ OLIVEIRA FRANÇA, Eduardo D'. **Op. Cit.**

medida que seus lucros com a União Ibérica iriam se tornando cada vez mais escassos, principalmente após a diminuição da produção de prata americana, o que dificultaria o comércio com as Índias Orientais, principal fonte de lucro para os comerciantes portugueses da época²⁵. Já os Cristãos Novos, que se configuravam como grandes mercadores portugueses, de início não demonstraram interesse pela restauração, devido tanto às perseguições inquisitoriais quanto ao medo do confisco de seus bens, gerando uma grande transferência de capitais para outros reinos europeus, principalmente os Países Baixos²⁶. Após a subida ao trono de D. João IV, no entanto, tornam-se um dos grandes financiadores do rei, mantendo a esperança de proteção de seus bens frente ao Santo Ofício²⁷.

O protótipo do homem que possibilitou a restauração seria, segundo Eduardo D' Oliveira França²⁸, o fidalgo português que, junto com a independência teria perdido sua vida cortesã. Como demonstra este autor, um dos grandes motivos que levara a fidalguia a se rebelar não seria a submissão ao rei espanhol, mas sim o fato de os portugueses ficarem sem corte, restringidos à uma nobreza provinciana. Com a restauração, os destinos da monarquia passam a estar nas mãos dos nobres, que se afirmariam como uma elite nobiliárquica central, e não periférica²⁹.

²⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira. Breve História de Portugal. **Op. Cit.**

²⁶ OLIVEIRA FRANÇA, Eduardo D'. **Op. Cit.**

²⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira. Breve História de Portugal. **Op. Cit.**

²⁸ OLIVEIRA FRANÇA, Eduardo D'. **Op. Cit.**

²⁹ CARDIM, Pedro. O Processo Político. **Op. Cit.**

“A um nível simbólico, mas também prático, a ‘nova corte’ de Lisboa concorreu, portanto, para seduzir elementos dos diversos quadrantes sociais, e ajudou a torná-los solidários com a nova ordem política (p.405)³⁰.”

Seriam mais contrários a Corte Espanhola que ao rei, embora tenha havido uma certa hesitação por parte da nobreza que ocupava cargos e ofícios na corte de Madri ou estava a serviço do rei da Espanha em diversas cortes européias, sendo que cerca da metade da nobiliarquia lusitana estava ausente de Portugal³¹. Podemos considerar então o movimento de dezembro de 1640 como uma conspiração de um grupo de aristocratas que atacam o palácio real de Lisboa e prendem a duquesa de Mântua, sem apoio imediato nem do povo nem da burguesia lisboeta. Faz-se necessário, assim, elaborar um discurso que garanta o apoio dos demais portugueses à restauração portuguesa, garantindo a estabilidade da recém entronada dinastia de Bragança. Para tanto, parte-se do conceito de tirania³² buscando demonstrar que o Duque de Bragança não seria um usurpador do poder, mas sim rei de direito³³.

O conceito de tirania aqui utilizado é apresentado por Antonio Manuel Hespanha, “entendido como a violação da justiça e dos privilégios estabelecidos (p.31)”³⁴. Devemos ter em mente que neste momento, em Portugal, predominava o pensamento social e político medieval, que

³⁰ **Idem.**

³¹ **Idem.**

³² Segundo Antonio Manuel Hespanha, o que uniu os interesses contraditórios em relação à restauração foi a idéia de tirania. HESPANHA, Antonio Manuel. A restauração portuguesa nos capítulos das cortes de Lisboa de 1641. **Op. Cit.**

³³ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **Op. Cit.** p. 61.

³⁴ HESPANHA, Antonio Manuel. A restauração portuguesa nos capítulos das cortes de Lisboa de 1641. **Op. Cit.**

considerava toda a sociedade como possuidora de um objetivo final único, sendo que cada parte colaboraria para este fim. Era impensável a existência de um poder absoluto, considerando-se como função da coroa manter a autonomia e a unidade do corpo social, ou seja, a harmonia entre as partes³⁵. Ao monarca cabia fazer cumprir a justiça e, caso não respeitasse a autonomia e a unidade dos membros, seria tido como tirano. Desta forma seria possível que o reino depusesse o rei, caso este ameaçasse a conservação e a defesa natural do mesmo³⁶. O movimento de 1640 seria caracterizado como uma revolta contra o usurpador do poder, e não contra as instituições régias, que, na sua essência, não se alteram após a subida de D. João IV ao trono português. Para Eduardo D' Oliveira França, tal característica definiria a restauração como uma revolta de caráter conservadora, e não como uma "revolução"³⁷.

³⁵ Em texto intitulado "A Representação da Sociedade e do Poder", Angela B. Xavier e Antonio M. Hespanha apresenta-nos dois modelos de apreensão dos fenômenos sociais presentes nos séculos XVII e XVIII: o tradicional, onde a sociedade é entendida como um corpo, internamente organizado e dotado de um destino metafísico, e o moderno, onde a sociedade é apresentada a partir de sua materialidade. Estes dois modos de compreensão social geraram conflitos na elaboração de questões políticas e sociais. No momento aqui tratado, ou seja, em meados do século XVII, predominava o primeiro modelo, que derivaria do pensamento social e político medieval, entendendo-se que o que geraria a sociedade seria uma ordem universal única, com o objetivo final de alcançar o criador. Cada parte da sociedade colaboraria de modo distinto para a "realização do destino cósmico" da humanidade. Desta forma, têm-se a impossibilidade de existência de um poder absoluto, pois cada parte do corpo social teria sua instância autônoma, sendo obrigação da coroa manter o equilíbrio entre as partes. O poder era assim limitado pelo direito natural. No paradigma moderna, os indivíduos perderiam suas qualidades grupais, sendo que todos passam a ser entendidos como iguais. Como consequência desta individualidade, têm-se que a racionalidade ocuparia o lugar da fé na elaboração das relações sociais. A vontade soberana de Deus seria então substituída pela humana, e o direito baseava-se nesta vontade, e não em um equilíbrio pré-estabelecido. XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA, Antonio Manuel. A Representação da sociedade e do poder. In: HESPANHA, Antonio Manuel (Coord.). **História de Portugal: O Antigo Regime**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 113-117. Ver também: TORRAL, Luís Reis. Restauração e "Razão de Estado". In: HESPANHA, Antonio Manuel (Dir.). **A restauração e sua época**. Lisboa: Cosmos, 1993; COSTA, Ricardo da. **A Guerra na Idade Média: um Estudo da mentalidade de cruzada na Península Ibérica**. Rio de Janeiro: Paratodos, 1998.

³⁶ XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA, Antonio Manuel. **Op. Cit.**

³⁷ OLIVEIRA FRANÇA, Eduardo D'. **Op. Cit.**

Filipe II da Espanha (I de Portugal), ao assumir o trono Português em 1580, estaria baseando-se nas regras sucessórias tradicionais, segundo os quais teria direito ao trono, pois casara com D. Maria, filha de D. João III, avô de D. Sebastião. No entanto, ao invadir Lisboa e tomar o trono à força, teria, em tese, perdido tal direito³⁸. Este argumento, no entanto, só é retomado no momento em que a política proposta pelo Conde-Duque de Olivares, D. Gaspar de Guzmán, valido de D. Filipe IV (Filipe III de Portugal)³⁹, afeta a autonomia do reino e seus privilégios, ferindo o estatuto de Tomar⁴⁰, o que é agravado pelo fato de que, apesar de Portugal ser considerado vice-reino, havia uma distância muito grande entre o rei, residente em Madri e seus súditos, o que o tornava inacessível para grande parte da nobreza lusitana, caracterizando-o não só como tirano, mas também como injusto⁴¹. É compreensível assim que, ao estabelecer uma nova corte em Portugal, houvesse um deslocamento da nobreza para Lisboa, dando um novo impulso à nobreza cortesã lusitana em detrimento dos senhorios, que chegariam a ser abandonados por seus senhores⁴².

³⁸ **Idem.**

³⁹ CARDIM, Pedro. O Processo Político. **Op. Cit.**

⁴⁰ ALVARES, Fernando Jesús Bouza. 1640 perante o Estatuto de Tomar: memória e juízo do Portugal dos Filipes. In: HESPANHA, Antonio Manuel (Dir.). **A Restauração e sua época.** Lisboa: Cosmos, 1993.

⁴¹ XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA, Antonio Manuel. **Op. Cit.**

⁴² Segundo Nuno Gonçalo Monteiro em texto intitulado "Poder Senhorial, Estatuto Nobiliárquico e Aristocracia", o século XVII português, apesar de ser representado por um conjunto de corpos definidos, não significa que a estratificação social fosse imediatamente visível. Assim é possível de entendermos a política da coroa lusitana, principalmente após a restauração portuguesa, de criar privilégios que, além de exclusivos, fossem além da divisão tri-partida da sociedade. Instituíam-se assim a chamada aristocracia de corte, que adquiria *status* de grandeza em relação à antiga fidalguia, estabelecendo-se uma diferenciação crescente entre aristocracia de corte e provinciana. Segundo o autor, seria esta nobreza que, em muitos momentos, controlariam os destinos da monarquia lusitana, sendo que "a estruturação e a afirmação das elites nobiliárquicas já não se fazia 'periféricamente', mas através da integração no 'centro' e da prestação de serviços no aparelho administrativo e militar da coroa (p.304)". Houve assim, na dinastia de Bragança, uma aristocracia que se estruturou em função de sua integração na sociedade de corte, aproximando-se da coroa e

A deposição de Filipe IV, identificado como tirano por ser descendente de um rei usurpador e injusto, leva à um outro problema de legitimação, a aceitação do Duque de Bragança, D. João IV, como o novo rei de Portugal e fundador de uma nova dinastia. Como nos lembra Antonio Manuel Hespanha⁴³, Portugal era um reino onde o direito tinha grande importância, e toda a sua organização era fundamentada em normas jurídicas. Assim, é a partir daí que devemos buscar os indícios que permitam entendermos a legitimação dos Bragança como reis de Portugal. É importante realçar aqui que, no século XVII, o direito português confunde-se com a tradição, a moral e a religião⁴⁴, sendo necessária uma atenção especial a estes elementos, evitando assim simplificações dos discursos que tratam do tema.

Um dos grandes teóricos que buscou elaborar um discurso legitimador para a nova dinastia foi o Padre Antonio Vieira, confessor e conselheiro do rei, autor de grande expressão que possuía uma proximidade tanto com a nobreza lisboeta como com o “povo”, graças ao alcance dos seus

abandonando seus senhorios. A nobreza que não estava presente na corte, no entanto, buscava garantir seus poderes jurisdicionais, afirmando a importância simbólica de seus senhorios, pois seria sua posse que delimitaria o topo da hierarquia nobiliárquica. Constituíam-se assim centros autônomos e periféricos de poder. Assim haveria, no século XVII, uma simetria entre os poderes jurisdicionais da corte e dos senhores, sendo que somente no século XVIII os senhores perderiam grande parte de suas jurisdições, predominando aí o poder da coroa. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Poder Senhorial, Estatuto Nobiliárquico e Aristocracia. In: HESPANHA, Antonio Manuel (Coord.). **História de Portugal: O Antigo Regime**. Lisboa: Estampa, 1998. Ver também: BETHENCOURT, Francisco. Os Equilíbrios Sociais do Poder. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero. História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade. Lisboa: Estampa, 1997; OLIVEIRA FRANÇA, Eduardo D'. **Op. Cit.**

⁴³ HESPANHA, Antonio Manuel. História de Portugal: O Antigo Regime. **Op. Cit.**, p. 11-16.

⁴⁴ GOMES DA SILVA, Nuno J. Espinosa. **História do Direito Português**: Fontes de Direito. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1985.

sermões⁴⁵. Para tanto, parte de um discurso apologético, reconhecendo no povo português o escolhido por Deus para estabelecer seus desígnios na terra. Entende assim a história de Portugal como uma história hagiográfica⁴⁶, comparada com a dos judeus.

“onde cada página Deus assinalava de modo
teatral a sua intervenção e punha de manifesto os
seus desígnios (p. XIII)”⁴⁷.

Esta seria uma concepção típica do século XVII, onde podemos encontrar discursos jurídicos associado a uma dimensão providencial⁴⁸, e o direito divino incorporado ao secular, tendo em vista que este se aplicaria a partir daquele, limitando sua atuação e dificultando a distinção entre delito e pecado⁴⁹. Desta forma, é coerente a utilização, ao mesmo tempo, de argumentos jurídicos e teológicos na busca da legitimação da dinastia bragantina⁵⁰, sendo este um expediente recorrente nos escritos de Vieira. Assim, o jesuíta utiliza-se de argumentos teológicos, partindo das trovas de Bandarra e da lenda de Ourique para demonstrar que Portugal seria um reino escolhido por Deus, e que D. João IV seria o “*princeps cristianus*”⁵¹ que

⁴⁵ Sobre o vida e a obra de Vieira, ver segundo capítulo da presente dissertação, onde traço uma biografia do jesuíta.

⁴⁶ PELOSO, Silvano. O paradigma bíblico como modelo universalista da leitura em Antonio Vieira. **Brotéria: Cultura e Informação**. Lisboa: Fundação Oriente, 1997. v. 145. HOORNAERT, Eduardo. **Formação do catolicismo brasileiro: 1550 - 1800**. Petrópolis: Vozes, 1991.

⁴⁷ **Esp. Port.**

⁴⁸ BUESCU, Ana Isabel. **Op. Cit.**

⁴⁹ HESPANHA, Antonio Manuel. (Coord.). História de Portugal: O Antigo Regime. **Op. Cit.** p. 9-10.

⁵⁰ BUESCU, Ana Isabel. **Op. Cit.**

⁵¹ A idéia de um príncipe cristão vem sendo retomado, na Península Ibérica, desde a conversão dos visigodos ao cristianismo. No Concílio III de Toledo temos a afirmação de que o rei deveria ser católico, sendo que esta regra passa a ser entendida como elemento fundamental para a sucessão, tendo como modelo institucional o Império Romano do

levaria sua palavra a todos os povos do mundo⁵², e de regras de sucessão de caráter tanto tradicionais como divinas. Este sentimento não era exclusividade de Vieira, tendo uma importância que podemos considerar como coletiva para os portugueses. Segundo Hernâni Cidade:

“Vieira não fazia mais, nestas congeminações, do que emprestar, com o calor do seu temperamento ardente, a nítida claridade de seu espírito ao vago sonho a que continuava presa a alma da grei. Patenteia-o esta mesma curiosidade pelos seus escritos proféticos. (...) Interpretavam-se prodígios e prognósticos que se multiplicavam em termos que tornavam o milagre e o maravilhoso comum e quotidiana a forma de intervenção dos poderes transcendentais nas misérias humanas (p. XX/XXI)⁵³.

Ou seja, outros pensadores da época proclamaram D. João IV como o novo rei que devolveria à Portugal sua missão universal⁵⁴. Podemos citar como exemplo o conselheiro do rei, João de Castro, o diplomata João Pinto Ribeiro⁵⁵ e os jesuítas Padre João de Vasconcelos e Padre Francisco Guedes⁵⁶, Padre André Fernandes⁵⁷ e Bocarro Rosalco⁵⁸. Estes autores

Oriente. Nos Concílios posteriores, tal questão é constantemente retomada, sendo que no IV Concílio vincula-se a fidelidade dos súditos com o fato do rei ser um verdadeiro cristão. FRIGHETTO, Renan. Aspectos da teoria política isidoriana: o cânone 75 do IV Concílio de Toledo e a constituição monárquica do reino Visigodo. **Revista de Ciências Históricas**. Universidade Portucalense, V. XII, 1997, p. 73-82.

⁵² Daí a importância das missões jesuíticas na América e da conversão dos nativos à fé cristã. MAGALHÃES, Leandro Henrique. **Olhares sobre a colônia: Vieira e os índios**. Londrina: EDUEL, 1999.

⁵³ CIDADE, Hernâni. Prefácio. In: VIEIRA, Padre Antonio. **Obras Escolhidas: História do Futuro (I)**. Lisboa: Sá da Costa, 1953.

⁵⁴ DELUMEAU, Jean. **Mil anos de felicidade: uma história do paraíso**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁵⁵ Diplomata português em Roma, baseia sua argumentação na inevitabilidade da independência portuguesa, partindo da hipótese de que a História Sagrada de Portugal garantiria a legitimidade de D. João IV, pois este teria proteção divina. BUESCU, Ana Isabel. **Op. Cit.**

⁵⁶ CIDADE, Hernâni. Prefácio. **Esperanças de Portugal**. **Op. Cit.**

⁵⁷ a quem Vieira enviara sua carta intitulada “Esperanças de Portugal”. **Esp. Port.**

entendiam a independência lusitana como inevitável e proclamada por Deus, e o Padre Antonio Vieira vai basear-se neste discurso para tratar da legitimidade de D. João IV. Tal discurso estaria, no entanto, vinculado a um projeto evangelizador amplo pois, para o jesuíta, a idéia de reino teria uma dupla valência, como pátria e como área religiosa, sendo a primeira delimitação da segunda⁵⁹ e, desta forma, uma expansão lusitana levaria necessariamente a uma expansão da fé⁶⁰, sendo que a própria expansão seria sacralizada⁶¹. Se utiliza assim de elementos proféticos para identificar em Portugal o povo escolhido por Deus.

4.2 - Portugal: o Povo de Deus

O discurso apologético foi constantemente utilizado por Vieira como meio de legitimar a nova dinastia, entendendo-a como sagrada e escolhida por Deus, obtendo assim uma tríplice missão: para com Deus, para com a pátria e para com o rei⁶². Seu profetismo, que projetava para o futuro grande parte das glórias prometidas por Deus a Portugal, abandona o fatalismo presente no período da União Ibérica, identificando as profecias com a crença no encoberto e no Quinto Império⁶³. Desta forma, a história de

⁵⁸ Um dos primeiros a identificar o Duque de Bragança como herdeiro de D. Sebastião e líder de um Império Universal Cristão e Português. SARAIVA, Antonio José. Antonio Vieira, Menasseh Bem Israel e o Quinto Império. In: **História e Utopia: estudos sobre Vieira**. Lisboa: Ministério da Educação, 1992.

⁵⁹ BAÊTA NEVES, Luis Felipe. Palavra, Mito e História no Sermão dos Sermões do Padre Antonio Vieira. In: RIEDEL, Dirce Côrtes (Org.). **Narrativa, Ficção e História**. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

⁶⁰ MAGALHÃES, Leandro Henrique. **Op. Cit.**

⁶¹ PALACIN, Luis. **Vieira e a visão trágica do barroco**. São Paulo: HUCITEC, 1986.

⁶² VILELA, Magno. **Uma questão de igualdade: Antonio Vieira e a escravidão negra na Bahia do século XVII**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

⁶³ OLIVEIRA FRANÇA, Eduardo D'. **Op. Cit.**

Portugal deveria ser entendida, como apresentado acima, como história sagrada, e o reino lusitano como escolhido por Deus para ser seu reino na terra⁶⁴.

Desde sua fundação, quando Deus revelara ao rei D. Afonso Henriques os desígnios divinos do reino, as profecias em relação à Portugal não cessariam de serem proclamadas, tendo em vista que o reino, por ter sido fundado por Deus, teria uma finalidade religiosa: expandir o cristianismo e levar a verdadeira fé cristã para todos os povos⁶⁵, sendo a pátria entendida como delimitação da cristandade⁶⁶.

Vieira utiliza-se de tal discurso, ou seja, das promessas que Deus haveria feito à D. Afonso Henriques em Ourique, a respeito do futuro de Portugal, para identificá-las como sendo as primeiras profecias acerca da ascensão de D. João IV ao trono Português, entendido aqui como uma intervenção divina, adquirindo um caráter sagrado por ter sido diretamente ungido por Deus. Segundo Jacqueline Hermann, este seria um dos motivos para os quais os reis portugueses não eram ungidos no momento da cerimônia de aclamação, pois tal teria sido realizado por Deus na fundação de Portugal, em relação ao primeiro rei, D. Afonso Henriques⁶⁷. Nas palavras de Vieira:

“Vede quão santo foi o óleo com que Deus ungiu a El rei D. João. Declarou El rei em seu testamento, que por escrúpulo aceitara a coroa muito contra o seu natural: e assim era; porque a nenhuma coisa

⁶⁴ HOORNAERT, Eduardo. Teologia e ação pastoral em Antonio Vieira. **Op. Cit.**

⁶⁵ PALACIN, Luis. **Op. Cit.**

⁶⁶ BAÊTA NEVES, Luis Felipe. **Op. Cit.**

⁶⁷ HERMANN, Jacqueline. **No reino do desejado**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 151.

tinha maior repugnância a inclinação natural de El rei D. João, que a ser rei (p.318)⁶⁸.”

De acordo com Vieira, as profecias teriam sido anunciadas com antecedência para que os portugueses tivessem consciência de que os acontecimentos eram obra divina, e não dos homens. Assim, da mesma maneira que Deus revelara a Afonso Henriques que ele seria rei e Portugal reino, assim o fizera com o Duque de Bragança,

“(...) para que conhecesse e não pudesse negar Portugal que devia a Deus a vitória e a coroa, e que era todo seu desde seu nascimento (p.73)”⁶⁹.

Todas as profecias seriam direcionadas a D. João IV, para que o povo português não tivesse dúvidas acerca de seus desígnios. Os profetas indicados por Vieira, neste caso, seriam: São Bernardo, Santo Ermitão de Ourique e, o mais ilustre de todos eles, Bandarra.

“Lia-se na carta e tradição de São Bernardo que, quando Deus alguma hora permitisse que o Reino viesse a mãos e poder de príncipe estranho, não seria por espaço mais de sessenta anos. Lia-se, no juramento de El-rei D. Afonso Henriques e na promessa do Santo Ermitão, que, na décima Sexta geração atenuada, poria Deus os olhos de sua misericórdia. Lia-se nas celebradas trovas de Bandarra, que o tempo desejado havia de chegar, e as esperanças dele se haviam de cumprir no ano sinalado de quarenta; e no concurso de todas estas profecias se consolava e animava Portugal a ir vivendo ou durando, até ver o cumprimento delas (p.85)”⁷⁰.

⁶⁸ Sermão das Exéquias De El Rei D. João IV.

⁶⁹ Hist. Fut.

⁷⁰ Idem.

Podemos verificar que todas as profecias aqui indicadas se referiam, na interpretação de Vieira, a D. João IV e à restauração portuguesa. A primeira delas nos indica o período em que Portugal estaria cativo de Castela, ou seja, submetido ao poder de príncipe estranho: sessenta anos; a segunda afirma que após dezesseis gerações de reis portugueses, ela se atenuaria, e Deus então poria os olhos sobre Portugal e lhe daria um novo monarca. Se iniciarmos a contagem dos monarcas portugueses uma geração após D. Afonso Henriques, teremos: 1^a D. Sancho I; 2^a D. Afonso II; 3^a D. Sancho II; 4^a D. Afonso III; 5^a Dom Dinis; 6^a D. Afonso IV; 7^a D. Pedro; 8^a D. Fernando; 9^a D. João I; 10^a D. Duarte; 11^a D. Afonso V; 12^a D. João II; 13^a D. Manuel I; 14^a D. João III; 15^a D. Sebastião; 16^a D. Henrique. D. Henrique, assim como D. Sebastião, morreria sem deixar herdeiros, tendo aí encerrado a dinastia. Porém, como fora prometido por Deus, Portugal a restabeleceria, quando indicado por Bandarra, ou seja, no ano sinalado de quarenta. Vieira garante desta forma uma continuidade entre a Dinastia de Bragança com a Dinastia precedente, por um vínculo divino, ultrapassando o sangüíneo e configurando-se como um discurso legitimador que elaboraria um aspecto considerado legal para os portugueses da época.

“Neste último rei se atenuou a descendência, porque, ainda que não quebrou de todo, ficou por um fio, e fio tão delgado e atenuado como era a única casa de Bragança, descendente do infante D. Duarte, irmão menor de D. Henrique. Mas neste fio único e tão delgado se veio a verificar que, depois da descendência de El-rei Dom Afonso

Henriques, atenuada no décimo sexto rei, tornaria Deus a por seus olhos nela, porque nela se restituiu a coroa que Cristo então lhe dava, sendo restituída (como foi) ao Duque Dom João, o segundo de Bragança, rei D. João, o quarto de Portugal e décimo sétimo dos reis portugueses, descendente do primeiro Afonso (p.121)⁷¹."

A restauração portuguesa deveria ser então entendida como obra divina, assim como sua conservação e expansão. No entanto, um fator, e somente um, poderia atrasar as promessas que Deus fizera a Portugal: a incredulidade. Para os portugueses, pior que esta, seria a ingratidão⁷². A incredulidade, neste caso, deve ser entendida não só em relação às profecias a serem realizadas, mas também às que já haviam sido efetivadas, como era o fato da restauração portuguesa. Desta forma, estaria vinculando a legitimidade de D. João IV à fé nas obras divinas e, partindo de tais reflexões, quem não acreditasse no sucesso da empresa liderada pelo Duque de Bragança seria considerado infiel. É importante ressaltar aqui que, em Portugal do século XVII, a identidade católica estaria intimamente vinculada a do português, e em muitos casos a primeira chegava a suplantiar a segunda, tendo em vista que Portugal era tido como um reino cristão e, desta forma, havia a necessidade do rei também ser católico⁷³. Assim, quem não confiasse na vitória de Portugal sobre a Espanha, estaria duvidando dos desígnios que Deus teria guardado para Portugal, estando excluído da "*Respublica Christiana*", o que significa, na prática, estar fora dos centros de poder do reino. O súdito do rei confunde-se com o cristão, sendo que um bom cristão

⁷¹ Idem.

⁷² Idem; Sermão pelo Bom Sucesso das Armas de Portugal.

não duvidaria das promessas de Deus para com Portugal. É a partir daí que Vieira busca explicar o fato de que nem Castela, nem as demais cortes européias, reconheceram a liberdade de Portugal, pois não eram súditos do rei, e desta forma, não poderiam o identificar como seu salvador.

Para demonstrar que Portugal seria o reino escolhido por Deus para difundir sua fé para todo mundo, Vieira utiliza-se de um discurso que, apesar de aceito pela maioria de seus ouvintes, possibilitou que fosse perseguido e preso pela Inquisição⁷⁴, ou seja, de que Portugal seria herdeiro de Israel como povo difusor do cristianismo. Segundo Antonio José Saraiva, tal crença teria sua origem nos escritos de Bandarra, onde se afirmava que o rei salvador teria sua origem no sangue de Davi e na casa real portuguesa, o que levou muitos a acreditarem que o duque de Bragança tinha seu sangue misturado com o da tribo de Judá⁷⁵. Desta forma, a transmigração de judeus para Portugal teria um caráter providencial, sendo expulsos de Castela para que se unissem judeus e portugueses cristãos em uma única missão⁷⁶. Antonio José Saraiva, ao falar das relações do jesuíta com judeus neerlandeses, destacadamente Menasseh Bem Israel, chama a atenção para o fato de que se poderia estar discutindo uma forma legal de aproximarem-se as duas religiões dentro do território português⁷⁷. É a partir daí que devemos entender a atuação constante de Vieira a favor dos judeus e cristãos novos lusitanos, além de seus conflitos com a Inquisição.

⁷³ NOGUEIRA DA SILVA, Ana Cristina & HESPANHA, Antonio Manuel. A Identidade Portuguesa. In: HESPANHA, Antonio Manuel (Coord.). **História de Portugal: O Antigo Regime**. Lisboa: Estampa, 1998.

⁷⁴ PÉCORA, Alcir. O processo inquisitorial de Antonio Vieira. **Op. Cit.**

⁷⁵ SARAIVA, Antonio José. **Op. Cit.**

⁷⁶ **Hist. Fut.**

⁷⁷ SARAIVA, Antonio José. **Op. Cit.**

Se Portugal seria herdeira de Israel, as profecias bíblicas deveriam ser destinadas também aos portugueses. Segundo Vieira, muitas destas profecias não teriam sido interpretadas corretamente até o momento, devido ao fato de que antes não havia os elementos necessários para que isto acontecesse, sem as quais seria impossível identificar com precisão de quem e para quem se falava. Além disso, devia-se levar em consideração o fato de que os doutores da igreja, até então, não estavam preocupados em desvendar tais promessas, mas sim em entender os mistérios de Cristo, provando sua reencarnação⁷⁸.

Vieira procura demonstrar, por exemplo, que a expansão ultramarina havia sido profetizada por Salomão em seus cânticos, sendo que as missões portuguesas poderiam ser identificadas como o paraíso em que se colheria frutos de frutos, ou seja, frutos espirituais dos frutos temporais⁷⁹. Davi também teria identificado os portugueses como o povo que levaria a fé católica para o além-mar pois, segundo o profeta, em seus Salmos, tinha dito Deus que primeiro sua fé chegaria às terras mais ocidentais, ou seja, Portugal, para depois passarem para o Oriente:

“De maneira que os homens de quem aqui fala David, são aqueles que estão nos dois últimos fins e extremos da Terra, onde nasce o dia e onde nasce a noite: uns nos fins do Oriente, que são os das Índias Orientais; e outros nos fins do Ocidente, que são as Índias Ocidentais (p.204)⁸⁰.”

⁷⁸ Hist. Fut.

⁷⁹ Idem, p. 206.

⁸⁰ Idem.

Já Isaías teria profetizado acerca da conversão dos gentios e da morte de muitos nativos americanos sem batismo. Isaías teria previsto ainda as obras do infante D. Henrique, que dera início aos descobrimentos portugueses. O profeta teria ido ainda mais longe, ao destacar o Maranhão, ou seja, “das gentes de quem o rio rouba a terra⁸¹”, “dos navegantes que se utilizavam de embarcações com sinos e asas⁸²” que teriam como destino esperar e esperar, pois foram os últimos, na América portuguesa, a serem cristianizados⁸³.

O elemento, no entanto, que mais aproximaria a história de Portugal com a história de Israel seria o cativoiro, tantas vezes sofrido pelos judeus, que nasceram cativos no Egito e passaram cativos pelos assírios, pela Babilônia e pelos romanos⁸⁴, e também sofrido pelos portugueses, que, estiveram quase todo submetido ao poder de Castela, e fora defendida pelo mestre de Avis D. João I, e que retornara ao cativoiro castelhano, em 1580, pelo tempo determinado de sessenta anos⁸⁵. Portanto, da mesma forma que Deus mandara profecias para aliviar o cativoiro dos judeus, assim o fez com os portugueses, dando-lhes além de esperanças, a data de sua libertação, anunciada por Bandarra:

⁸¹ O Maranhão seria uma região onde haveria os maiores rios do mundo, e onde vários bosques e árvores ficavam em baixo da água e que as casas eram construídas sobre os rios.

⁸² Os habitantes da região faziam canoas com um só tronco, que teriam o nome de maracaim, uma derivação de maracá, o sino dos nativos, sendo enfeitadas com penas.

⁸³ **Hist. Fut.**, p. 211 a 216.

⁸⁴ **Sermão da Primeira Dominga do Advento**, p. 115

⁸⁵ **Sermão das Exéquias D’el Rei D. João IV**, p 309/310

“Já o tempo desejado
É chegado
Segundo o firmal assenta;
Já se chegam os quarenta,
Que se ementa
Por um doutor já passado
O rei novo é levantado
Já dá brado,
Já assoma sua bandeira
Contra a grifa parideira⁸⁶,
Lagomeira,
Que tais pastos tem gostado (p.06)⁸⁷”.

Ao fazer tais afirmações, Vieira estaria defendendo a superioridade de Portugal em relação à Espanha, pois o povo português estaria protegido por Deus. Ou seja, assim como Davi venceu Golias, Portugal também iria vencer a Espanha, pois Deus daria a vitória a quem desejasse, não a depositando no tamanho da empresa ou no número de soldados.

“E como Deus, e não o número de soldados, é o que dá as vitórias, bem pode Portugal, posto que menor, fiado no braço de Deus, sair a campo, não só com parte do poder contrário, senão com todo (p.340)⁸⁸”.

⁸⁶ Grifa = Espanha; Parideira = heranças por meio de parto e casamentos.

⁸⁷ Deve-se levar em consideração que as citações de Bandarra aqui apresentadas são retiradas do texto de Vieira, pois como nos alerta João Lucio de Azevedo, no seu livro “A evolução do sebastianismo”, tais trovas eram reproduzidas de forma manual, o que certamente levaria a mudanças de uma cópia para outra. Além disso, há as alterações propositadas das trovas. Segundo João Lucio de Azevedo, deve-se considerar a possibilidade de alteração propositada, para sustentar argumentos e dar legitimidade a determinadas posições políticas no reino, como a restauração portuguesa. AZEVEDO, João Lucio de. **A evolução do Sebastianismo**. Lisboa: Presença, 1958. **Esp. Port.**

⁸⁸ Sermão pelo Bom Sucesso de Nossas Armas.

Vieira alerta, no entanto, para a necessidade do rei eleito por Deus para liderar seu reino possuir o apoio, e não a dúvida de seu povo⁸⁹. Estava assim buscando garantir o apoio da nobreza lusitana, tendo em vista que muitos não acreditavam no sucesso da empresa portuguesa, e passara para o lado espanhol. Para tanto, alerta para os castigos divinos que estariam guardados para aqueles que duvidassem da palavra de Deus.

“A nobreza, em que tem maiores poderes o receio ou a esperança, como mais escrava da fortuna, não foi toda constante. Alguns grandes houve entre os grandes, uns que se passaram ao serviço de El-rei Dom Filipe, outros que, com maior ousadia, o quiseram servir em Portugal; a uns e outros castigou o mesmo braço da providência: a estes com a vida, àqueles com o desterro. Até agora não tiveram outro prêmio, nem mereciam outro, porque Castela nem pôde ressuscitar os primeiros, nem quis pagar os segundos (p.106)⁹⁰.”

Desta forma, ao demonstrar que Portugal era herdeira de Israel como povo de Deus, D. João IV seria o rei escolhido para executar seus desígnios, sendo crime contra fé não acreditar na vitória de Portugal contra a Espanha, ou seja, não aceitar a oposição do Duque de Bragança ao monarca espanhol. A história sagrada de Portugal servira como um discurso legitimador da nova dinastia, pois tais circunstâncias foram profetizadas, e como as profecias tinham um caráter divino, certamente deixariam de ser profecias para tornar realidade.

⁸⁹ Segundo Sermão de São Roque, p. 69.

⁹⁰ Hist. Fut.

4.3 - Portugal como Império Universal: o Quinto Império

O discurso apologético do Padre Antonio Vieira teria seu auge na configuração de Portugal como sendo o Quinto Império do Mundo, um Império Universal Cristão que uniria todos os povos em torno do rei lusitano⁹¹, garantindo assim mil anos de felicidades antes do Juízo Final⁹². Tal espera seria, para Hernani Cidade⁹³, mais católico que nacional, adquirindo porém grande importância na configuração política de Portugal do século XVII, pois teria uma manifestação na história objetiva, cronológica e institucional, devendo seguir um regime de poder político - religioso⁹⁴. Tais interpretações proféticas da Bíblia seriam baseados, em um primeiro momento, em três grupos de imagens bíblicas: o sonho de Nabucodonosor com uma estátua de quatro metais (Daniel 2, 27 - 45)⁹⁵; no sonho de Daniel⁹⁶ a respeito do conflito

⁹¹ SARAIVA, Antonio José. **Op. Cit.**

⁹² DELUMEAU, Jean. A espera de Deus. IN: **A História do Medo no Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁹³ CIDADE, Hernâni. Padre Antonio Vieira. **Op. Cit.**

⁹⁴ BORGES, Paulo Alexandre Esteves. Metáforas e símbolos escatológicos em Antonio Vieira. **Revista Portuguesa de Filosofia**. Braga: Faculdade de Filosofia, 1997. Tomo LIII, Fasc. 3.

⁹⁵ Segundo Norman Cohn, o sonho de Daniel seria o mais antigo apocalipse bíblico, imaginado-se pela primeira vez um reino glorioso que englobaria a terra, ultrapassando todos os anteriores e não deixando descendentes, pois seria o último. COHN, Norman. **Na senda do milênio: milenarismo revolucionários e anarquistas místicos da Idade Média**. Lisboa: Presença, 1970, p. 16-17

⁹⁶ Daniel era membro de uma família nobre judaica que fora escolhido por Nabucodonosor, rei da Babilônia, para exercer a função de escriba em sua corte. Após alguns anos, é revelado a Daniel um sonho que o rei havia tido e que ninguém conseguia decifrar (alegoria da estátua de ouro, prata, ferro e barro). Dirige-se assim ao rei, decifra seu sonho e, como gratidão, recebe o título de governador da província da Babilônia. Profetizaria ainda a tomada do poder por Dario, o Meda. Estas histórias, que haviam ocorrido no século VII a. c. foram registradas por escrito séculos mais tarde, apresentando-se então um Deus mais poderoso que os governadores. Nas palavras de Joan Comay: "Tal reafirmação era necessária na Judéia do século II a. c., quando o livro de Daniel foi escrito, apropriadamente, durante a revolta dos Macabeus contra a opressão religiosa de Antíoco IV Epífanes (*ver apócrifos*). À medida que se afasta do passado na Babilônia para o perigoso presente na Judéia, o estilo do autor vai se tornando mais sombrio e mais obscuro. Daniel passa a relatar suas próprias visões, nas quais criaturas imaginárias simbolizam a história da dominação estrangeira sobre os judeus, culminando com as perversidades do governo de

das quatro bestas no mar (Daniel 7, 1 - 27) e na visão do profeta Zacarias⁹⁷, que vira quatro carroças de cavalos de cores distintas (Zacarias 6, 1 - 15)⁹⁸.

Antes de apresentarmos o modo com Vieira interpretou tais profecias, faz-se necessário conhecer quais seriam os Impérios que antecederam o Quinto e último. Segundo Vieira, estes, ao contrário de Portugal, nunca foram mundiais, pois seus habitantes não conheciam o mundo em sua totalidade, apresentando-se assim maiores na voz que na grandeza⁹⁹. Tais Impérios seriam o dos Assírios, que ocupara parte da Ásia e da África e que durara cerca de 1.300 anos, tendo ao longo de sua história 37 imperadores; os Persas, que se estendia da Índia à Etiópia, durando cerca de 230 anos, com 14 imperadores; os Gregos, que duraram apenas oito anos e se dividiu em três reinos, o da Ásia, o da Macedônia e o do Egito; e os Romanos, que ao Oriente tinham como limite o Rio Tigre, ao Ocidente o Mar de Cádis, ao Meio Dia o Rio Nilo, e ao Setentrião os Rios Danúbio e Reno. Durou 400 anos com 35 imperadores até Constantino, sendo que a partir daí o Império Oriental duraria 4.000 anos, com 84 imperadores até ser vencido por Maomet II, e o Ocidental fora passado para Carlos Magno, e posteriormente para a Alemanha, com 90 imperadores até o século XVII¹⁰⁰. Todas as profecias apresentadas por Vieira falaria destes Impérios e

Antíoco (p.81)". COMAY, Joan. **Quem é Quem no Antigo Testamento**. Rio de Janeiro: Imago, 1998. Ver Também: COHN, Norman. **Op. Cit.**; DELUMEAU, Jean. Mil anos de felicidade. **Op. Cit.**

⁹⁷ Profeta Pós exílio que vivera durante o reinado de Dario, o Grande. Auxilia na reconstrução do Templo destruído por Nabucodonosor, trabalho que é completado em cinco anos. Suas profecias seriam reflexo da instabilidade política do Império Persa, que se seguiu à ascensão de Dario, e das esperanças messiânicas em um reino judaico restaurado e purificado. Antevê um futuro no qual os judeus viveriam em paz em seu país, sob a proteção do senhor. COMAY, Joan. **Op. Cit.** p. 314-315.

⁹⁸ **Sermão da Primeira Domingo do Advento**, p. 111 ; **Hist. Fut.**

⁹⁹ **Hist. Fut.**, p. 64.

¹⁰⁰ **Idem**, p. 245.

indicariam a vinda de um próximo, o Quinto Império, que teria um caráter tanto cristão como mundial.

O sonho de Nabucodonosor apresentava uma estátua de quatro metais, que seria destruída por uma pedra. Esta estátua representaria a sucessão dos impérios e os metais as mudanças dos impérios no tempo e sobre nações diferentes: o ouro (cabeça), representaria os Assírios, a prata (peito), os Persas, o bronze (ventre) a Grécia e o ferro (pernas e pés), Roma. O ferro somaria todos os metais assim como Roma somou todos os impérios. As pernas e os pés representaria Roma e Constantinopla, e os dez dedos indicariam a divisão do império em dez reinos, sendo esta sua grande fraqueza e que permitiria a formação dos reinos medievais¹⁰¹. A pedra que derrubaria a estátua seria o Quinto Império, que suplantaria os demais e se tornaria universal.

No sonho de Daniel, o profeta vê quatro bestas saindo do mar: uma leoa com asas de águia, um urso com três ordens de dentes, um leopardo com quatro asas e quatro cabeças, e um monstro com dentes de ferro e dez chifres na testa, sendo que um deles seria menor, mas causaria maiores estragos. Todas as bestas teriam sido julgadas por um tribunal divino, sendo que as três primeiras seriam condenadas a perderem seus poderes, e a quarta queimada e transformada em cinzas.

“Primeiramente diz, Daniel (ou disse a Daniel o seu intérprete) que ‘aquelas quatro bestas grandes significavam quatro reinos ou quatro Impérios, que sucessivamente se haviam de levantar no Mundo, depois dos quais se havia de seguir outro quinto

¹⁰¹ Idem. p. 246.

reino ou Império, que o mesmo Intérprete chama *Reino dos Santos do Altíssimo*, o qual não há-de ter mudança nem variedade, nem outro reino algum ou Império que lhe suceda, porque há-de durar sempre (p.265)¹⁰²."

Este Quinto Império ainda estaria por vir e sucederia o Romano.

Na profecia de Zacarias, diz o profeta que do meio de dois montes sairiam quatro carroças, a primeira com cavalos ruivos, a segunda com cavalos negros, a terceira com brancos e a quarta com vários. Tais carroças significariam os quatro impérios que Deus mostrou para Daniel, sendo representados aqui em formas de cavalos, porém declarado por anjos em metáfora de ventos, para demonstrar a violência e a velocidade com que os impérios conquistariam e sujeitariam os demais reinos.

Segundo Vieira, os cavalos da quarta cavalaria, ou seja os Romanos, conquistariam o mundo, porém só o por eles conhecido, pois nunca haviam chegado na América. Os cavalos mais fortes, no entanto, são aqui identificados com Portugal, por estarem predestinados a conquistarem não só os impérios antigos, mas toda a terra. Sanches identifica os Espanhóis como os mais fortes dos Romanos, porém Vieira demonstra que tal título só poderia caber aos portugueses:

"Estes foram os espanhóis, e entre os espanhóis, muito particularmente os portugueses; porque a conquista dos mares e terras do Oriente, pela distância remotíssima das Terras, pela dificuldade de navegações, pela diferença dos climas, pelo valor e potência das nações que se conquistaram,

¹⁰² Idem.

foi empresa de muito maior valor, resolução e esforço que a dos castelhanos (p.272/273)¹⁰³.”

Não fora apenas através da Bíblia que Deus mandara anunciar aos portugueses seu destino como povo eleito por Deus para estabelecer seu reino na terra. Escolhera um português para falar aos portugueses, assim como escolhera os filhos de Israel para falar a seu povo. Porém, devido a diversidade de falsos profetas que existiam no reino desde o século XVI, seria necessário identificar quais seriam os verdadeiros e separá-los dos falsos¹⁰⁴. Para Vieira, o único meio de verificar o espírito profético seria a realização das coisas profetizadas, sendo esta uma regra estabelecida por Deus¹⁰⁵. Desta forma Vieira identifica Bandarra como o profeta que Deus mandara para falar aos portugueses, pois parte das questões anunciadas pelo sapateiro já teriam sido realizadas. Bandarra seria assim considerado o profeta da restauração, pois anunciara não só o ano em que ela ocorreria, mas também quem seria o rei aclamado pelos portugueses, D. João.

“Saia, saia esse Infante
Bem andante
O seu nome é D. João (p.07)¹⁰⁶.”

A restauração seria então inevitável, pois Portugal deveria seguir seu caminho como Império Universal Cristão. Seria a partir de Bandarra, segundo Vieira, que estas considerações apareceriam com maior clareza. Primeiramente o jesuíta demonstra, partindo das trovas de

¹⁰³ *Idem.*

¹⁰⁴ *Esp. Port.*

¹⁰⁵ *Idem*, p. 04.

¹⁰⁶ *Idem.*

Bandarra, que o rei lusitano conquistaria a Terra Santa. Depois, os turcos invadiriam a Itália, e Portugal lideraria os reis cristãos numa ofensiva com o intuito de expulsá-los da península, após serem convocados pelo Papa. Depois de derrotados, os turcos seriam rendidos e suas terras distribuídas entre os reis cristãos, cabendo Constantinopla à Portugal, sendo então o rei português coroado como Imperador:

“Coroado por Imperador, diz Bandarra que voltará el-rei vitorioso com dois pendões, que devem ser o de Rei de Portugal e de Imperador de Constantinopla (p.27/28)¹⁰⁷.”

Após conquistar Constantinopla, seriam reintroduzidas ao mundo as dez tribos de Israel, sendo que todos os judeus seriam convertidos e se submeteriam ao grande monarca. A redução dos turcos e a conversão dos judeus seria seguida da extinção das heresias e da paz mundial, debaixo de um só pastor e de um só monarca, que para Vieira seria o rei de Portugal, D. João IV, sendo que as profecias a ele destinadas por Bandarra seriam então sete:

“1^a Que sairá do reino com todo o poder dele, e navegará a Jerusalém. 2^a Que desbaratará o Turco na passagem de Itália a Constantinopla. 3^a Que o ferirá por sua própria mão, e que ele se lhe virá entregar. 4^a Que ficará senhor da cidade e Império de Constantinopla, de que será coroado por Imperador. 5^a Que tornará com dois pendões vitoriosos a seu reino. 6^a Que introduzirá ao Pontífice e à Fé de Cristo as dez tribos de Israel

¹⁰⁷ “De perdões e orações/ Irá fortemente armado,/ Dará nele Santiago./ Na volta que faz depois/ Entrará com dois pendões/ Entre porcos sedeúdos/ Com fortes braços e escudos/ De seus nobres infações (Bandarra, p.28)”. Vieira estaria retomando aqui a traição imperial bizantina de príncipe cristão. **Idem**.

prodigiosamente aparecidas. 7^a Que será instrumento da conversão e paz universal de todo o Mundo, que é o último fim para que Deus o escolheu (p.36)¹⁰⁸.”

A restauração deveria assim ser considerada como uma das etapas para que Portugal se consagrasse como o Quinto Império do Mundo, sendo D. João IV escolhido por Deus para liderar o reino para tal fim. Vieira utiliza-se, neste momento, dos fenômenos celestiais para confirmar seu discurso profético sobre a monarquia portuguesa pois, para ele, tais fenômenos seriam a causa e a confirmação de tal discurso, sendo que os cometas que estariam aparecendo nos últimos anos viriam anunciar a vitória definitiva de Portugal e do reino da cristandade¹⁰⁹. Além disso, o nascimento do rei escolhido por Deus para liderar seu império havia sido anunciado por uma estrela que aparecera em 1604, ano do nascimento de D. João IV¹¹⁰. Vieira parte assim das profecias para demonstrar que o rei escolhido seria mesmo o Duque de Bragança, e não um de seus concorrentes à Coroa. Devemos então considerar que, se o reino de Portugal fora fundado por Deus, só ele poderia determinar sua sucessão, sendo tal questão esclarecida a D. Afonso Henriques no ato de sua fundação:

“E o Império de Cristo qual é? O mesmo Senhor foi servido de nos explicar, quando disse ao nosso fundador, o senhor rei D. Afonso Henriques: Quero em vós e em vossa descendência estabelecer o meu Império (p.454)¹¹¹.”

¹⁰⁸ **Idem.**

¹⁰⁹ DINIZ, Alfredo. *Astrologia e Profecia no pensamento do Padre Antonio Vieira. Brotéria: Cultura e Informação*. Lisboa: Fundação Oriente, 1997. v. 145.

¹¹⁰ DINIZ, Alfredo. *Metafísica da Natureza e Profetismo na obra do Padre Antonio Vieira. Revista Portuguesa de Filosofia*. Braga: Faculdade de Filosofia, 1997. Tomo LIII, Fasc. 3.

¹¹¹ *Sermão de São José.*

Nesse caso, além de Vieira demonstrar que a descendência de Portugal deveria partir de D. Afonso Henriques, Cristo teria afirmado que o reino lusitano seria seu Império na Terra. Tal profecia demonstraria ainda, como dito acima, que o reino seria restaurado na décima-sexta geração de reis portugueses, sendo que tal rei seria justamente o Duque de Bragança, D. João IV.

“Prometestes a El-rei D. Afonso (como ele testemunhou e jurou em seu testamento) que depois de atenuada a sua descendência poríeis os olhos de vossa misericórdia na décima sexta geração sua. Sendo pois o rei, por quem nos restaurastes, a mesma geração décima sexta; tempo é, senhor, de pordes nela e em nós os olhos de vossa divina misericórdia, senão por nossos merecimentos, pelos muitos e grandes daquele grande rei, que tanto vos soube servir então e obrigar para o futuro. Ponde os olhos, Senhor dos exércitos, no nosso exército; e lembre-vos que todo é daqueles portugueses, que no mesmo testamento escolhestes para conquistadores de vossa fé, e para debaixo de suas armas levarem vosso santíssimo nome às gentes tão remotas e estranha que antes de nós o não conheciam (p.359)¹¹².”

Portanto, Vieira utiliza-se da lenda de Ourique e da teoria acerca do Quinto Império para demonstrar a legitimidade do rei de Portugal, pois fora escolhido por Deus para realizar seus desígnios. No entanto, tais argumentos não seriam suficientes para legitimar D. João IV, sendo necessário padrões firmes de descendência. Apesar do Duque de Bragança ter direito legal ao

¹¹² Sermão pelo Bom sucesso de nossas armas.

trono português¹¹³, como veremos adiante, Vieira passa a estabelecer tais padrões a partir das profecias de Bandarra, que, nestes termos, adquiriria importância tanto sagrada como jurídica¹¹⁴. A partir daí, o jesuíta defende que para herdar o trono de Portugal, o mais importante não seria a descendência direta de reis, mas sim a descendência colateral, como indicado pelas trovas.

“Diz que não é este rei de *casta goleima*, porque El-rei D. João não é descendente da casa de Áustria; e chama a casa de Áustria *casta goleima*, porque aos que comem muito se chama o vulgo *goleima*, e os príncipes da casa de Áustria, como todos os alemães, são notados de muito comer. Diz mais que é este rei primo e parente de reis, a qual propriedade admiravelmente está demonstrada a pessoa de El-rei D. João IV, porque toda a maior nobreza que Bandarra podia dar a El-rei D. João era ser primo e parente de reis; porque El-rei D. João não era filho nem neto de reis, como são os outros reis, senão somente primo e parente de reis: é primo de El-rei de Castela, primo de El-rei de França, primo do Imperador e parente dos mais reis de Europa. Mas posto que não é filho de reis, diz Bandarra que vem de semente mui alta de todos quatro costados: que é o Infante D. Duarte, filho de El-rei D. Manuel e da rainha D. Maria, filha dos reis católicos, e por estes dois avós vem El-rei a ser descendente dos maiores reis do levante e do poente que então havia, porque vem a ser descendente dos reis de Portugal, Castela e Aragão, que eram os maiores reis do poente, e dos reis de Nápoles e Sicília, que eram os maiores reis do levante (p.38)¹¹⁵.”

¹¹³ Tal questão fora apresentada também no primeiro capítulo, porém em uma perspectiva distinta, ou seja, a partir das preocupações sucessórias no momento da anexação de Portugal por Castela, em 1580, e aqui quando da restauração da coroa lusitana, em 1640. São duas perspectivas distintas acerca da sucessão, daí a necessidade de se retomar tal debate neste momento.

¹¹⁴ SARAIVA, Antonio José. **Op. Cit.**

¹¹⁵ **Esp. Port.**

Tornava-se assim fundamental, para que se identificasse com o rei apresentado nas trovas, estar à margem da realeza européia. É o que chama a atenção Vieira, ao demonstrar que o Ducado de Bragança não tinha ligações de parentesco com os Habsburgos, ou seja, que não eram de “casta goleima”. Demonstra também que não era candidato à coroa espanhola, tendo em vista que era primo distante de Filipe IV, pois Filipe II teria se casado com D. Maria, que era prima de D. Duarte, pai de D. Catarina, que havia se casado com o avô de D. João IV, D. João¹¹⁶. É interessante notarmos que justamente por estar também à margem da descendência portuguesa é que foi possível que o Duque de Bragança fosse aclamado rei de Portugal, pois segundo as profecias deveria ser primo e parente de reis, mas não filho e neto. Neste sentido, seu avô, D. João, casara-se com D. Catarina, que era filha de D. Duarte, e portanto neta de D. Manuel I. Sua ligação com a dinastia de Avis, pela via manuelina, era no entanto frágil, pois D. Duarte era infante e não tinha direito direto à sucessão. Seria, no entanto, esta fragilidade que daria legitimidade a D. João IV pois, caso sua descendência fosse direta de reis, a dinastia de Avis não seria atenuada e as profecias não se realizariam. Tal fragilidade era então fundamental para o Duque de Bragança, fato inclusive anunciado por Bandarra em suas trovas, e retomado por Vieira.

“O qual direito, afirmado e confirmado pelo Bandarra, é novo e claro sinal de ser El-rei D. João IV o sujeito de quem falam as profecias; porque se o direito de El-rei D. João fora direito reconhecido e recebido por todos, como é o direito de D.

¹¹⁶ Ver genealogia em anexo.

Sebastião e de outros reis, não tinha necessidade Bandarra de dizer que era rei de direito. Mas porque o direito de El-rei D. João é direito duvidado e pleitado, por isso declara o Bandarra que verdadeiramente é rei de direito; e porque este mesmo direito, posto que todos o confessaram com a boca quando aclamaram a El-rei, houve porém alguns que o negaram de coração, a estes atira pedrada o Bandarra, quando diz: *Louvemos este varão do coração* (p.41)¹¹⁷.

Marca-se aqui a grandeza de D. João IV pelo fato de estar ligado as mais importantes dinastias européias, apesar de não ter direito de as herdar, exceto a coroa portuguesa. Desta forma estaria garantindo a pureza de sangue do rei, sem desconsiderar a sua condição de Infante, fator que fora determinado também por Bandarra em suas trovas:

“Saia, saia esse Infante
Bem andante,
O seu nome é D. João.
Tire e leve o pendão
Glorioso e triunfante.
Vier-lhe-ão novas num instante
Daquelas terras prezadas,
As quais então declaradas
E afirmadas
Pelo rei de ali em diante (Bandarra, p. 07)”.

Ao utilizá-las para estabelecer as regras dinásticas que legitimariam o rei de Portugal, Vieira estaria adotando um discurso que excluiria os concorrentes de D. João IV ao trono, principalmente Filipe IV, de todos o mais direto. Seria um elemento que adquiriria um caráter jurídico, a partir de regras sucessórias que ultrapassariam as formas tradicionais de sucessão, tornando-se definitiva. D. João IV era então rei de direito, não só

¹¹⁷ Esp. Port.

do direito português, mas também do direito divino, apresentado pelas trovas de Bandarra.

4.4 - O Sebastianismo e o Mito do Encoberto como legitimadores de D. João IV

Uma questão importante que deve ser levantada ao nos propormos analisar o modo como Vieira elaborou seu discurso com o intuito de legitimar a nova dinastia é o caráter que as profecias adquirem no período da União Ibérica (1580 – 1640). Após o desaparecimento de D. Sebastião, em Alcácer – Quibir no ano de 1578, e a posterior anexação de Portugal à coroa espanhola, muitos esperavam a volta do rei anunciado por Bandarra, que libertaria os lusitanos e possibilitaria um novo período de glórias para Portugal, cujo retorno não ocorrera ainda por estar ele oculto, ou seja, que o rei salvador seria um rei encoberto, pois não poderia ser visto nem reconhecido por ninguém, até sua aparição¹¹⁸.

Tal rei fora identificado, em um primeiro momento, com D. Sebastião, dando origem ao mito sebastianista¹¹⁹. Tal mito seria fortalecido ao longo do ano de 1579, devido às indecisões de D. Henrique a respeito de sua sucessão, e no primeiro semestre de 1580, quando o poder é confinado à uma regência de cinco governantes, que se inclinavam para Castela no que

¹¹⁸ **Idem.** p. 46.

¹¹⁹ Segundo João Lucio de Azevedo, as trovas de Bandarra e o Sebastianismo seriam constantemente aclamados em momentos de crise nacional. AZEVEDO, João Lucio. A evolução do sebastianismo. **Op. Cit.**

diz respeito à sucessão¹²⁰. Muitos acreditavam na volta de D. Sebastião, após ser derrotado na África, pois segundo a lenda ele teria se dirigido para a Ilha do Encoberto, esperando o melhor momento de retornar¹²¹.

O novo monarca, D. Filipe II (I de Portugal) fizera de tudo para acabar com o culto sebástico, mandando trazer de Ceuta os restos mortais do corpo de D. Sebastião, acolhendo-o em Lisboa e acompanhando as solenes exéquias no panteão de Belém, em 21 de dezembro de 1582¹²². No entanto, duvidava-se que o corpo trazido pelo rei fosse o de D. Sebastião, possibilitando a permanência do mito. Ainda sob o governo dos Filipes, surgiram quatro falsos reis que se diziam vindos da África para libertar o povo português, sendo eles: um noviço da Ordem do Carmo e filho de um combatente de Alcácer Quibir, que aparece em Penamajor no ano de 1584; Mateus Álvaro, natural da ilha terceira, que surge no ano de 1585; Gabriel de Espinosa, pasteleiro, aparece na vila castelhana de Madrigal no ano de 1594 e Marco Júlio Henrique, aventureiro calabrês que não falava português e que fora utilizado pelos que apoiavam D. Antonio, um dos candidatos ao trono português e que morrera no ano de 1593, aparecendo em 1595¹²³.

Nem todos, porém, esperavam a volta corporal do rei, mas sim uma pessoa de seu sangue, possibilitando a reencarnação de D. Sebastião em sua descendência. Um exemplo desta crença seria Bocarro Rosalco que, segundo Antonio José Saraiva:

¹²⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**: governo dos reis espanhóis. Lisboa: Verbo, 1979.

¹²¹ AZEVEDO, João Lucio de. A evolução do Sebastianismo. **Op. Cit.**

¹²² SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**: governo dos reis espanhóis. **Op. Cit.** p. 20.

¹²³ **Idem.**

“Em 1619, Bocarro Rosalco, no seu ‘Tratado dos Cometas’, previa o ressurgimento de Portugal para 1659; no entanto, o encoberto não seria o próprio D. Sebastião, mas uma espécie de reencarnação, uma pessoa de seu sangue (p.81)¹²⁴”.

Como D. Sebastião não deixara herdeiros, o próprio Bocarro, na sua obra “Anacephaleosis da Monarquia Lusitana”, de 1624, identifica o rei encoberto com D. Teodósio, Duque de Bragança e pai de D. João IV, sendo que tal rei seria o líder lusitano a caminho de um Império Universal. As trovas de Bandarra eram assim desvinculadas de D. Sebastião e transferidas para sua descendência. No entanto, sua figura ainda predominava no início da década de quarenta do século XVII, como sendo o rei que retornaria para libertar Portugal de Castela. Desta forma, havia a necessidade de demonstrar que as trovas eram dirigidas a D. João IV, e não a D. Sebastião, garantindo o caráter de restauração para o movimento de dezembro de 1640, apresentando a nova dinastia como uma continuação da antecessora¹²⁵. Para tanto, é utilizado o discurso de que os Bragança pertenciam a uma linhagem paralela, e assim encoberta, pois, como fora apresentado acima, a avó de D. João IV, D. Catarina, seria neta de D. Manuel pelo Infante D. Duarte, ou seja, não era herdeira direta ao trono¹²⁶, possibilitando que o Duque de Bragança se estabelecesse como o rei encoberto anunciado por Bandarra e apresentado na lenda de Ourique, na fundação de Portugal.

¹²⁴ SARAIVA, Antonio José. **Op. Cit.**

¹²⁵ AZEVEDO, João Lúcio de. **História do Padre Antonio Vieira**. Lisboa: Clássica, 1992, vol. 1, p. 59.

¹²⁶ Ver genealogia em anexo.

A legitimidade de D. João IV passaria então pela negação à volta de D. Sebastião. Apresentarei aqui algumas proposições indicadas por Vieira para marcar as diferenças entre os dois monarcas e demonstrar que o rei indicado nas profecias de Bandarra era o Duque de Bragança.

Como apresentado pelas trovas de Bandarra, o rei indicado pelas profecias deveria ser novo e manter guerra contra Castela¹²⁷. Como nos demonstra Vieira, D. Sebastião não poderia ser novo, mas sim velho, por ter começado a governar com apenas três anos de idade. Desta forma, aos dezoito anos já era um ancião¹²⁸. Além disso, teria tido boas relações com os reis de Castela, não levantando armas contra a corte de Madri. Já D. João IV seria rei novo, pois não havia rei em Portugal quando este assumiu o trono e, no que se refere à Castela, devido à separação do reino lusitano, manteve-se um incessante conflito para que se aceitasse a independência. Além disso, Bandarra não deixaria dúvida em relação ao rei de quem falara, indicando tanto o seu nome, João, quanto sua situação no reino, Infante. Assim, não poderia se tratar de D. Sebastião que, segundo Vieira, sempre teve o mesmo nome, e sempre pertenceu, desde o nascimento, à corte de Lisboa como descendente do trono português¹²⁹. Outro fato que teria sido profetizado por

¹²⁷ “Já o tempo desejado/ É chegado,/ Segundo o firmal assenta;/ Já se chegam os quarenta,/ Que se ementa/ Por um doutor já passado./ O rei novo é levantado,/ Já dá brado,/ Já assoma sua bandeira/ Contra a grifa parideira,/ Lagomeira,/ Que tais pastos tem gostado (Bandarra, p. 06)”. Grifa = Espanha; Parideira: Herança por meio de partos e casamentos.

Esp. Port.

¹²⁸ Vieira partiria aqui da idéia de tempo de governo, e não da idade do rei, ou seja, como D. João III morrera quando D. Sebastião tinha três anos de idade, parte-se do principio de que aí se iniciou o reinado do novo rei, ignorando-se os períodos regências que antecederam o governo de D. Sebastião. Desta forma, aos dezoito anos de idade o monarca teria quinze de governo, e assim, seria considerado um ancião pelo jesuíta.

¹²⁹ “Saia, saia esse Infante/ Bem andante,/ O seu nome é D. João./ Tire e leve o pendão/ Glorioso e triunfante./ Vier-lhe-ão novas num instante/ Dasquelas terras prezadas,/ As quais então declaradas/ E afirmadas/ Pelo rei de ali em diante (Bandarra, p. 07)”. **Esp. Port.**

Bandarra seria a negação dos pontífices em atender o rei de Portugal¹³⁰. Vieira chama a atenção para o fato de que Roma não teria reconhecido Portugal como reino independente de Castela, o que só ocorreria no ano de 1669, durante a regência de D. Pedro, enquanto que D. Sebastião teria tido grande apoio do papado durante seu reinado¹³¹.

Vieira procuraria também demonstrar que D. Sebastião não estaria enquadrado nos parâmetros estabelecidos por Bandarra, no que se refere à genealogia. Estaria assim novamente privilegiando as regras sucessórias estabelecidas nas trovas, relegando, neste momento, as regras tradicionais para segundo plano. Seguindo este caminho, consideraria que, devido ao fato de D. Sebastião ser descendente de Carlos V, pertenceria à uma “casta goleima”, por ser este rei da Áustria. Como visto anteriormente, o rei a que Bandarra se refere não poderia pertencer a esta casta, sendo que desta forma, não poderia estar se referindo à D. Sebastião. Vieira ainda faz uso do fato deste ser filho e neto de reis (rei por parte de pai, e de imperador por parte de mãe), e não ser apenas primo e parente, como indicado nas trovas. Desta forma, chega a conclusão de que as profecias não se referiam a D. Sebastião, mas sim a D. João IV, tendo em vista que este se encaixava em todas as exigências até então apresentadas¹³².

Apesar de procurar demonstrar que o rei indicado não era D. Sebastião, Vieira acentua a importância deste para o cumprimento das profecias pois, segundo ele, após a morte do último rei e o início do cativo

¹³⁰. “O rei novo é acordado./ Já da brado,/ Já ressoa o seu pregão,/ Já Levi lhe dá a mão,/ Contra Sichem desmandado (Bandarra, p. 13)”. Levi = Papa; Sichem = Turco. **Idem.**

¹³¹ **Idem.**

¹³² **Idem.**

português, o reino seria remido em um tempo e um rei não esperado, pois todos esperavam a volta de D. Sebastião.

“Que seria remido Portugal não esperadamente por um rei não esperado. Segue-se logo evidentemente, que não podia el-rei D. Sebastião ser o libertador de Portugal, porque o libertador prometido deveria ser um rei não esperado; e el-rei D. Sebastião era tão esperado vulgarmente, como sabemos todos (p.323)¹³³.”

“Gemeu Portugal muito tempo, porque gemeu por espaço de sessenta anos debaixo da sujeição de Castela; e foi ocasião desta sujeição e destes gemidos ficar o reino órfão de seus reis, porque os dois últimos – D. Sebastião e D. Henrique – faltaram sem deixar sucessão; mas foi-lhe Deus propício, porque dispôs com tão notáveis sucessos a execução de sua liberdade e foi remido, não esperadamente, porque muitos não esperavam, antes desesperavam desta redenção; e remido por um não esperado, porque o redentor, por que geralmente se esperava, era outro e não el-rei D. João o Quarto (p.120).¹³⁴”

Desta forma, D. João IV estaria encoberto sob o próprio D. Sebastião, que garantira o sucesso da empresa contra Castela. Fora assim providencial, segundo Vieira, que Deus se utilizasse de um rei morto para encobrir um rei vivo, conservando as esperanças de Portugal em seu futuro. Além disso, a partir de tal argumento Vieira estaria diluindo a idéia de que D. Sebastião seria o encoberto, identificando-o como uma espécie de escudo que haveria servido para proteger o Duque de Bragança. Garante, assim, um lugar de destaque para D. Sebastião no processo que resultaria na

¹³³ Sermão dos Bons Anos.

¹³⁴ Hist. Fut.

restauração, buscando granjear o apoio dos sebastianistas para a causa portuguesa.

“Perdeu-se, ou morreu na batalha de África el rei D. Sebastião, e puderam tanto as saudades de um rei, que se tinha perdido a si e a nós, que sem se divertirem aonde deviam, deram em esperar dele, e por sua vida e vinda, a nossa redenção; e este foi o altíssimo conselho, com que S. José, debaixo das cinzas do rei passado e morto, conservou e teve encoberto o rei futuro e vivo (p.449)¹³⁵.”

Vieira buscava legitimar D. João IV sem desvinculá-lo de D. Sebastião, identificando-o como seu herdeiro e descendente. Ao afirmar que o Duque de Bragança era seu herdeiro, estaria garantindo que este não retornaria mais para remir os portugueses, pois herança significa morte do rei anterior, sem possibilidades de retorno¹³⁶. Vieira parte do legalismo português, que definiria a sucessão portuguesa pois, se um rei estava morto, não poderia suscitar interesses sucessórios, como é aqui o caso de D. Sebastião. Desta forma, o jesuíta estaria aproximando D. João IV de D. Sebastião e ao mesmo tempo demonstrando a impossibilidade de retorno do último.

“(...) que com o sangue e com a coroa, herdou juntamente daquele piedosíssimo rei o afeto e particular devoção à nossa companhia (p.68)¹³⁷.”

¹³⁵ **Sermão de São José.**

¹³⁶ CUNHA, Mafalda Soares da. A questão jurídica na crise dinástica. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero. **História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade**. Lisboa: Estampa, 1997.

¹³⁷ Vieira admite aqui que D. Sebastião não poderia mais retornar, pois estaria morto. Neste caso, seu herdeiro seria D. Filipe IV, pois este sermão foi pregado na Baía em 06 de janeiro de 1641, e a notícia acerca da restauração só foi recebida em 15 de fevereiro de 1641. Vieira vai justificar depois que não identificara, neste momento, D. João IV como herdeiro de D. Sebastião devido ao fato de que o primeiro estava encoberto, e assim, não poderia ser reconhecido antes do tempo indicado pelas profecias. VARNHAGEN, Francisco Adolfo.

O Duque de Bragança estaria encoberto por dois motivos e por duas vias. Os motivos seriam, segundo Vieira, porque não era chegado a hora estabelecida para sua interferência e para se defender de seus inimigos, e as vias seriam a descendência lateral de D. João IV e a cegueira que Deus impôs aos seus inimigos, tendo em vista que, devido ao fato de o Duque de Bragança jamais ter saído de Portugal, sempre esteve debaixo dos olhos dos reis espanhóis.

“Dentro na mesma Espanha, dentro no mesmo Portugal, e diante dos olhos dos mesmos reis, escondeu e encobriu de maneira ao encoberto, que vendo-o, o não viam, nem viram (p.447).”

“Desde o princípio em que se fizeram senhores de Portugal aqueles reis estranhos, Filipe II tinha diante dos olhos a senhora D. Catarina; Filipe III ao Duque D. Teodósio; Filipe IV a sua majestade, que finalmente lhe tirou da cabeça a coroa; e vendo-os, não conheciam o que neles deviam recear e temer, cegando-os S. José com a mesma luz a de seus olhos, e cobrindo o seu e o nosso encoberto com o descobrir (p.448)¹³⁸.”

O rei de Portugal fora reconhecido por seus súditos no tempo certo, nem antes nem depois, pois o tempo fora determinado por Deus. Quiseram os homens que fosse antes, quando ocorreu o levantamento de Évora, ou depois, quando decidiram que a aclamação seria em 1º. de janeiro, mas a providência havia determinado que a primeira intenção não se concretizasse, e a segunda fosse antecipada, para que as profecias fossem cumpridas em sua totalidade. Desta forma, Vieira estaria respondendo

àqueles que questionavam a indecisão do Duque de Bragança em assumir a liderança do movimento, o que de certa forma fazia com que muitos não vissem no rei coroado o rei proclamado pelas profecias. O cuidado teria sido o motivo principal para a espera, pois seria melhor dilatar o remédio para evitar o perigo, sendo que a vitória de Portugal teria se dado pela sabedoria de se esperar o momento oportuno para a ação.

“(...) como a Providência Divina cuidava tão particularmente de nosso bem, por isso ordenou que se dilatasse nossa restauração tanto tempo, e que se esperasse o ano oportuno de quarenta, em que Castela estava tão embaraçada com inimigos, tão apertadas com guerras de dentro e de fora; para que na diversão de suas impossibilidades, se lograsse mais segura nossa resolução (p.328)¹³⁹.”

Ao desvincular a imagem do encoberto da de D. Sebastião, Vieira estaria garantindo a posição de D. João IV como herdeiro legítimo do trono português, identificando nele o rei encoberto, utilizando-se, para tanto, das mesmas profecias apresentadas pelos sebastianistas¹⁴⁰. Coloca, porém, D. Sebastião como co-responsável pela restauração, pois possibilitara que as profecias se realizassem ao encobrir o Duque de Bragança. Desta forma, Vieira estaria responsabilizando D. Sebastião tanto pela perda do reino quanto pela sua restauração.

Sermão de Dias de Reis

¹³⁸ Sermão de São José.

¹³⁹ Sermão dos Bons Anos.

¹⁴⁰ AZEVEDO, João Lucio. História de Antonio Vieira. *Op. Cit.* vol. 1, p. 36.

4.5 - Apoio Legal à Restauração

Mesmo partindo de seus escritos proféticos para buscar legitimar a nova dinastia e dar-lhe um caráter sagrado dentro da história de Portugal, era ainda necessário demonstrar a legalidade do movimento de 1640, ou seja, de que o Duque de Bragança era herdeiro legítimo ao trono português. Segundo Oliveira Marques,

“Do ponto de vista teórico, tornava-se necessário justificar a sucessão, mostrar o todos que o novo monarca, longe de figurar como usurpador, reavera simplesmente aquilo que por direito legítimo lhe pertencia (p.175)¹⁴¹.”

Seguindo as regras de sucessão portuguesa, todos os candidatos à coroa remontariam suas pretensões à D. Manuel, tendo em vista que D. João III não deixara descendentes. Então, pela linha masculina, sua descendência reduzia-se a duas pessoas, ou seja, os infantes D. Luis e D. Duarte, sendo que suas filhas produziriam mais dois candidatos à Coroa: Filipe II, Rei da Espanha, e Manuel Felisberto, Duque de Sabóia¹⁴².

Desta forma, os candidatos à coroa lusitana após a morte do cardeal D. Henrique, em ordem de direito, seriam: Ranuccio, futuro Duque de Parma, filho de D. Maria, que herdara os direitos sucessórios de D. Duarte, e de D. Alexandre, Governador dos Países Baixos e Duque de Parma. Tinha apenas nove anos em 1580, sendo que seu pai pertencia a linha sucesória de Filipe II, a quem estava a serviço; D. Catarina, neta de D. Manuel por D.

¹⁴¹ MARQUES, A. H. Oliveira. História de Portugal. **Op. Cit.**

Duarte. Casa-se com D. João, Duque de Bragança e avô de D. João IV; D. Antonio, futuro Prior de Crato, neto ilegítimo de D. Manuel, filho de D. Luis. Possuía a vantagem de ser o único varão da linhagem manuelina; D. Maria, neta de D. Manuel por D. João III. Casa-se com Filipe II da Espanha, futuro rei de Portugal. E Manuel Felisberto, Duque de Sabóia, que se casara com uma das filhas de D. Manuel¹⁴³. Apesar de não estar em posição vantajosa na linha sucessória, alguns fatores beneficiaram D. Filipe II. Primeiramente, o fato de que o Cardeal D. Henrique não teve sucesso ao buscar garantir sua sucessão e, ao optar por uma regência constituída por cinco governadores, acabava privilegiando o rei da Espanha, tendo em vista que tais regentes tinham uma certa inclinação para o esposo de D. Maria. Devemos levar também em consideração que o Duque de Bragança e esposo de D. Catarina, D. João, preferiu a prudência, pois não pensava em arriscar sua casa opulenta em um jogo duvidoso. No entanto, os fatores que realmente favoreceram Filipe II foram sua força, sua fama de boa administração, a promessa de conservar a soberania portuguesa e, principalmente, a hábil diplomacia espanhola, que se utilizou freqüentemente de argumentos monetários para convencer os nobres portugueses. Segundo Oliveira Marques,

“O candidato mais viável era evidentemente Filipe II. Se lhe faltavam argumentos legais, possuía, no entanto, força e determinação bastantes para os suprir. Os seus embaixadores, enviados e espias, juntamente com subornos e ameaças militares, fizeram um excelente trabalho em convencer,

¹⁴² MARQUES, A. H. Oliveira. Breve História de Portugal. Op. Cit. p. 286.

¹⁴³ Ver genealogia em anexo.

ameaçar e comprar os elementos dirigentes da sociedade portuguesa (p.286)¹⁴⁴.”

É importante realçarmos aqui que o Padre Antonio Vieira não desconhecia tal linha sucessória, sendo encontrada no Sermão das Exéquias de D. João IV, onde apresenta os príncipes herdeiros à coroa portuguesa como sendo cinco: o da Espanha, o da França, o de Saboya, o de Parma e o de Bragança, ou seja, Filipe II, D. Antonio, Manuel Felisberto, Ranuccio e D. João IV¹⁴⁵. Vieira afirma que, apesar da grandeza dos candidatos à coroa, Deus escolhera o melhor, pois era dentre os melhores que se destacaria o rei que lideraria o seu reino. Veja que desta forma, não desvinculava o direito sucessório do divino, utilizando-se de ambos os discursos para legitimar D. João IV.

“O que Deus buscou era um príncipe que pudesse ser rei e restaurador de Portugal: buscou-o entre os príncipes pretenses do reino, e achou-o na Casa de Bragança: buscou-o entre os príncipes da Casa de Bragança, e achou-o na pessoa de El rei D. João (p.308)¹⁴⁶.”

Atento a tal linha sucessória, Vieira não deixa de bucar a legitimação do Duque de Bragança a partir da exclusão dos demais. Sabendo das dificuldades de garantir a legitimidade da restauração pelo fato de D. João IV ser neto de D. Catarina, e assim partir de uma linhagem feminina, afirma que Deus, a partir de sua sabedoria, preferiria a prole feminina à

¹⁴⁴ MARQUES, A. H. Oliveira. *Breve História de Portugal*. Op. Cit.

¹⁴⁵ *Sermão das Exéquias de D. João IV*.

¹⁴⁶ Idem.

masculina. Assim fizera com Jesus, que herdara o reino de Davi por Maria e não por José, e assim fizera com D. João IV:

“(...) quis Deus significar, que quando o reino se restituísse, havia de ser preferindo a prole feminina à masculina, como verdadeiramente aconteceu; porque ainda que José e Maria eram filhos de David, Cristo, que foi o rei prometido, era filho de David por Maria, e não por José (p.389)¹⁴⁷.”

Havia a necessidade porém, como demonstrado acima, de excluir D. Filipe II, que também se casara com uma neta de D. Manuel e assim, de acordo com sua tese, também teria direito ao trono. Vieira estaria baseando-se nas Cortes de Lamego¹⁴⁸, de 1143, onde se afirmava que as mulheres só poderiam transmitir direitos sucessórios para nobres portugueses, o que excluiria o rei da Espanha. A partir de tal discurso seria possível afirmar que o trono português jamais teria sido vago, sendo de direito ocupado pelo Duque de Bragança, evitando a necessidade de eleições em

¹⁴⁷ **Sermão do Esposo da mãe de Deus, São José.**

¹⁴⁸ É importante chamarmos a atenção aqui para o fato de que as Cortes de Lamego, assim como outros documentos que foram utilizados para legitimar D. João IV como rei de Portugal, sejam oficiais sejam de caráter profético, são suspeitas de falsificação. Segundo Oliveira Marques, as atas de tais cortes teriam sido forjadas no mosteiro de Alcobaça, provavelmente no segundo cartel do século XVII, e publicadas em 1632. A respeito de outros documentos falsificados, temos as trovas de Bandarra que, como nos lembra João Lucio de Azevedo, foram constantemente alteradas de acordo com os interesses e as situações, além da carta S. Bernardo teria escrito à D. Afonso Henrique que, segundo Maria Leonor Buesco, teria sido publicada no ano de 1649, em Lisboa por Nicolau Monteiro. O teor da referida carta seria o seguinte: “Dou graças a Vossa Senhoria pela mercê e esmola que nos fez do sítio e terras de Alcobaça para os frades fazerem mosteiro em que sirvam a Deus, o qual em recompensação desta, que no céu lhe pagará, me disse lhe certificasse eu da sua parte que a seu reino de Portugal nunca faltariam reis portugueses, salvo se pela graveza de culpas por algum tempo o castigar. Não será, porém, tão comprido o prazo deste castigo, que chegue a termo de sessenta anos. De Claraval, 13 de março de 1136. Bernardo.” MARQUES, A. H. Oliveira. *Breve História de Portugal*. **Op. Cit.**, AZEVEDO, João Lucio. *A evolução do Sebastianismo*. **Op. Cit.** BUESCU, Maria Leonor C. (Org). IN: VIEIRA, Padre Antonio. *História do Futuro*. **Op. Cit.**

cortes¹⁴⁹, sendo que as cortes de Lisboa de 1641 serviram apenas para legitimar um fato já estabelecido, ou seja, a subida ao trono de D. João IV, e não com a pretensão de eleger um novo rei para Portugal¹⁵⁰. Este foi um princípio de jurisprudência defendida por vários juristas portugueses, entre os quais podemos destacar, segundo Joaquim Veríssimo Serrão, os nomes de Antonio Pais Viegas, Francisco Velasco de Gouveia, João Pinto Ribeiro e Antonio de Souza Macedo, cujas obras partem do princípio de restituição a quem de início, pela força do direito, devia caber. D. João IV estaria assim, ao restituir a coroa portuguesa, retomando o direito de sua avó¹⁵¹. Invoca-se aqui o benefício da representação, demonstrando que os filhos representavam os pais em matéria de sucessão.

"Forte coisa é, e despejo grande que, estando em Portugal a senhora D. Catarina, neta legítima de El-rei D. Manuel e filha do Infante D. Duarte, e devendo preceder a todos os pretensos da coroa, assim pelo direito comum da representação, como pelas leis particulares do reino, que não admitem à sucessão príncipe estrangeiro, um rei que era semente de Fernando, por antonomásia chamado o *Rei Católico*, se viesse por força introduzir na casa alheia, sem mais razão nem justiça que meter-se nela e dizer: 'esta casa é minha, em que agora cá me vejo' (p.130).¹⁵²"

Apesar de, como apresentado acima, a linha sucessória após a morte de D. Henrique passar a ser definida por D. Manuel, Vieira não deixa de chamar a atenção para o fato de que, além de D. João IV possuir uma

¹⁴⁹ GOMES DA SILVA, Nuno J. Espinosa. **Op. Cit.**

¹⁵⁰ HESPANHA, Antonio Manuel. A restauração portuguesa nos capítulos das cortes de Lisboa de 1641. **Op. Cit.**

¹⁵¹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. História de Portugal: A Restauração e a Monarquia Absoluta. **Op. Cit.**

descendência feminina, a partir D. Catarina, possuía também uma masculina, a partir do fundador da dinastia de Avis, pois o primeiro Duque de Bragança, D. Afonso (1377 – 1461) seria filho do rei D. João I (1357 – 1433), por via de bastardia e casara-se com Brites Pereira, filha do condestável do reino, Nuno Álvares Pereira¹⁵³. Assim, os Bragança teriam uma ligação direta com a antiga dinastia, tanto por via masculina como feminina, o que certamente fortaleceu a posição do Duque de Bragança como rei de Portugal, possibilitando que utilizasse o algarismo quatro após o seu nome, indicando a confirmação dos laços com a dinastia precedente. Ao fazer uso de tal argumento, Vieira estaria afirmando que para ser restaurador, era necessário ser da geração de varões que Deus escolhera para este fim, estabelecendo mais uma linha sucessória.

“Duzentos anos antes dos tempos que hoje estamos, esteve o reino de Portugal quase todo debaixo do poder de Castela. Saiu à defesa dele o mestre de Avis El rei D. João o I, e o condestável D. Nuno Alvares Pereira, que restauraram o reino, e o conservaram na sua liberdade: e como Deus então tomou estas duas grandes cabeças e estes dois grandes braços por restauradores do reino de Portugal, quis deixar neles como hereditária e de juro para seus descendentes, esta singular prerrogativa de restauradores do reino, e assim foi. Fundou-se a casa de Bragança em um filho de El rei D. João o I, e em uma filha do conde D. Nuno Alvares, que foram os dois primeiros duques, e neles e seus sucessores se foi conservando a geração dos restauradores, e por este singular privilégio daquela Casa, buscando Deus

¹⁵² Hist. Fut.

¹⁵³ Sobre a trajetória da família Pereira no século XIV, ver: FERNANDES, Fátima Regina. **O Reinado de D. Fernando no Âmbito das Relações Régio-Nobiliárquicas**. Porto: Tese Policopiada defendida na Universidade do Porto, 1997, p. 141-177.

restaurador em Portugal, não o achou senão dos duques de Bragança (p.309/310) ¹⁵⁴.”

Vieira identifica D. João IV como sendo de uma geração de restauradores baseado na varonia, ampliando as possibilidades sucessórias do Duque de Bragança. Enquanto a discussão sobre a sucessão era baseada nos descendentes a partir de D. Manuel, Vieira foi buscar a legitimidade de D. João IV em uma varonia, além de identificá-lo como o descendente mais antigo, pois o era diretamente de D. João I. Ser restaurador estaria assim no sangue dos Bragança, sendo necessário apenas esperar o momento para que tal ocorresse. É retomado assim o discurso a respeito do rei encoberto, pois D. João IV fizera parte de uma linha lateral tanto a partir de D. João de Avis, como de D. Catarina, não podendo então ser identificado como o rei escolhido por Deus, a não ser na hora proclamada para tal.

Desta forma, Vieira buscou legitimar D. João IV a partir de diversas linhas sucessórias, que longe de se excluírem, completavam-se mutuamente, ou seja, a partir de D. Afonso Henriques, identificando D. João IV como o rei proclamado a retomar o reino, após ter atenuada a dinastia anterior, a partir de Bandarra, que estabelece novos padrões dinásticos para identificar o rei salvador de suas trovas e que Vieira utiliza para excluir os concorrentes de D. João, além de demonstrar que o rei encoberto não poderia ser um rei morto, ou seja, D. Sebastião, mas sim um rei vivo, o Duque de Bragança. Pela linhagem manuelina, identificando o rei como herdeiro do trono por ser neto de D. Catarina, que por sua vez era neta de D. Manuel,

¹⁵⁴ Sermão das Exéquias de D. João IV.

utilizando-se para tanto das Cortes de Lamego para excluir seu principal concorrente, D. Filipe II, e pela descendência masculina que o ligara ao fundador da Dinastia de Avis, D. João, sendo então eleito por Deus para se tornar restaurador do reino. Vieira procura assim garantir a legitimidade do rei a partir de um discurso que identificaria D. João IV, além de eleito por Deus, como o único homem com direito à sucessão da coroa portuguesa.

Vieira buscou constantemente a legitimidade do rei de Portugal, entendendo-o como um líder que levaria seu reino a se estabelecer como um Império Universal Cristão. Este seria o fim último da história sagrada de Portugal, e só por causa dele teria sido possível a restauração portuguesa, que Vieira identifica como sendo a segunda fundação de Portugal, sucedendo a D. Afonso Henriques e herdando seu brasão. Para o jesuíta, D. João IV era o rei das profecias, e só a ele caberia a liderança de Portugal em seu destino glorioso. Como ocorrera com o reino, o nascimento do Duque de Bragança estava presente nas profecias, assim como a sua morte e ressurreição. Seria o ressuscitar de Portugal que garantiria o apoio dos demais reis cristãos a segui-lo, pois este seria um sinal divino, e assim, os capitães do mundo não seguiriam a um rei de Portugal, mas a um capitão de Deus¹⁵⁵.

Segundo Vieira, Bandarra falara de um rei que iria acordar para realizar os desígnios a ele destinados, sendo que, segundo o jesuíta, o sono significaria a morte, e o acordar o ressuscitar.

“Já o tempo desejado
É chegado,
Segundo o firmal assenta;

¹⁵⁵ Esp. Port.

Já se passaram os quarenta,
Que se amenta,
Por um doutor já passado;
O Rei novo é acordado,
Já dá brado,
Já ressoa o seu pregão,
Já Levi lhe dá a mão
Contra Sichem desmandado;
E, ao que tenho lido
E bem sabido,
A desonra de Diná
Se vingará,
Como estava prometido (Bandarra, p.49)¹⁵⁶.

Ao afirmar que já havia passado os quarenta, estaria tratando do segundo tempo desejado, o da ressurreição, que não ocorreria no ano da restauração, mas depois. O rei novo que foi levantado em quarenta, é agora acordado, ou seja, o mesmo rei que possibilitou a restauração seria o rei que se levantaria para realizar as profecias. Em outras passagens das trovas também falaria Bandarra da ressurreição de D. João IV:

“Já o leão é despertado
Mui alerta,
Já acordou, anda caminho;
Tirá-lo cedo do ninho
O porco, e é muito certo (Bandarra, p.51)”.
“O rei novo é acordado
Já o leão é desperto
Mui alerta,
Já acordou (Bandarra, p.52)¹⁵⁷”.

Além das profecias proferidas por Bandarra, Vieira chama a atenção para o fato de que o próprio Isidoro de Sevilha havia profetizado a ressurreição de D. João IV, quando afirma que “*Eri Rex pie datus*”, ou seja,

¹⁵⁶ Sichem = turco; Diná = Igreja; Levi = Papa. *Idem*.

¹⁵⁷ Leão = D. João; Porco = Turco. *Idem*.

de que o rei seria dado duas vezes por piedade, piedade não do rei, mas do mundo, pois sem o ressuscitar do rei as profecias não se realizariam. Vieira no entanto vai além delas, partindo de um silogismo que para ele era o definidor do retorno de D. João IV:

“O Bandarra é verdadeiro profeta; O Bandarra profetizou que el-rei D. João o quarto há de obrar muitas coisas que ainda não obrou, nem pode obrar senão ressuscitado; Logo, D. João o quarto há de ressuscitar (p. 20)¹⁵⁸.”

Ou seja, se haviam coisas para se realizar, pois as profecias apresentavam a restauração como parte de suas realizações, era certo que o rei de Portugal retornaria para efetivá-las. O futuro de Portugal, que há muito vinha sendo escrito, não poderia ser interrompido, pois o que Deus prometera havia de se cumprir.

O ressuscitar de D. João IV ganha no entanto significado distinto ao pensarmos que o rei havia sido responsável pelo ressuscitar de Portugal, devolvendo ao reino¹⁵⁹ sua importância político imperial, além da retomada de um projeto evangélico que havia sido, segundo Vieira, interrompido no período da dominação filipina. D. João IV encarnava em si o ressuscitar de Portugal, que havia sido previsto pelas profecias.

“Quem considerar o reino de Portugal no tempo passado, no presente e no futuro, no passado o verá nascido, no presente ressuscitado e no futuro glorioso; e em todas estas três diferenças de tempos e estados lhe revelou sempre Deus e

¹⁵⁸ *Idem.*

¹⁵⁹ Mesmo que apenas no discurso saudosistas de seus defensores.

mandou interpretar primeiro os favores e as mercês tão notáveis com o que o determinava enobrecer: na primeira, fazendo-o, na segunda, restituindo-o, e na terceira, sublimando-o (p.72)¹⁶⁰.

O ressuscitar de D. João IV era a realização final das profecias e a garantia de que a Dinastia de Bragança era realmente escolhida por Deus para realizar seus desígnios na Terra, ou seja, a constituição do Quinto Império, o que se seguiria de mil anos de felicidade e, finalmente, do Juízo Final¹⁶¹.

¹⁶⁰ Hist. Fut.

¹⁶¹ DELUMEAU, Jean. Mil anos de felicidade. Op. Cit.

CONCLUSÕES GERAIS

A questão da legitimidade da monarquia lusitana pode ser entendida como fator de unidade da obra do Padre Antonio Vieira, principalmente no período em que mais esteve em contato com a corte lusitana, entre os anos de 1641, quando chega a Lisboa acompanhando a comitiva brasileira de boas vindas ao novo monarca, e 1661, quando retorna das missões jesuítas do Maranhão. Neste período, foi confessor e conselheiro do rei, pregador régio, diplomata e missionário, participando como embaixador em diversas cortes européias, das quais podemos destacar sua atuação nas negociações de Haia. Propôs ainda projetos controversos, como a criação de uma companhia comercial com a utilização de dinheiro judeu e a cessão de Pernambuco para os Países Baixos, além de pagamento de impostos por parte da nobreza e do clero. Estas questões teriam como preocupação central a garantia da soberania do reino e a legitimidade do rei, fazendo de Vieira um dos grandes defensores da dinastia de Bragança.

A instabilidade do novo monarca exigira a elaboração de um discurso legitimatório, tendo em vista que as demais cortes européias não reconheceriam, de imediato, a nova dinastia. Mesmo o Papa, pressionado por embaixadores castelhanos, não aceitara D. João IV como rei de Portugal, negando-se até mesmo a confirmar os bispos lusitanos, ficando os prelados sem representantes até 1669, um ano após ser firmado o acordo de paz entre Portugal e Castela. Além disso, havia o fato de não ter se fixado embaixadas em Lisboa, apesar do estabelecimento de diplomatas lusitanos em diversas cortes da Europa.

Entre os súditos do rei também havia divergências no que se refere à aceitação do duque de Bragança no trono lusitano. A opção de parte da nobreza em apoiar Filipe IV e a desconfiança dos comerciantes e do povo em relação ao movimento de restauração nos revela uma sociedade politicamente plural, onde as expectativas em relação à coroa eram distintas. Mesmo entre os restauradores havia uma diversidade de sensibilidades que dificultava um acordo entre as partes. Estabelece-se assim conflitos internos, onde os nobres de vocação militar adquiririam uma larga vantagem, devido principalmente a situação de conflitos que vivia o reino. Vieira falava assim a partir de uma corte dividida, onde cada qual buscava garantir seu lugar. No entanto, o sucesso de todos dependeria primeiro da legitimidade do rei e da soberania de Portugal pois, caso o reino retornasse as mãos de Castela, seriam desprestigiados e colocados à margem da corte madrilena.

Havia assim uma unanimidade entre os restauradores, defender a legitimidade da nova dinastia, mesmo que os caminhos traçados para se alcançar tal objetivo não fossem unânimes. As questões mais controversas enfrentadas por Vieira neste período seriam os debates acerca do modo mais eficaz de obtenção recursos para o reino, opondo-se os defensores de uma política comercial e os que defendiam a necessidade de um desenvolvimento industrial para o reino, e o modo como Portugal deveria tratar com as demais potências européias, se diplomaticamente e evitando conflitos, ou de modo mais rígido, demonstrando a força dos lusitanos.

Apesar dos conflitos internos da corte, a característica principal do discurso de Vieira seria a legitimidade do rei, questão primordial nos

primeiros anos após a restauração. Diluíam-se as disputas internas, tendo em vista que todos ansiavam pela garantia da soberania lusitana. Para tanto, havia a necessidade de garantir uma unanimidade em torno do rei, primeiro interna, e depois externamente. Com este intuito, elaborou-se teorias não só para legitimar o duque de Bragança, como também para marcar a impossibilidade de retomada da coroa por parte de Filipe IV. Buscava-se assim destacar as diferenças entre ambos, utilizando-se de elementos proféticos aliados aos jurídicos, procedimento tido como legítimo pelos portugueses da época.

Vieira parte do fato de que o Duque de Bragança não possuía descendência direta com a dinastia de Avis, estando ligado a ela por duas vias paralelas, mas não excludentes, sendo uma masculina e outra feminina. Pela linha feminina, D. João IV casara-se com D. Catarina, neta do rei D. Manuel. Desta forma, seria possível identificá-lo como herdeiro do trono português pois, como demonstrado pelas Cortes de Lamego de 1143, as mulheres só poderiam transmitir direitos sucessórios para nobres portugueses. Tal afirmação excluía definitivamente Filipe II, além de dispensar uma eventual eleição em Cortes após a queda de Filipe IV. Aliando argumentos teológicos aos jurídicos, Vieira afirmaria ainda que Deus preferira a prole feminina à masculina para restituir reinos, utilizando-se de tais meios com Jesus, e agora com D. João IV.

O Duque de Bragança levaria ainda outra vantagem em relação aos filipes, pois possuiria uma descendência masculina vinculada ao fundador da Dinastia de Avis, onde o primeiro duque de Bragança, D. Afonso, seria

filho bastardo do rei D. João I. Tal descendência reforçaria o direito de D. João IV em assumir o trono lusitano, pois fazia parte de uma linhagem de restauradores.

Vieira aliaria o debate sucessório com as profecias, partindo principalmente da teoria acerca do Quinto Império do Mundo, onde Portugal teria um papel fundamental na expansão do cristianismo e na conversão dos povos, tendo a história lusitana como sagrada, pois o reino teria sido fundado diretamente por Deus. Entenderia a restauração como uma segunda fundação de Portugal, onde D. João IV sucederia D. Afonso Henriques e herdaria seu brasão. Assim, quando se refere à ressurreição do rei para que as profecias pudessem ser cumpridas, está tratando também da retomada de um projeto que teria sido interrompido com a anexação de Portugal por Castela, configurando-se como uma ressurreição política e imperial, além de evangélica, pois, como ele próprio o diz, não se poderia fazer as coisa que faltavam sem se ressuscitar seu empreendedor, ou seja, Portugal, representada na figura de D. João IV. Estaria partindo-se de uma concepção particularista, a restauração portuguesa, para alcançar uma universalista, o estabelecimento do Quinto Império Universal.

Apesar dos esforços por parte de Vieira para elaborar um discurso legitimador para a nova dinastia e de apoio ao monarca, seu prestígio junto aos nobres lusitanos é abalado, após sofrer sucessivas derrotas na corte. Dentre elas, podemos destacar seu papel frente a um possível acordo de paz com os Países Baixos, onde o jesuíta afirmaria que Portugal não teria meios para sustentar uma guerra contra os neerlandeses,

pois ainda não haviam cessados os conflitos contra Castela. A derrota seria assim inevitável, sendo mais vantajoso ceder uma parte do reino, no caso Pernambuco, e garantir a independência lusitana, que provocar um conflito que seria desastroso para Portugal. Enquanto isso, grande parte dos conselheiros do rei posicionaram-se contrários a tal negociação, preferindo a guerra que a paz com cessão de territórios. É contra o parecer de Pedro Fernandes Monteiro, procurador da fazenda, que Vieira elaboraria seu Papel Forte, onde apresentaria as questões acima apontadas. Com a vitória dos pernambucanos frente aos neerlandeses, considerada milagrosa pelo jesuíta, Vieira seria apelidado de entreguista pelos seus inimigos, marca que carregaria consigo pelo resto de sua vida.

Apesar da tentativa de afastá-lo do centro das decisões políticas ao enviá-lo às missões do Maranhão, Vieira não cessaria de influir junto a corte. Um exemplo seria a aprovação de leis favoráveis aos jesuítas no que se refere ao cativo indígena no Brasil, garantindo o governo temporal e espiritual sobre os nativos e criando a Junta das Missões, presidida pelo seu amigo e confessor da rainha Padre André Fernandes, Bispo do Japão. Sofreria porém grande golpe com a morte de D. João IV em 1657, sendo que, a partir daí, o conselho de Estado passaria a posicionar-se, na questão indígena, a favor dos colonos.

Outro golpe para seu prestígio seria a subida ao trono de D. Afonso VI, apoiado pelo Conde de Castelo Melhor, que fora conselheiro de estado de D. João IV. Os adversários do novo monarca, que teriam se posicionado a favor de D. Pedro na disputa sucessória, seriam desterrados.

Vieira seria então preso e condenado pela inquisição de Coimbra, sem deixar, no entanto, de manifestar seu interesse na destronação de D. Afonso VI. Porém, nem mesmo com a vitória de D. Pedro sobre seu irmão o traria de volta a corte, continuando a ser marginalizado, ficando definitivamente excluído das decisões políticas do reino.

A trajetória de Vieira demonstra-nos que, no início da década de quarenta do século XVII, havia uma necessidade imediata de elaborações teóricas acerca da legalidade da restauração portuguesa, principalmente no que se refere a fundação de uma nova dinastia, papel ao qual Vieira se prestou com incrível habilidade, ao aliar as questões jurídicas às suas expectativas messiânicas em relação a Portugal. Tal necessidade, no entanto, atenua-se após o reconhecimento da independência lusitana por parte de Castela, em 1668, e do acordo de paz firmado com os Países Baixos primeiro em 1661, e depois em 1669, que reconhecem o predomínio lusitano no nordeste brasileiro. O perigo de perda da soberania seria amenizado, e os problemas econômicos do reino atenuados com a descoberta de ouro no interior do Brasil.

As interpretações messiânicas de Vieira acerca do futuro de Portugal perderiam fôlego, não tendo o mesmo vigor de outrora. O jesuíta, no entanto, não cessaria sua produção profética, que estaria presente nos seus escritos apresentados à Inquisição, na expectativa de conclusão de seu livro "Clavis Propheratum" e nos sermões "Das Exéquias da Rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboya", onde vê com júbilo a possibilidade de novo casamento do príncipe D. Pedro II, e o "Sermão de Ação de Graças pelo

Nascimento do Príncipe D. João (Palavra de Deus Empenhada)”, onde celebra o nascimento do filho varão do rei com a nova esposa, vendo neste a promessa do monarca que estabeleceria o Quinto Império do Mundo. Suas esperanças seriam frustradas imediatamente, pois o infante morreria dezoito dias após seu nascimento. O reino estaria em outra fase, onde a garantia da legitimidade da dinastia não era a preocupação primordial dos governantes, mas sim a consolidação de sua inserção no mundo político europeu, o que seria buscado principalmente através de acordos econômicos com a Inglaterra.

Assim, temos que o discurso de Vieira fora fundamental nos primeiros anos após a restauração portuguesa, apresentando argumentos que seriam utilizados não só por ele, mas por aqueles que defendiam a legitimidade do rei, sendo este um interesse em comum a todos que pertenciam a corte. Seu discurso, no entanto, perderia força à medida que a dinastia se consolidava, aliada a desmobilização daqueles que o apoiavam, levando-o cada vez mais à marginalidade política, o que só não ocorrera definitivamente graças ao seu prestígio dentro da Companhia de Jesus e de sua persistência em não abandonar as preocupações com as coisas do reino.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1 - Fontes

1.1. Sermões

Todos os sermões foram selecionadas a partir da coleção organizada pela editora Lello & Irmãos.

VIEIRA, Padre Antonio. **Sermões**. 15 vol. Porto: Lello e Irmãos, 1951.

Segundo Sermão de São Roque.

Sermão da Dominga Vigésima Segunda depois de Pentecostes.

Sermão da Epifania.

Sermão da Primeira Dominga da Quaresma.

Sermão da Primeira Dominga do Advento.

Sermão da Primeira Oitava da Páscoa.

Sermão das Exéquias D'el Rei D. João IV.

Sermão de Dia de Reis.

Sermão de Santo Antonio.

Sermão de Santo Antonio aos Peixes.

Sermão de São José.

Sermão de São Pedro Nolasco.

Sermão de São Sebastião.

Sermão do Espirito Santo.

Sermão do Esposo da Mãe de Deus São José.

Sermão do Santíssimo Sacramento.

Sermão dos Bons Anos.

Sermão pelo Bom Sucesso das Armas de Portugal contra as da Holanda.

Sermão pelo Bom Sucesso de Nossas Armas.

1.2. Cartas

VIEIRA, Padre Antonio. Carta ao Conde de Ericeira. **Cartas**. TEIXEIRA, Novais (Sel.). São Paulo: W.M. Jackson, 1970.

VIEIRA, Padre Antonio. Carta ao Geral da Companhia (Carta Ânua). **Cartas**. TEIXEIRA, Novais (Sel.). São Paulo: W.M. Jackson, 1970.

VIEIRA, Padre Antonio. Carta ao Marquês de Niza. **Cartas**. TEIXEIRA, Novais (Sel.). São Paulo: W.M. Jackson, 1970.

VIEIRA, Padre Antonio. Carta ao Padre André Fernandes (Esperanças de Portugal). SÈRGIO, Antonio, CIDADE, Hernâni (Orgs). **Obras escolhidas: Vieira Perante a Inquisição**. Lisboa: Sá da Costa, 1952. v. VI.

VIEIRA, Padre Antonio. Carta ao Padre André Fernandes. **Cartas**. TEIXEIRA, Novais (Sel.). São Paulo: W.M. Jackson, 1970.

VIEIRA, Padre Antonio. Carta ao Príncipe D. Teodósio. SÈRGIO, Antonio, CIDADE, Hernâni (Orgs). **Obras escolhidas: Cartas**. Lisboa: Sá da Costa, 1952. v. I.

1.3. - Demais Documentos

VIEIRA, Padre Antonio. **História do Futuro**. BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (Org.). Lisboa: Casa da Moeda, 1992.

VIEIRA, Padre Antonio. Papel que fez o Padre Antonio Vieira a favor da entrega de Pernambuco aos Holandeses (Papel Forte). PÉCORA, Alcir (Org). **Escritos Históricos e Políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

VIEIRA, Padre Antonio. Proposta feita a El-rei D. João IV em que se lhe representa o miserável estado do reino e a necessidade que tinha de admitir os judeus mercadores que andavam por diversas partes da Europa. PÉCORA, Alcir (Org). **Escritos Históricos e Políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

VIEIRA, Padre Antonio. Razões apontadas a El-rei D. João IV a favor dos cristãos novos, para se lhe haver de perdoar a confiscação dos seus bens, que entrassem no comércio deste Reino SÉRGIO, Antonio & CIDADE, Hernani. **Obras Escolhidas: Os Judeus e a Inquisição**. v. IV. Lisboa: Sá da Costa, 1951.

2 - Bibliografia

ALMEIDA, Bernardo. **O Bequimão**. Maranhão: SIOGE, 1978.

ALVARES, Fernando Jesús Bouza. 1640 perante o Estatuto de Tomar: memória e juízo do Portugal dos Filipes. In: HESPANHA, Antonio Manuel (Dir.). **A Restauração e sua Época**. Lisboa: Cosmos, 1993.

ANTOINE, Jean Philipe. De la représentation: Les Sciences Humaines et la Représentation (note critique). **Annales HSS**. Paris: A. Colin, nov.-déc. 1997, nº 6, p. 1361-1365.

- ARAÚJO, Marcos Dias de. A obra do Padre João Daniel: economia e imaginário. **História: Questões e Debates**. Curitiba: UFPR, 1996, ano 13, nº. 25, p. 164-178.
- AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. & MONTEIRO, John Manuel. **Confronto de Culturas: Conquista, Resistência, Transformação**. São Paulo: EDUSP, 1997.
- AZEVEDO, João Lucio de . **História de Antonio Vieira**. 3ª. edição. Lisboa: Clássico, 1992.
- _____. **A evolução do Sebastianismo**. Lisboa: Presença, 1958.
- _____. **História dos Cristãos Novos Portugueses**. Lisboa: Clássica, 1975.
- _____. Ultimos Annos da Vida de Antonio Vieira. **Revista Brasileira**. Rio de Janeiro, 1898, 4º. ano, tomo 16º, p. 16-32.
- AZZI, Riolando. **A cristandade colonial: mito e ideologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- BAÊTA NEVES, Luis Felipe. Palavra, Mito e História no Sermão dos Sermões do Padre Antonio Vieira. In: RIEDEL, Dirce Côrtes (Org.). **Narrativa, Ficção e História**. Rio de Janeiro: Imago, 1988.
- _____. **Vieira e a Imaginação Social Jesuítica: Maranhão e Grão-Pará no século XVII**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- BARBOSA, Maria Lucia Victor. **América Latina: Em busca do paraíso perdido**. São Paulo: Saraiva, 1995.
- BARREIRO, José Carlos. O mal estar da história: crise e pensamento na historiografia moderna. In: SILVIA, Zélia Loperda (Org.). **Cultura em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria Semiótica do Texto**. São Paulo: Ática, 1999.

BETHENCOURT, Francisco. D. Henrique. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero (Coord.). **História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade**. Lisboa: Estampa, 1997.

_____. Os Equilíbrios Sociais do Poder. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero (Coord.). **História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade**. Lisboa: Estampa, 1997.

BORGES, Paulo Alexandre Esteves. Metáforas e símbolos escatológicos em Antonio Vieira. **Revista Portuguesa de Filosofia**. Braga: Faculdade de Filosofia, 1997, tomo LIII, fasc. 3.

BOSCHI, Caio César. As visitas diocesanas e a Inquisição na Colônia. **Revista Brasileira de História: Instituições**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1987, vol. 7, nº 14.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1970.

_____. Vieira e o reino deste mundo. In: In: IANNONE, Carlos Alberto; GOBI. Márcia V. Zamboni & JUNQUEIRA, Renata Soares (Orgs.). **Sobre as naus da iniciação**. São Paulo: UNESP, 1998.

BOURDIER, Pierre. **A Economia das Trocas Lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 1991.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.

BOXER, C.R. . **Os holandeses no Brasil (1624-1654)**. São Paulo: Nacional, 1961.

_____. **A idade de ouro no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1969.

BRUIT, Héctor Hernán. América Latina: Quinhentos anos entre a Resistência e a Revolução. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, 1994, v 10, nº. 20, p. 147-171.

_____. Derrota e Simulação: Os índios e a conquista da América. **Resgate Revista de Cultura**. Campinas, 1991, nº2.

BUESCU, Ana Isabel. Sentimento e Esperanças de Portugal. HESPANHA, Antonio Manuel (Dir.). **A Restauração e sua Época**. Lisboa: Cosmos, 1993.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. Introdução. In: VIEIRA, Padre Antonio. **História do Futuro**. BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (Org.). Lisboa: Casa da Moeda, 1992.

BURCKHARDT, Jacob. **A cultura do Renascimento na Itália - um ensaio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. **O renascimento italiano**. São Paulo: Proença, 1973.

BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da História**. São Paulo: UNESP, 1992

CABRAL DE MELLO, Evaldo. **O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669)**. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

_____. **Olinda Restaurada: guerra e açúcar no nordeste (1630-1654)**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

_____. **Rubro veio: o imaginário da Restauração Pernambucana.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

CAMOCARDI, Elêusis Mirian. O mito e o real na estrutura de *Mensagem*.

Revista de Letras. São Paulo: UNESP, 1985, vol. 25.

CAMPOS, P. M. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In

GLÉNISSON, J. **Iniciação aos estudos históricos.** 3^a. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira : momentos decisivos.** 3^a. ed. São Paulo: Martins, 1969.

_____. **Literatura e Sociedade .** São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

CARDIM, Pedro Almeida. Cortes e Procuradores do Reinado de D. João IV.

In: HESPANHA, Antonio Manuel (Dir.). **A Restauração e sua época.**

Lisboa: Cosmos, 1993

_____. D. Filipe III (de Portugal). In: HESPANHA, Antonio Manuel (Coord.).

História de Portugal: O Antigo Regime. Lisboa: Estampa, 1998.

_____. D. João IV. In: HESPANHA, Antonio Manuel (Coord.). **História de**

Portugal: O Antigo Regime. Lisboa: Estampa, 1998.

_____. O Processo Político. In: HESPANHA, Antonio Manuel (Coord.).

História de Portugal: O Antigo Regime. Lisboa: Estampa, 1998.

CARDOSO, José Luis. O Pensamento Econômico na Época da Restauração.

In: HESPANHA, Antonio Manuel (Coord.). **A Restauração e sua época.**

Lisboa: Cosmos, 1993.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. (Org.). **História dos índios no Brasil.**

São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

- CARVALHO, J. Vaz de. Antonio Vieira em conflito com a Inquisição. **Brotéria: Cultura e Informação**. Lisboa: Fundação Oriente, 1997. v. 145.
- CARVALHO, Laerte Ramos de. Ação missionária e educação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 1989, tomo 1, vol. 1.
- CERTEAU, M. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- _____. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. São Paulo: EDUSP, 1991.
- _____. Textos, Impressão, Leituras. In: HUNT, Lynn. **A nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- CHAUÍ, Marilena. Profecias e Tempo de Fim. In: NOVAES, Adauto (Org.) **Brasil 500 anos: a descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CHAUNU, Pierre. **A Civilização da Europa Clássica**. Lisboa: Estampa, 1993.
- CIDADE, Hernâni. A cultura portuguesa no renascimento. In: **Lições de cultura e literatura portuguesa**. Lisboa: Coimbra, 1959.
- _____. **Lições de cultura luso-brasileira: épocas e estilos na literatura e nas artes plásticas**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1960.
- _____. **Padre Antonio Vieira**. Coleção A obra e o homem. Lisboa: Arcádia, 1947.

- COHN, Norman. **Na senda do milênio**: milenarismo revolucionários e anarquistas místicos da Idade Média. Lisboa: Presença, 1970.
- COMAY, Joan. **Quem é Quem no Antigo Testamento**. Rio de Janeiro: Imâgo, 1998.
- CORDIVIOLA, Alfredo. O futuro, a história: uma leitura da História do Futuro do Padre Antonio Vieira. **Revista USP**. São Paulo: EDUSP, mar./mai. 1996, v. 29, p. 126-138.
- COSTA, Dalila L. Pereira da. **Místicos Portugueses no século XVI**. Porto: Lello e Irmão, 1986.
- COSTA, João Paulo. O Império e os diplomatas da restauração. **STVDIA**. Lisboa: Instituto de investigação científica tropical. / Centro de estudos históricos e cartografia antiga, 1989. n° 48.
- COSTA, Ricardo da. **A Guerra na Idade Média**: um Estudo da mentalidade de cruzada na Península Ibérica. Rio de Janeiro: Paratodos, 1998.
- CUNHA, Mafalda Soares da. A questão jurídica na crise dinástica. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero (Coord.). **História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade**. Lisboa: Estampa, 1997.
- CURTO, Diogo Ramada. Língua e Memória. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero (Coord.). **História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade**. Lisboa: Estampa, 1997.
- DELUMEAU, Jean. A espera de Deus. IN: **A História do Medo no Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. **Mil anos de felicidade**: uma história do paraíso. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

- _____. Uma Travessia no Milenarismo Ocidental. In: NOVAES, Adauto (Org.) **Brasil 500 anos: a descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- DINIZ, Alfredo. Astrologia e Profecia no pensamento do Padre Antonio Vieira. **Brotéria: Cultura e Informação**. Lisboa: Fundação Oriente, 1997. v. 145.
- _____. Metafísica da Natureza e Profetismo na obra do Padre Antonio Vieira. **Revista Portuguesa de Filosofia**. Braga: Faculdade de Filosofia, 1997, tomo LIII, fasc. 3.
- DOSSE, François. **A história em migalhas**. São Paulo/ Campinas: Ensaio/ Ed. Unicamp, 1992.
- DUARTE, Lélia Parreira. Ambigüidade nos *Sermões* de Vieira: dar a César ou a Deus? **Boletim do Centro de Estudos Portugueses**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1998, v. 18, nº. 32, p. 11-22.
- DUBY, George. **As três Ordens ou O Imaginário do Feudalismo**. Lisboa: Estampa, 1982.
- _____. História Social e Ideologias das sociedades. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- ELIAS, Norbert. **Mozart: Sociologia de um Gênio**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- _____. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

- FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: Ensaios de metodologia e teoria**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FEBVRE, Lucien. **O problema da descrença no século XVI: a religião de Rabelais**. Lisboa: Início, s/d.
- FERNANDES, Fátima Regina. **O Reinado de D. Fernando no Âmbito das Relações Régio-Nobiliárquicas**. Porto: Tese Policopiada defendida na Universidade do Porto, 1997.
- FERREIRA REIS, Arthur Cesar. O Comércio Colonial e as Companhias Privilegiadas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: A Época Colonial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993, tomo1, vol. 1.
- FERRO, Marc. **A História vigiada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- FIGUEIRA, Antonio Fernandes. O Padre Antonio Vieira. **Revista do Instituto Histórico Brasileiro**: Tomo Especial Consagrado ao 1º. Congresso de História Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1915, p. 339-390.
- FIGUEIREDO, Vera Lúcia F. **Da profecia ao labirinto: imagens da história na ficção latino-americana contemporânea**. Rio de Janeiro: UERJ/Imago, 1994.
- FIORIN, José Luiz. **Elementos de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 1997.
- FRANCO JR. Hilário. **As utopias medievais**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- FREITAS, Gustavo de. **A Companhia Geral do Comércio do Brasil (1649 - 1720)**. Coleção da Revista de História. São Paulo, 1951

- FREITAS, Marcos Vinicius de. O discurso colonial: notas sobre o Padre Antonio Vieira. **Boletim do Centro de Estudos Portugueses**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1998, v. 18, nº. 32, p. 23-36.
- FRIGHETTO, Renan. Aspectos da teoria política isidoriana: o cânone 75 do IV Concílio de Toledo e a constituição monárquica do reino Visigodo. **Revista de Ciências Históricas**. Universidade Portucalense, 1997, vol. XII, p. 73-82.
- GALVÃO, Eduardo. **Encontro de sociedades, índios e brancos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo. **Revista Brasileira de História: América Américas**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1991, vol. 11, nº 21.
- _____. **O Queijo e os Vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- GIUCCI, Guilherme. **Sem Fé, Lei ou Rei: Brasil 500-1532**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- _____. **Viajantes do Maravilhoso: o novo mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. São Paulo: DIFEL, 1979.
- GODINHO, V.M. (Org.). **A história social: problemas, fontes e métodos**. Lisboa: Cosmos, 1973.

- GOMES DA SILVA, Nuno J. Espinosa. **História do Direito Português**.
Fontes de Direito. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1985.
- GOMES, Mércio P. **Os índios e o Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1988
- GOMES, Plínio F. O ciclo dos meninos cantores (1550-1552) - Música e
aculturação nos primórdios da colônia. **Revista Brasileira de História**.
São Paulo: Marco Zero set.90/fev.91, v11, n 21.
- GREEN, V.H.H. **Renascimento e Reforma Luterana**. Lisboa: Dom Quixote,
1984.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Memória coletiva e história científica. **Revista
Brasileira de História: espaço plural**. São Paulo: ANPUH: Marco Zero,
1994, vol. 14, nº. 28, p. 180-193.
- GUERY, Alain. L’Historien, La Crise et L’Etat. **Annales HSS**. Paris: A. Colin,
mars-avril. 1997, nº 2, pp. 233-256.
- GUILLERMOU, Alain. **Os Jesuítas**. Lisboa: Europa-América, 1977.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. A percepção dos fundadores do Instituto
Histórico e Geográfico Brasileiro. In: MARTINS, Ismênia de Lima, MOTTA,
Rodrigo Patto Sá & IOKOI, Zilda Gricoli (Orgs.). **História e Cidadania**:
coletânea do XIX Simpósio Nacional de História - ANPUH. São Paulo:
Humanitas, 1998, tomo II.
- HANSEN, João Adolfo. Vieira: Tempo, Alegoria e História. **Brotéria: Cultura
e Informação**. Lisboa: Fundação Oriente, 1997. v. 145, p. 541-556.
- HERMAN, Jacqueline. **No reino do desejado**. São Paulo: Companhia das
Letras, 1998.

HESPANHA, Antonio Manuel (Coord.). **História de Portugal: O Antigo Regime**. Lisboa: Estampa, 1998.

_____. A restauração portuguesa nos capítulos das cortes de Lisboa de 1641. In: HESPANHA, Antonio Manuel (Dir.). **A Restauração e sua Época**. Lisboa: Cosmos, 1993.

_____. As faces de uma Revolução. HESPANHA, Antonio Manuel (Dir.). **A Restauração e sua época**. Lisboa: Cosmos, 1993.

_____. O Debate Acerca do "Estado Moderno". TENGARRINHA, José. **A Historiografia Portuguesa, Hoje**. São Paulo: Hucitec, 1999.

HOBSBAWN, Eric. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. Da História Social à História da Sociedade. In: **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 16 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.

_____. **Visão do paraíso**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

HOORNAERT, Eduardo. **A igreja no Brasil Colônia (1550-1580)**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Formação do catolicismo brasileiro: 1550 - 1800**. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. Teologia e ação pastoral em Antonio Vieira (1552-1661). In: **História da Teologia na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1981.

JONES, Gareth Stedman. Historiographie Française, Historiographie Anglaise: Une Autre Histoire Sociale? (note critique). **Annales HSS**. Paris: A. Colin, mars-avril. 1998, nº 2, p. 383-447.

KOK, Maria da Glória Porto. **Os vivos e os mortos no Brasil Colonial: da antropofagia à água do batismo**. Dissertação de mestrado apresentado ao Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

KUNZE, Michael. **A caminho da fogueira**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

LACOMBE, Américo Jacobina. A igreja no Brasil Colonial. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 1989, Tomo I, vol. II

LANCIANI, Giulia. O Maravilhoso como critério de diferenciação entre sistemas culturais. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Marco Zero, set.90/fev.91, v. 11, n 21.

LAPA, J.R.A. **A história em questão: a historiografia brasileira contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. Tendências atuais da historiografia brasileira. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, setembro/1982, vol. 2, nº. 4, p. 153-172.

LE GOFF, Jacques. **A Civilização do Ocidente Medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1984.

_____. As mentalidades: uma história ambígua. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. **História: Novos Objetos**. 4^a. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

_____. **Para um Novo Conceito de Idade Média: Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente.** Lisboa: Estampa, 1979.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

LILLA, A. **El Mundo Helenístico.** Madrid: Sintesis, 1992.

LIMA, Luiz Costa. Mito e análise do discurso. **Cadernos da “Colóquio/Letras”: Teoria da Literatura e da crítica.** Lisboa: Calouste Gulbenkan, 1982.

LINS, Ivan. **Para Conhecer Melhor Antonio Vieira.** Rio de Janeiro: Bloch, 1974.

LISBOA, João Francisco. **Vida do Padre Antônio Vieira.** São Paulo: W.M. Jackson, 1964.

MAGALHÃES, Joaquim Romero de (Coord.). **História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade.** Lisboa: Estampa, 1997.

_____. As Estruturas Políticas de Unificação. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero (Coord.). **História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade.** Lisboa: Estampa, 1997.

_____. D. Antonio. In: MAGALHÃES Joaquim Romero de (Coord.). **História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade.** Lisboa: Estampa, 1997.

_____. D. Sebastião. In: MAGALHÃES Joaquim Romero de (Coord.). **História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade.** Lisboa: Estampa, 1997.

_____. Filipe II (I de Portugal). In: MAGALHÃES Joaquim Romero de (Coord.). **História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade**. Lisboa: Estampa, 1997.

_____. Os espaços administrativos na construção do Estado Moderno em Portugal. In: TENGARRINHA, José. **A Historiografia Portuguesa, Hoje**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. O messianismo português na obra do Padre Antonio Vieira. **História: Questões e Debates**. Curitiba: UFPR, 1999, nº 28.

_____. **Olhares sobre a colônia: Vieira e os Índios**. Monografia de especialização apresentada junto ao Curso de Especialização em História Social da Universidade Estadual de Londrina, 1997.

_____. Reflexões acerca do mito e do poder em Portugal do século XVII a partir do discurso do Padre Antonio Vieira. **TODAVIA**. Londrina: EDUEL, 1999, vol. 1, nº 1.

_____. Tensões e Conflitos no I Reinado: A Relação do Eu com o Outro. **Boletim do CCH**. Londrina: UEL, 1997, nº. 32.

_____. Vieira e a Economia da Restauração. **III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas**. Curitiba: UFPR, 1999.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes, 1989.

MARQUES, A . H. de Oliveira. **Breve História de Portugal**. Lisboa: Presença, 1995.

_____. D. Afonso Henriques: Rei Portucalense ou Rei Português. In: TENGARRINHA, José. **A Historiografia Portuguesa, Hoje**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **História de Portugal: do Renascimento às Revoluções Liberais**. 9ª. ed. Lisboa, Palas, 1983.

MARTINS, Wilson. **História da Inteligência Brasileira (1550-1794)**. 4ª. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1992.

MATOS, Artur Teodoro de. O Império Colonial Português no Início do Século XVII. **Arquipélogo**. Ponto Delgada: Universidade dos Açores, 1995, vol. 1, nº 1, p. 181-205.

MATTOSO, José, (dir.). **História de Portugal**. A Monarquia Feudal: (1096-1480). Lisboa: Estampa, 1993.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro, 1996.

MAYER, Arno. **A força da tradição: a persistência do Antigo Regime (1848-1914)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MELLO E SOUZA, Laura de. **Desclassificados do ouro**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

MELLO, J. A. Gonsales de. **A rendição dos holandeses no Recife**. Recife, 1979.

- _____. O domínio holandês na Bahia e no Nordeste. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira: A Época Colonial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, tomo 1, vol. 1.
- MENDES, Antonio Rosa. A vida cultural. In: MAGALHÃES Joaquim Romero de (Coord.). **História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade**. Lisboa: Estampa, 1997.
- MENEZES, Sezinandro Luiz. **Padre Antônio Vieira, a cruz e a espada**. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em 1992.
- MERQUIOR, José Guilherme. Sobre alguns problemas da crítica estrutural. **Cadernos da "Colóquio/Letras". Teoria da Literatura e da crítica**. Lisboa: Calouste Gulbenkan, 1982.
- MICELI, Paulo. **O Ponto Onde Estamos**. Campinas: UNICAMP, 1997.
- MICHELET, Jules. **A feiticeira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Poder Senhorial, Estatuto Nobiliárquico e Aristocracia. In: HESPANHA, Antonio Manuel (Coord.). **História de Portugal: O Antigo Regime**. Lisboa: Estampa, 1998.
- MONTERO, Paulo (Coord.). **Entre o Mito e a História: o V Centenário do Descobrimento da América**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MOTT, Luiz. A Inquisição no Maranhão. **Revista Brasileira de História: Espaço Plural**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 14, nº 28, 1994.
- _____. **Fontes Inquisitoriais para o estudo da demografia histórica do Brasil**. Curitiba: APAH, nº 11, 1985.

- MUHANA, Adma (Org.). **Os autos do processo de Vieira na Inquisição**. São Paulo/BAHIA: UNESP, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1995.
- _____. Quando não se escreve o que se fala. **Brotéria: Cultura e Informação**. Lisboa: Fundação Oriente, 1997. v. 145, p. 393-415.
- MULLER, Mary Stela & CORNELSEN, Julce Mary. **Normas e padrão para teses, dissertações e monografias**. Londrina: UEL, 1995.
- NOGUEIRA DA SILVA, Ana Cristina e HESPANHA, Antonio Manuel. A identidade Portuguesa. In: HESPANHA, Antonio Manuel (Coord.). **História de Portugal: O Antigo Regime**. Lisboa: Estampa, 1998.
- _____. O Quadro Espacial. In: HESPANHA, Antonio Manuel (Coord.). **História de Portugal: O Antigo Regime**. Lisboa: Estampa, 1998.
- NOVAIS, Fernando A. & SOUZA, Laura de Mello e (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- NOVINSKY, Anita. **Cristãos Novos na Bahia: A Inquisição**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- _____. **Inquisição: Rol dos Culpados**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1992.
- _____. O papel dos judeus nos grandes descobrimentos. **Revista Brasileira de História: América, Américas**. São Paulo: Marco Zero: set/90-fev/91, vol. 11, nº. 21.
- _____. Sebastianismo, Vieira e o messianismo judaico. In: IANNONE, Carlos Alberto; GOBI, Márcia V. Zamboni & JUNQUEIRA, Renata Soares (Org.).

- Sobre as naus da iniciação: estudos portugueses de Literatura e História.** São Paulo: UNESP, 1998.
- NUNES, B. **O Tempo na Narrativa**. São Paulo: Ática, 1988.
- O'BRIEN, Patrícia. A História da Cultura em Michel Foucault. In: HUNT, Lynn (Org.). **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- ODÁLIA, Nilo (Org.). **Varnhagen**. São Paulo: Ática, 1974.
- OLIVEIRA FRANÇA, Eduardo D'. **Portugal na Época da Restauração**. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- OLIVEIRA, Silvana Maria Pessoa de. Antonio Vieira: a palavra empenhada. **Boletim do Centro de Estudos Portugueses**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1998, v. 18, nº. 32, p. 37-46.
- PALACIN, Luis. **Vieira e a visão trágica do barroco**. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- PALMA, Ricardo. **Anais da Inquisição de Lima**. São Paulo: EDUSP, 1992.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Unicamp, 1988.
- PÉCORA, Alcir (Org). **Escritos Históricos e Políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- _____. **Escritos Históricos e Políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- _____. O bom e o boçal ou o selvagem americano entre calvinistas franceses e católicos ibéricos. **Remate de Males**. Campinas, UNICAMP, 1992, nº 12, p. 35 - 44.
- _____. O demônio mudo. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O Olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, (S/D).

_____. O desejo. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O Desejo**. São Paulo: Companhia das Letras, (S/D).

_____. O processo inquisitorial de Antonio Vieira. In: In: IANNONE, Carlos Alberto; GOBI, Márcia V. Zamboni & JUNQUEIRA, Renata Soares (Org.). **Sobre as naus da iniciação: estudos portugueses de Literatura e História**. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. Política do céu (anti-Maquiavel). In: NOVAES, Adauto (Org.). **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras, (S/D).

_____. **Teatro do Sacramento**. São Paulo/Campinas: EDUSP/UNICAMP, 1994.

_____. Vieira segundo Bernardo Soares. **Remate de Males**. Campinas: UNICAMP, 1988, nº 8, p. 69 - 83.

_____. Vieira, o Índio e o corpo místico. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. Vieira: retórica e teologia (um projeto de estudo). **Estudos portugueses e africanos**. Campinas: UNICAMP, 1985, nº 5.

PEDRERO, Maria Guadalupe. A Inquisição e a expulsão dos judeus da Espanha. **História**. São Paulo: UNESP, 1998, vol. 7, p. 61-68.

PELOSO, Silvano. O paradigma bíblico como modelo universalista da leitura em Antonio Vieira. **Brotéria: Cultura e Informação**. Lisboa: Fundação Oriente, 1997. vol. 145.

PESSOA, Fernando. **Mensagem**. Porto Alegre: Caravela, 1989.

- PESTANA RAMOS, Fábio. O Ataque de Piratas Ingleses e Holandeses à Carreira da Índia. **TODAVIA**. Londrina: EDUEL, 1999, vol. 1, nº 2, p. 13-24.
- _____. Os problemas enfrentados no cotidiano das navegações portuguesas da Carreira da Índia: fator de abandono gradual da rota das especiarias. **Revista de História**. São Paulo: EDUSP, jul/dez 1997, nº. 137, p. 75-94.
- PIRES, D.J.M. 500 anos de resistência negra e indígena. **Extensão**. Belo Horizonte, junho/1992, vol. 2, nº. 3, p. 17-32,
- PIZARRO, Ana (Org.) **América Latina: Palavra, literatura e cultura: a situação colonial**. 3 vol. São Paulo/ Campinas: Memorial/Unicamp, 1993.
- PONDI, Eni Orlandi. **A linguagem e seu fundamento**. Campinas: Pontes, s/d.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. 15ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- PRIORE, Mary del. **Religião e religiosidade no Brasil colonial**. São Paulo: Ática, 1997
- _____. **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. **O messianismo no Brasil e no mundo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- RAMINELLI, Ronald. **Imagens da Colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira**. São Paulo/Rio de Janeiro: FAPESP/Zahar, 1996.
- REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Getulio Vargas, 1999.

_____. **Nouvelle Histoire e Tempo Histórico**: a contribuição de Febvre, Bioch e Braudel. São Paulo: Ática, 1984.

RIBEIRO, Gladys Sabina. "Pés-de-chumbo" e "Garrafeiros": conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no Primeiro Reinado (1822-1831). **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH: Marco Zero, Set.91/Ago.92, vol. 12, nº. 23/24, p. 141-165

SARAIVA, Antonio José & OSCAR, Lopes. **História da Literatura Portuguesa**. Santos: Martins Fontes, 1973.

SARAIVA, Antonio José. Antonio Vieira, Menasseh Bem Israel e o Quinto Império. In: **História e Utopia: estudos sobre Vieira**. Lisboa: Ministério da Educação, 1992.

_____. **Inquisição e cristãos-novos**. Lisboa: Estampa, 1985.

SCARPELLI, Maria de Oliveira Fantini. A superposição de espelhos na retórica de Vieira. **Boletim do Centro de Estudos Portugueses**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1998, v. 18, nº. 32, p. 69-87.

SCHIAVINATO, Iara Lins. Falar de um incômodo não é falar mal. In: LOPES DA SILVA, Zélia. **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995.

SEBE, José Carlos. **Os jesuítas**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SELWYN, Jennifer D. "Procur [ing] in the Common People these better behaviors": The Jesuits' Civilizing Mission in Early Modern Naples 1550 - 1620. **Radical History Review**. nº 64, 1997.

SÉRGIO, Antonio. Interpretação não romântica do sebastianismo. **Obras Completas: Ensaios**. Tomo I. Lisboa: Sá da Costa, 1980.

SERRÃO, J. (Org). **Dicionário de História de Portugal**. Porto: Figueirinhas, 1990

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal: A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640 - 1750)**. Lisboa: Verbo, 1982.

_____. **História de Portugal: governo dos reis espanhóis**. Lisboa: Verbo, 1979.

SERRÃO, José Vicente. O Quadro Económico. In: HESPAÑA, Antonio Manuel (Coord.). **História de Portugal: O Antigo Regime**. Lisboa: Estampa, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. **O Renascimento**. São Paulo: Atual, 1988.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA, Aracy Lopes da & GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º. e 2º. graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e. O texto literário e seus códigos. **Cadernos da "Colóquio/Letras". Teoria da Literatura e da crítica**. Lisboa: Calouste Gulbenkan, 1982.

SILVA, Z.L. A história social em debate. **Pós-História**. Assis, 1994, vol. 2, p. 27-52.

SILVEIRA, Francisco Maciel. A persuasão em Antonio Vieira: uma História do Futuro. **Brotéria: Cultura e Informação**. Lisboa: Fundação Oriente, 1997. v. 145, p. 523-539.

- SIQUEIRA, Sonia A. **A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial**. São Paulo: Ática, 1978.
- SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SOUZA, Aníbal Costa. Missionários e Feiticeiros: representações do índio segundo os missionários castelhanos das missões jesuíticas do Paraguai (século XVII-XVIII). **História: Questões e Debates**. Curitiba: UFPR, 1996, ano 13, nº. 25, p. 117-147.
- STOPPINO, Mario. Poder. In: BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1981.
- SUBIRATS, E. A lógica da colonização. In: NOVAES, A. (org.). **Tempo e história**. São Paulo: SMC/ Companhia das Letras, 1992.
- SWINDLER, Ann. Culture in action: symbols and strategies. **American Sociological review**. 1986, vol. 51.
- TELMO, Antonio. **História Sagrada de Portugal**. Lisboa: Vega, 1977.
- THEODORO, Janice. A retórica do cativo: Padre Antonio Vieira e a Inquisição. In: **América Barroca: Tema e Variação**. São Paulo/Rio de Janeiro: EDUSP/ Nova Fronteira, 1992;
- TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- TORGAL, Luís Reis. Restauração e "Razão de Estado". In: HESPANHA, Antonio Manuel (Dir.). **A Restauração e sua Época**. Lisboa: Cosmos, 1993

- TUCHMAN, Barbara W. **A marcha da insensatez: de Tróia ao Vietnã**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.
- VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. Colonialismo e Idolatria: Cultura e Resistência Indígenas no Mundo Colonial Ibérico. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Marco Zero, set.90/fev.91, vol. 11, nº. 21.
- _____. História da Religião. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- _____. **Santo Ofício da Inquisição de Lisboa: Confissões da Bahia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História Geral do Brasil**. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/ Itatiaia, 1981.
- VILELA, Magno. **Uma questão de igualdade: Antonio Vieira e a escravidão negra na Bahia do século XVII**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP, 1992, v.35, p. 21-74.
- VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- WACHTEL, Nathan. A aculturação. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA, Antonio Manuel. A Representação da sociedade e do poder. In: HESPANHA, Antonio Manuel (Coord.). **História de Portugal: O Antigo Regime**. Lisboa: Estampa, 1998.

ANEXO

ANEXO FONTES

SERMÕES SELECIONADOS PARA ANÁLISE

SERMÃO	LOCAL	DATA	ASSUNTO	TO MO
Sermão dos Bons Anos	Lisboa (Capela Real)	1642	Prevê felicidades para Portugal nos anos futuros. Identifica, pela 1ª vez, D. João IV como o Encoberto..	I
Sermão da Primeira Dominga do Advento	Lisboa (Capela Real)	1650	Queda dos Impérios e Juízo Final	I
Sermão de Dia de Reis.	Bahia	06 de Janeiro de 1641	Pelas vitórias do Marquês de Montalvão nos primeiros seis meses de governo. Identifica D. Filipe IV como herdeiro de D. Sebastião. Não foi publicado por Vieira, sendo publicado posteriormente à sua morte, pelo Padre André de Barros.	II
Sermão da Epifania	Lisboa	1662	Por ocasião da expulsão dos jesuitas do Maranhão.	II
Sermão da Primeira Dominga da Quaresma	São Luis	1643	Pelas injustiças cometidas pelos maranhenses junto aos nativos.	III
Sermão da Primeira Oitava da Páscoa	Belém do Pará	1656	Consola Vieira os que buscavam ouro e prata, e não os encontraram.	V
Sermão do Espírito Santo	São Luis	entre 1652 e 1661	Dificuldade, porém necessidade de conversão dos nativos. É neste sermão que apresenta sua célebre alegoria onde compara os nativos com a murta.	V
Sermão de São José	Lisboa (Capela Real)	21 de agosto de 1642	Aniversário do Rei D. João IV.	VI
Sermão do Esposo da Mãe de Deus São José	Lisboa (Capela Real)	21 de agosto de 1643	Aniversário do Rei D. João IV.	VI
Sermão do Santíssimo Sacramento	Santo Engrácia	1662	Refere-se a desunião da nobreza lusitana.	VI
Sermão de São Sebastião	Bahia (Igreja de Acupe)	Janeiro/1634	Festa de São Sebastião. Trata-se da História da vida do Rei D. Sebastião, o encoberto.	VI
Sermão da Dominga Vigésima Segunda depois de Pentecostes	Maranhão	1654	Refere-se a divisão do Maranhão em dois governos.	VI
Sermão de São Pedro Nolasco	Maranhão	entre 1652 e 1661.	Fala Vieira contra a escravidão, principalmente a do Índio.	VI
Sermão de Santo Antonio	Lisboa	14 de setembro de 1642	Propõe que todos, inclusive os nobres, paguem impostos. Sermão pregado às vésperas das cortes de Lisboa de 1642.	VII

Sermão de Santo Antonio aos Peixes	S. Luis	13 de junho de 1654	Crítica aos colonos maranhenses no que se refere, principalmente, ao uso da mão de obra nativa. Prega às vésperas de partir para Lisboa.	VII
Segundo Sermão de São Roque	Lisboa	1644	Aniversário do ainda regente D. Afonso.	VIII
Sermão pelo Bom Sucesso de Nossas Armas	Lisboa (Capela Real)	1645	Guerras contra Castela e defesa do reino.	XIV
Sermão pelo Bom Sucesso das Armas de Portugal contra as da Holanda	Bahia	1640	Acerca da ofensiva Holandesa contra a Bahia.	XIV
Sermão das Exéquias D'el Rei D. João IV	São Luis	19 de março de 1656	Exéquias de D. João IV.	XV

CARTAS SELECIONADAS PARA ANÁLISE

DESTINATÁRIO	LOCAL	DATA	ASSUNTO	FONTE
Ao Geral da Companhia (Carta Anua).	Bahia	30 de setembro de 1626	Narra a invasão holandesa à Bahia de 1624.	Cartas ¹
Ao Marquês de Niza.	Haia (Países Baixos).	22 de junho de 1648	Apresenta sua proposta de criação de uma liga entre França, Portugal de Suécia contra a Holanda e Castela.	Cartas.
Ao Padre André Fernandes (Esperanças de Portugal).	Maranhão	25 de abril de 1649	Trata da ressurreição de D. João IV a partir das trovas de Bandarra. Esta carta seria usada contra o jesuíta pela Inquisição.	Obras Escolhidas VI
Ao Príncipe D. Teodósio	Cabo Verde	25 de dezembro de 1652	Narra as circunstâncias que o levou a partir para o Maranhão	Obras Escolhidas I
Ao Padre André Fernandes	Cabo Verde	25 de dezembro de 1652	Fala da necessidade de se mandar missionários para a região, devido a facilidade de conversão.	Cartas.
Ao Conde de Ericeira	Bahia	23 de maio de 1689	Em resposta à obra intitulada "História de Portugal Restaurada", onde sua participação no processo de consolidação do reino estaria, segundo o jesuíta, minimizada e deturpada.	Cartas.

¹ Seleção de Teixeira Novais.

DEMAIS DOCUMENTOS SELECIONADOS

DOCUMENTO	DATA	ASSUNTO	FONTE
Proposta feita a El-rei D. João IV em que lhe apresenta o miserável estado da nação.	02 de julho de 1643	Defende a admissão de mercadores cristãos novos como meio de garantir o comércio português, e assim, a conservação do reino.	Escritos Históricos e Políticos
Razões Apontadas a El-rei D. João IV	1643.	Propõe a proteção dos bens dos cristãos novos frente a Inquisição como meio de garantir o investimento destes no comércio lusitano.	Obras Escolhidas Volume IV
Papel Forte	1648	Propõe a entrega de Pernambuco como meio de se evitar um conflito com os Países Baixos, o que, segundo o jesuíta, seria fatal para Portugal.	Escritos Históricos e Políticos
História do Futuro		Trata do futuro profético de Portugal, prevendo que o reino lusitano se tornaria um Império Universal Cristão, o Quinto Império do Mundo. O jesuíta se baseia aqui nas trovas de Bandarra e nas profecias de Daniel.	Maria Leonor C. Buesu (Org.)